



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A Nova (Des)Ordem Mundial e a Evolução dos
Conflitos – A Proliferação Nuclear do Irão e a
Crise na Ucrânia como Casos de Estudo**

João António Alves Vilela Sampaio

Orientação: Professor Doutor Marco António Gonçalves
Barbas Batista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A Nova (Des)Ordem Mundial e a Evolução dos
Conflitos – A Proliferação Nuclear do Irão e a
Crise na Ucrânia como Casos de Estudo**

João António Alves Vilela Sampaio

Orientação: Professor Doutor Marco António Gonçalves
Barbas Batista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015

(Página deixada em branco propositadamente)

Dedicatória

*Dedico este trabalho aos meus pais e à Márcia
sem os quais nada seria possível.*

Epígrafe

*“Knowledge is power. Information is liberating.
Education is the premise of progress, in every
society, in every family.”*

Kofi Annan

Agradecimentos

Aos meus pais, ao meu irmão por me incentivarem sempre a ser melhor e terem aguentado ter ido estudar para longe de casa.

À Márcia, a minha namorada e companheira que sempre me apoiou e serviu de motivação para que fizesse o melhor trabalho possível.

A todos os professores com quem privei durante o mestrado de Relações Internacionais e Estudos Europeus e que me transmitiram os conhecimentos necessários para que surgisse a ideia de desenvolver este trabalho.

Ao meu orientador, o prof. Dr. Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins, que me guiou durante a realização deste trabalho e me indicou o melhor caminho a seguir.

À Universidade de Évora em geral por ser a instituição que me proporcionou todas as condições necessárias para realizar os meus estudos e desenvolver-me enquanto pessoa assim como os meus conhecimentos.

Resumo

A Nova (Des)Ordem Mundial e a Evolução dos Conflitos – A Proliferação Nuclear do Irão e a Crise na Ucrânia como Casos de Estudo

A Ordem Mundial é um conceito em constante mutação tendo já perdido grande parte daquilo que a caracterizava aquando da Paz de Vestefália. Os conflitos também sofreram alterações. Perderam a exclusividade de uso por parte dos Estados e tornaram-se dispersos e caóticos devido à multipolarização. Estes dois conceitos estabelecem uma ligação entre si e ambos se dissociaram dos seus aspetos tradicionais. O objetivo deste trabalho passa por estabelecer uma ligação entre a Ordem Mundial contemporânea e a evolução dos conflitos. As ameaças à estabilidade da Ordem Mundial contribuem para a respetiva desordem contemporânea e demonstram como os conflitos se distanciaram das guerras clausewitzianas. Para perceber como essas ameaças afetam a Ordem Mundial e a evolução dos conflitos foram escolhidos dois casos de estudo: a proliferação nuclear no Irão e a crise na Ucrânia. Estes exemplos ajudarão a estabelecer a ligação entre a Desordem Mundial contemporânea e a evolução dos conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem Mundial, Conflitos, Irão, Ucrânia.

Abstract

The New World (Dis)Order and the Conflicts Evolution – The Iran Nuclear Proliferation and the Crisis in Ukraine as Cases of Study

The World Order is a concept in constant mutation that has lost a lot of what characterized it when it was established with the Peace of Westphalia. The conflicts also went through changes. They lost its State distinctiveness and became dispersed and chaotic due to multipolarization. These two concepts share some connections and both dissociated from their traditional definition. This paper aims to establish a connection between the contemporary World Order and the conflicts evolution. The threats to the stability of the World Order contribute to the current disorder and reflects how the conflicts distanced themselves from the clausewitzian battles. To understand how these threats impact the World Order stability and evince the conflicts evolution two cases of study were selected: the nuclear proliferation in Iran and the crisis in Ukraine. These two examples will help establishing the link between the contemporary World Disorder and the conflicts evolution.

Keywords: World Order, Conflicts, Iran, Ukraine.

Índice Geral

Lista de Ilustrações, Gráficos e Tabelas.....	12
Lista de Abreviaturas.....	13

Introdução.....	15
1.1 Importância do Estudo.....	17
1.2 Estrutura da Dissertação.....	18

Capítulo 1 – Uma Ordem Desordenada

1. O Imperialismo, a Paz de Vestefália e a Desordem do Século XVIII e XIX – as Mudanças na Ordem Internacional Europeia.....	19
1.1 Da Grã-Bretanha a Napoleão – Os primeiros Desafios à Nova Ordem Mundial.....	22
2. O Começo da Desordem Mundial – Ameaças à Ordem Mundial.....	26
2.1 A Estruturação de uma Nova Ordem Mundial – O Congresso de Viena e uma Nova Premissa para a Ordem Mundial.....	28
2.2 As Duas Guerras Mundiais como Maior Ameaça à Ordem Mundial – Uma Desordem sem Precedentes.....	33
2.2.1 Começar do Zero – Uma Nova Ordem Mundial e o Futuro da Europa.....	37
3. Uma Mudança Eminente? A Desordem Mundial Contemporânea.....	43

Capítulo 2 – A Evolução dos Conflitos

1. De Clausewitz ao Caos – O Fim das Guerras Tradicionais e o Aparecimento das Guerras Caóticas.....	51
2. A Complexificação dos Conflitos – Causas e Consequências de um Mundo cada vez mais Multipolar.....	58
2.1 A Falta de uma Resposta à Altura dos Novos Conflitos – Estará a Ordem Mundial Presa a uma Realidade Diferente Daquela que os Conflitos Representam?.....	70
3. A Necessidade de uma Abordagem Renovada para Resolver os Novos Conflitos.....	80

Capítulo 3 – A Ordem Mundial e os Conflitos

1. Estará o Desenvolvimento da Ordem Mundial Ligado à Evolução dos Conflitos?.....	90
2. O Contributo da Proliferação Nuclear no Irão e da Crise na Ucrânia para a Desordem Mundial Contemporânea e para a Evolução dos Conflitos.....	95

Capítulo 4 – A Proliferação Nuclear no Irão

1. O Percurso Nuclear Iraniano de 1957 a 2015 – Da Coligação com os EUA ao Isolamento Internacional.....	102
1.1 Os Primeiros Passos do Irão Rumo ao Programa Nuclear.....	104
1.2 Introdução sobre o Ciclo de Combustível Nuclear – A Etapa entre o Programa Nuclear do Irão e a Estabilidade Internacional.....	108
1.3 A Progressão do Programa Nuclear Iraniano Ligada à Deterioração das Relações com o Ocidente.....	111
1.4 A Revolução Islâmica de 1979 – O Irão Muda Radicalmente a Posição no Contexto Internacional.....	115
1.5 A Crise Nuclear e o Conflito Diplomático entre o Irão e o Ocidente....	121
1.6 O Fim da Diplomacia.....	131
2. Uma Ordem Islâmica Centrada no Islão? O Irão como Força Crescente no Médio Oriente.....	134
3. O Nascimento de um Estado Nuclear – Consequências da Proliferação Nuclear Iraniana na Ordem Mundial e nos Conflitos.....	138
3.1 Assegurar a Estabilidade Regional e da Ordem Mundial Caso o Irão Obtenha Armamento Nuclear – A Ordem Mundial e os Conflitos com um Irão Nuclear.....	144
4. O que Poderá Representar um Novo Acordo entre o P5+1 e o Irão para a Ordem Mundial e para a Estabilidade no Médio Oriente?.....	148
4.1 O P5+1 e o Irão Chegam a Acordo.....	155

Capítulo 5 – A Crise na Ucrânia

1. Enquadramento Cronológico dos Eventos que Culminaram na Crise da Ucrânia.....	161
1.1 Os Protestos de “Euromaidan” – O Início da Mudança.....	168

1.2 A Anexação da Crimeia.....	176
1.3 De Oeste para Este – A Ucrânia Enfrenta um Cenário de Fragmentação Territorial.....	181
2. Ultranacionalismo – Existirá uma só Ucrânia?.....	190
2.1 A Opção Diplomática como Solução para a Crise – A Tentativa de Reunificar e Estabilizar a Ucrânia durante a Crise.....	195
3. O Hostilizar de Relações entre a Rússia e o Ocidente – Um Jogo Geoestratégico com Duas Ordens Mundiais em Colisão.....	199
3.1 A Rússia e a Guerra Fria do Século XXI Contra a Hegemonia do Ocidente.....	204
4. A Questão Ucraniana na Ordem Mundial Contemporânea e na Evolução dos Conflitos – O que Está em Jogo?.....	207
Conclusões.....	216
Referências Bibliográficas.....	222

Lista de Ilustrações, Gráficos e Tabelas

Figura 1: A constituição da Europa depois dos acordos de Vestefália (1648).....	20
Figura 2: Mapa da Europa após a realização do Congresso de Viena (1815).....	30
Figura 3: Ciclo de Combustível Nuclear do Irã.....	109
Figura 4: Ciclo de Combustível para produção de Armamento Nuclear.....	109
Figura 5: Eleições Presidenciais de 2010.....	165
Figura 6: Mapa da Crimeia.....	177
Figura 7: Constituição da população na Crimeia.....	178
Figura 8: O russo como língua nativa na Ucrânia.....	182
Figura 9: Percentagem da população ucraniana, por região, que votou em Poroshenko nas eleições.....	191
Figura 10: Antigo território da União Soviética na Europa.....	201

Lista de Abreviaturas

AEOI: Atomic Energy Organization of Iran

BBC: British Broadcasting Corporation

BCP: Border Crossing Point

BRICS: Bloco que compreende os países com as maiores economias em desenvolvimento, composto por Brazil, Russia, India, China, South Africa (em inglês).

CBS: Columbia Broadcasting System

CENTO: Central Treaty Organization

CIA: Central Intelligence Agency

CNN: Cable News Network

CRS: Congressional Research Service

E.U.: European Union

EU-3: Grupo que compreende os países com maior influência na União Europeia – a Alemanha, a França e o Reino Unido

EUA: Estados Unidos da América

FMI: Fundo Monetário Internacional

FSB: Federal Security Service of the Russian Federation

G20: Grupo composto pelas 20 maiores economias do mundo

G8: Grupo composto pelas 8 economias mais desenvolvidas do mundo

GCC: Gulf Cooperation Council

GDP: Gross Domestic Product

GRU: Main Intelligence Directorate of the General Staff of the Armed Forces of the Russian Federation

HEU: Highly Enriched Uranium

IAEA: International Atomic Energy Agency

ICRC: International Committee of the Red Cross

IR-1 – IR-8: Centrifugadoras iranianas de primeira até à oitava geração

JCPOA: Joint Comprehensive Plan of Action

LEU: Low-enriched uranium

MH17: As letras representam o código correspondente aos voos da Malaysia Airlines, o número refere-se ao número do voo

NPT: Non-Proliferation Treaty, também conhecido por Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODIHR: Office for Democratic Institutions and Human Rights

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONGs: Organizações Não-governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas.

OSCE: Organization for Security and Co-operation in Europe.

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

P5+1: Grupo de países que se juntaram diplomaticamente para encetar negociações com o Irão sobre o programa nuclear. O grupo é composto pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – China, EUA, França, Reino Unido e Rússia – mais a Alemanha.

Pakistani P-1: Centrifugadora paquistanesa de primeira geração

PFEP: Pilot Fuel Enrichment Plant

PIB: Produto Interno Bruto

PM: Prime Minister

RT: Russia Today

TAFTA: Trans-Atlantic Free Trade Agreement

TTIP: Transatlantic Trade and Investment Partnership

U.S.: United States

U-235: Urânio-235

U-238: Urânio-238

UE: União Europeia

UEE: União Económica Eurasiática

UF₆: Hexafluoreto de Urânio

UN: United Nations

UNICEF: United Nations Children's Fund

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USSR: Union of Soviet Socialist Republics

VEB: Vnesheconombank

Introdução

Na escolha deste tema esteve assente a necessidade de procurar um assunto atual e importante no contexto internacional das Relações Internacionais. Este trabalho baseou-se num estudo exploratório, sendo que as estratégias metodológicas utilizadas fundamentaram-se no conhecimento científico existente sobre o tema. A investigação científica para este artigo consistiu no recurso a métodos qualitativos. No suporte à investigação qualitativa foram analisadas informações provenientes de relatórios, artigos científicos, artigos de jornais, livros, teses, algumas páginas da internet e documentos oficiais de Estado ou de Organizações internacionais como a ONU ou a IAEA. A estes métodos utilizados devem-se o facto de algumas temáticas abordadas serem relativamente recentes e estarem em permanente atualização. Isto fez com que o processo de elaboração deste trabalho tenha seguido um decurso mais descritivo e interpretativo não obstante a avaliação crítica dos dados recolhidos.

Devido ao facto de algumas partes desta temática serem recentes, a bibliografia disponível centra-se em estudos de caso e artigos disponibilizados por instituições tanto da UE como dos EUA assim como artigos de jornais e organizações internacionais como a ONU, a IAEA, a AEOI ou a OSCE. A disponibilidade de informação em certos parâmetros de pesquisa é reduzida e não existem análises totalmente focadas no objeto de estudo em questão mas sim no contexto global tanto da Ordem Mundial como da evolução dos conflitos, sendo que os estudos não demonstram a mesma ligação usada por este trabalho.

A bibliografia principal para elaboração deste artigo baseou-se num conjunto de livros, dos quais serão referidos os que mais que maior importância tiveram na sua produção. O primeiro foi *World Order* de Henry Kissinger, um livro que aborda o desenvolvimento da Ordem Mundial desde a sua conceção em 1648 até à fragmentação contemporânea e que permitiu entender como a ordem foi evoluindo com o decorrer dos séculos. Em seguida *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era, Third Edition* de Mary Kaldor lança uma análise à evolução dos conflitos exemplificando essa mutação através do conflito na Bósnia Herzegovina na década de 1990 e aplicando essas particularidades nos conflitos atuais. No que toca aos casos de estudo, o livro de David Patrikarakos, *Nuclear Iran: The Birth of an Atomic State*, faz um estudo aprofundado da evolução do programa nuclear no Irão demonstrando a importância política, económica, cultural, social e geoestratégica que o programa tem para a posição do país quer a nível regional quer a nível global. No outro caso de estudo, a crise na Ucrânia, o livro *Ukraine Crisis: What it Means for the West* de Andrew

Wilson faz uma análise aos acontecimentos que originaram a crise na Ucrânia assim como uma abordagem a todos os acontecimentos que se sucederam durante a mesma o que permitiu entender todo o contexto que levou à crise no primeiro lugar. Todos estes livros assim como o recurso a artigos contribuíram para este resultado final. Todos os apoios bibliográficos em questão abordam as temáticas pretendidas na elaboração deste trabalho.

A Ordem Mundial e os conflitos representam temas pertinentes para a estabilidade internacional. Estes dois conceitos certamente evoluíram e se modificaram desde os tempos em que a realidade se limitava à expansão territorial. A Ordem Mundial contemporânea adquiriu um contexto distinto daquele que obtivera em 1648 com a Paz de Vestefália. Os conflitos, por sua vez, ganharam uma nova vertente que os fez passar de guerras clausewitzianas para guerras caóticas pautadas por múltiplos atores e uma diversidade de interesses. Ambos estes fenómenos partilham pontos comuns que os afetam: a multipolarização, a evolução tecnológica, a importância do fator económico, a globalização, entre outros.

Os conflitos e a Ordem Mundial estão conectados? A resposta parece ser não, contudo existem ligações que serão evidenciadas durante este estudo e cujo objetivo passará por demonstrar como os dois estão interligados e mesmo dependentes, influenciando-se ainda um ao outro. É a ligação entre estes dois conceitos que faz com que as mudanças na realidade internacional se adaptem e complementem. Tanto a Ordem Mundial como os conflitos se influenciam assim como ambos foram alvo da evolução no cenário internacional que adveio do fim da Guerra Fria. A desordem da Ordem Mundial contemporânea deve-se a diversos fatores: o aparecimento de organizações internacionais supranacionais que vierem retirar alguma autonomia aos Estados em assuntos políticos e militares; a mesma multipolarização que trouxe o aparecimento de organizações internacionais trouxe também o aparecimento de outros atores não estatais com capacidade de ingerência em Estados, sendo que muitos desses atores têm aspirações políticas o que faz com que os conflitos contemporâneos sejam movidos por múltiplos atores constituídos por exércitos irregulares como grupos ultranacionalistas, extremistas, terroristas, entre outros e que são motivados por questões territoriais, étnicas, religiosas, económicas, políticas e culturais. Os novos conflitos compreendem ainda uma vertente alternativa à militar, a diplomacia, que os Estados optam por utilizar primeiramente na altura de resolver divergências que outrora resultavam em conflitos, mas existe também a ameaça de uma guerra nuclear ou o ciberterrorismo como resultado dos desenvolvimentos tecnológicos a que se procederam na área militar.

Para melhor explicar a Desordem Mundial atual assim como a evolução e diversificação dos conflitos contemporâneos serão abordados dois casos de estudo: a proliferação nuclear no Irão e a crise na Ucrânia. Estes casos irão demonstrar como os conflitos evoluíram e como representam ameaças à estabilidade da Ordem Mundial atual, contribuindo para a sua desordem. O ponto principal desta investigação passará por perceber qual a ligação entre a Ordem Mundial e os conflitos e o que levou, respetivamente, à sua desordem e evolução. Os casos de estudo ajudarão a evidenciar precisamente a desordem e evolução por representarem diferentes modelos de conflitos assim como diferentes géneros de ameaças à Ordem Mundial.

1.1 Importância do Estudo

A Ordem Mundial compreende todos os aspetos que constituem as conexões entre os atores estatais e não estatais pertencentes às relações internacionais. As mudanças que se produzem na sua constituição influenciam as realidades políticas de todos os seus integrantes e definem a melhor abordagem política a seguir.

Os conflitos são uma ferramenta política que serve para impor os interesses de um ator, estatal ou não estatal, a outro. De modo a defender os interesses domésticos e a preservar os interesses externos os conflitos representam uma alternativa válida quando todas as outras alternativas não são exequíveis.

Estes dois componentes representam uma importante parte nas relações internacionais. É por isso que perceber como funcionam e evoluem é meio caminho para perceber como funciona a realidade política contemporânea e perceber o papel que a multipolarização teve e tem na sua estrutura.

Este estudo visa demonstrar como a Desordem Mundial e a evolução dos conflitos são componentes importantes que ajudam a explicar a evolução do contexto internacional político atual assim como encontrar uma explicação para a dissociação dos atuais conflitos relativamente aos tradicionais. Além disso, o objetivo passa por demonstrar que existe uma ligação entre a evolução da Ordem Mundial e dos conflitos, que ambos os conceitos tiveram uma evolução proporcional e são influenciados pelos mesmos fatores explicando ainda como estes conceitos se influenciam um ao outro. Para tal é preciso compreender tanto a evolução da Ordem Mundial como dos conflitos e dar exemplos de fatores que demonstrem a desordem do primeiro assim como a descaracterização do segundo, daí também a importância dos casos de estudo. Tanto a proliferação nuclear no Irão como a crise na Ucrânia repre-

sentam diferentes ameaças à estabilidade da Ordem Mundial tradicional e diferentes tipos de conflitos. A escolha destes casos de estudo tem como finalidade demonstrar diferentes exemplos de ameaças à Ordem Mundial e como os conflitos evoluíram e se diversificaram existindo atualmente um conjunto de opções mais vasta que os conflitos tradicionais. Os casos de estudo irão demonstrar como a Ordem Mundial evoluiu desde a Paz de Vestefália e como os conflitos se dissociaram do conceito clausewitziano.

1.2 Estrutura da Dissertação

A estrutura deste trabalho de investigação consistirá, no primeiro capítulo, em demonstrar a evolução da Ordem Mundial desde o seu aparecimento até à atualidade. Serão ainda abordadas as ameaças à estabilidade da Ordem Mundial durante o período da sua existência.

O segundo capítulo irá focar-se na evolução dos conflitos e demonstrar como evoluíram dos conflitos de Clausewitz para os conflitos modernos. As causas destas transformações serão também abordadas para melhor compreender os fatores que influenciam a sua evolução.

O terceiro capítulo procura demonstrar a conexão entre a evolução dos conflitos e a desordem mundial contemporânea demonstrando que os fatores que os afetam têm na verdade mais semelhanças que diferenças e como esses pontos que influenciam a sua mutação representam as características que definem a realidade internacional.

O capítulo quatro corresponde ao primeiro caso de estudo, a proliferação nuclear no Irão, e é um dos exemplos que contribuem para a desordem da Ordem Mundial assim como demonstra ainda como o papel dos Estados nos conflitos se complexificou devido à emergência de múltiplos atores e ao aumento da interdependência internacional em diversos aspetos da realidade política.

O quinto, e último, capítulo compreende o segundo caso de estudo, a crise na Ucrânia, e representa outro exemplo de como a Ordem Mundial contemporânea se encontra desordenada. Os conflitos que se produziram primeiramente em Kiev e depois se alastraram ao este do país, primeiro na Crimeia e posteriormente na região de Donbas, representam alguns exemplos de como os conflitos evoluíram, se complexificaram e divergem fortemente das guerras clausewitzianas.

Capítulo 1 – Uma Ordem Desordenada

1. O Imperialismo, a Paz de Vestefália e a Desordem do Século XVIII e XIX – as Mudanças na Ordem Internacional Europeia

“The Westphalian peace reflected a practical accommodation to reality, not a unique moral insight. It relied on a system of independent states refraining from interference in each other’s domestic affairs and checking each other’s ambitions through a general equilibrium of power”. (KISSINGER, 2014, p. 3).

O atual modelo de Ordem Mundial começou a ser construído no século XVII com os acordos de Vestefália. Conhecida como “A Paz de Vestefália”, este marco importante na mudança da Ordem Mundial foi um conjunto de três acordos distintos que delinearam os princípios fronteiriços da Europa atual: a *Paz de Münster* (janeiro de 1648) que pôs termo à Guerra dos Oitenta Anos (1568 – 1648) entre a Espanha e a República Unida dos Países Baixos¹; o *Tratado de Münster* e o *Tratado de Osnabrück* ambos alcançados em outubro de 1648. Este conjunto de acordos acabaria por pôr termo à Guerra dos Oitenta Anos e à Guerra dos Trinta Anos, conflitos cujo espaço geográfico ia desde a Espanha até à Suécia.

“The Peace of Westphalia became a turning point in the history of nations because the elements it set in place were as uncomplicated as they were sweeping. The state (...) was affirmed as the building block of European order. The concept of sovereignty was established. The right of each signatory to choose its own domestic structure and religious orientation free from intervention was affirmed (...) the principles of a system of “international relations” were taking shape (...)”. (KISSINGER, 2014, p. 26). A Paz de Vestefália marcou um ponto de viragem no cenário internacional da história das relações internacionais entre países. Este conjunto de tratados assinalou o início de um novo período na ordem mundial com o estabelecimento do conceito de Estado Soberano. Cada Estado passou a deter o direito de escolher a estrutura da sua política doméstica assim como as suas conceções culturais livre de qualquer intervenção ou influência externa por parte de outros países: *“each state was*

¹ Estado europeu antecessor dos Países Baixos que existiu entre 1579 e 1795 e era constituído por um conjunto de sete regiões do norte dos Países Baixos.

assigned the attribute of sovereign power over its territory. Each would acknowledge the domestic structures and religious vocations of its fellow states as realities and refrain from challenging their existence". (KISSINGER, 2014, p. 3).

Os princípios das relações internacionais começaram a ganhar forma e o mundo deixou de se pautar pelos sistemas imperiais e religiosos começando a ganhar uma vertente política, independente, baseada em relações entre Estados soberanos de acordos com os seus interesses nacionais e externos.

Na altura a Paz de Vestefália não fora desenhada, conscientemente, para estabelecer um novo modelo de governação internacional mas sim para por fim às guerras que tinham devastado a Europa e evitar que todo o continente se tornasse num campo de batalha. O principal objetivo era garantir a estabilidade e integridade territorial de cada um dos países resolvendo qualquer disputa pela via diplomática, evitando recorrer a conflitos.



Fig. 1 – A constituição da Europa depois dos acordos de Vestefália (1648)

Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/295267319292568811/>

O modelo de Vestefália ganhou preponderância internacional e foi adotado por outros países da Europa e fora dela também. Os países compreenderam que se aceitassem os requisitos da Paz de Vestefália seriam reconhecidos como Estados soberanos, teriam posição e estatuto internacional e conseguiriam bloquear outros países de qualquer tentativa de ingerência nos seus assuntos internos. Toda esta “privacidade” dada pelo sistema internacional foi um fator preponderante na disseminação do modelo Europeu de governança, com a Paz de Vestefália cada Estado obteve a capacidade de manter a sua cultura, política, religião e política doméstica salvaguardada sem que fatores externos pudessem ditar qualquer influência sobre os aspetos base da construção de um Estado soberano.

“Any international order – to be worthy of that name – must sooner or later reach an equilibrium, or else it will be in a constant state of warfare” (KISSINGER, 2014, p. 32). A Paz de Vestefália ditou o início de um mundo livre e tolerante para com as divergências culturais, religiosas, políticas e étnicas. Foi o primeiro passo para a integração de múltiplas sociedades na comunidade internacional.

A Igreja Católica perdeu a capacidade de ingerência nos assuntos políticos de um Estado, dando-se o laicismo, e este último obteve uma posição neutra em assuntos religiosos. Com esta separação a Ordem Mundial passou a pautar-se pela balança de poder significando uma neutralidade ideológica e a capacidade de adaptação às circunstâncias envolventes, ou seja, o único fator com peso na capacidade de decisão de um Estado deixou de ser a religião ou quaisquer outras questões culturais e passou a ser os interesses do próprio Estado, aquilo a que se chama interesse nacional.

A Paz de Vestefália representou o início da institucionalização da ordem internacional com base na concordância de regras e limites comuns e um sistema de poder apoiado na multiplicidade e não na singularidade. A racionalização dos poderes dos Estados e o aparecimento da soberania e interesses nacionais representam os primeiros passos rumo a uma Ordem Mundial organizada por um conjunto de valores em que cada país tem que respeitar o seu espaço geográfico assim como o mesmo dos países vizinhos.

Contudo, após a Paz de Vestefália o cenário internacional sofreu diversas mutações. O mundo deixou de ser governado por impérios, mas os países continuaram a ter ambições imperialistas. Cada Estado desenvolveu os seus interesses de acordo com a sua realidade e contexto: *“(…) each society’s perceptions are affected by its domestic structure, culture, and history and by the overriding reality that the elements of power (…) are in constant flux (…)* the balance of power need to be recalibrated from time to time”. (KISSINGER, 2014, p. 30

– 31). Os conflitos na Europa, e não só, voltaram a suceder-se embora não tenham tido o efeito de outrora, mas sim o propósito de recalibrar a balança de poder. Cada conflito produziu mudanças na Ordem Mundial, que muito se distanciou desde aquela que fora acordada em 1648.

No cenário internacional atual, o conceito que representa Vestefália é visto de forma diferente. O que outrora foi um sistema de inovação e governação é atualmente tido como uma forma de manipulação e restrição de valores pelos quais muitos Estados já não se identificam. Apesar de o conceito adquirido por Vestefália estar em desuso e a enfrentar uma crise de identidade este representou a primeira tentativa de institucionalização da ordem internacional com base num conjunto de regras e limites comuns fundamentados na multiplicidade de poderes ao invés dos mesmos serem exclusivos a um único país. Porém o cenário internacional evoluiu e complexificou-se enquanto a Paz de Vestefália ficou estagnada no contexto internacional do século XVII.

1.1 Da Grã-Bretanha a Napoleão – Os primeiros desafios à Nova Ordem Mundial

Durante o século XVIII a Grã-Bretanha tornou-se na maior potência naval o que impediu qualquer outro país Europeu de alcançar hegemonia. Este poderio durou praticamente até ao rebentamento da Primeira Guerra Mundial e permitiu aos britânicos controlar e ser o peso decisivo para o equilíbrio da balança de poder e, conseqüentemente, a potência máxima da Ordem Mundial. A razão para conseguir subsistir tanto tempo como potência decisiva primou-se pelo facto de não perseguir um conjunto restrito de interesses, mas sim por identificar os seus interesses nacionais com a preservação do seu estatuto na balança de poder. Estes princípios são hoje facilmente reconhecidos na postura contemporânea americana.

Porém, embora a Grã-Bretanha detivesse maior preponderância capacitativa, a Europa pós-acordo de Vestefália pautou-se pelo aparecimento de duas balanças de poder que impediram a Europa de se desfragmentar tal como acontecera na Guerra dos Trinta Anos: “*The overall balance, of wich England acted as a guardian, was the protector of stability. A Central European balance essentially manipulated by France aimed to prevent the emergence of a unified Germany (...)*” (KISSINGER, 2014, p.33). Esta estabilidade criada pela Grã-Bretanha e França não impediu o aparecimento de conflitos, mas limitou o seu efeito pois os objetivos de fazer a guerra não eram imperialistas, ao invés, tinham propósitos niveladores.

Ainda durante o século XVIII, a balança de poder da Ordem Mundial de então esteve sujeita a pressões apesar de a Grã-Bretanha continuar a ser fulcral para o seu equilíbrio. O desejo de hegemonia da França de Luís XIV, cujos desejos expansionistas foram derrotados pela *Grand Alliance*², e o ajustamento do sistema internacional devido à insistência de Frederico II da Prússia para obter um estatuto equitativo com as maiores potências foram duas ameaças à Ordem Mundial de então que foram contidas. O sistema de Vestefália perdurou e, com as adversidades vencidas, ficou intrínseco que o pluralismo era indispensável à sobrevivência e evolução da ordem europeia, e mais tarde mundial, alcançada.

Estas foram as duas maiores ameaças à Ordem Mundial de Vestefália durante a primeira metade do século XVIII. As batalhas travadas pautavam-se por objetivos territoriais limitados e não com o intuito de destituir governos e instituições ou sequer impor um novo sistema de relações entre Estados. O sentido expansionista, seja por questões religiosas ou geoestratégicas, perdurou e ficou evidenciado nos exemplos referidos.

No século XVIII deu-se também um fenómeno que acabou por beneficiar, em parte, a ordem europeia: o aparecimento do Iluminismo. Este movimento unificou a Europa, com os avanços científicos, tecnológicos e filosóficos alcançados a “fé cega” europeia na religião começou a enfraquecer. O avanço da civilização enquanto sociedade moderna passaria a ser o propósito, ficando de parte a continuação dos valores da religião que representavam uma restrição face ao desenvolvimento. O espírito crítico de análise e a procura do conhecimento para além da explicação religiosa colocaram o Homem como ator e produtor de conhecimento central. O eruditismo alcançado durante o Iluminismo foi aplicado aos conceitos de governação, legitimidade política e ordem internacional complexificando a estrutura evolutiva de todos estes parâmetros.

De entre todos os pensadores pertinentes desta época, destaca-se Kant, que elevou a conceção de Montesquieu sobre a política doméstica, desenvolvedor de um conceito para uma Ordem Mundial pacífica duradoura:

“(...) a voluntary federation of republics pledged to non-hostility and transparent domestic and international conduct. Their citizens would cultivate peace because (...) when considering hostilities, they would be deliberating about “calling down on themselves all the miseries of war”. Over time the attractions of this compact would become apparent, opening

² Fundada em 1686. Também conhecida por *League of Augsburg*. Foi uma coligação europeia criada pela Inglaterra, Áustria e Holanda ao qual mais tarde se juntaram a Espanha, Prússia, Dinamarca, diversos principados da Alemanha entre outros. A sua criação teve o intuito de conter as políticas expansionistas de Luís XIV.

the way toward its gradual expansion into a peaceful world order. It was Nature's purpose that humanity eventually reason its way toward "a system of unified power, hence a cosmopolitan system of general political security" and "a perfect civil union of mankind" (KISSINGER, 2014, p.40).

A humanidade tinha, segundo Kant, tendência a unificar-se porém sempre em constante resistência o que ameaçava a estrutura das estruturas sociais. Cada Estado formado procurava preservar a sua absoluta soberania e liberdade estando disposto a recorrer a meios militares para tal efeito. Kant viu que o sistema de resolução de assuntos internacionais da Ordem Mundial através de confrontos militares só causavam morte e devastação e, deduziu, que com o tempo e a experiência do impacto que as guerras tinham que a sociedade simplesmente iria optar por uma alternativa de resolução pacífica, ou seja, diplomática. Se fosse criado um sistema federativo de Estados comprometidos com a paz tanto doméstica como internacional assim como uma sociedade que se pautasse pela propagação da mesma o modelo ganharia robustez e propagar-se-ia pelo mundo, obtendo-se a dita Ordem Mundial pacífica a que Kant aspirava.

Contudo, o sistema internacional administrativo não é tão simples nem exclusivamente fundamentado à base da filosofia. Segundo Henry Kissinger: *"Is there a single concept and mechanism logically uniting all things (...) or is the world too complicated and humanity too diverse to approach these questions through logic alone (...)?" (KISSINGER, 2014, p. 41).* É uma questão pertinente que permite compreender o porquê de, decorridos séculos após o raciocínio Kantiano, o sistema internacional e as respectivas sociedades continuarem, em certos pontos geográficos, instáveis e em constante fragmentação.

A ameaça à Ordem Mundial de Vestefália que se seguiu foi a Revolução Francesa entre 1789 e 1799 que aspirava a uma mudança e um sistema diferente e procurava distanciar-se dos modelos de governação adquiridos durante o período iluminista. Este período conturbado demonstrou que, por vezes, as mudanças e divergências de uma sociedade podem ter maiores repercussões no equilíbrio internacional do que atos de agressão, militares ou políticos, externos. O propósito de uma revolução passa por mudar um conjunto de parâmetros considerados insatisfatórios a nível político e reconstruir um sistema de acordo com o que a sociedade precede como aceitável. O líder intelectual da Revolução Francesa, Jean-Jacques Rousseau considerava como fraudulentas todas as instituições sociais, políticas e religiosas. O regime monárquico absolutista que governava o país acabou por cair, os privilégios feudais e aristocráticos foram retirados, deu-se o secularismo religioso e tudo foi destituído e substituído

ído com base nos princípios defendidos durante este período: *Liberté, Égalité, Fraternité*³. Ironicamente, a instauração da Primeira República Francesa⁴ acabou por se tornar num regime autoritário e militarista ao invés da República democrática secular pela qual se lutou.

Os ideais da Revolução Francesa assentavam, tal como o Comunismo, na impossibilidade de conjugação de diferentes concepções políticas e religiosas da realidade. A Revolução voltou a unir a política doméstica e externa, a legitimidade e o uso de poder, algo que Vestefália tinha separado com o intuito de limitar as ações e consequências das guerras na Europa. O conceito de Ordem Mundial adquirido com Vestefália foi substituído por um sistema revolucionário. Estava lançado o repto para a criação de um regime totalitário e com uma política externa, e doméstica, imperialista.

Quem sucedeu à Primeira República Francesa foi Napoleão Bonaparte que ganhou o controlo da França em 1799, altura em que chegou ao fim a Revolução Francesa, e transformou o país num regime militar e expansionista com ambição imperialista. Napoleão representava um novo tipo de Ordem Mundial: uma ordem marcada por uma balança de poder baseada na sua vontade e legitimada pelo sucesso das suas campanhas militares. Autoproclamado Primeiro Cônsul vitalício após ter liderado o golpe de Estado em 1799, autoproclamou-se Imperador em 1804 mostrando que rejeitava qualquer outro poder que não o próprio.

O cerne da ação de Napoleão baseava-se na rejeição dos limites políticos e geográficos que administravam o mundo e primava-se pela reorganização do espaço geográfico mundial concebido por si próprio como autoridade máxima. Era agora o líder que definia a Revolução, e não o contrário, e o seu objetivo era uma Europa unificada e dominada por uma única pessoa.

No fim, Napoleão viria a cair devido à sua ambição imperialista. Invadir Espanha e Rússia sem recursos para defender uma campanha militar daquela magnitude ditou a sua queda. O desejo imperialista napoleónico era incompatível com qualquer Ordem Mundial.

As Guerras Revolucionárias francesas e as Guerras Napoleónicas levaram a Europa de volta no tempo para os efeitos nefastos que a Guerra dos Trinta anos tinha tido. Foi em 1813 na Batalha de Leipzig que os exércitos dos restantes países europeus se uniram e infligiram a primeira grande derrota ao exército napoleónico. Derrota essa que foi o suficiente para provocar o seu colapso. Como Napoleão se recusou a chegar a qualquer acordo, pois qualquer

³ Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

⁴ Proclamada em 1792.

aceitação limitativa significaria a perda da sua legitimidade governativa, acabou por ser deposto tanto pela sua intransigência como pelos princípios da Ordem de Vestefália.

Por fim, o período napoleónico acabou por fortificar o poder da ordem europeia de Vestefália mas também criou questões pertinentes no equilíbrio da balança de poder. Questões essas que condicionariam o regresso ao equilíbrio que a Ordem Mundial de Vestefália tinha alcançado.

2. O começo da Desordem Mundial – Ameaças à Ordem Mundial

Com o fim da era da Revolução Francesa e de Napoleão, a Rússia começou a ganhar relevância internacional na balança de poder. A Guerra dos Sete Anos⁵ permitiu à Rússia a entrada na balança de poder ocidental da Europa. Desde o século XVIII que a Rússia tem desempenhado um papel exclusivo na ordem internacional devido à sua peculiaridade geográfica que compreende os territórios do norte da Eurásia e ocupa uma extensão territorial desde a Europa Oriental até ao norte da Ásia sendo o país com maior área territorial mundial. Devido a esta extensão geográfica, a Rússia contribui para o equilíbrio da balança de poder tanto na Europa como na Ásia e é um importante decisor internacional.

Contudo, a Rússia não representava um aliado à Ordem Mundial Europeia. Tinha, e tem, ambições próprias. Assentado num sistema absolutista e com grande capacidade de ingerência na sua área geográfica, a Rússia representava um desafio ao equilíbrio e ordem que primavam na Paz de Vestefália.

O nascimento do povo russo foi marcado, desde o começo, por uma necessidade de constante alerta em relação à sua integridade territorial pois estava rodeado por outros povos e impérios em processo expansionista: os Vikings a norte, o Império Árabe a sul e tribos turcas vindas do este.

As diferenças entre a ideologia russa e os valores de Vestefália não podiam diferir mais. Do ponto de vista da Ordem Mundial europeia o equilíbrio e segurança da balança de poder

⁵ Ocorrido entre 1754 e 1763. Foi uma série de conflitos internacionais decorridos durante a monarquia de Luís XV entre a França e Inglaterra, e respetivos aliados. Este conflito foi motivado por vários fatores: a ascendente influência de Frederico II da Prússia; a disputa da Silésia pela Áustria e Prússia; a disputa entre a Grã-Bretanha e a França pelas colónias das Índias e América do Norte que resultariam no controle do comércio marítimo; alguns territórios na África e Ásia também foram alvo de disputa. A Grã-Bretanha saiu vitoriosa.

assim como a restrição na aplicação de força eram essenciais para uma coexistência pacífica. A Rússia tinha exatamente a concepção contrária: restringir o poder de um Estado pode resultar em catástrofe. A incapacidade russa em defender o seu território e o que estava à sua volta era tida como a causa das invasões Mongóis do século XIII e do *Tempo de Dificuldades*⁶ e, por isso, a sua posição teria que ser reforçada para manter a salvo a própria integridade territorial e soberania. Outra divergência entre a Ordem Mundial de Vestefália e da Rússia era a visão sobre o funcionamento do equilíbrio da ordem internacional: a Paz de Vestefália depreendia-a como um mecanismo assentado num equilíbrio da balança de poder internacional, enquanto a Rússia entendia-a como uma questão de vontade política que compreendia a extensão do seu território baseado em necessidades materiais e de poder. A política externa russa no século XVII primava pela expansão do seu território em todas as direções o que mostrava que o espírito imperialista estava intrínseco e presente nos interesses nacionais russos.

Como a região não estava limitada pelas fronteiras contemporâneas, a Rússia alargou o seu Império à Ásia Central, ao Cáucaso, aos Balcãs, ao este da Europa, à Escandinávia, ao Mar Báltico, ao Oceano Pacífico, até às fronteiras da China e Japão e chegou mesmo a controlar partes do Alasca e da Califórnia entre os séculos XVIII e XIX.

A Rússia era, e é, um país com uma maneira de atuar diferente do que o Ocidente estava habituado. Porém, a Rússia tinha os seus pontos fracos. Embora tenha conseguido conquistar vastos territórios, o país tinha bastantes debilidades científicas, tecnológicas e militares, estando menos avançado que a Europa. O Czar Pedro I da Rússia optou por alinhar o sistema de Estado russo com o europeu, mas as diferenças e limitações eram óbvias. Enquanto a Europa tinha passado pelos Descobrimentos, Renascimento, Iluminismo e inúmeras reformas a nível científico, social e militar a Rússia ainda estava a caminhar para fora do período medieval.

As reformas impostas pelo Czar Pedro I transformaram a sociedade e o país numa das principais potências ocidentais. O sistema governativo russo era baseado no autoritarismo, posição essa fulcral para o funcionamento do governo. As conquistas eram justificadas com a disseminação de ordem e conhecimento em terras desprovidas de qualquer doutrina de

⁶ Período da história russa compreendido pelo interregno entre a morte do último Czar russo, Teodoro I em 1598, e o aparecimento da Dinastia Romanov em 1613. A Fome de 1601-1603 da Rússia matou cerca de um terço da população, agudizando as dificuldades. Na altura, a Rússia era dominada pela Comunidade Polaco-Lituana dando-se inúmeras revoltas civis com intuito à independência do povo russo.

ordem. Tal como a Rússia atual, o país de então possuía estratégias distintas quando se encontrava em posição fortalecida e enfraquecida: quando no auge a sua conduta era aquela de um poder superior refletida através de demonstrações do mesmo; quando em posição inferior disfarçava a sua vulnerabilidade recorrendo a ameaças de demonstração de força.

Na altura do Congresso de Viena, a Rússia e as pretensões dirigidas pelo Czar Alexandre I eram um fator a ter em consideração. O país tinha adquirido um estatuto de preponderância relevante e, quando se apresentou em Viena para delinear uma nova Ordem Mundial, tinha uma visão própria que primava por princípios mais radicais que os de Napoleão. A prioridade de Viena seria transformar a visão totalitária de Alexandre I em algo conciliável com o sistema de equilíbrio e independência na Europa. Sem este parâmetro, a entrada da Rússia na Ordem Mundial teria consequências negativas na balança de poder da Europa.

2.1 A Estruturação de uma Nova Ordem Mundial – O Congresso de Viena e uma nova premissa para a Ordem Mundial

O Congresso de Viena⁷ marcou um novo passo no progresso da Ordem Mundial. O resultado desta conferência estabeleceu uma ordem europeia próxima de uma governação universal e produziu um consenso em relação ao desenvolvimento através de um processo evolutivo pacífico ao invés de recorrer a outras alternativas que prejudicavam e atrasavam o desenvolvimento da Europa. Chegou-se à conclusão que a estabilidade do sistema, a Ordem Mundial europeia, era mais importante que as divergências de um país e não deveria ser posto em causa mas sim preservado e desenvolvido. Todas as diversidades entre Estados deveriam ser resolvidas com recurso à via diplomática e não à militar. A Ordem que emergiu do Congresso de Viena seria, mais uma vez, focada na balança de poder mas com maior equilíbrio.

O acordo alcançado em 1815 acabou por lançar a Europa num período de paz sem precedentes até final do século XIX e a ordem europeia passou a ser caracterizada por um equilí-

⁷ Conferência entre embaixadores de diferentes países da Europa, presidido pelo Chanceler de Estado da Áustria Klemens Wenzel von Metternich em Viena entre setembro de 1814 e junho de 1815. O objetivo principal era alcançar um entendimento para uma Europa pacífica após as guerras da Revolução Francesa e Napoleónicas através da restituição das antigas fronteiras e recalibrar o poderio das maiores potências europeias para que o equilíbrio pudesse ser mais equitativo.

brio entre a legitimidade e o uso de poder que permitiu que o período de paz subsistisse até à Primeira Guerra Mundial.

O Congresso de Viena redefiniu a Ordem Mundial e reestruturou-a a pensar nas evoluções que a Europa tinha sofrido durante o século XVIII que causaram conflitos e mudanças na política doméstica e externa dos Estados europeus. Quando as negociações começaram, em 1814, o contexto sobre o qual se procurava chegar a um entendimento diferia totalmente daquela que era a realidade aquando do acordo de Vestefália. A Paz de Vestefália foi acordada para pôr fim à Guerra dos Trinta Anos e começar a construir uma ordem europeia assentada numa política externa livre de qualquer influência religiosa e equilibrada para evitar futuros conflitos. As negociações em Viena visavam solucionar a destruição que as guerras da Revolução Francesa e Napoleónicas tinham causado. Era necessário reestruturar a balança de poder e conferir-lhe um equilíbrio que permitisse que a Europa subsistisse em paz e que os Estados compreendessem que recorrer à via militar para resolver diferendos tinha consequências para o desenvolvimento europeu.

Os objetivos eram redesenhar uma nova balança de poder que impedisse a França de voltar a ter capacidade de alcançar a hegemonia na Europa, mas também era necessário ter atenção à ameaça que a Rússia representava, ou seja, a balança de poder teria que ser reconstruída de este a oeste da Europa e os territórios redistribuídos para que fosse possível obter uma ordem estável.

A Europa Central passou por reformulações geográficas com o intuito de anular a influência francesa, algo que os tratados de Vestefália não tinham feito. O objetivo era unir alguns Estados de menor dimensão para consolidar a região. A Prússia foi quem mais beneficiou com esta medida vendo aumentado o espaço geográfico e, conseqüentemente, a sua esfera de influência na ordem europeia tendo obtido grande capacidade de ingerência na fronteira com a França, uma realidade geoestratégica a que os franceses não estavam habituados e não existia desde a Paz de Vestefália.

Outra reestruturação na Europa passou pela unificação de 37 províncias alemãs, que formaram a Confederação Alemã. Com esta medida surgia um novo dilema na ordem europeia que poderia ser uma ameaça à estabilidade. A Alemanha sempre fora, até então, demasiadamente forte ou fraca para a estabilidade da Europa. Quando fragilizada procurava ajuda externa, maioritariamente francesa. Porém, quando adquiria um estatuto de maior preponderância tinha capacidade para derrotar todas e quaisquer ameaças. A capacidade alemã ainda só permitia a defesa do próprio território e era limitada em termos de projeção externa. A

solução encontrada para equilibrar a balança de poder na Europa Central permitiu dar estabilidade à Europa e, simultaneamente, fazê-lo sem constituir uma ameaça à Rússia e à França.

Uma nova aliança constituída pela Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia surgiu para proteger as inovações políticas e geográficas adquiridas no Congresso de Viena que visava dar uma garantia de estabilidade territorial, preservando a integridade das fronteiras de todos os países da Europa e salvaguardando a sua soberania da ingerência de outros países.

No fim, o Congresso de Viena acabou por produzir importantes ferramentas estabilizadoras para a Europa: a aliança entre a Grã-Bretanha, a Áustria, a Prússia e a Rússia para preservar a integridade territorial das novas fronteiras da Europa; a Santa Aliança, encabeçada pela Áustria, Rússia e Prússia, que visava manter a estabilidade doméstica de cada um dos Estados constituintes da ordem europeia; e um conjunto de poderes que seriam apoiados através de conferências e acordos diplomáticos com o intuito de estabelecer linhas comuns de política externa e interna assim como lidar com crises emergentes.

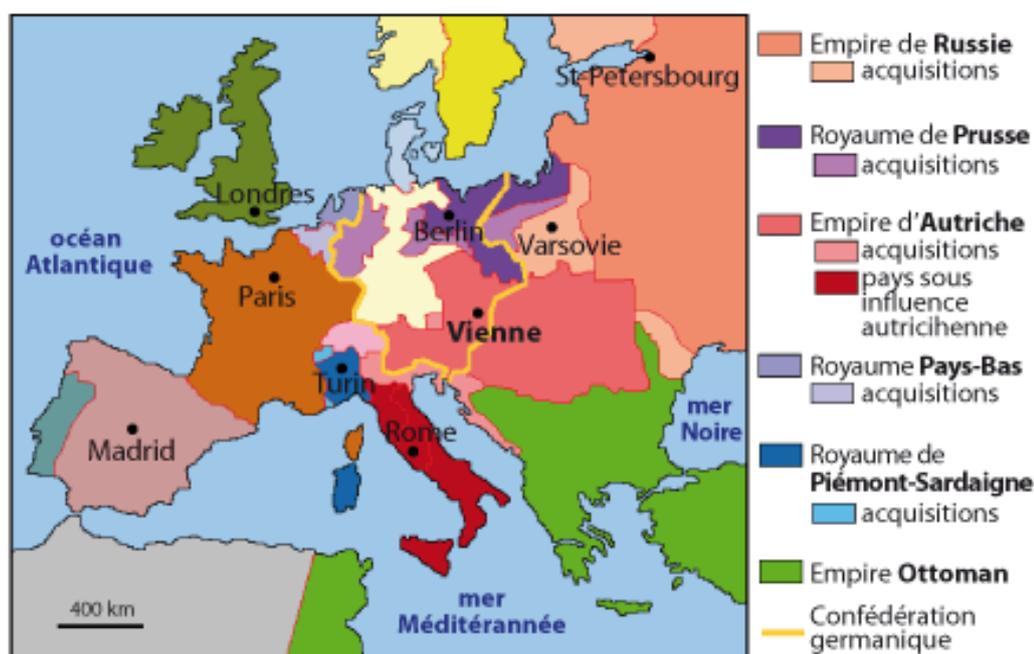


Fig. 2 – Mapa da Europa após a realização do Congresso de Viena (1815)

Fonte: http://www.memo.fr/en/article.aspx?ID=PAY_AUT_007

Para preservar a sobrevivência de uma Ordem Mundial é fundamental atribuir um equilíbrio justo entre a legitimidade e o uso de poder que garantam uma evolução positiva. Se esta simetria for devidamente administrada as demonstrações de poder serão maioritariamente simbólicas pois a conceção capacitativa de poder total será entendida como suficiente

para a estabilização. Caso este equilíbrio seja destruído, as restrições desaparecerão e o caos voltará a instalar-se dando azo às pretensões de novos atores internacionais até que se chegue a entendimento sobre uma nova ordem.

Contudo, apesar de o Congresso de Viena ter projetado a Europa para um resto de século XIX quase pacífico isso não impediu que surgissem novas ameaças à Ordem Mundial adquirida durante esse período. A meio do século XIX recomeçaram os problemas para a Europa e o equilíbrio e entendimento alcançados em 1815 começaram a ser postos em causa. Foram três os acontecimentos de maior destaque: o aumento do nacionalismo⁸; as Revoluções de 1848⁹ e a Guerra da Crimeia¹⁰.

A emergência do nacionalismo causou instabilidade no império Austro-Húngaro e afetou as relações entre a Áustria e a Prússia. A Prússia era tida como uma das maiores potências europeias e estava esgotada do papel de subordinação à Áustria, pelo que adotou uma postura mais aguerrida com o propósito de fazer valer os seus interesses e defesa do território e nacionalidade prussianos.

As Revoluções de 1848 exigiam mudanças nos sistemas políticos. Com uma crescente classe média, os governos aristocráticos acusaram a influência do nacionalismo e viram-se confrontados com revoluções em prol de reformas liberais. A Santa Aliança, concebida durante o Congresso de Viena, fora constituída exatamente com o propósito de conter este tipo de insurgência, contudo as divergências existentes na Alemanha e na Áustria impossibilita-

⁸ Durante o século XIX a Europa foi abrangida por uma onda de nacionalismo romântico que influenciou alguns países formados recentemente como é o caso da Alemanha. Por toda a Europa, intelectuais e políticos radicais influenciados pelos ideais napoleónicos deram ao conceito de identidade nacional protagonismo. O sentido de nacionalidade era, de acordo com alguns intelectuais, um fator importante para a coesão da sociedade.

⁹ Conjunto de revoluções ocorridas na Europa Central e Oriental criadas por regimes autocráticos, crises económicas, falta de representação política e pelo crescimento do nacionalismo.

¹⁰ Conflito entre 1853 e 1856 na península da Crimeia entre o Império Russo e a aliança formada pela Grã-Bretanha, a França, o Império Otomano, o Império Austríaco e o Reino da Sardenha. O propósito desta guerra foi a contenção das propensões expansionistas russas. O conflito começou devido às divergências entre a Rússia, Ortodoxia, e a França, Catolicismo, sobre quem possuía a legitimidade para disseminar a religião cristã e fazê-la chegar às comunidades cristãs em Jerusalém, então território Otomano. O resultado foi favorável à aliança de países e culminou com a assinatura do Tratado de Paris em 1856 que atribuiu ao Mar Negro o estatuto de território neutro proibindo a fortificação militar marítima de qualquer país naquela zona. Este tratado acabou por ferir e conter as pretensões imperialistas da Rússia.

vam uma ação eficaz. Apesar de tudo, a ordem de Viena subsistiu mas muito debilitada face a 1815.

A Guerra da Crimeia agudizou a instabilidade da Ordem Mundial. Este conflito destruiu a coesão entre a unificação da Áustria, Prússia e Rússia e, conseqüentemente, um dos pilares fundamentais à estabilidade da Ordem Mundial estabelecida em 1815. Sem esta aliança, a Europa perdia o grupo responsável pela contenção da França e pela defesa do sistema de governação europeia. As alianças conseguidas durante o Congresso de Viena, já debilitadas pelas Revoluções de 1848, foram destruídas com este conflito. A Prússia manteve-se neutra durante o conflito e a Áustria aproveitou o isolamento russo para fortalecer a sua influência nos Balcãs o que acabaria por lhe ser desfavorável. A tentativa de isolar a Rússia acabou por isolar a Áustria que viu Napoleão invadir os seus territórios na Itália sem qualquer apoio da Rússia para os defender. A Prússia ganhou maior liberdade na Alemanha e Otto von Bismarck colocou a Alemanha no caminho da unificação, excluindo a Áustria deste processo. A Áustria acabou por ficar isolada e perceber, da pior forma possível, que para ser parte de uma ordem internacional equilibrada é necessário ter fidedignidade.

A Ordem Mundial começava a ganhar uma nova preponderância: o sistema internacional começava a deixar de ser baseado numa balança de poder equilibrada e passa para um sistema de sobrevivência do, Estado, mais forte.

Um novo país iria emergir e alterar a ordem europeia. Otto von Bismarck, primeiro-ministro da Prússia¹¹ e mais tarde Chanceler da Alemanha¹², viu uma oportunidade na reunificação alemã após os resquícios da Guerra da Crimeia que havia fraturado a ordem europeia, abalado a estabilidade da França e da Áustria e isolou as monarquias conservativas no este da Europa. A unificação da Alemanha criaria uma nova ordem mundial e alteraria a balança de poder na Europa.

A emergência da Alemanha destruiu a balança de poder baseada nos princípios de Vestefália e Viena, que primavam por um equilíbrio entre legitimidade e poder, criando um país dominante e com capacidade militar suficiente para preservar a integridade das suas fronteiras e derrotar os países vizinhos. A legitimidade deixou de ser um fator a ter em conta e o uso de poder passou para fator principal na atuação dos Estados. O equilíbrio da balança de

¹¹ Entre 1862 e 1890.

¹² Responsável máximo pela unificação da Alemanha. Tornou-se no primeiro Chanceler do país e governou entre 1871 e 1890 o Império Alemão.

poder ficou reduzido à vontade das que eram então as maiores potências da nova Ordem Mundial: a França, a Alemanha, a Rússia, a Áustria e a Grã-Bretanha.

A flexibilidade e pragmatismo que os modelos de Vestefália e Viena tinham produzido na Europa, permitindo mesmo a sua adaptação a qualquer país e parte do mundo, contrastavam com a inflexibilidade da ordem mundial resultante da unificação da Alemanha.

Como consequência da crescente singularidade criada pela Alemanha, foi criada a Entente Cordiale¹³ com o intuito de contrabalançar este poderio. As questões diplomáticas tornaram-se uma forma de solidificar alianças, provocando maiores desequilíbrios na balança de poder da Ordem Mundial. Com o fortalecimento das políticas externas de cada país, as tensões aumentaram e começavam a antecipar-se divergências que poderiam levar a novos conflitos na Europa, o que as duas Guerras Mundiais subsequentes comprovaram.

2.2 As Duas Guerras Mundiais como Maior Ameaça à Ordem Mundial – Uma Desordem sem Precedentes

Os acontecimentos mais significativos para a Ordem Mundial pós-Vestefália foram a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, dois conflitos que destruíram totalmente o equilíbrio da balança de poder da Ordem Mundial e lançaram a Europa numa crise governativa. A estabilidade que o Congresso de Viena alcançou foi de imediato posta em causa com a unificação da Alemanha e agravou todas as tensões existentes na Europa. Como a balança de poder fora equilibrada em 1815 não existia capacidade para a realização de um conflito até à unificação alemã.

A Primeira Guerra Mundial¹⁴ foi precedida como um conflito de cariz reduzido onde se disputavam um conjunto limitado de objetivos. Porém, resultou na morte de mais de 25 milhões de pessoas e destruiu totalmente a Ordem Mundial e qualquer base para o seu ressurgimento. A opção diplomática de resolução de conflitos foi posta de lado e a via militar ganhou preponderância. Como consequência deste confronto, grandes mudanças aconteceram na Ordem Mundial e os impactos maiores foram a queda dos Impérios Russo, Austríaco e Otomano.

¹³ Série de acordos assinados em 1904 entre a Grã-Bretanha, a França e a Rússia que marcaram o início de uma aliança contra o crescente poderio do Império Alemão e Austro-Húngaro. A Entente Cordiale mais tarde tornou-se na Tríplice Entente com a adesão da Rússia à aliança.

¹⁴ Decorrida entre 1914 e 1918.

A Rússia passou, pós – Primeira Guerra Mundial, por um período de mutação em que revoltas populares deram azo à emergência de uma elite que proclamava a disseminação de uma doutrina universal de governo. Após a Fome Russa de 1921¹⁵, a revolução de 1917 e a Guerra Civil Russa¹⁶ foi criada a União Soviética que primava pela disseminação do Comunismo como modelo governativo e rejeitava toda e qualquer concepção de Ordem Mundial diferente dos seus ideais.

No fim da Primeira Guerra Mundial as consequências foram muito maiores do que se imaginara em 1914 e procurou-se chegar a um equilíbrio com o Tratado de Versalhes em 1919. O problema deste acordo foi que se baseou nos conceitos que começaram a ser adquiridos no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, onde a legitimidade e a via diplomática tinha sido postas em segundo plano e o uso de força tinha ganho protagonismo. O Tratado de Versalhes pôs a Alemanha de parte da formação de uma nova Ordem Mundial, ao contrário do que o Congresso de Viena tinha feito com a França.

Os países que compunham a balança de poder da Ordem Mundial foram todos afetados pela Primeira Guerra Mundial. O Império Austro-Húngaro foi totalmente apagado; a Rússia, então União Soviética, e a Alemanha foram excluídas da nova Ordem Mundial que começou a ser delineada com o Tratado de Versalhes. Quanto à Grã-Bretanha voltou a adquirir um papel semelhante ao que tivera durante a Paz de Vestefália: procurava um papel protagonista na balança de poder com o intuito de conter futuras ameaças à instabilidade, ainda que praticamente inexistente, da Europa.

O uso da diplomacia para resolução de divergências tinha dado à Europa quase um século de paz servindo como um estabilizador entre o uso da legitimidade e poder. Contudo, perto do final do século XIX o uso da força começara a ganhar maior preponderância e a Guerra da Crimeia desencadeou o início do fim da Ordem Mundial de Viena, ordem essa que a Primeira Guerra Mundial fez questão de obliterar completamente deixando a Europa desprovida de qualquer sistema de equilíbrio político, social e militar.

Embora o Tratado de Versalhes tenha conseguido estabelecer um equilíbrio, fê-lo apoiado em parâmetros débeis que não permitiriam uma estabilidade duradoura. A criação de uma nova Ordem Mundial foi conseguida com este acordo, contudo o peso da legitimidade foi

¹⁵ Resultado da crise económica causada pela Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Russa de 1917 e pela Guerra Civil russa. Provocou cerca de 5 milhões de mortos. Aconteceu entre a primavera de 1921 até ao final de 1922.

¹⁶ Ocorrida entre 1917 e 1922.

menosprezado e constituiu-se uma nova ordem baseada nos princípios comuns que emergiram após o fim da Primeira Guerra Mundial. A geografia europeia foi redesenhada para conferir um maior equilíbrio e conter a ascensão da Alemanha e da União Soviética. O Tratado de Versalhes falhou contundentemente: era demasiado punitivo para permitir a reconciliação da Alemanha com a Europa e demasiado débil para a impedir de se reerguer. Quando a Alemanha começou a desafiar as cláusulas de Versalhes a França, que tinha sido nomeada pelo tratado como um dos “polícias” da Europa, provou-se demasiado limitada e esgotada pela guerra para conter as propensões alemãs.

Foram várias as tentativas para manter a estabilidade na Europa. Um conjunto de leis internacionais sobre desarmamento foram postas em prática, mas com poucos efeitos. Foi criada a Liga das Nações¹⁷ com o intuito de desenhar um sistema de mediação da paz na Europa e desenvolver ferramentas legais para resolução de divergências assim como um *modus operandi* em caso de conflitos. O problema é que estes acordos e a criação de uma organização internacional não obtiveram total apoio das maiores potências e países com desejos expansionistas, como era o caso da Alemanha, compreenderam que não existiam realmente consequências severas por infringir as regras definidas por estes mecanismos regulatórios.

Como resultado do isolamento da Alemanha a Europa assistiu ao crescimento de duas ordens internacionais opostas. Por um lado uma Ordem Mundial pautada pelo direito internacional, apoiado maioritariamente pelas democracias Ocidentais, por outro lado um conjunto de países que haviam rejeitado entrar numa ordem que limitava as suas ambições. Entre estas ordens incompatíveis estava a União Soviética, que rejeitava qualquer sistema regulador que não o seu, que aguardava o momento oportuno para intervir na balança de poder europeia e esse momento estava próximo dado que o Tratado de Versalhes não conseguiu obter nem legitimidade nem equilíbrio na Ordem Mundial.

Foi por todas estas lacunas que quando Adolf Hitler chegou ao poder da Alemanha em 1933 usou o sentimento de revolta do povo alemão para dar início à destruição do Tratado

¹⁷ Organização internacional contruída em 1919 no resultado do Tratado de Versalhes. O objetivo seria a criação de um organismo internacional com poder de ingerência em assuntos que constituíssem uma ameaça à paz da Europa. Manteve-se até 1939, altura em que rebentou a Segunda Guerra Mundial, tendo depois sido dissolvida devido a falhar o seu propósito e em 1942 estava extinta. Contudo isto criou um precedente para a criação de uma entidade com competências na mediação da paz mundial e, em 1946, foi criada a ONU.

de Versalhes. A Segunda Guerra Mundial¹⁸ veio confirmar que as tensões na Europa não tinham sido atenuadas com o Tratado de Versalhes tendo ainda motivado uma resposta mais explosiva da Alemanha que se sentiu insultada e menosprezada com o acordo de 1919. A Alemanha começou por destruir a débil estabilidade existente na Europa atacando a Europa Central e Este. Países como a Áustria, a Polónia e a Checoslováquia foram conquistados pelo Império Nazi.

“In every era, humanity produces demonic individuals and seductive ideas of repression. The task of statesmanship is to prevent their rise to power and sustain an international order capable of deterring them if they do achieve it.” (KISSINGER, 2014, p. 86). O Tratado de Versalhes falhou contundentemente em criar a estabilidade necessária ao desenvolvimento equilibrado da Ordem Mundial. Os mecanismos de ação criados para conter o reaparecimento de pretensões expansionistas não tinham a capacidade para parar a Alemanha. Os desequilíbrios e a instabilidade política da Europa foram determinantes para que as duas Guerras Mundiais acontecessem. Com o fim da Primeira Guerra Mundial a Europa tinha ficado devastada e não existiam quaisquer ferramentas para uma reconstrução sólida da sua integridade territorial e política. As alianças formadas estavam claramente limitadas para conter duas potências com as capacidades que tinham a Alemanha e a União Soviética. A Segunda Guerra Mundial foi apenas uma questão de tempo pois era evidente que iria rebentar um novo conflito dadas as limitações em construir uma Ordem Mundial capaz de conter as ameaças à estabilidade e ao equilíbrio da balança de poder da ordem europeia.

Todo o trabalho que tinha sido alcançado desde a Paz de Vestefália fora destruído por estes dois conflitos. Como a Europa foi incapaz de tirar as ilações necessárias da Primeira Guerra Mundial o conflito que se sucedeu teve consequências ainda mais devastadoras. Tendo a Europa falhado em aplicar eficazmente os princípios de Vestefália com vista ao desenvolvimento de uma nova Ordem Mundial, a ordem europeia teve que passar ainda pela Segunda Guerra Mundial e, quando esse conflito acabou, teve que redesenhar uma nova Ordem Mundial e estabilizar a balança europeia de poder.

¹⁸ Ocorrida entre 1939 e 1945. O número de fatalidades estima-se que tenha estado entre os 50 e os 80 milhões de vítimas.

2.2.1 Começar do Zero – Uma Nova Ordem Mundial e o Futuro da Europa

A Ordem Mundial foi sempre um conceito mutável, nunca estático, que permaneceu e permanece atualmente em redefinição. A evolução científica e tecnológica aliada ao desenvolvimento político e social fez com que o mundo e os Estados fossem complexificando a política doméstica e externa. Estas evoluções permitiram acesso a novos recursos militares, energéticos e financeiros que foram ganhando maior preponderância no planeamento do interesse nacional, e relativa aplicação na política externa. O mundo passou de uma Ordem Mundial apoiada no equilíbrio entre a legitimidade e o poder para uma ordem pautada pela capacidade militar com as Guerras Mundiais. Com a evolução tecnológica evolui também o interesse nacional e as necessidades externas de cada país. Consequentemente, a Ordem Mundial está em constante mudança. Após dois conflitos de grande magnitude a Europa viu-se, mais uma vez, desprovida de qualquer sistema estabilizador e teve que encetar esforços para redefinir uma nova Ordem Mundial.

Como resultado das duas Guerras Mundiais os princípios de soberania e da balança de poder perderam força. A maioria dos países europeus tinham sido ocupados por fações militares estrangeiras durante a Segunda Guerra Mundial e a economia de cada país estava destruída. Era evidente que os países teriam dificuldades em estabilizar-se.

O caminho para a estabilização adivinhava-se complicado, mesmo assim a Europa encontrou em Konrad Adenauer¹⁹, Robert Schuman²⁰ e Alcide De Gasperi²¹ as bases a formação de uma nova Ordem Mundial. A Ordem Mundial a que agora se almejava tinha por objetivo prevenir a recorrência de conflitos na Europa. O primeiro passo para atingir estes objetivos foi a repartição da Alemanha, em 1949, em quatro zonas administradas pela União Soviética, a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. A Alemanha regressou para os tempos imediatos à Paz de Vestefália e ao Congresso de Viena, em que a divisão do

¹⁹ Chanceler da Alemanha Ocidental entre 1949 e 1963. Responsável pela ascensão da Alemanha das ruínas da Segunda Guerra Mundial para um país democrático, estável, com poderio económico e reconhecimento internacional. Foi um dos fundadores da União Europeia.

²⁰ Primeiro-ministro da França entre 1947 e 1948. Teve uma posição fulcral no desenvolvimento de instituições europeias e transatlânticas sendo considerado um dos fundadores da União Europeia, do Conselho de Segurança e da OTAN.

²¹ Trigésimo Primeiro-ministro de Itália, entre 1945 e 1953. Considerado um dos fundadores da União Europeia.

país sempre fora precedida como um elemento chave na estabilidade de uma estrutura internacional equilibrada. A França e Alemanha começaram, graças a Adenauer e Schuman, um processo de restabelecimento de ligações diplomáticas com vista à resolução das divergências entre estes dois países.

Em 1952 nasceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço²², que se tornaria na União Europeia, como o primeiro passo rumo à união das divergências europeias e um marco fulcral para o nascimento de uma nova Ordem Mundial na Europa. Durante bastante tempo a Alemanha representava o principal entrave à estabilidade, mas com Adenauer a realidade começou a mudar. Adenauer trabalhou para voltar a ganhar o respeito e a estabilidade da Alemanha na Europa e criar um caminho que permitisse estabilizar a Ordem Mundial com a Alemanha incluída. O equilíbrio europeu, resultante numa nova Ordem Mundial, tornou-se num modelo a seguir e a ter em conta por outros países. A balança de poder na Europa viu-se fortificada com a criação da OTAN que permitiu um grau elevado de coerência entre as políticas externas dos países europeus e dos EUA. Outro fator que estimulou a solidificação de uma nova Ordem Mundial na Europa foi a contenção da União Soviética, um objetivo que se tornou um parâmetro comum da política externa europeia.

A Europa ainda teve que passar por mais um conflito: a Guerra Fria²³. Esta guerra diferiu das anteriores pois foi regida por questões geopolíticas e pelo aparecimento do armamento nuclear nas questões militares. A balança de poder europeia voltou a desequilibrar-se dando origem a uma Ordem Mundial bipolar durante este período pois a tensão entre o Ocidente e a União Soviética era administrada, da parte Ocidental, pelos EUA. O fator que definiu os americanos como ator principal da aliança ocidental contra a União Soviética foi precisamente a questão nuclear. A América tinha adquirido durante a Segunda Guerra Mundial, e utilizado no Japão, a bomba nuclear e isso conferiu-lhe o estatuto de superpotência mundial dando-lhe protagonismo e tornando a aliança Ocidental unilateral. Esta mudança diferia do sistema da balança de poder tradicional que se baseava na equidade e não na unilateralidade.

²² CECA. Organização internacional com o intuito de unir os países europeus após a Segunda Guerra Mundial. Foi formalmente estabelecida em 1951 através da assinatura do Tratado de Paris pela Alemanha Ocidental, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Itália. Foi a primeira organização internacional a aplicar o conceito de supranacionalismo em detrimento do nacionalismo. Estabeleceu as bases para a criação da União Europeia em 1958 através do Tratado de Roma.

²³ Conflito que durou, estima-se, entre 1948 e 1991 e foi pautado por tensões políticas e militares restantes do fim da Segunda Guerra Mundial entre a União Soviética e o bloco Ocidental que contava com a OTAN, os EUA e os países europeus. Terminou em 1991 com a desintegração da União Soviética.

Mesmo a OTAN, que conjugava as forças militares de todos os membros europeus, era suportada pelo poderio militar americano especialmente se se tivesse em conta o fator nuclear.

A componente nuclear criou uma nova era nas políticas de segurança e defesa mundiais e teve influência direta na Ordem Mundial assim como na evolução dos conflitos. A Ordem Mundial na Guerra Fria foi dominada por dois grupos independentes e adversos, por um lado o equilíbrio nuclear entre os EUA e a União Soviética e por outro o balanço interno da OTAN. Os países europeus começaram a melhorar as competências militares para obterem maior poder de decisão dentro da aliança atlântica, pondo termo ao unilateralismo americano. A França e a Grã-Bretanha começaram a desenvolver programas nucleares para contrabalançar a balança de poder internacional e ganharem lugar na tomada de decisões.

Foi então que se deu um dos marcos mais importantes na história contemporânea da Ordem Mundial quando, a 1989, caiu o muro de Berlim e a Alemanha voltou a unir-se. A unificação da Alemanha foi o início do fim da União Soviética, que se desintegraria oficialmente em 1991, pois a queda do muro de Berlim ditou a destruição do domínio soviético no este europeu. A junção de todos os territórios alemães num só reforçou a política de união europeia que vinha a ser constituída desde o fim da Segunda Guerra Mundial e primava por uma política de valores comuns e desenvolvimento conjunto. O este da Europa, depois de se libertar de mais de 40 anos de opressão soviética, começa a reconstruir a independência e a recuperar a identidade.

O colapso da União Soviética deu uma nova ênfase ao campo diplomático e a realidade geopolítica europeia foi transformada pois deixara de existir uma ameaça substancial à estabilidade da Ordem Mundial e do equilíbrio da Europa. A OTAN passou a focar-se em alargar a esfera de influência a outros países, como às antigas repúblicas soviéticas para assegurar que a Rússia não voltaria a destabilizar essa zona. O novo objectivo da OTAN visava a contenção de futuras ameaças por parte da Rússia através da inclusão de territórios que fizessem fronteira com a Rússia, criando uma zona segura que permitisse o desenvolvimento da Europa e da União Europeia e assegurasse o equilíbrio da Ordem Mundial e da balança de poder internacional.

A queda da União Soviética acrescentou outro fator à Ordem Mundial que, até então, não existia: o mundo começou a adquirir uma perspectiva multipolar através do aparecimento de novos Estados, organizações internacionais e outros grupos de atores com capacidade de ingerência na balança internacional. O ano de 1989 marcou o início da desordem mundial que se vive hoje e permitiu a ascensão de novos atores internacionais. Os Estados, até 1989

únicos e principais atores internacionais, viam agora organizações supranacionais ganharem preponderância na balança de poder e conseguirem mesmo fazerem valer os seus interesses. O problema é que não surgiram só atores internacionais benéficos para a Ordem Mundial, surgiram também atores com o propósito de a destruir. Grupos criminosos foram ganhando preponderância e contribuíram para o caos atual da Ordem Mundial ao provarem serem capazes de reivindicar territórios. O fator económico ganhou maior destaque, organizações como o FMI e empresas multinacionais passaram a deter demasiada influência na política doméstica e externa de um país. A legitimidade e o uso de poder deixaram de ser os principais fatores da Ordem Mundial enquanto a capacidade nuclear, as questões económicas e a multipolarização abriram uma nova página na mesma e causaram uma Desordem Mundial incapaz de se definir e se pautar por um conjunto específico de valores.

Foi em 1648 que as linhas para a Ordem Mundial atual começaram a ser desenhadas. A Ordem Mundial passou por mudanças profundas todos os séculos desde a sua criação, adaptando-se constantemente às emergentes necessidades da ordem internacional e da balança de poder. O passo final da Europa rumo ao equilíbrio e estabilidade foi a criação da moeda única em 2002 e a construção de uma estrutura política em 2004 que proclamava uma Europa unida, livre e fundamentada em mecanismos pacíficos para a resolução de diferendos. A reunificação da Alemanha voltou a alterar o equilíbrio da Europa pois o país voltara a tornar-se no Estado mais forte da Europa. Contudo a moeda única conseguiu unificar a Europa eficazmente. A nova estrutura era uma representação, embora com as suas diferenças, do sistema de Vestefália sendo que a União Europeia pode ser vista como o regresso ao sistema de Estados internacional que a Paz de Vestefália começou, desenvolveu e disseminou pelo mundo. A diferença é que a União Europeia representa um poder regional, ao contrário do nacionalismo de outrora, e propaga um sistema de união e uma versão global da Paz de Vestefália.

Contudo o sistema de Vestefália e da União Europeia têm diferenças. A União Europeia afeta a soberania dos Estados, a independências dos seus governos e a autonomia sobre os seus territórios e aspetos económicos coisa que a Paz de Vestefália não fazia pois dava total controlo e soberania aos Estados sobre tudo o que englobasse a sua esfera governativa. Embora longe dos conflitos dos séculos anteriores, o modelo da União Europeia não é defendido por todos os Estados-Membros e existem objeções às suas políticas. A Europa atual representa um sistema governativo híbrido que está entre um sistema de Estados e uma Confederação que opera através da realização de reuniões entre determinados órgãos governativos

de cada Estado-Membro sobre uma política de desenvolvimento comum. A União Europeia continua a debater-se com tensões internas, por exemplo a austeridade na Grécia que provoca tensões com a Alemanha, na procura de implementar os princípios pelos quais é regida: união monetária; controlo orçamental; propagação dos valores democráticos; um mercado comum sem fronteiras; uma política externa comum e um desenvolvimento sustentável e inclusivo de todos os Estados-Membros. A crise dos refugiados que levou a Áustria, a Eslováquia e a Alemanha a suspenderem o acordo de Schengen e reporem o controlo temporário das fronteiras acentua a instabilidade. As políticas defendidas pela União Europeia visam fomentar a inclusão e ultrapassar as divergências entre os diferentes países da Europa, para tal os Estados-Membros tiveram que abdicar de certos aspetos que outrora seriam tidos como assuntos relativos à sua soberania.

Apesar de tudo, a União Europeia tem enfrentado as crises que colocaram em causa a sua legitimidade. Mais recentemente, a crise económica de 2008 provocou divergências económicas entre os Estados-Membros e as tensões existentes ainda não estão sanadas com o exemplo recente da Grécia e da intransigência quer do FMI, quer da União Europeia quer do Syriza em chegar a um acordo. Com a crise de 2008 a União Europeia teve que fortalecer as suas políticas económicas e, como consequência, os Estados-Membros acabaram por perder alguma autonomia sobre as suas finanças devido ao aparecimento da austeridade e dos programas de assistência financeira que estiveram em países como a Irlanda, Portugal e Grécia. Este período tem sido conturbado para a legitimidade da União Europeia e a austeridade acabou por aumentar a onda de ceticismo em torno da União e fazer ressurgir os partidos de extrema-esquerda e extrema-direita na ordem internacional europeia, em especial nos Estados-Membros que se consideraram mais lesados pela austeridade.

Falta agora saber de quanta homogeneidade precisa a Europa para que o projeto europeu possa resistir às adversidades. A crise económica levou a União Europeia a aumentar o número de políticas intrusivas nos Estados-Membros o que resultou no reaparecimento de partidos extremistas e de um sentimento ceticista por toda a Europa.

Até há alguns séculos atrás, a Europa era um dos atores dominantes na Ordem Mundial. Agora a crescente multipolarização criou um conjunto de novos atores capazes de disputar a Ordem Mundial e de a influenciar. A multipolarização fez com que exista uma disputa muito mais abrangente da Ordem Mundial. A Europa já não é o único ator influenciador e existem muitos outros, nem todos Estados soberanos, que estão a ter um papel importante na redefinição da Ordem Mundial. Países como a China, o Brasil e até mesmo a Índia ganharam bas-

tante protagonismo na Ordem Mundial contribuem para a multipolarização através da defesa de valores diferentes dos Europeus e Americanos. Também as Organizações internacionais supranacionais vieram desprover os Estados da sua autonomia governativa e assuntos relativos à economia, política externa e aplicação das políticas de segurança e defesa.

Para a estabilidade da Europa, olhando para a história, sempre foi preciso um elemento unificador para manter a coesão e o equilíbrio regional. Para a Europa adquirir estabilidade terá que encontrar esse elemento, seja a União Europeia ou a Alemanha, e terá que definir a política externa para voltar a ganhar o protagonismo que tivera. O TTIP²⁴ poderá ser uma hipótese para o fortalecimento da posição da Europa e dos EUA na Ordem Mundial, reforçando a associação Transatlântica, que a OTAN iniciou. Contudo o TTIP tem sido contestado pois é visto como um acordo que poderá dar às empresas multinacionais poderes compatíveis com os dos Estados, mas poderá também ser uma forma da Europa e EUA voltarem a ser protagonistas de uma Ordem Mundial agora multipolarizada. A evolução política da Europa e dos seus parceiros atlânticos é decisiva para o seu futuro na Ordem Mundial e poderá ditar se os seus papéis serão ativos e construtivos ou se serão submissos à multipolarização crescente.

Os EUA, que passou a liderar o contexto internacional com o fim da Segunda Guerra Mundial e a implementar e disseminar o seu modelo de governação e ideais na construção de uma nova Ordem Mundial, necessitam de uma Europa presente e ativa na Ordem Mundial para continuar a fazer valer o peso do Ocidente no contexto internacional. A Europa e os EUA dependem da sua interdependência para prevalecerem na Ordem Mundial. Caso se separem os EUA tornar-se-iam isolados e a Europa seria um alvo de influência geopolítica da Rússia ou de outros países da Ásia. No contexto internacional atual, a Europa está em risco de ficar ostracizada do desenvolvimento da Ordem Mundial contemporânea pois está suspensa entre o seu passado histórico e a tentativa de definir o seu futuro. O que poderá ser um problema se tentar adquirir uma função protagonista no contexto internacional, dado o multilateralismo crescente a Europa poderá ter que dividir o protagonismo de outrora com novos atores o que lhe custará a posição, até há uns anos privilegiada, na reformulação da primeira, autêntica, Ordem Mundial global.

²⁴ *Transatlantic Trade and Investment Partnership*. Também conhecido por TAFTA (*Transatlantic Free Trade Area*). É um acordo comercial que visa a abertura dos mercados à troca de bens e serviços entre a América do Norte e a União Europeia.

3. Uma Mudança Eminente? A Desordem Mundial Contemporânea

A Ordem Mundial evoluiu e complexificou-se desde que a Paz de Vestefália foi acordada em 1648. Os Estados deixaram de ser os únicos atores do contexto internacional e a queda do Muro de Berlim em 1989 aliado ao desenvolvimento científico, económico, tecnológico e ao aparecimento da globalização desorganizaram a Ordem Mundial devido à emergência de novos atores no contexto internacional.

O protagonismo americano adquirido após a Segunda Guerra Mundial deu um contexto totalmente diferente à procura por uma nova Ordem Mundial. A América ganhou o estatuto de “polícia mundial” e os seus valores políticos, a democracia, eram tidos como os valores a seguir e a serem implementados. O problema é que o mundo é composto por Estados com diferentes registos políticos e culturais, o que tornou a propagação dos valores americanos de Ordem Mundial impossível.

O avanço tecnológico tornou o mundo numa “aldeia global” e permitiu a solidificação da união entre países de diferentes regiões. As comunicações e os mercados passaram a trabalhar em tempo real permitindo uma interação mais rápida e eficiente. Isto resultou na criação de esforços comuns em diversas áreas: contenção ambiental; grupos internacionais focados no avanço científico, medicinal e humanitário com o intuito de desenvolver e melhorar o nível de vida das populações em especial as mais carenciadas.

Os americanos contribuíram intrinsecamente para estes avanços e o seu poderio militar ajudou a criar um escudo protetor do resto do mundo. Os EUA atuaram ainda como financiadores da economia global. Era caso para dizer que os valores americanos representavam o núcleo do processo de construção da nova Ordem Mundial. Contudo, este novo sistema começou a ser contestado por países com registos políticos e culturais diferentes.

Ao contrário da Ordem Mundial encabeçada pelo Ocidente, a Ordem Mundial adquirida pela Paz de Vestefália primava pela integridade política, geográfica e cultural de todos os seus constituintes enquanto a visão Ocidental opta pela implementação dos considerados valores corretos, ou seja, a democracia. Em outras áreas geográficas do mundo a realidade política é influenciada por características culturais, especialmente religiosas. A forma como a China entende a Ordem Mundial difere de como é entendida por países islâmicos e ocidentais. Isto faz com que seja uma tarefa praticamente impossível propagar valores que não têm qualquer sentido em países com culturas distintas.

É por isso que não se pode definir a Ordem Mundial como um conjunto único de valores que devem ser adotados por todos, mas sim a constituição de um sistema internacional que aceita diferentes valores políticos e culturais e aprende a desenvolver-se de forma integrada com base em objetivos comuns. Tentar implementar valores democráticos em países com registos políticos totalmente diferentes será desastroso para a estabilidade internacional e poderá resultar em tensões internacionais e conflitos internos.

A disseminação da democracia e dos mercados livres foi entendida pelos países Ocidentais como a solução para a estabilidade e a paz necessárias ao desenvolvimento inclusivo da Ordem Mundial. Como consequência, algumas partes do mundo começaram a unir-se para se opor à propagação de políticas que são entendidas como originárias de uma crise de identidade política que o Ocidente tenta impor. Isto tem resultado no aparecimento de tensões entre o Ocidente e países da Eurásia, da Ásia e da África. Enquanto os países Ocidentais têm reduzido o seu armamento nuclear, países em desenvolvimento têm perseguido a sua obtenção como uma forma de conter o que é visto por muitos Estados a imposição de valores contrários ao seu funcionamento e adquirir independência e autonomia política.

Para a criação de uma Ordem Mundial estável e duradoura é necessário que as divergências existentes sejam trabalhadas. Seria um erro esperar por uma reconciliação automática das diferenças existentes entre Estados. A multipolaridade que adveio da queda do Muro de Berlim criou uma desordem mundial que, para encontrar a sua ordem, precisa de descobrir um caminho que compreenda e tolere a multipolarização do contexto atual internacional. É necessário que a Ordem Mundial englobe os diferentes valores já existentes e criados pela multipolarização. Tentar aplicar valores universais para um mundo política e culturalmente tão divergente pode levar a tensões e ostracizar certos Estados do contexto internacional da Ordem Mundial.

“Every international order must sooner or later face the impact of two tendencies challenging its cohesion: either a redefinition of legitimacy or a significant shift in the balance of power” (KISSINGER, 2014, p. 365). A Ordem Mundial tem que ter capacidade de evoluir e de se adaptar ao desenvolvimento contemporâneo. Quanto mais a Ordem Mundial se fragmenta, mais relevância perde no contexto internacional. A legitimidade sofre alterações com o passar do tempo, quando um conjunto de acordos internacionais têm mudanças impostas. Tal acontece atualmente com a imposição do extremismo Islâmico na estrutura fragilizada que é o Médio Oriente; a crise diplomática entre o Ocidente e o Irão sobre o programa de proliferação nuclear iraniano e a crise na Ucrânia, especialmente no este do país,

que o atirou para uma instabilidade territorial no seu território devido a grupos reivindicativos que procuram autonomia de algumas regiões no este.

Outro motivo causador da desordem atual é a incapacidade em acomodar a evolução das relações de poder que contribuem para o equilíbrio da balança de poder internacional. Caso a incompatibilidade persista, um dos seus componentes poderá afastar-se da Ordem Mundial como foi o exemplo da União Soviética. Pode também acontecer que um poder em crescimento não se reveja nos valores da Ordem Mundial e opte por criar a própria versão o que provocará um desequilíbrio que irá por o desenvolvimento das relações internacionais em causa. A ascensão da Alemanha é um exemplo de um Estado que se tornou maior que a própria Ordem Mundial e resolveu criar uma própria, lutando para a impor através das duas Guerras Mundiais. No mundo contemporâneo, o crescimento da China e a sua afirmação internacional representa o mesmo exemplo.

Tendo consciência das consequências a que o mundo foi sujeito sempre que conceitos divergentes da Ordem Mundial chocavam, os países desenvolveram um tipo de relações que lhes permite criar a estabilidade necessária ao desenvolvimento.

Se o equilíbrio entre a legitimidade e o poder falhar, o mundo será submerso por constantes tensões e demonstrações de poder que poderão resultar em conflitos e contribuir ainda mais para a fragmentação da Ordem Mundial, agravando a desordem atual.

A Ordem Mundial atual está ameaçada pelos avanços tecnológicos produzidos no sector militar. Devido a esse desenvolvimento, alguns Estados têm agora à sua disposição armamento com capacidade de obliterar civilizações inteiras. Esta realidade muda a percepção da Ordem Mundial e torna o equilíbrio da balança de poder internacional obsoleto e inútil. Com o aumento destes desequilíbrios a Ordem Mundial têm-se revelado incapaz de acompanhar o desenvolvimento mundial.

A Ordem Mundial contemporânea apresenta problemas em várias áreas da sua composição, problemas que têm influência na sua indefinição e desordem. A unidade básica da sua existência, o Estado, tem sido alvo de pressões que procuram transcender a soberania dos Estados e adaptá-los a organizações supranacionais ou a sistemas governativos conjuntos, como é o caso da União Europeia. Já o Médio Oriente tem sofrido um conjunto de fragmentações causadas por valores sectários, étnicos e religiosos que mergulharam a região em conflitos que incapacitam alguns países de manterem a soberania total sobre os seus domínios como é o caso da Síria, do Iraque e do Afeganistão. Estes três países podem ser considerados Estados Falhados devido à incapacidade que têm em assegurar as condições bási-

cas de vida e segurança da sua população e do seu território. Um Estado Falhado pode ter influência na desordem mundial e contribuir mesmo para o seu colapso, um pouco por todo o mundo o número de Estados Falhados, ou desgovernados, tem aumentado.

A multipolarização trouxe diversos novos atores para o cenário internacional. O aparecimento de organizações políticas e económicas com poderes supranacionais são alguns dos exemplos da multipolarização. O sistema económico globalizou-se enquanto a estrutura política mundial permaneceu focada no Estado. O objetivo da economia global é criar um mercado mundial livre de barreiras que permita a transição, sem condicionalismo, de bens e serviços por todo o mundo. Já o sistema político internacional atual continua bastante bloqueado por barreiras impostas por Estados com diferentes conceções da Ordem Mundial e sistemas políticos divergentes o que afeta a homogeneização política. O problema destes dois conceitos é que são contrários um ao outro, ou seja, enquanto a globalização económica sobrepõe-se a quaisquer fronteiras a política internacional tem vindo a acentuar a sua importância e a defender a sua integridade. Isto acaba por causar um paradoxo evolutivo que contribui para a desordem mundial contemporânea e impede a evolução da globalização económica. Apesar de esta vertente ter resultado num crescimento económico sustentável teve também as suas crises, a última em 2008, que afetou o mundo e, em especial, os países com menos capacidades de recuperação o que resultou em adoção de políticas contrárias à globalização económica, sendo mais um fator de contribuição para o caos da Ordem Mundial presente. A resolução deste problema passa pela harmonização dos aspetos políticos e económicos e a disciplinação da globalização de modo a criar empatia e compatibilidade entre o campo político e económico.

Outro ponto de contestação é a ausência de um mecanismo com verdadeira capacidade de ingerência que permita uma ação conjunta com as grandes potências mundiais em assuntos complexos e importantes para a estabilidade da Ordem Mundial. A criação de organizações internacionais supranacionais criou uma ferramenta de resolução de divergências diplomáticas nos assuntos mais relevantes e que podem constituir as maiores ameaças à estabilidade mundial. Existem inúmeras organizações internacionais focadas em assuntos relacionados com a economia, como o FMI, a segurança e a defesa, como a OTAN, questões humanitárias, como o Conselho de Segurança da ONU, e outros temas que constituem o principal conteúdo dos interesses de todos os Estados. O problema é que a maior parte destas organizações não tem um papel muito ativo na atividade internacional e as reuniões com os diferentes chefes de Estado são maioritariamente para mostrar à opinião pública o empenho

na resolução de um determinado assunto embora nada fique resolvido muitas das vezes. Falta capacidade de decisão a estas organizações para que possam ter um verdadeiro impacto na Ordem Mundial. O resultado das reuniões ao abrigo destas organizações mostra apenas que determinados assuntos pertinentes estão a ser discutidos, mas não existem decisões determinantes sobre nenhum deles. A criação do direito internacional e de organizações internacionais supranacionais foi desenvolvida com o intuito de ser relevante o que não é o que está a acontecer atualmente. As organizações internacionais apresentam-se como um meio para os Estados obterem reconhecimento internacional, demonstrando mais uma vez que a importância internacional tem maior preponderância do que as funções de decisão para as quais estas organizações foram desenvolvidas.

A Ordem Mundial contemporânea está limitada por um conjunto de problemas que está a contribuir para a sua instabilidade e, conseqüentemente, a afetar toda a balança de poder internacional. O derradeiro desafio da política atual é a reconstrução da Ordem Mundial. Se a reconstituição do sistema internacional falhar irão aparecer diferentes esferas de influência com divergências na estrutura governativa doméstica e externa. Um exemplo disto poderá ser uma Ordem Mundial russa contra a Ordem Mundial do Ocidente. Com o tempo esta fragmentação poderá resultar em conflitos regionais com capacidades debilitadoras. O desafio de estabelecer uma Ordem Mundial passa pela adaptação às diferentes realidades existentes no cenário político internacional. Para que se atinja um equilíbrio é também necessário fazer uma reavaliação do equilíbrio da balança de poder pois tem sido bastante difícil harmonizar um conjunto de políticas e limites comuns quando existem tantos atores com interesses divergentes.

A fórmula para a reestruturação da Ordem Mundial passa pelo reconhecimento e aceitação das variantes existentes que podem produzir diferentes noções da realidade e encontrar uma forma de as conjugar e integrá-las. “*A world order of states affirming individual dignity and participatory governance, and cooperating internationally in accordance with agreed-upon rules, can be our hope and should be our inspiration*” (KISSINGER, 2014, p.372). Atingir este tipo de harmonia será um desafio que irá necessitar de ferramentas estratégicas e diplomáticas que permitam trabalhar a complexidade em estabelecer um sistema de cooperação internacional pautado por objetivos idênticos e legislado por um conjunto comum de regras internacionais. A procura por uma nova Ordem Mundial será fundamentada na obtenção de princípios comuns e no reconhecimento e tolerância de diferentes realidades históricas e culturais existentes no cenário internacional.

Uma nova Ordem Mundial nunca será atingida através da defesa dos interesses de um só país. Para que exista uma ordem genuína é necessário que se criem um conjunto de políticas que transcendam as divergências internacionais de qualquer região ou Estado. Tal como na constituição dos acordos de Vestefália, o mundo contemporâneo precisa de obter um entendimento para impedir que seja submerso pelas ameaças atuais existentes: ciberterrorismo; grupos extremistas/terroristas; proliferação nuclear; crescimento do sentimento nacionalista e aumento da desigualdade entre pobres e ricos. Se não houver qualquer entendimento que permita relançar a estabilidade internacional o mundo poderá ter de voltar a passar por novos conflitos, mas desta vez com efeitos mais devastadores que os dos séculos anteriores. O propósito desta era passa por atingir o equilíbrio fundamental à estabilidade mundial sem ter que recorrer a opções militares.

Tentar obter uma nova Ordem Mundial sem obter estas mudanças resultará num processo falhado. A ordem atual está há muito fragmentada e o que existe atualmente são resquícios de um mundo que quer continuar unipolar, com os EUA e a UE como protagonistas, e é incapaz de admitir a multipolaridade cada vez mais presente no cenário internacional. A diversificação de atores internacionais já está em marcha desde a queda do Muro de Berlim e a sua influência tem crescido. O equilíbrio da balança de poder internacional conta agora com novos atores como os BRICS; a China; a Índia; a Rússia; o Brasil; o FMI; entre outros.

A Ordem Mundial é um conceito complicado de definir pois está em permanente construção e movimento. Todas as ações de grande relevo internacional influenciam e modificam o rumo da ordem o que faz com que a necessidade de adaptação seja constante. Todos os eventos, como os conflitos, que se sucederam na história mundial desde a Paz de Vestefália contribuíram para a desordem contemporânea. A imposição do poder e legitimidade deixou de ser exclusiva aos Estados com o aparecimento da multipolarização, um feito que causou a desproporcionalidade que se experimenta atualmente. Mais de duas décadas após o fim da bipolaridade a Ordem Mundial continua inadaptada. Até agora a única certeza é que um sistema de valores políticos homogêneos não traz a estabilidade ou segurança que se pretende. O projeto para um mundo unipolar acabou por ser substituído por uma Ordem Mundial policêntrica apoiada em diversos centros de poder. O problema é que estes centros de poder estão desequilibrados em termos de capacidades de poder e compreendem diferentes sistemas políticos, sociais e culturais. O multilateralismo está a voltar a dividir a Ordem Mundial, e vai fazer com que países como a Rússia e a China procurem estreitar relações que sirvam como contrapeso aos EUA, UE e OTAN e se possam proteger de eventuais fragilida-

des. A União Eurasiática e os BRICS são exemplos que visam contrapor a Ordem Mundial Ocidental e contribuem para a desordem atual.

Já se passaram 26 anos desde que a queda do Muro de Berlim marcou o fim da Guerra Fria, o que se seguiu foi uma Ordem Mundial dominada pelos EUA que resultou no aumento de prosperidade mundial, na emergência de novos atores internacionais e sistemas políticos. Esta era está a acabar, não porque os EUA tenham perdido o seu estatuto de superpotência mundial, mas sim porque a sua credibilidade internacional ficou debilitada com as guerras no Iraque e no Afeganistão. Algumas das razões pelas quais se está a assistir a uma mudança incluem a difusão de poder por atores não-governamentais que vão desde grupos terroristas, a multinacionais ou ONGs. A instabilidade do Médio Oriente tem aumentado, a Rússia parece ter voltado a adquirir o desejo de voltar a tornar-se num império soviético e alguns governos na Ásia têm encorajado políticas nacionalistas contribuindo tudo isto para a desordem mundial atual.

A erosão da Ordem Mundial é atualmente uma certeza inevitável. Falhar em chegar a um consenso internacional resultará numa ordem precária, instável e incapaz de enfrentar os desafios que a multipolarização apresenta. A nova Ordem Mundial não será nem unipolar nem bipolar, mas sim multipolar e terá um nível de interdependência elevado tal como a crise económica de 2008 o demonstrou. Esta nova ordem será descentralizada o que permitirá a ascensão de diversos atores que antes tinham um papel submisso e irrelevante no cenário internacional e poderá, a longo prazo, relegar a hegemonia americana para segundo plano pois alguns países, como a China, têm aumentado o seu protagonismo no cenário internacional. O mundo está repartido em forças de ordem e forças de desordem, os primeiros são constituídos por atores que propagam os valores internacionais tradicionais enquanto os segundos rejeitam esse sistema de regras e agem consoante as suas próprias leis. Se continuar assim, a desordem persistirá na Ordem Mundial e os poderes emergentes formarão centros de poder independentes e autónomos o que causará ainda mais dificuldades em atingir estabilidade. Devido à maior difusão de poder internacional e à perda de relevância internacional dos EUA o equilíbrio mundial ficou fragmentado.

É necessário delinear uma política de inclusão ativa, pois a desordem atual não será resolvida só com o passar do tempo e poderá acentuar-se se nada se fizer. Parte do problema passa pela intransigência em aceitar que simplesmente nem todos os países estão preparados para adotar os valores democráticos que a Ordem Mundial, que se está a desvanecer, visa impor. O ponto prioritário tem de ser a reorganização da Ordem Mundial e não começar uma

ordem nova. Mesmo assim, não será suficiente para prevenir a erosão futura da Ordem Mundial e uma maior descentralização e distribuição do poder e legitimidade será inevitável. A Ordem Mundial atual está desatualizada mas não perdida. É necessário que se faça uma renovação que vise a inclusão da realidade atual, caso contrário o resultado final poderá ser o agravamento das tensões existentes, entre a Rússia e o Ocidente por exemplo, e a fragmentação absoluta do sistema contemporâneo.

Capítulo 2 – A Evolução dos Conflitos

1. De Clausewitz ao Caos – O fim das Guerras Tradicionais e o Aparecimento das Guerras Caóticas

Com a evolução das relações internacionais tanto a Ordem Mundial como a forma de conduzir um conflito sofreram influências. Os estudos de Carl von Clausewitz²⁵ ajudaram a definir e entender as guerras tradicionais dando uma perspectiva na altura revolucionária face ao seu porquê.

“But in war more than in any other subject we must begin by looking at the nature of the whole; for here more than elsewhere the part and the whole must always be thought of together”. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 13).

Segundo Clausewitz as guerras não são atos isolados e compreendem todo um contexto político que as motiva e justifica. A guerra em si não passa de um ato de agressão em larga escala destinado a obrigar um dos opositores a seguir as vontades de outro, o objetivo principal é a derrota do oponente de modo a ficar incapacitado de resistir.

“War is thus an act of force to compel our enemy to do our will”. (CLAUSEWITZ, 2007, p.13).

Este método de imposição foi aprimorado graças ao desenvolvimento tecnológico e à complexificação da Ordem Mundial. Os conflitos tornaram-se legislados por instituições supranacionais e por acordos internacionais que visavam, e visam, estabelecer uma metodologia aplicável cada vez que existe uma guerra. O direito internacional criado para legislar um ato de guerra tem-se revelado muitas vezes ineficiente na sua contenção, mesmo com a criação da criminalização de certas ações durante períodos de conflito.

Apesar de toda a evolução que os conflitos sofreram desde os tempos em que as guerras serviam para disputar ideais imperialistas o significado de uma guerra, de pequena ou grande escala, continua a ser a imposição de valores de um oponente ao outro a diferença é que esses valores são atualmente muito mais complexos. Para se ter sucesso na imposição dos interesses face a um inimigo é necessário que se retire todo e qualquer poder de contra-argumentação ao oponente.

²⁵ General da Prússia e teórico militar que viveu entre 1780 e 1831.

Um conflito nunca resulta de um ato espontâneo ou inesperado nem é disseminado instantaneamente. O fim de um conflito não significa necessariamente que se tenha chegado a um entendimento, tanto seja por uma vitória na guerra ou diplomática, daí que a solução alcançada nunca será final e poderá estar sujeita a alterações. O lado derrotado num conflito pode ter em conta as alterações a que foi obrigado como um mal necessário mas transitório sobre o qual futuras considerações serão tomadas a nível político de modo a aliviar tensões futuras e evitar o surgimento de novos conflitos.

Os conflitos têm uma componente política que é vital na condução de uma guerra. A resposta de um oponente à imposição dos interesses de outrem varia consoante o peso desses valores: quanto maior for o objetivo a alcançar maior será a resistência. O fator determinante de um conflito é o objetivo político e nem os séculos de mutação na Ordem Mundial e na balança de poder mudaram essa realidade. Os conflitos podem ter evoluído, mas continuam a ter o fator político como principal catalisador. O objeto político determina o objetivo militar a ser atingido e os meios necessários à sua obtenção. Contudo, por vezes é necessária uma abordagem militar diferente consoante os objetivos políticos podendo mesmo o fator militar não ter uso caso se chegue a um entendimento político, daí o uso da diplomacia como uma forma de resolução de divergências. O Irão, ao contrário do que aconteceu inicialmente na crise na Ucrânia, representa um exemplo de como a via diplomática serviu para chegar a um entendimento sobre o programa nuclear iraniano entre o P5+1 e o Irão. Por vezes o fator político é a única ferramenta necessária para resolver divergências, quando todas as abordagens políticas falham começam os Estados a considerar a alternativa militar. Um conflito pode ter diferentes níveis de aplicação que podem variar entre a aniquilação total ou numa mera demonstração de força para atingir objetivos, sendo a Crimeia um exemplo do último.

Para um conflito acontecer é necessário a existência de divergências entre dois, ou mais, oponentes. O elemento necessário para a existência de um conflito é o perigo. Os conflitos são um meio para atingir um fim, a guerra é um instrumento político para atingir um determinado objetivo, ou seja, os conflitos representam a continuação da aplicação de decisões políticas através de outros meios. Os conflitos funcionam como um instrumento político que é usado quando as opções pacíficas deixam de ser aplicáveis.

Quanto mais fortes são os motivos que conduzem a um conflito mais forte é o efeito nos envolvidos, mais tensões criam, a destruição de um oponente ganha maior necessidade e os objetivos militares e políticos coincidem e entrelaçam-se ainda mais. A intensidade de um

conflito variará consoante o interesse político e a importância do objetivo que se pretende adquirir.

Os conflitos representam um conceito que se adapta às necessidades políticas e evolui, paralelamente, de acordo com os interesses dos Estados e da aplicação das políticas domésticas e estrangeiras à noção de interesse nacional. A composição de um conflito fundamenta-se no uso da violência, ódio, destruição de um inimigo, mas também num elemento de subordinação dado ser um instrumento político que é aplicado conforme os interesses dos Estados. A natureza dos conflitos é complexa e mutável mas compreende um conjunto de objetivos idênticos:

“(...) there are three other methods directly aimed at increasing the enemy’s expenditure of effort. The first of these is invasion, that is the seizure of enemy territory (...). The immediate object here is neither to conquer the enemy nor to destroy its army, but simply to cause general damage. The second method is to give priority to operations that will increase the enemy’s suffering. The third (...) is to wear down the enemy. (...) Wearing down the enemy in a conflict means using the duration of war to bring about a gradual exhaustion of his physical and moral resistance”. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 35 – 36).

A invasão territorial é uma opção válida caso o objetivo seja a destruição do inimigo, logo a opção mais militar. Já optar por um caminho que tenha como intuito causar dano ao oponente é uma opção mais política e aplicável quando o inimigo não pode ser totalmente destruído pela via militar. Num conflito a percepção de sucesso varia conforme os interesses em questão e a estratégia empregada para tal. As opções militares são justificadas consoante a necessidade de destruir as forças militares de um oponente; a conquista territorial; uma ocupação ou invasão territorial temporária; dar de imediato uma componente política à intervenção militar; ou aguardar que o oponente tome uma iniciativa militar para justificar uma posterior intervenção. A escolha da tática a ser usada depende das circunstâncias.

Todos os conflitos têm algo em comum: o recurso ao combate. Mesmo que seja de pequena intensidade ou em larga escala, durante um longo período de tempo ou um curto período, os conflitos onde o fator militar está presente têm em algum ponto a existência de um combate. Tudo o que se sucede é devido aos efeitos ou resultados de uma batalha.

A forma de conduzir um conflito tem sofrido mutações. Os conflitos tradicionais entre Estados, sendo a Guerra Fria o último exemplo, deram origem às guerras caóticas. A emergência de múltiplos atores com capacidade de começar um conflito cresceu e os Estados perderam o monopólio sobre as guerras. O aparecimento de grupos não estatais, empresas

multinacionais, atores privados como guerrilhas ou mercenários e outros intervenientes vieram contribuir para a evolução dos conflitos e fazem do recurso ao combate uma atividade permanente. A multipolarização e o avanço tecnológico militar e comunicacional encurtaram distâncias entre diferentes pontos geográficos e tornou o contacto entre todos os atores internacionais, e as suas diferenças, inevitável. Em vez de se aprender a desenvolver uma Ordem Mundial estável e pacífica com as diferentes realidades esse contacto levou ao aparecimento de conflitos que, aliado ao desenvolvimento tecnológico, ganharam protagonismo na Ordem Mundial contemporânea.

“The change in modes of funding is a crucial reason why the new wars may stretch over decades, with no end in sight.” (MÜNKLER, 2004, p. 1). O crescimento do fator económico é uma razão crucial pela qual muitos conflitos atuais poderão durar décadas sem que seja possível antecipar um fim. A capacidade de financiamento ganhou novas dimensões e permitiu a grupos irregulares autofinanciarem-se como são exemplo os separatistas na Ucrânia, que obtiveram ajuda do governo russo, ou o Hamas, que obtém fundos através do Irão. Fatores ideológicos, geográficos, tensões étnicas e culturais e o aumento das convicções religiosas representam um papel importante nos conflitos atuais. Se a etnia e a religião não tivessem assumido a preponderância que assumiram as guerras na Bósnia, atualmente na Ucrânia e no Afeganistão não teriam tido a mesma vertente ou talvez nem acontecido. As ideologias ligadas à religião ou etnia são um catalisador mobilizador de massas de apoio.

A Ordem Mundial modernizou-se rapidamente e os diferentes atores não conseguiram, todos, adaptar-se a esse desenvolvimento. A religião, estática e imutável, foca-se em tempos antigos e não acompanhou a evolução da comunidade internacional. O extremismo religioso tem como objetivo a imposição de valores religiosos, culturais mas também jurídicos, que vão contra as conceções contemporâneas da Ordem Mundial. A Paz de Vestefália marcou o fim da ingerência religião nos assuntos políticos mas existem partes do mundo que não se revêm na Ordem Mundial contemporânea.

Na maioria dos conflitos dos tempos modernos é possível encontrar um conjunto de valores e interesses semelhantes assim como a intervenção de atores estatais, não estatais e privados. A perda da exclusividade dos conflitos pelos Estados deveu-se à multipolarização; às novas vertentes dos novos conflitos; e à automatização das formas de violência que os conflitos atuais detêm. A perda do monopólio conflitual pelos Estados resultou na multipolarização dos conflitos e perdeu as características clássicas pelas quais se definiam. O aspeto militar e o crime organizado estão mais próximos e torna-se, por vezes, difícil distinguir

associações criminosas com aspirações políticas ou grupos militares irregulares com imposições reivindicativas.

Após o 11 de setembro de 2001 os conflitos entraram oficialmente numa fase caótica composta por múltiplos atores. Além da multipolarização os motivos para o aparecimento de novos conflitos são agora mais diversificados e complexos que as pretensões imperialistas de outrora. As divergências étnicas e religiosas correspondem a catalisadores conflituais.

O aspeto geográfico pode também ter influência na propagação de conflitos. Existem partes do mundo que continuam subdesenvolvidas em relação à Europa ou à América do Norte por culpa dos constantes conflitos existentes na região. Estados de áreas geográficas como o Médio Oriente ou a África Subsariana não possuem a mesma robustez política que os países Ocidentais. A maioria dos processos de formação de Estados nas áreas em desenvolvimento foi, e em alguns casos continua a ser, um falhanço como demonstra o Afeganistão ou a Somália. A corrupção política existente nessas regiões leva ao aparecimento de divergências que criam Estados falhados incapazes de exercer a sua soberania e garantir as necessidades mais básicas às populações passando uma dessas pela segurança e defesa do território. Em muitas realidades políticas de países instáveis a perspectiva de lucro é muito mais significativa para o surgimento de conflitos que a pobreza, o que pode ajudar a entender o porquê de muitos países em África estarem constantemente em guerras civis ou a serem alvo de golpes de Estado. Isto demonstra que não são só os Estados os atores de um conflito, existem interesses de vários tipos em disputa e diferentes atores a disputá-los.

Os novos conflitos não têm o objetivo de formação de novos Estados sendo que procuram maioritariamente desintegrar a estrutura territorial de um país em vez de contribuir para a sua solidificação. Antes os conflitos chegavam ao fim assim que o alvo, mesmo que fosse um país, estivesse totalmente destruído e todos os seus recursos consumidos. Nos novos conflitos já não é assim pois encontram-se ligados à economia global e conseguem financiar-se de diversas formas de modo a dar continuidade à sua ação. A concentração de forças nos novos conflitos é dispersa ao contrário dos conflitos tradicionais onde era concentrada a um ponto estratégico ou a um grupo. Esta dispersão de forças no espaço e no tempo, uma espécie de guerras de guerrilha, tornam mais difícil finalizar um conflito pois existem diversos focos de ação.

Outra divergência entre os conflitos tradicionais e contemporâneos é o facto de, no caso dos novos conflitos, não existir uma batalha decisiva que o seu fim. *“(...) the new wars lack what characterized the inter-state wars: the decisive battle (...) the new wars have neither*

an identifiable beginning nor a clearly definable end.” (MÜNKLER, 2004, p. 12-13). Nos novos conflitos é impossível convergir todos os intervenientes num ponto específico pois a dispersão é uma caracterização fundamental dos conflitos atuais. A maioria dos novos atores procuram estender um conflito o máximo de tempo possível e para tal costumam assumir uma posição de defesa estratégica que lhes permita preservar as posições sem existir comprometimento militar com o oponente.

É difícil identificar um princípio e um fim neste tipo de conflito. Enquanto as guerras tradicionais terminavam através de uma ato legislativo, como a assinatura de um tratado, que determinaria as condições do vencedor e do vencido os novos conflito não têm essa componente. A nova tipologia conflitual tem um maior número de baixas civis que militares devido ao aumento da existência de grupos não militares. Outro motivo para o acentuado número de baixas civis prende-se com a mudança de alvo. Nas guerras tradicionais os alvos eram militares, atualmente os alvos são civis sejam por questões étnicas ou para criar crises humanitárias para que organizações internacionais possam intervir com ajuda para a população, ajuda essa que muitas vezes acaba por suportar os grupos envolvidos nas mortes. Existe ainda o desenvolvimento de uma economia paralela que pode ir desde o roubo dos recursos naturais de um país à escravização de uma parte da população por motivos étnicos ou religiosos. Muitas vezes estes novos atores assumem os negócios dos Estados, assim que detenham o seu controlo, para obterem fundos para financiarem a sua campanha. Esses recursos podem ir desde petróleo ao tráfico de drogas. O uso de violência extrema serve para intimidar a população e obriga-la a fazer seja o que o grupo desejar. Os soldados pertencentes a estes grupos irregulares não estão restritos por quaisquer normas internacionais de conduta militar nem pelo direito internacional e cometem crimes que vão desde roubos a tortura ou crimes de natureza sexual, muitas vezes os cadáveres das vítimas são exibidos publicamente como troféus mas também como dissuasor contra possíveis ameaças.

Não existe distinção entre combatente e não-combatentes, não são estabelecidos objetivos ou propósitos definitivos e não existem limites temporais ou espaciais para o recurso à violência, tudo é válido nos conflitos irregulares. A desestatização dos conflitos deve-se, para além da multipolarização de atores com capacidade militar, à perda do monopólio sobre as forças militares e ao aumento da violência sobre alvos populacionais. Em certos cenários ter armas significa acesso a condições básicas como comida e água.

A intervenção de organizações internacionais em cenários de conflitos com o objetivo de ajudar à sobrevivência das populações locais contribui muitas vezes como economia paralela

que financia os grupos militares em questão. A Convenção de Genebra, e quaisquer outros tratados internacionais ou o Tribunal Internacional de Justiça em Haia são outros atores internacionais pouco respeitados nos novos conflitos dado que os novos atores não se regem pelos tratados das convenções de Genebra e uma larga maioria consegue evitar julgamento internacional por crimes de guerra o que acentua a impotência dos mecanismos de regulamentação de conflitos no contexto dos novos conflitos. Isto deve-se ao facto de as legalidades internacionais não serem reconhecidas por muitos destes novos atores.

O recurso a argumentos ideológicos para obtenção de determinados objetivos é também uma arma cada vez mais utilizada nos conflitos sendo o maior exemplo os grupos terroristas. A questão ideológica serve para legitimar os meios utilizados para obter os objetivos estipulados.

Os meios de comunicação desempenham um papel de grande importância nos novos conflitos. Já na II Guerra Mundial as tecnologias de informação desempenharam um papel importante através do trabalho de Alan Turing que deu os primeiros passos na ciência da computação através da criação de uma máquina que visava a criptoanálise de códigos de guerra da frota naval alemã. O seu trabalho teve importância no desenvolvimento do primeiro computador e da inteligência artificial. É através da difusão de informação que grupos terroristas passam a sua mensagem para o mundo com atos de extrema violência com o objetivo de promover a sua causa e fazer-se notar na Ordem Mundial. Os grupos terroristas utilizam as infraestruturas civis do país sob ataque e tornam-nas em armas conduzindo ataques de extrema violência contra a população local e destruindo as infraestruturas.

A norma que define um conflito está em mutação e abrange agora uma componente não-violenta. Graças ao desenvolvimento tecnológico surgiram novos conceitos no domínio conflitual como o conceito de Ciberguerra²⁶. Um ataque informático à rede de um país não implica o recurso à violência mas pode ter consequências nefastas na exposição de segredos de Estado importantes para a política doméstica e externa ou para a política de segurança e defesa e pode afetar os mercados globais o que danificará a economia de um país. O recurso a sanções e a táticas psicológicas pode ser entendido por alguns Estados, especialmente se visados por tais ações, como um ato de guerra sem que exista necessariamente o recurso à violência. Isto para demonstrar que a própria definição de conflito está em mutação e a abranger novos métodos para além dos tradicionais. Com a mudança nos tipos de conflitos

²⁶ Um ato de invasão sobre a rede ou computadores existentes no ciberespaço com o intuito de causar danos. Estes atos podem ser levados a cabo por atores estatais mas também por atores não estatais.

mudam também os intervenientes neles algo que a multipolarização atual já provou. O aparecimento de cibercrimes e a privatização das guerras representam alguns dos novos tipos dos conflitos contemporâneos.

Contudo, algo que persiste imutável é o facto de os conflitos serem uma extensão da política no terreno. Não importa se as motivações são económicas, territoriais, ideológicas, culturais, étnicas ou de outro teor nem quem são os atores envolvidos a questão política continua a influenciar a abordagem de um conflito e a tática dos intervenientes para atingirem os objetivos.

O fim da Guerra Fria trouxe o aparecimento de novos atores, provenientes da multipolarização, cujo intuito passa pela criação de uma Ordem Mundial diferente da existente. Por exemplo, atores como grupos terroristas, o Boko Haram, a Al-Qaeda, o Hamas, o Estado Islâmico ou o Hezbollah visam a imposição de uma Ordem Mundial fundamentada no extremismo islâmico. Estes, e outros, grupos são contra a multipolaridade e visam instaurar uma ordem que subjuguie os restantes atores internacionais o que resultaria no regresso do imperialismo que a Paz de Vestefália tentou abolir. As novas guerras primam pela dureza, pela inovação tecnológica, pelo uso de meios não violentos e pela impunidade da sua execução. São guerras infundáveis e dispersas em termos territoriais e de intervenientes não possuindo um único foco de ação mas vários, isto torna os novos conflitos caóticos e difíceis de restringir ou até definir.

2. A Complexificação dos Conflitos – Causas e Consequências de um Mundo Cada vez mais Multipolar.

“For the balance of power is never static; its components are in constant flux”. (KISSINGER, 2014, p. 169).

A multipolarização da Ordem Mundial é o principal influenciador da mutação dos novos conflitos, mas não o único. Com o desenvolvimento tecnológico as capacidades militares ganharam novas armas com capacidade de destruição maciça como as armas nucleares. Os drones são outro tipo de armamento que permite estabelecer um conflito à distância e não tem o mesmo impacto no número de baixas que as guerras convencionais. Aliado à evolução tecnológica as tensões étnicas, culturais e religiosas são também motivos que criam divergências que resultam em conflitos. O fator económico e a partilha de recursos energéticos são outros pontos que podem originar conflitos na Ordem Mundial contemporânea. Todos

estes parâmetros são resultado da multipolarização e da nova Ordem Mundial existente assim como da incapacidade de coexistência pacífica.

“Moreover, new wars are associated with state weakness, extremist identity politics and transnational criminality, and there is a danger that this type of violence will spread as the world faces a growing economic crisis.” (KALDOR, 2012, p. VII). Os novos conflitos têm quase uma vida própria e em alguns casos existem objetivos políticos pouco definidos dado que o intuito é simplesmente prolongar o conflito o máximo possível. As guerras contemporâneas não são compostas por um conflito total como outrora mas sim por um conjunto de pequenos confrontos separados no espaço ou no tempo e que constituem a totalidade de um conflito. Esta partição é visível na crise na Ucrânia onde a revolta começou em Kiev, deslocou-se para a Crimeia e decorre atualmente na região de Donbas. Já o Irão advém de décadas de conflito diplomático com o Ocidente, especialmente o P5+1, devido ao programa nuclear. As divergências entre o Irão e o Ocidente resultaram na imposição de sanções e no isolamento da República Islâmica da comunidade internacional. Nem o acordo recentemente alcançado sobre o programa nuclear alterou a percepção do Irão sobre os EUA o que demonstra que, apesar do acordo alcançado, as tensões diplomáticas persistem. Outros exemplos que ilustram a dispersão dos conflitos são a guerra no Afeganistão que é na verdade um conjunto de conflitos que envolvem diferentes atores e os conflitos entre Israel e Palestina que contam já com vários episódios em diferentes contextos temporais e espaciais. Os novos conflitos não são constituídos por uma só guerra, uma guerra total, mas sim por um aglomerado de confrontos. Estes conflitos ocorrem dentro dos Estados e vão ganhando maiores dimensões até se tornarem conflitos sem fronteiras, tendo a causa do conflito maior peso que o seu espaço geográfico por vezes.

“ (...) the new wars involve a blurring of the distinctions between war (...), organized crime (...) and large-scale violations of human rights.” (KALDOR, 2012, p. 2). Além de tudo isto, os novos conflitos costumam ter objetivos pessoais como a obtenção de poder ou riquezas ao invés dos objetivos políticos que caracterizavam as guerras tradicionais. Aqui o aspeto económico demonstra como tem ganho significância na Ordem Mundial contemporânea. O uso de armas deixou de ser uma exclusividade das elites sociais ou de grupos militares e tornou-se disponível para todos o que facilita a criação de conflitos. Ainda assim os novos conflitos são maioritariamente disputados com recurso a armamento leve e de pequeno calibre devido à incapacidade económica e científica para adquirirem armas de maior poder destrutivo. Esta realidade não se aplica às grandes potências mundiais que desenvol-

veram armas capazes de níveis de destruição irreversível como, por exemplo, as armas nucleares. Países como os EUA e a Rússia detêm um grande número de bombas nucleares que, se utilizadas, poderão destruir países inteiros ou mesmo provocar a destruição do ecossistema o que tornaria o nosso mundo inabitável. Como existe conhecimento sobre o poder das armas nucleares nenhum país quer utilizá-las, contudo este tipo de armamento serve bem como dissuasor contra ameaças externas. Neste caso pode dizer-se que o avanço tecnológico incapacitou alguns Estados de poderem usar as suas tecnologias militares o que faz com que uma guerra total seja mais difícil de acontecer. É graças ao aparecimento de armas nucleares que a via diplomática para resolução de conflitos ganhou uma nova preponderância nos novos tipos de conflitos pois os Estados recorrem sempre à diplomacia para resolver divergências tentando evitar a todo o custo uma guerra total.

O custo das novas guerras diminuiu, mas não para os Estados. “(...) *the new wars are downright cheap (...) it is cheap to prepare and wage them.*” (MÜNKLER, 2004, p. 74). Os novos conflitos são muito mais baratos de empreender por isso é que muitos dos que acontecem em África e no Médio Oriente se estendem durante décadas. Por serem mais baratas, são também mais facilmente executáveis o que faz com que o número de conflitos aumente exponencialmente. A constituição dos conflitos é de mais fácil execução e planeamento pois é realizada com recurso a armas de menor calibre e utilizam-se infraestruturas civis para ter acesso aos meios necessários para levar o conflito a cabo sejam eles monetários ou móveis. O objetivo de dispor de recursos tão básicos prende-se com o facto de os novos conflitos não servirem para combater oponentes fortemente armados mas sim para atacar alvos civis e prolongar o conflito o mais possível. Por esta razão a procura por armas de maior calibre não faz parte dos novos conflitos. Para alguns países entrarem em guerra, como os EUA por exemplo, significa um acumular na dívida o que afetará o desenvolvimento económico.

As novas guerras têm um efeito destrutivo na estabilidade dos países já que se sucedem maioritariamente em Estados com debilidades a nível geográfico ou cultural. Neste cenário, os novos conflitos têm um efeito devastador na estabilidade de um país que terá repercussões durante largos anos deixando impactos a nível territorial, social e cultural. Os novos conflitos são contrários à criação de paz em regiões instáveis e à formação de Estados pois são conflitos que provocam o colapso de Estados, a destruição de sociedades e não detêm qualquer expectativa de criação de um futuro sustentável. Este tipo de conflitos destrói as capacidades de auto-organização e as perspectivas de a sociedade poder assumir um papel

crítico na decisão do desenvolvimento de um Estado, os efeitos negativos perduram mesmo após o seu fim.

O uso da força assume um papel importante nos novos conflitos. O seu uso substitui as relações entre oponentes e serve para obter os resultados pretendidos. Estes conflitos contêm uma intervenção da população local motivada por questões étnicas que servem para justificar os excessos perpetrados. Por os custos dos novos conflitos serem diminuídos é difícil chegar a um entendimento para alcançar uma resolução. A isto deve-se o facto de os novos conflitos representarem oportunidades de enriquecimento ilícito para alguns atores. Há que ter em conta que os meios de comunicação perderam a função de reportar os eventos que se sucedem e ganharam uma vertente participativa nos novos conflitos sendo que desempenham agora um papel diferente do que representavam nas guerras tradicionais e que os ajuda a subsistirem.

Com o fim da Guerra Fria os conflitos ideológicos entre o Ocidente e o este perderam a importância de outrora e foram substituídos por questões étnicas, culturais e religiosas sendo estas as principais diretrizes que os guiam. Também o aparecimento da globalização contribuiu para a redução dos custos que implicam realizar um conflito tornando-o mais barato e, conseqüentemente, acessível. O conjugar de todos estes aspetos ajuda a explicar a desordem dos conflitos contemporâneos e a sua duração.

O 11 de setembro de 2001 trouxe uma nova realidade à Ordem Mundial: o crescimento de atos terroristas. O terrorismo engloba qualquer ato de violência desprovido de legitimidade política, com interesses culturais, étnicos ou religiosos como fundamento. O terrorismo consiste numa forma de violência que procura obter resultados de forma indireta pelo facto de que as estratégias utilizadas visam objetivos psicológicos. O que importa num atentado terrorista é o grau de destruição e o efeito na estabilidade política e social de um Estado. Esta forma de conflito é um meio de fazer passar uma mensagem com fundamentos religiosos que visam a sua propagação através de atos espetaculares que inspirem o medo e o terror naqueles que os vivenciam. É um ataque direto à força moral de um oponente que visa a subversão a seu favor.

A internacionalização do terrorismo contribuiu para o desenvolvimento dos novos conflitos e para a remoção dos limites sobre o uso de violência existentes nas guerras tradicionais. Quanto maior dano e mais espetacular um ato terrorista for maior será o impacto e a possibilidade de sucesso, a espetacularidade de um atentado dita o seu efeito nos objetivos a alcançar. Isto aliado à cobertura que os meios de comunicação fazem sobre estes eventos

permite que este tipo de atos continue a suceder-se e a ganhar força na Ordem Mundial contemporânea. Sem a cobertura dos meios de comunicação, importantes na condução dos conflitos contemporâneos, estes eventos não teriam o mediatismo necessário à sua sobrevivência e o seu impacto na economia e sociedade de um país estaria limitado. Estes eventos despoletaram uma guerra internacional contra o terrorismo disputada em diversos países do Médio Oriente e cujo intuito é a destruição de organizações terroristas. O problema é que a dispersão geográfica torna difícil acabar com a ameaça, denotando uma das características comuns nos novos conflitos: a dispersão de um determinado grupo não permite que se faça um combate total ou definitivo o que prolonga o conflito por tempo indeterminado.

A nova Ordem Mundial aumentou a disparidade nas capacidades militares entre os diferentes atores devido ao aparecimento da globalização e do aumento da importância do fator económico. É devido a estes motivos que os novos conflitos estão repletos de aspetos irregulares que garantem alguma estabilidade a quem os conduz e confere um contrapeso face ao maior poderio militar de países como os EUA ou organizações como a OTAN. Isto resultou no aparecimento de conflitos assimétricos onde os oponentes detêm diferentes capacidades militares que levam à necessidade de recorrer a métodos não convencionais de combate. Destes métodos fazem parte os meios de comunicação, o ataque a alvos civis, o uso de violência excessiva, o recurso a armas de calibre leve, entre outros. Todos estes meios são importantes para obtenção de um determinado objetivo e permite contornar as assimetrias militares que a nova Ordem Mundial criou. O recurso ao uso excessivo de violência tem, aliado à difusão de tais atos por meios de comunicação, a finalidade de transmitir uma mensagem que será delineada consoante os propósitos do conflito. A mensagem que, por exemplo, o terrorismo contemporâneo visa transmitir tem como alvo a estrutura económica e política do Ocidente em especial dos EUA por representarem um modelo de Ordem Mundial diferente do seu e sendo, conseqüentemente, uma ameaça direta à sua existência. O fator económico é o ponto mais importante, maleável e vulnerável dos Estados ocidentais atualmente e os grupos terroristas perceberam essa dependência entre o Ocidente e os recursos energéticos do Médio Oriente. Devido a essa dependência grupos terroristas como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico têm como alvo apoderaram-se das reservas energéticas de alguns países no Médio Oriente que exportam os seus recursos para o Ocidente o que poderá resultar em problemas de produção e, como consequência, económicos em muitos países da UE, nos EUA e outros países que se encontram dependentes do petróleo daquela região.

Apesar do aparecimento de novas ameaças à Ordem Mundial tradicional, à multipolarização da balança de poder, de atores intervenientes nos conflitos e ao crescente número de conflitos em pontos geográficos vulneráveis os Estados cada vez mais se imiscuem de entrar em guerra com atores não estatais. A diminuição de conflitos levados a cabo por Estados prende-se com o crescimento dos custos em realizar e manter uma guerra; o aumento do peso da opinião pública na decisão de começar ou não um conflito; o desenvolvimento de acordos e instituições internacionais que visam garantir uma resolução diplomática para divergências políticas e económicas entre diferentes partes. Como a maioria dos Estados figuram em organizações internacionais que visam a mediação através da diplomacia e são ainda signatários de acordos de internacionais que visam o impedimento do recurso à opção militar torna-se mais complicado encontrar uma opção legítima para entrar em guerra. Além destes aspetos há ainda a ter em conta o avanço tecnológico no armamento que conferiu armas de destruição maciça aos Estados que, contudo, não as podem utilizar por representarem uma ameaça a toda a Ordem Mundial.

Como os Estados ficaram incapacitados de utilizar todo o seu potencial militar seja devido às consequências do seu uso ou a compromissos internacionais nasceu espaço para o aparecimento de atores não estatais com pretensões de natureza política, cultural ou económica e capacidade de criar conflitos que ocuparam o vazio deixado pelos países. Os alvos dos novos conflitos deixaram de ser unicamente as forças militares e diversificaram-se atingindo diretamente a esfera social. Ataques a infraestruturas energéticas, políticas e civis fazem parte dos alvos prioritários dos novos conflitos cujo objetivo passa por criar instabilidade num determinado Estado, ou parte dele, para que existam condições para criar a instabilidade necessária à subsistência deste tipo de guerras. A destruição de aspetos vitais para o funcionamento da vida pública e política tornou-se uma característica importante no *modus operandi* dos atores dos novos conflitos e uma particularidade necessária para equilibrar a falta de meios e fundos face às capacidades militares de Estados e alianças internacionais como a OTAN.

A intervenção humanitária é atualmente a forma mais utilizada para ajudar na resolução de um conflito sem que os Estados tenham a necessidade de intervir militarmente. Com o fim da Guerra Fria e a queda da União Soviética os conflitos sofreram mutações tal como a Ordem Mundial. Foi desenvolvida uma nova política de intervenção militar que primava pelo recurso à diplomacia para a resolução de divergências. Para mediar tais divergências foram criadas organizações internacionais supranacionais como a ONU, estabeleceram-se

acordos internacionais em que diferentes países se comprometeram a não recorrer à via militar em defesa dos seus interesses e desenvolveram-se alianças militares internacionais, como a OTAN, como forma de proteção contra ameaças externas. Estas mudanças na forma como os Estados iriam abordar os futuros conflitos advieram também da mudança na Ordem Mundial e na necessidade de entender a crescente multipolarização da balança de poder internacional. Um das ferramentas desenvolvidas para ajudar na resolução das guerras caóticas contemporâneas é a intervenção humanitária. Este tipo de intervenção serve para prestar assistência à população em zonas de conflito, tem também uma componente diplomática que procura por um fim às divergências que levaram a um conflito e ajudar o país afetado a reconstruir as infraestruturas políticas e sociais necessárias ao seu funcionamento.

Ainda assim há quem entenda algumas organizações internacionais, como a ONU, como uma forma dissimulada de alguns países fazerem valer os seus interesses. Países como os EUA só parecem recorrer aos princípios humanitários, defesa dos direitos humanos, quando estão em causa a defesa de interesses estratégicos. Caso não existam quaisquer interesses em risco a intervenção humanitária poderá não ter a mesma influência e os direitos humanos tendem a ser postos de parte, para tal basta ter em conta os conflitos existentes atualmente em África e no Médio Oriente que estão abandonados de qualquer intervenção humanitária significativa. A dualidade de critérios numa intervenção humanitária deve-se, mais uma vez, ao peso do fator económico reforçando a ideia que é este o ponto que mais influencia a decisão de intervir ou não num conflito. A lógica deste tipo de intervenções não se baseia nos direitos humanos mas sim em aspetos políticos e económicos para averiguar se os custos que a continuação de um conflito implica em países terceiros são superiores aos custos de uma intervenção militar. Os direitos humanos por si só nunca são o fator decisivo para justificar uma intervenção sendo os pontos mais importantes o económico e o político. Os contornos das intervenções costumam ser defensivos.

Os novos conflitos representam uma ameaça à economia não só do país afetado pelo conflito mas de países terceiros que possam ter interesses financeiros ou políticos na região em causa. Este tipo de conflitos pode alastrar-se a países vizinhos algo que não acontecia com os limites geográficos existentes nas guerras tradicionais. Outro problema associado a este tipo de conflitos é a associação com o crime organizado o que dificulta a sua resolução devido à crescente corrupção que provocam a nível político e militar. As associações criminosas contribuem para o aumento dos crimes de guerra nestes cenários criando todo um mercado alternativo, e ilegal, lucrando o máximo possível enquanto o conflito existir. Nestes

conflitos tendem a aparecer atores políticos que ganham protagonismo em países com instabilidade política através do uso de questões que criam tensões com o objetivo de fragmentar a sociedade e aumentar a instabilidade em proveito próprio. O uso de questões étnicas ou culturais em favor próprio é comum em países africanos e do médio oriente e, geralmente, costuma dar azo a uma mudança política e instauração de um novo governo graças ao favorecimento de um determinado grupo populacional.

Estes aspetos refletem a evolução dos novos conflitos na Ordem Mundial e necessitam de intervenção rápida e decisiva para evitar que aconteçam. Uma intervenção com sucesso seria realizada logo no início do conflito, permitiria antecipar a escalada do mesmo e o aumento da fragmentação da região afetada. Contudo os países ocidentais e as organizações internacionais adotam uma postura de espectador para perceber se uma intervenção é ou não justificada na esperança que o conflito acabe por desaparecer devido a limitações financeiras ou políticas. Uma intervenção militar é tida como uma ferramenta para criar condições para que seja possível atingir estabilidade política sem ter em conta o processo de desenvolvimento a longo prazo.

“(...) it is extremely cheap to start up a new war – especially if it is fought with the methods of international terrorism – whereas interventions to export political and in some degree economic stability are rather expensive, the more so if they require a long time to produce results”. (MÜNKLER, 2004, p. 131).

O problema nos novos conflitos é que é extremamente barato começar uma guerra e muito caro acabá-la e criar a estabilidade necessária para que não existam futuros conflitos no mesmo ponto geográfico. No cenário atual da Ordem Mundial a guerra é mais barata que a paz. O crescimento do fator económico tornou possível a realização de conflitos por entidades não estatais ao passo que restringiu a atuação dos Estados nos mesmos. A tentativa de minimizar os riscos políticos e militares por parte dos Estados com recurso a ataques aéreos, através de *drones*, ou de mísseis teleguiados representam a assimetria existente nos conflitos contemporâneos e a opção mais utilizada pelos Estados para intervenção militar em conflitos em países como a Somália²⁷ ou o Iémen²⁸ ou contra grupos terroristas como o Estado Islâmico.

²⁷ *U.S. drone strike killed al Shabaab leader Garaar in Somalia: Pentagon.* Reuters (18.03.2015). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2015/03/18/us-somalia-security-usa-idUSKBN0ME2QI20150318> (consultado a 08.08.2015).

mico²⁹. Isto demonstra a superioridade tecnológica de que os países usufruem e a incapacidade de intervir em termos tradicionais, através do envio de tropas, devido a questões económicas, políticas e sociais. Este tipo de guerra à distância permite uma intervenção nos conflitos mas isso não significa que tenha o mesmo efeito que uma intervenção militar tradicional³⁰ e possibilita que estes conflitos continuem.

O aparecimento de novos atores com capacidades para criar uma alternativa política e infraestruturas governamentais veio colocar em causa a soberania dos Estados, especialmente daqueles que coexistem com instabilidade dentro das suas fronteiras. A multiplicação de atores intervenientes nos conflitos tornou-os caóticos. Para combater o efeito destes novos conflitos é necessário a reconstrução das infraestruturas governamentais de modo a conferir a estabilidade necessária para o desenvolvimento da infraestrutura política que resultará na estabilização. É através desta estabilização que se atinge um processo de desenvolvimento seguro para que um Estado possa reaver a soberania sobre as suas fronteiras. Isto evitará o aparecimento de futuros conflitos em regiões outrora instáveis.

“In earlier periods, wars had an implicit calculus: the benefits of victory outweighed its costs, and the weaker fought to impose such costs on the stronger as to disturb this equation”. (KISSINGER, 2014, p. 332).

As aproximações à guerra mudaram devido ao crescimento do fator económico. Os custos dos conflitos começaram a ser tidos em conta em primeiro lugar. Enquanto os objetivos dos conflitos tradicionais foram perdendo força, novos conflitos se desenvolveram assim como novos objetivos: guerras étnicas, extremismo religioso, guerras civis, entre outras. Em conjunto com os conflitos, também a Ordem Mundial se modificou quase nos mesmos trâmites: o fator geográfico tornou-se geoestratégico e o fator económico ganhou maior preponderância nas tomadas de decisão. Atualmente os Estados ponderam primeiramente o

²⁸ *Drone Strikes in Yemen Said to Set a Dangerous Precedent.* The New York Times (13.04.2015). Disponível em http://www.nytimes.com/2015/04/14/world/middleeast/legal-advocacy-group-says-us-drone-program-sets-dangerous-example.html?_r=0 (consultado a 08.08.2015).

²⁹ *US drone bombs Islamic State target in Syria after taking off from Turkey.* The Guardian (05.08.2015). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2015/aug/05/us-drone-bombs-islamic-state-target-syria-turkey> (consultado a 08.08.2015).

³⁰ *US drone attacks “counter-productive”, former Obama security adviser claims.* The Guardian (07.01.2013). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/jan/07/obama-adviser-criticises-drone-policy> (consultado a 08.08.2015).

fator económico antes de uma tomada de posição, já os fatores geográficos e militares, ainda que continuem a ser importantes, têm perdido relevo.

Os fatores que mais influenciam o aparecimento de conflitos na Ordem Mundial contemporânea prendem-se com os impactos que a globalização tem nos aspetos culturais; o desenvolvimento das tecnologias militares e de informação; o crescimento do fator económico e o envolvimento, ou falta do mesmo, das populações nos conflitos.

A globalização veio criar uma interdependência internacional que torna difícil alguns Estados entrarem em conflito com potenciais parceiros económicos ou comerciais. É claro que os novos atores dos conflitos contemporâneos não têm esse tipo de restrição e têm maior liberdade para entrar em conflito. À medida que a Ordem Mundial se aproxima cada vez mais de uma aldeia global as tecnologias em termos de transporte, relações comerciais e comunicação permitem uma interação em tempo real e criam interdependência entre diferentes atores com interesses económicos. A era de informação continua a ganhar cada vez um maior protagonismo nas relações internacionais contemporâneas e terá um maior impacto nas relações entre Estados assim como a prevenção do aparecimento das guerras tradicionais. Atualmente a informação é poder e a partilha de informação é uma ferramenta essencial das relações entre Estados na Ordem Mundial atual.

O crescimento do fator económico tornou as guerras demasiado caras para os Estados. Devido a isto, só em caso de um interesse vital estar em perigo irá um país arriscar uma intervenção militar. Os conflitos limitados, restritos a um determinado espaço geográfico ou grupo, não justificam os custos de uma intervenção militar para os Estados pelo que não existirá intervenção da sua parte. É devido ao fator económico que se pode entender o porquê de alguns conflitos atuais como em países africanos, na Síria ou na Ucrânia não existir qualquer intervenção internacional para estabilizar a situação tirando organizações internacionais com fins humanitários. Arriscar uma guerra total implica a utilização de todos os recursos de um Estado o que acaba por ser um desincentivo. Os Estados escolhem os conflitos em que devem interferir consoante o grau de importância que têm para os seus interesses estratégicos e evitam esforços financeiros imiscuindo-se de intervir em conflitos que não têm qualquer interesse estratégico e apenas implicam despesa.

Os novos conflitos compreendem toda uma ideologia e *modus operandi* diferente daquilo que constituíam as guerras tradicionais. Este tipo de conflitos são definidos pela incerteza, pelo aparecimento de guerras pequenas e localizadas, pela intervenção de atores não estatais, pelo uso de novas tecnologias como forma de fazer a guerra, por conflitos híbridos entre

atores estatais e não estatais, pela crescente privatização do sector militar, pela inadaptação dos sistemas políticos e supranacionais para lidar com este tipo de conflitos, pelo recurso a armas biológicas sejam elas vírus ou doenças, pela mudança do clima e consequente alteração na disponibilidade de recursos naturais, pelo aumento do armazenamento de informação e vigilância que põem em causa a liberdade da sociedade e pelo desuso das guerras entre Estados e aparecimento de conflitos com entidades não estatais que detêm a capacidade de impor um modelo governativo.

A incerteza sobre o desenrolar dos novos conflitos já acontece atualmente com muitos que se arrastam durante décadas e não tem um fim à vista. Não existe uma solução para este tipo de situações pois quanto mais tempo se arrastam mais difícil se torna chegar a um acordo até porque os atores envolvidos não se revêm nas convenções tradicionais para resolução de conflitos. A forma de resolver os conflitos contemporâneos está desatualizada e presa às ideologias das guerras tradicionais tornando redundante a sua aplicação na resolução de novos conflitos. As políticas estabelecidas para conter este tipo de conflitos têm-se revelado incapazes de qualquer sucesso por não estarem adaptadas à realidade dos atores que neles intervêm. Estabelecer uma abordagem aos novos conflitos apoiada nas abordagens que se tinham durante as guerras tradicionais não tem resultado o que torna necessário uma política flexível que se adapte à realidade atual.

Os novos conflitos irão aumentar a ligação entre atores estatais e não estatais o que irá distorcer a diferenciação entre guerra e paz assim como entre conflitos e criminalidade. Estes conflitos assimétricos têm muitas vezes ligações com o crime organizado que se autofinanciam através de roubos e pilhagens tendo como alvo a população local. O crescimento da política identitária³¹, política estipulada consoante um grupo étnico, tem ganho importância em Estados politicamente instáveis e com tensões de teor étnico entre a sua sociedade sendo este aspeto um dos principais influenciadores e catalisadores dos conflitos contemporâneos.

As empresas privadas têm ganho maior relevância que a própria indústria de defesa dos Estados através da privatização do sector militar e do desenvolvimento de tecnologia de ponta que está a resultar no domínio do mercado militar global e a revolucionar as ferramentas bélicas. As mudanças nas tecnologias militares, a individualização das guerras e outras mudanças que caracterizam os conflitos contemporâneos demonstram a ineficácia da comu-

³¹ Segundo Mary Kaldor a política identitária refere-se a: *“I use the term “identity politics” to mean movements which mobilize around ethnic, racial or religious identity for the purpose of claiming state power.”* (KALDOR, 2012, p. 79).

nidade internacional em adaptar as formas de resolução dos conflitos aos novos atores que neles participam demonstrando falta de entendimento e uma abordagem desatualizada sobre tais acontecimentos.

Os avanços da ciência poderão representar uma possibilidade para produzir novas armas através do uso de doenças e a criação de pandemias o que irá influenciar a segurança mundial significativamente. O surto de Ébola no oeste de África em 2014 representou uma falha de vigilância e a inabilidade de criar uma solução capaz de conter o avanço da doença por diferentes países acabando por se tornar uma área significativamente perigosa. À medida que a investigação científica avança e se vão fazendo descobertas estas questões poderão ter influência no futuro dos conflitos.

O contínuo aquecimento global irá criar cada vez mais desequilíbrios o que resultará num futuro em que os recursos naturais terão que ser racionalizados e existirão regiões mais afetadas que outras. Estas discrepâncias irão dar origem à instabilidade que poderá resultar no aparecimento de conflitos por disputas por água ou comida. O aumento dos níveis do mar, as migrações populacionais em massa, as condições climáticas extremas e os efeitos que estes aspetos irão ter na Ordem Mundial poderá representar um pretexto para o aparecimento de futuros conflitos.

O armazenamento e análise de informação sempre representaram um aspeto importante dos conflitos. Contudo o avanço das tecnologias de informação permite agora o seu armazenamento e análise em vastas quantidades. Estas medidas representam uma ameaça à privacidade e aos direitos humanos por um lado, mas por outro lado podem ajudar a prevenir futuros ataques. O desenvolvimento tecnológico deu ainda origem às ciberguerras levando à necessidade de desenvolvimento de políticas de proteção e atuação capazes de oferecerem uma proteção contra o crescimento de ciberataques de modo a proteger informações vitais para o interesse estratégico dos Estados.

As guerras entre Estados irão ser cada vez mais uma coisa do passado assim como a violência que representavam as guerras tradicionais contra as sociedades está em declínio. Os conflitos atuais utilizam tanto a sociedade como as infraestruturas sociais para proliferarem através da implementação de atos de terror que resultam na morte de várias pessoas e na destruição de infraestruturas vitais para um funcionamento eficaz da sociedade. O futuro dos conflitos pode ser caracterizado por guerras rápidas, de baixo custo económico e com efeitos devastadores nas estruturas sociais e políticas de um Estado.

2.1 A Falta de uma Resposta à Altura dos Novos Conflitos – Está a Ordem Mundial Presa a uma Realidade Diferente Daquela que os Conflitos Representam?

Os novos conflitos têm-se revelado difíceis de mediar, denotando que os mecanismos de abordagem política e militar para a sua resolução estão presos a outra realidade correspondente à dos conflitos tradicionais e que não se enquadra nos mesmos moldes que os contemporâneos.

Existe uma diferença fundamental entre os conflitos tradicionais e contemporâneos. Os primeiros envolvem a existência de um combate entre Estados que será decisivo para ditar o vencedor. Já os segundos envolvem uma rede de atores sejam eles estatais ou não estatais que direcionam os atos de violência contra alvos civis ao invés de militares, demonstrando uma nova forma de violência. Os novos conflitos são um fenómeno local, mas também global.

Os novos conflitos estão associados com as limitações que compreendem a Ordem Mundial contemporânea nomeadamente Estados instáveis ou falhados; o aumento de políticas identitárias, ou seja, baseadas em questões étnicas e o aparecimento de associações de crime organizado especialmente em África e no este da Europa com capacidade de ingerência. As hipóteses de disseminação deste tipo de tensões como consequência da crise financeira de 2008 e do fluxo de refugiados que tem criado instabilidade na UE resulta da instabilidade de alguns países do norte de África ou do Médio Oriente.

É difícil estabelecer distinções entre guerra, que se entende por violência entre Estados ou grupos politicamente motivados; crime organizado, o uso da violência por grupos privados com propósitos pessoais que geralmente têm a ver com questões económicas; e violações dos direitos humanos, violência direcionada contra grupos de indivíduos levada a cabo por Estados ou grupos políticos. A privatização da violência tornou-se um aspeto normal deste tipo de conflitos e criou dificuldade em estabelecer distinções entre o que é privado e público, que atores são estatais e não estatais, o que é formal ou informal e o que é feito por motivações políticas e económicas. Todas estas distinções que se podiam fazer nos conflitos tradicionais são atualmente mais complexas de realizar nos conflitos modernos devido à forma como estão arquitetados para serem conflitos caóticos com múltiplos atores em cena. É necessário perceber que os conflitos contemporâneos envolvem diferentes tipos de conflitos sejam eles no ciberespaço, entre Estados, entre atores não estatais, guerras tradicionais,

guerras civis ou contrainsurgência. Estes representam alguns dos exemplos que constituem os novos conflitos.

Para ajudar a perceber a mudança dos conflitos, é necessário entender o peso que a globalização teve nessa influência. Devido à crescente interconectividade e interdependência a nível económico, militar e cultural assim como a mudança na autoridade política todos os diferentes atores da Ordem Mundial estão ligados, dependentes uns dos outros e atrás de objetivos idênticos. Além da globalização, o fim da Guerra Fria ajudou ao aparecimento dos novos conflitos devido à disponibilidade de armas que dali resultaram, ao descreditar das ideologias socialistas, à desintegração de Estados totalitários e à perda do apoio de superpotências a alguns atores.

Foi referido anteriormente que os novos conflitos são eventos caóticos. A presença de vários atores assim o dita. Esta presença pode ser considerada global e inclui meios de comunicação internacionais, mercenários, conselheiros militares, voluntários que se identificam com a causa e um conjunto de organizações internacionais que vão desde ONGs a instituições internacionais como a UNICEF, a OSCE, a UE ou a ONU. Todos os intervenientes contribuem para categorizar os conflitos atuais como caóticos.

É possível perceber a divisão que os novos conflitos criam na Ordem Mundial através da seguinte citação:

“(...) the new wars epitomize a new kind of global/local divide between those members of a global class who can speak English, have access to the Internet and satellite television, who use dollars or euros or credit cards, and who can travel freely, and those who are excluded from global processes, who live off what they can sell or barter or what they receive in humanitarian aid, whose movement is restricted by roadblocks, visas and the cost of travel, and who prey to sieges, forced displacement, famines, landmines, etc.”. (KALDOR, 2012, p. 5).

De facto, os novos conflitos acentuam as divergências existentes na Ordem Mundial nomeadamente entre o Ocidente e a restante comunidade internacional. Estes conflitos têm ganho protagonismo em lugares onde o papel do Estado começa a ser posto em causa e a sua autonomia está ameaçada levando, em alguns casos, à sua desintegração. Esta instabilidade permite o aparecimento de novos grupos que têm o intuito de estabelecer um governo alternativo, mas que acabam muitas vezes por instaurar um sistema de violência organizada com o objetivo de assegurar um monopólio político e económico para uso próprio.

A capacidade que os Estados detinham de utilizar meios militares contra outros Estados já não existe totalmente e essa componente tem sido gradualmente enfraquecida. As razões para a perda da exclusividade de realizar um conflito por parte dos Estados devem-se ao crescimento do poder de destruição da tecnologia militar e aumento da interconectividade entre Estados especialmente a nível militar. Seria utópico pensar que os Estados arriscassem entrar em guerra uns com os outros o que poderia ter um resultado destrutivo. As alianças militares, a produção internacional de armas assim como a sua comercialização, demais formas de cooperação militar e acordos sobre o controlo de armamento criaram uma rede de integração militar mundial porém só para Estados dado que os novos atores dos novos conflitos não fazem parte nem se revêm neste tipo de acordos. A evolução das normas internacionais resultou no enfraquecimento da capacidade dos Estados de recorrerem à via militar unilateralmente, veja-se o que aconteceu quando se tentou intervir na Síria³² para estabilizar a situação.

A crise económica também acentuou o aparecimento de novos conflitos, especialmente nas regiões economicamente mais afetadas. O aumento da criminalidade, da corrupção, da ineficácia de um Estado resulta na instabilidade necessária ao aparecimento de conflitos. A violência é cada vez mais privatizada como consequência do aumento do crime organizado, do aparecimento de grupos paramilitares que resulta no desaparecimento da legitimidade política como meio para uso de força o que faz com que os acordos de guerra internacionais não tenham qualquer aplicabilidade para estes atores.

“The new wars can be contrasted with earlier wars in terms of their goals, the methods of warfare and how they are financed. The goals of the new wars are about identity politics in contrast to geo-political or ideological goals of earlier wars”. (KALDOR, 2012, p. 7). Todos os conflitos envolvem um choque entre diferentes identidades tal como no Irão, entre o Ocidente e o governo iraniano, e na Ucrânia, entre a Rússia e os EUA/ UE, assim como diversos outros conflitos em países da África ou mesmo no Médio Oriente. Os modos de combate nos novos conflitos são diferentes dos tradicionais e baseiam-se na estratégia utilizada por guerrilhas e contrainsurgência. Os conflitos tradicionais tinham como intuito capturar território inimigo através de recursos militares, as batalhas eram os encontros decisivos das guerras tradicionais. A estratégia que passa por um combate de guerrilha assenta no de-

³² *Why won't the U.N. Security Council intervene in Syria?* CNN (14.02.2012). Disponível em <http://edition.cnn.com/2012/01/13/world/meast/un-security-council-syria/index.html> (consultado a 12.08.2015).

envolvimento de meios capazes de contornar as grandes concentrações militares que são precisamente uma componente intrínseca dos conflitos tradicionais. Através do uso de táticas de guerrilha o avanço territorial é feito através do controlo político da população e não pelo controlo militar e os combates são evitados ao máximo devido às disparidades capacitativas entre Estados e atores não estatais. A diferença entre as técnicas de guerrilha e aquelas utilizadas nos novos conflitos prendem-se pela forma como o controlo político sobre a população é alcançado. Enquanto a estratégia de guerrilha visava o avanço político através da ligação à causa com a população, o avanço político dos novos conflitos é exercido através de técnicas de contrainsurgência e destabilização que têm o intuito de provocar medo e insegurança na população. O objetivo passa por controlar a população livrando-se de todos aqueles que não correspondem etnicamente ou politicamente ao pretendido através de atos espetaculares de terror que coloquem medo à população e a faça obedecer. Os novos conflitos procuram instaurar políticas extremistas através do recurso a meios que instiguem ódio para com um determinado alvo e medo em retaliar. A população é o principal alvo nos novos conflitos e os meios pelos quais os novos atores tentam atingir os objetivos passam por execuções em massa e estratégias políticas, económicas e psicológicas de intimidação cujo intuito é fazer um determinado grupo populacional fugir o que resulta no deslocamento da população para outras áreas ou países. É por isto que estes conflitos são caracterizados por elevados números de refugiados³³ o que ajuda também a explicar o uso de violência contra alvos civis.

Os conflitos tradicionais dispunham de uma hierarquia organizada verticalmente, como uma pirâmide, em que existia um órgão máximo que estipulava a abordagem a ser realizada e passava posteriormente a ordem para que os restantes atores a cumprissem. Atualmente, os conflitos não dispõem dessa hierarquia devido à existência de uma grande diversidade de atores independentes nos mesmos sejam eles paramilitares, chefes militares³⁴, associações criminosas, forças policiais, forças militares, grupos mercenários entre outros. Todos estes grupos têm motivações próprias e agem em conformidade com os seus interesses. Os meios de comunicação sejam eles telemóveis ou computadores ajudam a coordenar, mediar e a estabelecer negociações entre diferentes atores.

³³ Segundo números da UNHCR estima-se que até final de 2014 existiam cerca de 19,5 milhões de refugiados e o número de pessoas internamente deslocadas ascende a 38,2 milhões. Para ver mais informações sobre os números atuais de refugiados consultar http://www.unhcr.org/556725e69.html#_ga=1.87460120.1042872199.1439382603 (consultado a 12.08.2015).

³⁴ Conhecidos, em inglês, por *Warlords*.

O efeito do fator económico nos novos conflitos tem um estatuto considerável. As economias dos novos conflitos são descentralizadas devido à parca participação por parte da população e à elevada taxa de desemprego que existe em muitos dos países afetados. Economias de países, como em África, estão fortemente dependentes de recursos e ajuda externa sendo a produção doméstica, a destruição de infraestruturas, a interrupção do comércio e de receber impostos bastantes afetadas pelos novos conflitos. Os atores destes conflitos financiavam-se através de pilhagem, tomada de reféns, o recurso ao mercado negro para vender ou adquirir certos bens ou assistência externa. Uma das formas mais conhecidas passa por impor uma espécie de taxa na assistência humanitária³⁵ o que ajuda a fornecer comida e outros aspetos importantes para a manutenção destes conflitos. Existe ainda o apoio de governos vizinhos que se identifiquem com a causa, tal como a Rússia faz com os separatistas na Ucrânia ou o Irão com o Hamas e o Hezbollah. Outras formas que estes atores irregulares encontraram para se financiarem passa pela comercialização ilegal de armas, drogas, recursos como o petróleo e diamantes ou tráfico de pessoas. Todas estas fontes de financiamento são mantidas através de um uso contínuo de violência.

Além do aspeto económico há ainda a ter em conta aspetos de natureza humana. Os novos conflitos para além de oporem diferentes grupos tribais, religiosos ou até linguísticos opõem também grupos politicamente motivados por questões étnicas que se insurgem contra o multiculturalismo.

Encontrar uma forma de solucionar estes conflitos não é fácil. A melhor forma passa pelo restauro da legitimidade política e a reconstituição do controlo do uso de violência pelas forças de segurança pública ao invés de grupos irregulares e associações criminosas. Todo este processo implica reformas políticas e jurídicas pois é necessário reconstruir a confiança pública nas instituições de segurança e reestabelecer o controlo da lei. Tudo isto demonstra que os novos conflitos representam uma mistura de guerra, criminalização e violação dos direitos humanos. Da mesma forma que a Ordem Mundial já não se pode definir apenas de uma perspetiva unipolar ou bipolar nem pode ser recriada através de uma abordagem identitária, isto é étnica, os novos conflitos também apresentam uma complexificação que não permite enquadrá-los dentro daquilo que eram os conflitos de outrora. Apesar de todas estas mudanças, os conflitos continuam a ser uma atividade social.

³⁵ *Militants in Somalia seize UK-funded humanitarian aid*. The Guardian (11.08.2013). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/aug/11/militants-somalia-seize-uk-humanitarian-aid> (consultado a 12.08.2015).

Muito as guerras se distanciaram das concepções de Clausewitz que as entendia como conflitos entre Estados com objetivos políticos em que o vencedor impunha os seus interesses ao vencido. Os conflitos clausewitzianos eram disputados pelas forças militares que representavam os Estados. O uso de exércitos ao serviço dos Estados era uma parte integral da monopolização da legitimação do uso de violência. A guerra era a continuação dos interesses políticos por outros meios assim como o instrumento racional para os atingir.

Atualmente os objetivos políticos distanciaram-se dos simples interesses de conquista tradicionais e passam pela obtenção de poder através do recurso a políticas identitárias baseadas em termos nacionais, tribais, religiosos e étnicos. “(...) *there is little sign of policy goals in the new wars.*” (MÜNKLER, 2004, p. 34). Aliado aos novos objetivos políticos está o aparecimento da globalização assim como a revolução nas tecnologias de informação e de comunicação que compreendem um aprofundamento no processo de globalização. Através da globalização apareceu a transnacionalização de políticas devido ao surgimento de organizações internacionais e organizações reguladoras o que fez com que cada vez mais atividades que pertenciam aos governos passem a ser reguladas por outras entidades devido ao estabelecimento de acordos internacionais e instituições com capacidades supranacionais. Cada vez mais governos se comprometem com cooperações com outros países e cada vez mais políticas são estipuladas de forma conjunta através do recurso a organizações supranacionais. A globalização veio acentuar a cooperação internacional entre governos e estreitar laços com organizações internacionais demonstrando que os Estados já não detêm totalmente o controlo sobre a execução dos seus interesses. Além disto o aparecimento e crescimento de ONGs acentuou essa perda. A globalização afetou profundamente as estruturas sociais cujo efeito é perceptível através das crescentes disparidades nos rendimentos que tem contribuído para acentuar a distância entre pobres e ricos. As disparidades nos rendimentos estão associadas com as disparidades geográficas sejam elas entre continentes, países ou regiões.

Um dos principais aspetos motivadores dos novos conflitos são os aspetos identitários ou conflitos étnicos que são definidos consoante políticas identitárias. Sejam os conflitos entre diferentes tribos em África, os conflitos com finalidades religiosas no Médio Oriente ou aqueles com motivações nacionalistas no este da Europa, como na Ucrânia, a questão de identidade parece estar maioritariamente presente nos conflitos contemporâneos. Este tipo de políticas compreende uma discriminação psicológica contra um grupo social que seja diferente por motivos étnicos ou religiosos e leva ao deslocamento da população para evitar atos de violência extrema como genocídios. Este tipo de conflito resulta do enfraquecimento

das estruturas de um Estado, especialmente aqueles que tenham um sistema autoritário ou instabilidade política. Acontecimentos como o colapso da União Soviética, a perda de legitimidade de países que foram antigas colônias em África ou na Ásia ou até o declínio do bem-estar social nos países mais industrializados proporcionou o ambiente de instabilidade necessário à disseminação de políticas identitárias. A pressão para adoção do modelo de democracia em diferentes regiões do mundo e o crescimento de movimentos islâmicos extremistas no Médio Oriente são exemplos de causas que usam tensões étnicas para atingir os seus objetivos. Mais recentemente muitos partidos de extrema-esquerda e direita³⁶ têm conseguido ganhar maior protagonismo e adquirir uma parte significativa dos votos em eleições em países como a França, a Holanda, a Hungria e a Bélgica. Quanto maior for o sentimento de insegurança maior é a polarização da sociedade e mais difícil fica implementar valores políticos integrativos. O aumento das tensões étnicas criou diversos pontos de instabilidade e fragmentação no mundo sendo que países como a Ucrânia, Geórgia, China, Índia, Irão, Indonésia, Iraque, Afeganistão, Israel, Bósnia-Herzegovina, Bélgica, Kosovo, Moldávia, Roménia, entre outros tem todos movimentos separatistas ativos que procuram atingir uma independência de parte de um território que lhes confira a legitimidade política desejada. Como resultado da globalização a soberania territorial dos Estados deixou de ser um dado adquirido.

“The new type of war economy is almost totally the opposite. The new wars are “globalized” wars. They involve the fragmentation and decentralization of the state. Participation is low relative to the population both because of lack of pay and because of lack of legitimacy on the part of the warring parties. (...) the war effort is heavily dependent on local predation and external support. Battles are rare, most violence is directed against civilians, and cooperation between warring factions is common”. (KALDOR, 2012, p. 94). A componente económica dos novos conflitos compreende a existência de um sistema centralizado, totalitário e autárquico necessário para o seu financiamento. A perda de receitas, legitimidade, crescente desordem e fragmentação militar estabelece o contexto necessário no qual os novos conflitos aparecem. A um Estado falhado junta-se a crescente privatização da violência o que torna os conflitos contemporâneos difíceis de mediar. A multipolaridade chegou também aos conflitos sendo essa diversidade ilustrada por diferentes tipos de atores tanto públi-

³⁶ *The rise of far Right parties across Europe is a chilling echo of the 1930s.* The Guardian (15.11.2013). Disponível em <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/15/far-right-threat-europe-integration> (consultado a 12.08.2015).

cos como privados, estatais ou não estatais, exércitos regulares ou irregulares, grupos paramilitares, unidades de autodefesa, mercenários ou exércitos internacionais sob o comando de organizações internacionais ou alianças militares internacionais como a OTAN. O recurso aos exércitos convencionais está em declínio devido à perda de exclusividade dos Estados sobre os conflitos. *“The de-statization of war, which finds its plainest expression in the growth of para-state and private players, is driven not least by the spreading commercialization of military force. One element in the new wars is the state’s loss of its monopoly of military force.”* (MÜNKLER, 2004, p. 16). Um grupo que tem vindo a ganhar cada vez maior protagonismo são as empresas de segurança privada que operam através de contractos estabelecidos quer com governos ou com empresas multinacionais e têm sobre o seu controlo antigos soldados. Algumas destas companhias de segurança privada, como a *Blackwater Worldwide*³⁷ conhecida por *Academi* desde 2011, detêm autonomia em demasia o que pode levar ao aparecimento de situações que agudizam um cenário já instável. A *Blackwater* ficou conhecida pelos acontecimentos no Iraque e chegou mesmo a ver alguns dos seus militares condenados pelo tiroteio de Bagdad em 2007 do qual resultaram 17 mortos. Ainda assim este tipo de empresas continua a representar um método recorrente para defesa de interesses de empresas ou Estados em cenários de guerra.

Ao passo que os novos atores estão cada vez mais interventivos nos novos conflitos os exércitos militares tradicionais intervêm cada vez menos e têm uma vertente de monitorização. Os vários atores dos novos conflitos operam tanto de forma autónoma como em cooperação pois por vezes têm objetivos idênticos.

Existem grandes divergências entre as capacidades dos novos atores nos conflitos e nos exércitos tradicionais. *“The new wars (...) are typically fought with light weapons, and deployment of disciplined fighting units is rarely decisive in their outcome.”* (MÜNKLER, 2004, p. 57). O recurso a armamento pesado é inexistente já que este é mais caro, requer infraestruturas para a sua utilização e também conhecimento algo que muitos dos novos atores não dispõem. As armas leves são as mais utilizadas por representarem um menor investimento económico e não ser necessária nem uma infraestrutura nem conhecimentos profundos para as operar. O armamento leve é mais fácil de transportar, mais preciso e mais difícil de detetar.

³⁷ *Ex-Blackwater contractors sentenced in Nusoor Square shooting in Iraq.* CNN (15.04.2015). Disponível em <http://edition.cnn.com/2015/04/13/us/blackwater-contractors-iraq-sentencing/> (consultado a 12.08.2015).

O objetivo primordial dos novos conflitos passa pelo controlo de um território através da conquista do apoio da população local e não a conquista de território de forças inimigas. Por esta razão as atividades militares são dispersas e apoiam a sua estratégia na constante mobilização e ataques surpresa. O fator fundamental da estratégia dos conflitos contemporâneos passa por evitar confrontos diretos devido à inferioridade em termos numéricos e de equipamento. O controlo do território é feito através de meios políticos e as batalhas são evitadas sendo as retiradas estratégicas algo de comum que serve para preservar os números de soldados assim como o equipamento. Os meios exercidos para estabelecer controlo político já não são tão passivos nem calculistas e justificam o porquê de a violência extrema dos conflitos contemporâneos. É através de táticas de intimidação que se impõem valores políticos que, geralmente, correspondem à sobreposição de um determinado grupo populacional em detrimento de outro. Aqueles que não estejam em acordo serão eliminados, uma forma de conseguir isto é através do deslocamento da população. O objetivo passa por estabelecer um ambiente instável àqueles que são os visados e representam a oposição à instauração de outros valores políticos o que é atingido através do medo, insegurança e aproveitamento por tensões que fragmentem a sociedade. As principais técnicas de deslocamento populacional passam pela matança de um determinado grupo populacional com base nas características étnicas ou religiosas assim como a transformação de uma determinada área geográfica no mais instável possível. Através da negação à população de um sítio seguro para viver assim como para manutenção das condições básicas à sua existência não existirá outra solução a não ser abandonar o local. Outra forma, utilizada mais recentemente pelo Estado Islâmico³⁸ ou com a destruição de algumas estátuas de Lenine na Ucrânia³⁹, passa pela destruição de monumentos que contenham aspetos históricos importantes sobre o desenvolvimento cultural da humanidade e que definem um determinado grupo social. A destruição de edifícios religiosos e monumentos históricos visa apagar todos os traços de uma determinada presença cultural.

³⁸ UNESCO: *Islamic State's destruction of heritage sites may be war crimes*. JURIST (30.06.2015). Disponível em <http://jurist.org/paperchase/2015/06/unesco-islamic-states-destruction-of-heritage-sites-may-be-war-crimesuction-of-he.php> (consultado a 12.08.2015).

³⁹ *Ukraine crisis: Lenin statues toppled in protest*. BBC News (22.02.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26306737> (consultado a 12.08.2015).

Este tipo de práticas vai contra o direito internacional humanitário demonstrando a rejeição para com os trâmites internacionais. Aqueles aspetos que eram considerados efeitos colaterais dos conflitos tradicionais tornaram-se no *modus operandi* dos conflitos modernos.

A fragmentação dos conflitos é correspondida à fragmentação da economia. É o fator económico que melhor explica a motivação dos novos conflitos sendo que existem atividades criminosas que se aproveitam dos conflitos para legitimarem as suas atividades através da justificação política. Este tipo de conflitos é uma condição social predatória em que os ganhos pessoais estão sempre acima do bem-estar das populações. Os países vizinhos àqueles afetados por conflitos são os mais lesados pois sofrem com a perda de ligações comerciais, são os que acolhem os maiores fluxos de refugiados o que resulta na transferência dos problemas que originaram o conflito para outros países. Os refugiados representam um problema económico para os países de acolhimento e uma permanente fonte de tensão entre refugiados e a população do país de acolhimento devido a razões económicas pois são dois grupos populacionais a competir pelos recursos financeiros de um país; politicamente existe a pressão de o governo de acolhimento ter que tomar alguma ação sobre eles; e em termos de segurança pois os campos de refugiados costumam servir de base operacional para fações radicais. Este tipo de situações pode resultar na disseminação das políticas identitárias para outros países.

Os objetivos políticos dos novos conflitos necessitam de mobilizar politicamente a população com base na sua identidade para atingir a sua finalidade. A estratégia militar para atingir esta finalidade passa pela desestabilização e deslocamento da população com base nas suas características identitárias que represente a oposição através do fomento de ódio e medo. Para conseguir uma forma de financiamento os diferentes atores envolvidos recorrem a ações ilegais como pilhagem, roubos, tráfico de drogas ou armas e roubo de ajudas humanitárias para que o conflito continue. O conflito em si fornece a legitimação necessária para o aparecimento de diferentes atividades criminosas que resultam nas receitas necessárias ao seu financiamento.

“Just as it is difficult to distinguish between the political and the economic, public and private, military and civil, so it is increasingly difficult to distinguish between war and peace”. (KALDOR, 2012, p. 117). Os novos conflitos representam uma condição social, que ganha protagonismo à medida que a condição económica decai, de difícil resolução e as linhas que, nos conflitos tradicionais, permitiam fazer a distinção entre vários aspetos referentes a estas guerras estão agora cada vez mais difíceis de se fazer. Os mecanismos tradici-

onais para resolução de conflitos como o recurso à via diplomática não conseguem adaptar-se à realidade das relações sociais inerentes aos novos conflitos e tratam os diferentes atores como se se tratassem de uma forma de Estados, quando não o são. As missões de *Peacekeeping* ou *Peacebuilding* realizadas com o intuito de monitorizar acordos de cessar-fogo pode contribuir para as divisões territoriais ao contrário da sua resolução. Desde que as relações de poder entre os diferentes atores permaneçam inalteradas mais tarde ou mais cedo a violência irá recommençar o que significa que é necessária uma resposta que se adapte à realidade dos conflitos atuais e não que opere consoante os conflitos tradicionais.

3. A Necessidade de uma Abordagem Renovada para Resolver os Novos Conflitos

“One response to the new wars has been to treat them as Clausewitzian wars in which the warring parties are states or, if not states, groups with a claim to statehood.” (KALDOR, 2012, p. 120). Os mecanismos atualmente existentes para a resolução e mediação dos conflitos contemporâneos têm-se revelado incapazes de entender a sua natureza e, conseqüentemente, de encontrar uma solução eficaz e duradoura. Uma das formas para responder aos novos conflitos tem sido uma abordagem fundamentada através da conceção de guerra clausewitziana em que os atores irregulares são tratados como se fossem Estados ou grupos com pretensões estatais. Os conflitos são tratados como desastres naturais tentando dar-lhes uma terminologia desprovida de qualquer significado político o que serve para retirar a legitimidade dos atores que neles participam. É necessária uma resposta mais política a estes conflitos que sirva de contrapeso às abordagens políticas que os novos conflitos compreendem. Em vez de se permitir que se instaure uma política fundamentada no medo e instabilidade devem-se procurar implementar políticas que sensibilizem a população a não se submeter. As políticas de exclusão características dos novos conflitos devem ser contrabalançadas por políticas inclusivas para a resolução dos mesmos. É necessário que se reforce a importância do princípio internacional que une os Estados e do direito internacional contra a criminalidade que pauta os novos conflitos. É necessário o desenvolvimento de uma política de mobilização cosmopolita, ou seja, com valores que possam ser aplicados por toda a Ordem Mundial e reconhecidos por todos os atores que a compreendem. Que seja capaz de apresentar uma alternativa viável e eficaz às políticas identitárias e lutar contra os princípios de intimidação dos novos conflitos.

“What is needed is a much more political response to the new wars. (...) Respect for international principles and legal norms needs to be counterposed against the criminality of the warlords. (...) what is needed is a new form of cosmopolitan political mobilization, which embraces both the so-called international community and the local populations, and which is capable of countering the submission to various types of particularism.” (KALDOR, 2012, p. 121). Para controlar a violência excessiva dos novos conflitos é necessário que se recuperem as instituições políticas de modo a que seja possível voltar a poder confiar nelas. Para tal é preciso que estas instituições sejam reformadas e opere segundo um conjunto de leis que prime pela transparência e eficácia. Nos novos conflitos não existe a preocupação com a legitimidade do uso de violência como existia nos conflitos tradicionais. Isto deve-se à perda da monopolização do uso de violência pelos Estados e à sua privatização. Os objetivos destes conflitos são particularistas e são atingidos através da implementação de controlo político fundamentado na exclusão de um determinado grupo social através de táticas de destabilização e terror.

Os cessar-fogos e as tréguas não costumam durar muito tempo pois eventualmente alguma das partes envolvidas irá desrespeitar o acordado, tal como se tem sucedido na Ucrânia. A violência pode ser controlada esporadicamente através de acordos, mas não costumam subsistir durante muito tempo especialmente porque os atores envolvidos não se revêm nas instituições tradicionais de resolução de conflitos. Qualquer tentativa de estabelecer legitimidade política através da inclusão não tem efeito num cenário de violência contínua. As distinções tradicionais entre guerra e paz estão a perder o significado nos conflitos contemporâneos.

“The new types of war are both global and local”. (KALDOR, 2012, p. 125). A interdependência existente na Ordem Mundial atual alastrou-se também aos conflitos contemporâneos o que os torna um fenómeno não só localizado mas também mundial. Muitos dos novos atores envolvidos nos conflitos estão dependentes de apoio externo e algumas organizações internacionais acabam por servir de financiamento graças ao envio de ajuda humanitária que acaba por ser desviado. *“International aid has thus frequently become part of the local war economy: what was supposed to relieve hunger and poverty becomes a resource of war.”* (MÜNKLER, 2004, p. 18). A descentralização do Estado é uma condição fundamental para o aparecimento e perduração deste tipo de conflitos que se apoiam na criação de destabilização para subsistir.

A comunidade internacional tem conseguido controlar o alastramento de alguns conflitos temporariamente, contudo estas resoluções não conseguem surtir os mesmos efeitos a longo prazo e a violência acaba sempre por regressar. As negociações entre as partes envolvidas nos conflitos têm tido alguns frutos, mas existem problemas em chegar a um acordo político duradouro principalmente por causa de os novos atores dos conflitos terem uma conceção política divergente. Os objetivos políticos dos atores pertencentes aos novos conflitos são contrários à realidade política da Ordem Mundial contemporânea o que dificulta a obtenção de resolução entre todos os envolvidos mesmo que as negociações sejam conduzidas por organizações internacionais ou países não envolvidos nos conflitos. A particularidade política dos atores dos novos conflitos faz com que seja difícil chegar a um entendimento diplomático para os resolver. As opções passam ou por uma repartição territorial, uma solução pretendida pelos separatistas na Ucrânia, ou pela criação de um governo que compreenda as partes em disputa e inclua os seus objetivos políticos. O problema é que nenhuma destas soluções representa uma solução eficaz para evitar o aparecimento de futuros conflitos. A repartição territorial não traz estabilidade e serve apenas para exacerbar as tensões étnicas, culturais ou de qualquer outra forma de diferenciação. A criação de um governo que envolva todas as partes em disputa também não é uma solução viável pois torna-se difícil conjugar conceções políticas distintas e se essas distinções resultaram no aparecimento de conflitos em primeiro lugar então estabelecer um governo fundamentado nas mesmas não trará estabilidade.

Outro problema que detém a resolução destes conflitos é porque simplesmente as partes envolvidas têm mais a ganhar com a sua manutenção do que com a sua resolução. Como o poder dos atores envolvidos advém da disseminação de medo, ódio e exclusividade é necessário um ambiente de instabilidade e insegurança para que seja possível a sua implementação a nível político assim como para tirar proveito económico. As políticas étnicas funcionam através do medo e ódio e o proveito económico advém da criminalidade e de assistência internacional. Caso seja obtido um acordo para acabar um conflito acabará a fonte de lucro que sustenta os envolvidos e as políticas de exclusão perderão a legitimidade. É por isto que se torna tão difícil encontrar uma solução a longo prazo que seja eficaz. Os mediadores dos conflitos têm que estar em conformidade com o direito internacional e respeitar as normas internacionais. Qualquer resolução que contradiga tais princípios não será válida até porque a credibilidade das instituições que têm o papel de mediar estes conflitos dependem do respeito pelas normas internacionais. Caso cedam e celebrem acordos que vão contra

tais princípios a sua credibilidade fica em causa e a capacidade de mediar conflitos poderá ficar afetada o que dificultará a implementação de qualquer acordo. Para se resolver um conflito deve-se procurar primeiramente controlar a violência para que haja espaço para intervir no local e fornecer a assistência necessária. Quanto mais normalizada a situação se encontrar mais possibilidades de se atingir um acordo existem. Para que seja possível atingir um acordo é necessário que as organizações internacionais estabeleçam alianças com entidades que queiram uma resolução política no local afetado pelo conflito, só assim existirá a possibilidade de encontrar legitimidade para uma solução.

De uma perspectiva não diplomática, as abordagens que a comunidade internacional pode adotar podem incluir ataques aéreos, seja pela utilização da força aérea ou *drones* e a imposição de sanções económicas. Este tipo de abordagens pode ajudar a dar aos envolvidos nos conflitos uma aproximação à população ao contrário de os isolar o que lhes poderá conferir um estatuto de legitimidade. As missões de *Peacekeeping* e derivadas não são, por si só, suficientes se não forem acompanhadas de uma resolução política cosmopolita, ou seja a aplicação do direito internacional e direito internacional humanitário. O problema é que os atores envolvidos nos novos conflitos não aceitam este tipo de legislação sendo que estes conflitos primam pelo desrespeito das normas internacionais estabelecidas quer para condução de conflitos quer para a sua resolução.

O processo de reconstrução, para acabar com um conflito, deve ser estruturado de forma a impedir futuros conflitos. Para tal é necessário reformar e reestruturar a autoridade política, as infraestruturas e estruturas sociais, o sistema económico e o sistema jurídico para que estes aspetos não constituam motivos de futura instabilidade. A reconstrução compreende um período de transição no sentido de terem que se reformar as instituições que criaram a instabilidade para o aparecimento dos conflitos em primeira instância. Contudo, de acordo com a realidade política da Ordem Mundial contemporânea, estas transições normalmente passam pela implementação de governos democráticos e de uma economia que vá ao encontro dos mercados internacionais o que não é uma realidade que todos os países estão dispostos a adotar. O problema da reconstrução, quando fica a cargo de organizações internacionais, é que a transição compreende a aplicação de valores democráticos e de mercados globais como solução e nem todos os Estados se revêm nesse modelo. A imposição destes modelos poderá dar azo a futuros problemas e resultar na exclusão ou criminalização de instituições pertencentes ao modelo governativo anterior. A reconstrução tem que envolver um processo

de reforma política, social e económica mas isso não implica que o modelo a impor tenha que ser obrigatoriamente um modelo americano.

As linhas pelas quais o processo de reconstrução tem que ser estruturado passam pela restauração da ordem e da lei para que se possa estabilizar a situação social através do regresso da normalidade de vida populacional e da repatriação dos refugiados e daqueles que se tiveram que deslocar forçadamente. Para tal é necessário proceder-se a uma desmobilização dos atores envolvidos no conflito assim como ao seu desarmamento, proteção das áreas controladas e a captura daqueles que cometeram crimes de guerra. Será necessário a reconstituição das forças policiais para monitorizar, manter e assegurar a paz e a restauração do sistema jurídico para aplicar a lei de forma legítima e levar a julgamento aqueles responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o tempo em que o conflito existiu.

A reconstrução das infraestruturas sociais desempenham um papel fundamental na estabilização de um país pós-conflito e determinam a eficácia da resolução. As prioridades passam pela reposição dos serviços mais básicos à existência social e à retoma da produção local. Infraestruturas como água, saneamento, eletricidade, meios de transporte públicos, correios, telecomunicações e serviços de saúde devem ser restaurados o quanto antes tanto a nível local como regional pois é uma parte vital do funcionamento de um Estado e determinará o seu sucesso em conter futuros conflitos. Além das infraestruturas também os programas de assistência internacional desempenham um papel importante na estabilização de um país. Este tipo de programas deve primar por princípios que permitam a integração da população enquanto partes ativas da sociedade. Para tal é necessário, para além do restauro dos serviços necessários à sociedade, a aceitação e integração das divisões existentes sejam elas culturais ou étnicas assim como das partições resultantes dos conflitos, desde que estejam devidamente acordadas. O objetivo passa pela legitimação do processo de reconstrução ao invés de tentar mudar o que foi atingido pelo conflito. Através da abertura e integração da assistência internacional todos poderão beneficiar deste tipo de projetos que devem ser incrementados não só a nível local, mas também regional e nacional. O processo de assistência tem que ser descentralizado de modo a encorajar a integração e deve-se trabalhar em conjunto com a população para se perceber quais as áreas que necessitam de maior assistência. Isto irá aumentar a eficácia, a transparência, reduzir a corrupção e sensibilizar a população para trabalhar no melhoramento do seu país.

Tanto a reconstrução como a aplicação de leis cosmopolitas, o direito internacional e humanitário, representam as ferramentas necessárias para lidar com os novos conflitos e

construir um caminho eficaz e duradouro para a paz, o desenvolvimento e o equilíbrio de um país afetado por um conflito. Qualquer outra abordagem para solucionar os novos conflitos, como aquelas que serviam para resolução dos conflitos tradicionais, será ineficaz porque os novos atores dos conflitos contemporâneos não se revêm nem operam conforme os trâmites das guerras tradicionais. O processo de reconstrução deve ser encarado como uma nova abordagem ao desenvolvimento assim como uma alternativa à imposição de um modelo que não tenha estruturas para crescer. A reconstrução de um país após um conflito significa que os aspetos económicos, políticos e de segurança têm que ser integrados numa política humanística global que por sua vez terá um papel importante no fortalecimento da legitimidade das organizações internacionais e da sociedade. Tentar instaurar um modelo que poderá não ter estrutura política nem social para se desenvolver não é uma solução e poderá fomentar o aparecimento de futuros conflitos.

Os novos conflitos precisam de ser entendidos do ponto de vista da desintegração dos Estados e das mudanças nas relações sociais sobre o impacto da globalização na Ordem Mundial contemporânea. Estes conflitos são travados por redes de atores estatais e não estatais, como os separatistas na Ucrânia por exemplo, tendo associações criminosas como partes ativas na violência utilizada contra a população. A violência serve como ferramenta de mobilização política e ajuda ao desenvolvimento das políticas identitárias que caracterizam os novos conflitos sendo que os civis são os mais afetados por serem um alvo mais fácil. No que toca à componente económica o financiamento passa por atividades como tráfico de droga, pilhagem, tráfico humano, tráfico de pedras preciosas e rapto de pessoas. A economia predatória dos novos conflitos envolve conexões locais, nacionais e globais intrínsecas para a sua subsistência.

As possibilidades de implementar valores democráticos em países afetados pelos novos conflitos são difíceis devido à radicalização de políticas que visam criar tensões, exclusividade e representam regimes predatórios e abusivos. Só a reconstrução da legitimidade política, social e jurídica poderá inverter esse rumo. Nos novos conflitos todos os atores envolvidos têm total desrespeito pelas leis das guerras tradicionais e pelos direitos humanos o que demonstra que as normas internacionais, se não forem adaptadas ao contexto em que se vão inserir, não têm qualquer viabilidade nestes cenários.

Além de um plano político e social, o aspeto económico pode determinar a eficácia ou ineficácia da resolução de um conflito. É necessário que a integração política e social se faça acompanhar de uma integração económica. A estratégia económica deve passar por

criar formas legítimas através das quais seja possível ganhar um rendimento sem recorrer à criminalidade o que resultará no decréscimo de associações criminosas e no aumento da legitimidade de um Estado.

Os novos conflitos são impossíveis de conter geograficamente. Zonas de paz e de guerra coexistem no mesmo espaço. O aparecimento de redes de associação criminosa, políticas étnicas, o aumento do número de refugiados e pedidos de asilo assim como a disseminação de informação por meios de comunicação são características que tornam os novos conflitos um fenómeno global. Se não é possível controlar geograficamente estes conflitos, deve-se procurar estabelecer um tipo de controlo político. A privatização da violência nos novos conflitos é feita maioritariamente por atores não estatais o que leva a que seja dada uma resposta diferente. Os novos conflitos não podem ser abordados sobre a mesma perspectiva que os conflitos tradicionais. Seria contraproducente impor valores políticos ocidentais em sociedades onde estariam completamente fora de contexto. As organizações internacionais supranacionais não possuem a capacidade de impor as reformas políticas necessárias para o estabelecimento de normas reguladoras e estabilizadores a longo prazo em países que estão totalmente à parte da Ordem Mundial contemporânea. Os novos conflitos não podem ser controlados pelo modelo governamental atual, a Ordem Mundial não está preparada para tal pois tem problemas de adaptação a realidades diferentes.

Enquanto os conflitos estão em evolução e representam a emergência da globalização, da multipolaridade e da desordem mundial atual a capacidade das instituições políticas tradicionais para conter os conflitos está desatualizada e as abordagens políticas não tiveram o mesmo processo evolutivo que os conflitos, o que dificulta a resolução.

Apesar de os novos conflitos partilharem características dos conflitos tradicionais têm particularidades. O aumento da capacidade de destruição e das tecnologias militares tornou os conflitos mais simétricos. A disseminação de informação através da televisão, do rádio ou da internet permitiram interligar o mundo o que significa que mesmo que um conflito esteja localizado os seus desenvolvimentos são acompanhados globalmente. As ligações internacionais a estes conflitos podem ser exemplificadas através de associações de crime organizado, a presença de organizações internacionais no terreno, a presença de ONGs e jornalistas que representam variados meios de comunicação internacional. A capacidade de mobilização por causas exclusivistas ou humanitárias é agora mais fácil e rápida devido à comunicação quase instantânea do que acontece em diversos pontos do mundo. Os meios de comunicação são, contudo, uma ferramenta cada vez mais utilizada para fazer a guerra tor-

nando mais fácil a disseminação de pânico, instabilidade e mensagens que visem instigar medo daí o aparecimento de atos espetaculares de terror perpetuados pela Al-Qaeda ou mais recentemente pelo Estado Islâmico.

A globalização representa outra particularidade dos novos conflitos e criou uma perda de importância em alguns Estados, especialmente aqueles instáveis, ao invés do seu fortalecimento. Um dos aspectos que perdeu o controle total por parte dos Estados foi a monopolização da violência. O uso de violência é agora mais difícil de aplicar por parte dos Estados por estes estarem comprometidos com acordos internacionais, alianças militares internacionais, pelo direito internacional e pelo aparecimento de organizações internacionais supranacionais que vieram limitar a aplicabilidade militar por parte dos Estados mas não por parte dos novos atores dos conflitos atuais. Os novos conflitos prosperam através da desintegração das estruturas governamentais convencionais e da criação de instabilidade. Os atores envolvidos podem ser tanto internos como externos e estatais ou não estatais o que resulta em conflitos caóticos com múltiplas partes envolvidas.

Os novos conflitos representam uma mistura de diferentes tipos de guerras: o uso proposital e excessivo de violência para fins políticos; o aparecimento do crime organizado com finalidades econômicas; e as violações dos direitos humanos através do uso de violência contra civis. Estes conflitos têm, tal como os tradicionais, finalidades políticas ainda que difiram do pensamento político que define a Ordem Mundial atual. Só é possível mobilizar apoio político através da instauração de uma política fundamentada no medo e para tal é necessário o recurso ao uso excessivo de violência. *“In “new wars”, the “sides” need an “incompatibility” in order to justify their existence”*. (KALDOR, 2012, p. 208). Os conflitos representam a particularidade da região onde se sucedem e por vezes é necessário para que exista adaptação a novas realidades sociais, políticas e econômicas. Forçar o deslocamento populacional é uma característica importante para a obtenção de objetivos neste tipo de conflitos pois ajuda a eliminar a oposição e a implementar a ideologia desejada. É mais simples espalhar medo e instabilidade através do uso dos novos meios de comunicação para que a população fuja do seu país do que entrar em combate com alvos militares, muitas vezes com maior capacidade.

A distinção entre o Estado, as forças militares convencionais, a sociedade e os atores que criam os novos conflitos é, por vezes, difícil de estabelecer porque estes conflitos contêm redes de atores estatais e não estatais que tornam difícil estabelecer a distinção entre combatentes e não combatentes. Enquanto nas guerras tradicionais, segundo Clausewitz, a

finalidade da guerra era a política externa e os meios para atingir os objetivos passavam pela mobilização política nos novos conflitos a mobilização política é a finalidade e a política externa é a justificação para tal. A racionalidade dos novos conflitos não deve ser menosprezada por estes serem caóticos e constituídos por múltiplos atores pois os instrumentos utilizados, ainda que desrespeitem todas as normas internacionais, têm uma finalidade.

Os conflitos baseiam-se em motivações particularistas e não estão limitados por normas internacionais porque não se revêm na Ordem Mundial contemporânea. As políticas que constituem estes conflitos não são universalistas mas sim exclusivistas e desrespeitam as normas internacionais. A sua racionalidade prende-se com a instrumentalização dos conflitos para atingir interesses pessoais. Contudo estes conflitos são desprovidos de legitimidade devido a atuarem em desrespeito pelas normas internacionais sejam elas o direito internacional, o direito internacional humanitário ou o desrespeito por organizações internacionais como a ONU.

“I have defined war as “an act of violence involving two or more organized groups framed in political terms”. According to the logic of this definition, war could either be a “contest of wills” (...) or it could be a “mutual enterprise”. A contest of wills implies that the enemy must be crushed and therefore war tends to extremes. A mutual enterprise implies that both sides need the other in order to carry on the enterprise of war and therefore war tends to be long and inconclusive”. (KALDOR, 2012, p. 218). Os novos conflitos tendem a ser constituídos por um conjunto de associações entre os atores envolvidos para obtenção de um objetivo comum ao invés de ser uma competição de ideologias entre diferentes atores. A manutenção da comercialização dos novos conflitos representa um aspeto mais importante do que arriscar a derrota a nível económico e político. Para que estes conflitos possam continuar a ser uma forma de obtenção de lucro é necessário mantê-los o que significa que os novos conflitos são conflitos sem fim. Neste sentido é perceptível o porquê de ser tão difícil encontrar uma forma de os mediar pois o interesse em mantê-los para proveitos económicos e políticos próprios é maior que a vontade de encontrar uma resolução.

Para entender os conflitos contemporâneos é preciso compreender a desordem que existe atualmente na Ordem Mundial e se transfere para os conflitos. Esta desordem compreende o aparecimento da globalização, do desenvolvimento tecnológico em diversas áreas, do crescimento do fator económico nos assuntos políticos e no aparecimento da multipolarização que resultou no desequilíbrio da balança de poder internacional. Os novos conflitos compreendem o envolvimento de atores estatais e não estatais, a implementação de políticas

identitárias com vista a criar fragmentação social e agudizar a instabilidade política, a junção dos meios militares com atividades de crime organizado com a finalidade de obter ganhos económicos e políticos para uso pessoal, o redireccionamento da violência contra alvos civis ao contrário dos militares e as retiradas estratégicas e dispersão dos meios para evitar ao máximo um confronto direto. Para solucionar este tipo de conflitos é necessária uma abordagem maleável, ou seja, que tenha a capacidade de se adaptar às diferentes realidades ao contrário de tentar resolver as situações através da imposição do mesmo modelo político. Os novos conflitos representam a evolução da multipolaridade na Ordem Mundial e consequente desordem pois, tal como a ordem, os conflitos são também desordenados e caóticos.

Capítulo 3 – A Ordem Mundial e os Conflitos

1. Estará o Desenvolvimento da Ordem Mundial Ligado à Evolução dos Conflitos?

A Ordem Mundial não é um conceito estático pois a sua definição está sempre em atualização. À medida que a realidade política se complexifica e novos elementos ganham preponderância a Ordem Mundial sofre alterações. Os conflitos são outro conceito em constante redefinição pelas mesmas razões que a Ordem Mundial. A evolução tecnológica, a complexificação das relações entre Estados, a multipolarização, o aparecimento de atores internacionais com capacidade supranacional, o estabelecimento de alianças militares internacionais e outros aspetos vierem unificar mais do que separar muitos dos parâmetros que constituem o todo político dos Estados e ajudam a entender tanto a Ordem Mundial como a evolução dos conflitos.

A Ordem Mundial distanciou-se das características iniciais que ganhara com a Paz de Vestefália. Naquela altura os Estados procuravam apenas legitimidade política e a integridade das suas fronteiras contra pretensões imperialistas. Os conflitos de então eram disputas entre exércitos convencionais com a finalidade de adquirir, através de combate, porções territoriais e, através dessa anexação, fortalecer e aumentar o poderio militar e o território de um império. Os séculos foram passando, as relações políticas evoluíram e passaram da simples conquista territorial para um relacionamento entre Estados. O interesse estratégico foi evoluindo: passou de expansão territorial para poderio militar, para estatuto internacional, para capacidade tecnológica e, ultimamente, para poderio económico. A evolução da comunidade internacional teve, e continua a ter, impacto na evolução da Ordem Mundial.

A globalização adveio, de entre outros pontos, do fim da Guerra Fria, da evolução tecnológica e do crescimento da importância da economia nas relações internacionais contemporâneas. O fim da Guerra Fria acabou com a bipolarização da Ordem Mundial entre os EUA e a então URSS e resultou no aparecimento de novos atores que passaram a deter a capacidade de influenciar a balança de poder internacional. O resultado foi a multipolarização da Ordem Mundial o que fez com que os Estados, tradicionalmente o pilar principal da Ordem Mundial, passassem a contar com novos intervenientes na realidade política.

A evolução da tecnologia deu-se em diversas áreas entre as quais se destacam o progresso na área militar e nas tecnologias de comunicação. Estes avanços permitiram maior eficácia no planeamento estratégico militar e deram vantagem aos países com capacidades militares mais avançadas. O problema é que o desenvolvimento militar trouxe o aparecimento da bomba nuclear cujo efeito é devastador e os Estados começaram a procurar formas não militares de resolver os conflitos. O exemplo do poderio das bombas nucleares foi demonstrado quando os EUA bombardearam Hiroxima e Nagasaki em 1945. Ficou demonstrado que a bomba nuclear era a arma derradeira no que tocava à decisão de futuras guerras. Começou uma corrida ao armamento nuclear e diversos países⁴⁰ conseguiram militarizar energia nuclear: a Rússia, a Grã-Bretanha, a França, a China, a Índia, o Paquistão, a Coreia do Norte e Israel. O Irão poderá ser o próximo país a figurar nesta lista o que demonstra que a tecnologia nuclear é cada vez mais uma realidade presente no planeamento da política externa de muitos dos principais países da Ordem Mundial contemporânea.

O fator económico é outro aspeto que se tem evidenciado cada vez mais. As relações entre Estados dependem de interesses económicos. A Ordem Mundial passou a ter aspetos económicos como principais estimuladores das relações entre os intervenientes. Organizações internacionais e instituições financeiras internacionais como o FMI⁴¹, a OCDE⁴², a OMC⁴³, o Banco Mundial, os BRICS⁴⁴ e o G20 começaram a aparecer por volta do fim da Segunda Guerra Mundial. Este aspeto ganhou de tal forma importância que a necessidade de criar entidades económicas reguladoras levou ao aparecimento de organizações que vieram implementar legislação para as relações económicas entre Estados assim como entidades privadas. Este tipo de regulamentação resultou na criação de um mercado global que produziu uma rede de interdependência entre Estados.

À medida que as relações que compõem a Ordem Mundial se foram complexificando a interdependência entre os intervenientes foi também aumentando o que incapacitou o poder de atuação de alguns atores, especialmente Estados em defesa de interesses estratégicos. O aparecimento de organizações supranacionais como a ONU contribuíram para incapacitar

⁴⁰ *Nuclear weapons: Who has what?* CNN. Disponível em <http://edition.cnn.com/interactive/2013/03/world/nuclear-weapon-states/> (consultado a 15.08.2015).

⁴¹ Fundo Monetário Internacional.

⁴² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

⁴³ Organização Mundial do Comércio.

⁴⁴ Acrónimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

o poder de ação dos países não só na Ordem Mundial mas também nos novos conflitos. Além de organizações supranacionais, o estabelecimento de acordos internacionais, a criação e implementação do direito internacional e do direito internacional humanitário e o estabelecimento de alianças militares intergovernamentais através da criação de organizações como a OTAN vieram impor maiores restrições na capacidade de atuação dos Estados. Enquanto outrora os Estados detinham o poder de iniciar e acabar um conflito, a presente realidade retirou essa autonomia. O problema é que a multipolarização veio ocupar o vazio deixado nos conflitos pelos Estados.

Os novos conflitos, tal como a Ordem Mundial, sofreram mutações, evoluíram fruto dos avanços tecnológicos e complexificaram-se devido à multipolarização. A sua evolução pode ser vista de forma semelhante à da Ordem Mundial de acordo com o interesse que maior relevo teve com a evolução da história. Os conflitos são uma das opções que os Estados dispõem de defenderem os interesses estratégicos quando são colocados em causa por outro ator internacional e refletem os interesses nacionais bem como a política externa de um país. Os Estados, por sua vez, formulam a política doméstica e externa consoante o fator mais importante para a defesa da posição na balança internacional de poder e na Ordem Mundial. Esses interesses, como já referido, começaram por ser imperialistas e foram-se complexificando ganhando toda uma nova dinâmica na Ordem Mundial contemporânea. São estes fatores que ditam os interesses dos países, que influenciam ainda o desenvolvimento da Ordem Mundial, afeta a balança de poder internacional e estabelece os objetivos em disputa nos conflitos.

A desordem da Ordem Mundial contemporânea advém do aparecimento da multipolarização, aspeto esse também responsável por os novos conflitos serem caóticos. Devido à emergência de novos atores com capacidade de começarem conflitos armados ou de terem uma estrutura capaz de formar um governo a Ordem Mundial passou a contar com inúmeros atores e o equilíbrio da balança de poder ficou desequilibrado. Os conflitos servem precisamente para alterar a Ordem Mundial, calibrando a balança de poder internacional para que esta reflita a preponderância de um determinado aspeto ou ator. Os conflitos adaptam-se às circunstâncias e necessidades da evolução da Ordem Mundial: desde a expansão territorial, para o poderio militar, para a vanguarda tecnológica e para o poderio económico. À medida que a Ordem Mundial vai modificando a sua composição os conflitos vão refletindo essas mudanças.

A aproximação aos conflitos mudou devido ao fator económico. Os custos das guerras começaram a ser mais tidos em conta enquanto os motivos tradicionais perderam protagonismo. O aparecimento de conflitos étnicos, religiosos, económicos, culturais e nacionalistas advém da emergência de novos atores na realidade que compõem a Desordem Mundial contemporânea. A Ordem Mundial modificou-se quase nos mesmos trâmites que dos conflitos: o fator geográfico adquiriu uma vertente geoestratégica e o fator económico passou a ditar as relações entre os diferentes atores internacionais. Atualmente os Estados ponderam primeiramente o fator económico antes de uma tomada de posição, incluindo a decisão de entrar ou não em guerra, ao passo que os fatores geográficos e militares, ainda que continuem a deter importância, passaram para segundo plano.

O problema é que os novos atores tanto da Ordem Mundial como dos conflitos não têm as mesmas restrições que os Estados o que lhes confere uma maior liberdade de atuação. Enquanto os Estados posicionam as suas políticas na defesa dos seus interesses os novos atores procuram adquirir interesses estratégicos sejam eles políticos, militares, tecnológicos ou económicos. Este tipo de atores rejeita todas as convenções internacionais, não reconhece a legitimidade de acordos internacionais, do direito internacional, de organizações internacionais e não tem qualquer respeito pelos direitos humanos o que faz com que muitos dos novos conflitos resultem em crises humanitárias pois os alvos civis são tanto o principal alvo como o mais fácil de atacar.

Os objetivos que envolvem as ações dos Estados e as motivações militares estão interligados pois os Estados não podem operar sem a componente militar e o aspeto militar funciona em função dos interesses dos Estados. Contudo, o aparecimento de novos atores assim como o desenvolvimento e complexificação das relações entre Estados retirou alguma da autonomia na capacidade de exercer decisões militares devido ao aparecimento de alianças internacionais, de organizações supranacionais e de acordos internacionais que visam o estabelecimento da via diplomática em detrimento da via militar para resolução de divergências.

A globalização refletiu-se não só na Ordem Mundial mas também nos conflitos. Os efeitos que a globalização teve na Ordem Mundial teve também nos conflitos: a sua multipolarização, a influência do desenvolvimento das tecnologias militares e de informação e a importância do fator económico. A multipolarização remete-se ao aparecimento de novos atores que fogem ao âmbito dos exércitos tradicionais. Estes atores não detêm qualquer legitimidade e utilizam táticas totalmente desfasadas das normas internacionais. O objetivo pas-

sa pela imposição de um sistema político através de atos de violência exagerada com a finalidade de instaurar um clima de instabilidade e medo. É através deste clima que este tipo de intervenientes consegue impor as suas ideologias e estabelecer todo um sistema que seja favorável para obter lucro, através de ações criminosas, e manter o conflito o máximo de tempo possível. Ao contrário dos conflitos tradicionais, não existem combates decisivos nos novos conflitos pois os novos atores não têm nem armamento nem números suficientes para rivalizar com as forças militares convencionais. É por isso que estes conflitos são dispersos e não possuem um único foco de ação o que lhes permite maior duração e transforma em guerras caóticas devido à instabilidade de que necessitam para ter sucesso, à multiplicidade de atores estatais e não estatais envolvidos e criação de instabilidade política e social.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e militares também se revelou um ponto a favor dos novos conflitos. Os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na preservação dos novos conflitos pois ajudam a passar as mensagens que as partes envolvidas desejam através da difusão da situação no local e de atos de violência exagerada. Além dos meios de comunicação as tecnologias como a internet, rádios e telemóveis permitiu aumentar a rapidez de troca de informação entre os diferentes atores o que lhes permite coordenar as suas movimentações mais eficazmente e evitar, por exemplo, grandes confrontos com forças convencionais.

O fator económico, tal como na Ordem Mundial, é atualmente o mais importante na existência destes conflitos. Para que os novos atores tenham a capacidade de entrar em conflito é necessário dinheiro o que, ao contrário dos Estados, não advém de nenhuma forma legítima de financiamento já que estes atores não possuem a mesma estrutura ou legitimidade dos Estados. Para obter formas de financiamento torna-se necessário recorrer a alternativas e é então que surge mais uma das particularidades dos novos conflitos: o aparecimento de associações e atividades criminosas. Os recursos naturais dos países afetados por conflitos são muitas vezes roubados, recorrem-se ainda a pilhagens à população, ao tráfico de pessoas, à tomada de reféns, ao tráfico de droga e a todas as atividades ilegais que sejam necessárias para obter lucro quer para financiamento quer para uso pessoal.

Tanto a Ordem Mundial como os conflitos estão profundamente conectados e as mudanças no primeiro implicam mudanças no segundo. Os conflitos são uma das ferramentas disponíveis para a aplicação dos interesses que regem a Ordem Mundial e mudam consoante a evolução da ordem. O fim da Guerra Fria provocou fortes mudanças na Ordem Mundial e consequentemente produziu mudanças nos conflitos. A multipolarização contribuiu para a

Desordem Mundial contemporânea e para o aparecimento de conflitos caóticos devido à emergência de diversos atores estatais e não estatais com pretensões políticas, militares e económicas que detêm capacidades de ingerência em assuntos estatais. Os Estados, por sua vez, foram os mais afetados com a diversificação de atores e perderam parte da sua autonomia em determinados aspetos políticos e militares. Os conflitos representam o meio necessário para a defesa dos interesses estratégicos dos envolvidos e esses interesses aparecem conforme o desenvolvimento da Ordem Mundial. A Ordem Mundial é inconstante, a sua definição está em constante mutação e oscila conforme o elemento que adquire preponderância internacional e influencia as relações. Os conflitos refletem precisamente esse elemento, ou seja, o interesse em maior destaque: seja a expansão territorial, a preservação ou reforço da soberania de um Estado, a capacidade militar, a capacidade tecnológica ou o poderio económico. É consoante os interesses de atores estatais e não estatais que se dão os conflitos, são esses interesses que influenciam a conceção da Ordem Mundial e determinam os atores com uma posição protagonista na mesma e aqueles que ficam em segundo plano. É seguro afirmar que a evolução da Ordem Mundial tem influência na evolução dos conflitos algo que é notório após o fim da Guerra Fria onde tanto a globalização como a multipolarização contribuiriam para fortalecer essa ligação.

2. O Contributo da Proliferação Nuclear no Irão e da Crise na Ucrânia para a Desordem Mundial Contemporânea e para a Evolução dos Conflitos

Tanto a proliferação nuclear no Irão como a crise na Ucrânia representam exemplos da Desordem Mundial contemporânea e da evolução dos conflitos. É de referir que o caso do Irão difere do da Ucrânia pois não existe *de facto* um conflito que envolva o recurso a combate ou à utilização de atores militares convencionais ou irregulares.

A situação no Irão representa ainda assim um exemplo tanto na Desordem Mundial atual como para a evolução dos Conflitos. É preciso salientar que os conflitos contemporâneos não se limitam só ao recurso de ações militares por atores estatais e não estatais. “*Conflict is a social condition that arises when two or more actors pursue mutually exclusive or mutually incompatible goals. (...) Conflict can serve positive functions, however. In particular it can consolidate group cohesion and enhance the position of a leadership. It is certain-*

ly chimerical to think that conflict can be eliminated. Strategies of deterrence and power balancing are traditional forms of conflict management, whilst conflict settlement initiatives may be associative or dissociative. If conflict is to be resolved or settled then third-party intervention will often be required to facilitate these processes". (EVANS & NEWNHAM, 1999, p. 93). Os conflitos atuais compreendem outras formas de resolução para além da militar: existe o embargo, a imposição de sanções económicas e a via diplomática. O caso do Irão representa a alternativa ao uso de força militar pois o impasse resultante do programa nuclear iraniano levou à imposição de embargos e sanções económicas até que se chegasse à via diplomática para tentar resolver as divergências.

O programa nuclear do Irão representa uma ameaça à Ordem Mundial convencional pois poderá contribuir no desequilíbrio da balança de poder internacional e conferir ao Irão um estatuto preponderante na Desordem Mundial contemporânea. Também o facto de o país pertencer a uma região instável, o Médio Oriente, criou a necessidade de desenvolver mecanismos capazes de conter o avanço nuclear iraniano. Devido à realidade que a proliferação nuclear engloba, um conflito à escala global entre potências nucleares passou de um risco localizado a um risco mundial devido à capacidade de destruição das armas de destruição maciça. Para evitar que o Irão entre para o grupo das potências nucleares foram desenvolvidos mecanismos para encetar negociações com vista a impedir uma eventual militarização das capacidades nucleares. Arriscar um conflito armado nuclear, caso o Irão viesse a desenvolver armas nucleares, teria consequências não só para os envolvidos mas também para terceiras partes, daí a opção pela via diplomática.

A maioria das divergências entre Estados resolve-se atualmente pela diplomacia fruto da complexificação das relações assim como do aparecimento de acordos internacionais e organizações internacionais supranacionais com propósito mediador. Uma guerra nuclear poderia destruir tanto a conceção como a estrutura que constitui a Ordem Mundial contemporânea: sistema político, económico, jurídico, social e de segurança e defesa. Caso este cenário se confirmasse o resultado seria a redefinição de toda a Ordem Mundial o que poderia criar algo completamente diferente da realidade atual. A corrida à proliferação nuclear é certamente um dos principais influenciadores da Ordem Mundial contemporânea e a possibilidade de o Irão adquirir armas nucleares é real. Inicialmente o Irão procurou construir um programa nuclear de acordo com os trâmites Ocidentais para não arriscar o isolamento internacional, porém a revolução de 1979 veio mudar a política externa iraniana e o país passou a ter o Ocidente como adversário e uma ameaça à sua soberania e existência. Como resultado,

o Irão continuou a fazer avanços no programa nuclear apesar de o Ocidente, maioritariamente os EUA e a UE, terem imposto embargos e sanções económicas para afetar a economia iraniana e atrasar o seu desenvolvimento nuclear ainda que sem efeito. O Irão procurou variar os seus laços comerciais e recorreu tanto ao mercado negro como a novos parceiros, como a Rússia e a China, para continuar os progressos nucleares. O Ocidente estava incapacitado e não conseguia conter o avanço nuclear do Irão apesar de continuar a impor sanções económicas ao país tendo-o isolado quase totalmente da Ordem Mundial.

As sanções e o isolamento revelaram-se demais para o Irão e deram-se início às negociações com o P5+1, grupo criado para desenvolver conversações e chegar a acordo sobre o programa nuclear iraniano. As negociações foram demoradas e conheceram vários avanços e recuos mas a 14 de julho de 2015 chegou-se a um entendimento que poderá ditar uma nova página no conflito diplomático que existe há mais de três décadas entre o Irão e o Ocidente, especialmente os EUA.

Este caso representa uma ameaça à estabilidade da Ordem Mundial porque o Irão não se revê na ordem tradicional e procura estabelecer um sistema que sirva de alternativa a uma ordem que considera Ocidental. Para que o Irão consiga adquirir a preponderância necessária para estabelecer uma Ordem Mundial alternativa obter armas nucleares poderá dar o que falta para legitimar tal desejo. As armas nucleares funcionam como um importante dissuasor contra ameaças externas e poderão reforçar a posição do Irão na Ordem Mundial causando maior fragmentação na mesma e permitindo o aparecimento de uma Ordem Mundial centralizada no Irão. Caso isso aconteça o espaço regional onde o Irão se insere iria ficar afetado sendo a Arábia Saudita e Israel, países que o Irão considera como principais rivais à sua hegemonia regional, os alvos imediatos na expansão dos interesses iranianos.

Por sua vez, a crise na Ucrânia representa um contexto diferente na ameaça à Ordem Mundial e na evolução dos conflitos. O caso de estudo da Ucrânia compreende uma realidade que envolve duas conceções de Ordem Mundial em colisão: por um lado a ordem tradicional que é encabeçada pelos países Ocidentais e por outro uma ordem encabeçada pela Rússia que procura ganhar um maior protagonismo internacional e estabelecer um contrapeso a uma ordem na qual não se revê e entende que os seus interesses não estão refletidos. A crise na Ucrânia começou oficialmente quando, a 21 de novembro de 2013, o então Presidente Viktor Yanukovich se recusou a assinar um acordo de associação com a UE e optou por fortalecer as relações com a Rússia. A população ucraniana assim como a oposição política foram para as ruas demonstrar o seu descontentamento por tal decisão, especialmente porque

tudo indicava que a Ucrânia acabaria por assinar o acordo só que a pressão da Rússia, com ameaças em cortar o fornecimento energético à Ucrânia e o financiamento, acabou por ser decisiva na decisão de Yanukovich. A partir de então os acontecimentos tomaram um rumo radical à medida que o governo de Yanukovich recorreu às forças policiais e militares para conter a revolta em Kiev. A atitude endurecida de Yanukovich levou ao aparecimento de confrontos com os manifestantes.

Em fevereiro de 2014 Yanukovich fugiu da Ucrânia e o parlamento marcou eleições antecipadas para 25 de maio que resultariam na eleição de Petro Poroshenko como Presidente, numa votação não reconhecida na parte este do país especialmente nas regiões de Donetsk, Luhansk e Kharkiv.

A crise no país passou posteriormente para a Crimeia onde separatistas pró-russos assim como tropas pertencentes ao exército russo tomaram conta da região e realizaram um referendo, considerado ilegal por Kiev, que resultou na anexação da Crimeia pela Rússia a 18 de março de 2014. No mês seguinte a instabilidade alastrou-se à região de Donbas, a região mais a este da Ucrânia e cuja população compreende uma maioria étnica de russos ou de pessoas que preferem manter as relações com a Rússia ao invés da aproximação à UE. Desta vez o governo ucraniano interveio, depois de já ter falhado na Crimeia, e deu-se início a uma guerra civil entre o exército ucraniano e separatistas pró-russos financiados e ajudados pelo governo de Vladimir Putin. O acordo de Minsk estabelecido em fevereiro de 2015 entre a Ucrânia, a Rússia, a França e a Alemanha veio diminuir a intensidade dos conflitos embora ainda tenham existido combates após a sua implementação.

A crise na Ucrânia veio demonstrar dois entendimentos diferentes da Ordem Mundial que entraram em choque: o Ocidente contra a Rússia. Desta vez, o palco de confrontação entre as duas ordens foi a Ucrânia. A importância estratégica da Ucrânia na constituição da Ordem Mundial tanto da Rússia como do Ocidente é grande. Para a Rússia, a Ucrânia representa um país satélite através do qual pode exercer os seus interesses militares, políticos e económicos. Geograficamente a Ucrânia é a última barreira física entre a UE e a Rússia pelo que existe interesse em manter o território ucraniano nos interesses russos para evitar uma aproximação maior da UE às fronteiras do país e uma eventual adesão da Ucrânia à UE e à OTAN o que resultaria no aumento do número de forças militares junto à fronteira. A anexação relâmpago da Crimeia demonstrou precisamente esse interesse estratégico posto em prática pois a Rússia detém em Sebastopol uma importante frota marítima que lhe confere acesso ao Mar Negro e ao Mar Mediterrâneo. Perder a Ucrânia para a UE seria um passo

atrás na criação de uma ordem que pudesse servir de alternativa viável à Ordem Mundial tradicional. A UEE, da qual a Ucrânia iria ser parte integrante não fosse a crise no país, os BRICS e a aproximação económica à Ásia e à América do Sul demonstram a mudança nas relações entre a Rússia e o Ocidente. Para o Ocidente, a Ucrânia representa um ponto estratégico importante e seria mais uma antiga república soviética retirada do poderio russo enfraquecendo ainda mais a posição russa no este da Europa e na Ordem Mundial tradicional.

No que toca aos conflitos, a crise na Ucrânia refletiu como sua evolução teve efeito na condução dos eventos que se sucederam no país. A crise começou por ser apenas uma manifestação populacional. Contudo, a resposta endurecida do governo levou à sua radicalização e começaram a aparecer novos atores não estatais com pretensões políticas que procuravam desintegrar o país. A anexação da Crimeia foi o primeiro exemplo dos novos conflitos a acontecer. A ocupação da região por separatistas e tropas russas levou à tomada de posições estratégicas para que fosse possível incapacitar os sectores informativos, políticos e militares resultando no isolamento da Crimeia da restante Ucrânia. Posteriormente procedeu-se a um referendo e dias depois o presidente Vladimir Putin oficializava o regresso da Crimeia à Rússia. A rapidez foi fulcral para o sucesso desta operação e permitiu a anexação de um território sem ser necessário recorrer a combates de grande intensidade. A soberania da Ucrânia foi totalmente desconsiderada durante este processo e foi graças a uma mistura de atores estatais e não estatais e ao seu controlo de posições estratégicas na Crimeia que tal foi possível. Nos novos conflitos os atores não estatais costumam ter uma posição semelhante ao procurarem incapacitar uma determinada região para posteriormente assumir o seu controlo. A criação de instabilidade é importante para que exista hipótese de sucesso.

O conflito que se seguiu em Donbas é outro exemplo da evolução dos conflitos. O governo ucraniano viu-se obrigado a intervir para conter a euforia da anexação da Crimeia e evitar perder a região de Donbas. O exército ucraniano acabou por intervir e sucederam-se combates com atores não estatais, os separatistas, com pretensões políticas. Isto sucede-se em muitos conflitos atuais em que os Estados em vez de lutarem contra uma ameaça externa têm que lidar com uma ameaça doméstica que visa colocar em causa a estabilidade política, social e territorial através da fragmentação do país em áreas consoante aspetos exclusivistas como a etnia, a cultura ou a religião. No caso da Ucrânia a fragmentação do país deveu-se a questões nacionalistas entre uma parte do país que preferia relações mais estritas com a UE e outra que preferia a manter as relações com a Rússia. Os conflitos entre atores estatais e não estatais são algo cada vez mais comum e resultou do aparecimento da multipolarização.

Graças a isso é agora possível que atores não estatais tenham a capacidade de interferir em assuntos estatais e provocar o colapso de um Estado.

Tanto o Irão como a Ucrânia representam exemplos que influenciam a Desordem Mundial atual e demonstram como os conflitos evoluíram desde as guerras tradicionais. Em ambos os casos a Ordem Mundial tradicional é contestada e procura-se estabelecer uma alternativa que permita dar protagonismo a atores em segundo plano na ordem contemporânea. Em relação aos conflitos os casos de estudos não representam os confrontos tradicionais entre Estados. O Irão é um exemplo de como a via diplomática adquiriu uma importância fundamental na resolução de divergências entre Estados e demonstra as alternativas que os mesmos preferem agora impor ao invés de optar por uma intervenção militar: sanções econômicas, embargos e o estabelecimento de acordos internacionais ao abrigo de organizações internacionais supranacionais. Já a Ucrânia pode ser caracterizada como um conflito caótico, a par dos novos conflitos, que prima pela intervenção de múltiplos atores: o governo ucraniano, o governo russo e os separatistas. O conflito na Ucrânia resultou na fragmentação do país e fez com que o governo de Poroshenko perdesse controlo primeiro da Crimeia e posteriormente da região de Donbas, embora esta última não tenha tido destino idêntico à da primeira. Foi através da criação de instabilidade política e social que tanto os separatistas como o governo de Putin conseguiram impor os seus interesses. Quando esses interesses falharam, ao não conseguirem anexar a região de Donbas, iniciou-se um conflito armado entre o exército ucraniano e separatistas pró-russos ajudados pela Rússia. É característica dos novos conflitos estabelecer um clima de instabilidade para provocar uma mudança política. As formas utilizadas costumam ser através da implementação de políticas seletivas, que visam excluir a oposição, no caso da Ucrânia a divisão social fez-se entre aqueles que defendiam os interesses da Rússia e aqueles que defendiam os interesses da UE.

Ambos os casos demonstram como os conflitos evoluíram e se complexificaram assim como a capacidade que a multipolarização trouxe. No que toca à Desordem Mundial os casos de estudo representam ameaças à estabilidade da ordem tradicional já que cada vez aparecem mais atores a contestá-la. Tanto o Irão como a Ucrânia demonstram a vontade de outros atores em criarem uma Ordem Mundial própria e a sua rejeição pelos valores Ocidentais. Este tipo de acontecimento faz com que a indefinição da Ordem Mundial contemporânea aumente e com que surjam cada vez mais alternativas que põem em causa a hegemonia dos EUA na ordem tradicional e legitimam as pretensões de outros atores estatais, como o caso do Irão e da Rússia, e não estatais. Estes dois exemplos ilustram como a Ordem

Mundial contemporânea está desordenada e a evolução dos conflitos ao apresentarem ameaças à estabilidade da Ordem Mundial e serem a prova da existência dos novos conflitos: o Irão criou um conflito diplomático com o Ocidente por causa do programa nuclear e do objetivo em ganhar hegemonia na Ordem Mundial; a Ucrânia representa a parte caótica dos novos conflitos onde múltiplos atores lutam pelo futuro do país e usam como táticas políticas nacionalistas para criar instabilidade política, social e territorial, de salientar ainda que a Rússia procura estabelecer uma posição de protagonismo na Ordem Mundial através da criação de um modelo alternativo o que justifica a criação da UEE, a aproximação à Ásia e à América do Sul, o aparecimento dos BRICS e a intransigência em deixar a Ucrânia aproximar-se da UE e perder um ator para a criação de uma ordem alternativa.

Existem exemplos que ajudam a compreender a desordem atual e a evolução dos conflitos, contudo os casos de estudo referenciados representam algumas das maiores ameaças à estabilidade da Ordem Mundial e ilustram a evolução dos conflitos: seja o aparecimento de conflitos caóticos, como na Ucrânia, ou a forma como os Estados ficaram impossibilitados de recorrer à via militar e escolhem a via diplomática para resolver divergências, como no caso do Irão. Ambos demonstram as limitações da Ordem Mundial contemporânea e a necessidade da mesma desenvolver um mecanismo de inclusão que permita a sua subsistência e não leve a que mais atores procurem desenvolver uma alternativa.

Capítulo 4 – A Proliferação Nuclear no Irão

1. O percurso nuclear iraniano de 1957 a 2015 – Da coligação com os EUA ao Isolamento Internacional

“Understand the nuclear programme and you understand modern Iran; understand modern Iran and you have the best chance of resolving the nuclear impasse”. (PATRIKARAKOS, 2012, p. XX).

O programa nuclear iraniano está envolto em grande controvérsia devido à alegada intenção do Irão de construir o programa para proliferação de armamento nuclear utilizando como justificação a obtenção de uma fonte de energia que permita ao país adquirir maior sustentabilidade, autonomia e a diminuição do consumo doméstico de petróleo. A comunidade internacional, onde se destacam os EUA e Israel, têm aplicado pressões aos restantes Estados para cortarem qualquer tipo de relações com o Irão na esperança que as sanções impostas e o isolamento do país atrasem e acabem por estagnar o programa nuclear. Apesar do ponto atual da situação o Irão alcançou um acordo nuclear com os EUA, o Reino Unido, a França, a Alemanha a Rússia e a China, também conhecidos como o P5+1, que poderá ditar o início do fim de uma guerra diplomática que se prolonga desde há décadas para cá. Os pormenores e a análise deste acordo serão abordados mais à frente. As ambições nucleares do Irão, e as tentativas da comunidade internacional para as parar, tornaram-se numa das maiores crises globais do século XXI. E não é para menos. Se o Irão conseguir obter armamento nuclear poderá alterar todo o contexto geopolítico atual e alterar a balança de poder mundial.

O Irão é um país geograficamente extenso e preponderante. A sua posição geográfica, entre a bacia do Mar Cáspio e a região do Golfo Pérsico, torna-o num dos países com maiores fontes de energia e um importante ator geoestratégico na Ordem Mundial. Possui a quarta maior reserva de óleo⁴⁵ e a segunda maior reserva de gás natural⁴⁶ do mundo. Os seus recursos são vitais para as necessidades de consumo da comunidade internacional. A capaci-

⁴⁵ Informações de acordo com o *website* da CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2244rank.html> (consultado a 23.06.2015).

⁴⁶ Informações de acordo com o *website* da CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2253rank.html> (consultado a 23.06.2015).

dade de ingerência no Iraque, através de grupos xiitas, assim como as conexões ao Hamas e Hezbollah, denotam a capacidade de influência iraniana na região e tornam o Irão como um dos principais pilares para a estabilidade do Médio Oriente.

A oposição contra a emergência do Irão no cenário internacional é constituída por uma coligação de Estados Ocidentais dirigidos pelos EUA que contam com o apoio diplomático de Israel. As consequências deste conflito diplomático têm-se repercutido por diferentes áreas do contexto internacional: subida dos preços do petróleo; aumento da probabilidade de mais um conflito armado no Médio Oriente; crescentes divergências no Conselho de Segurança da ONU afastando ainda mais a China e a Rússia dos EUA, Reino Unido, França e Alemanha; o afastamento das relações diplomáticas entre o Irão e o Ocidente assim como o isolamento internacional iraniano. Em caso de agressão por parte dos EUA ou Israel, o Irão poderá usar a sua influência para destabilizar a região, em países como o Iraque ou o Afeganistão; poderá abandonar os tratados internacionais assinados especialmente o *Tratado de Não Proliferação Nuclear (NPT)*⁴⁷; poderá contra-atacar posições militares de Israel e dos EUA na região e bloquear a passagem pelo Estreito de Ormuz, uma das mais importantes rotas de petróleo do mundo. A consequência imediata é refletida na posição do Irão em relação ao programa nuclear: quanto maior o aumento da hostilidade Ocidental em relação ao programa, mais esforços serão tidos para o acelerar.

Toda esta crise é a consequência do falhanço da relação diplomática entre o Irão e o Ocidente. Esta relação deve ser um dos pontos a ser resolvido para que se possa chegar a um entendimento sobre a resolução desta crise. Outro ponto importantíssimo para entender o contexto atual das tensões diplomáticas passa por compreender o que o programa nuclear significa para o Irão em termos políticos, económicos, de segurança e defesa e culturais: “(...) *the only way to find a solution is to understand, on a political, economic, security and (...) psychological level, what the nuclear programme means to Iran*” (PATRIKARAKOS, 2012, p. XIX). As consequências de o Irão adquirir armamento nuclear seriam nefastas tanto para o equilíbrio da Ordem Mundial como para o equilíbrio do Médio Oriente. O programa nuclear iraniano pode encorajar outros atores regionais a iniciarem programas de proliferação nuclear também.

Apesar disto tudo, o programa nuclear do Irão está fundamentado por um vasto conteúdo histórico que demonstra como o país se colocou na posição atual. É importante perceber o

⁴⁷ *The Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*: acordo assinado em 1968 que entrou em vigor em 1970.

percurso histórico nuclear iraniano para perceber a posição atual. De outra forma, será impossível estabelecer uma análise eficiente de um dos aspectos que tem dominado a esfera diplomática.

1.1 Os primeiros passos do Irão rumo ao Programa Nuclear

A era nuclear começou quando os EUA utilizaram as primeiras bombas nucleares contra o Japão em agosto de 1945. Este marco deu início à abertura de um novo capítulo nas capacidades militares mundiais. O homem tinha criado uma arma capaz de obliterar civilizações inteiras, esta descoberta tinha lados positivos e negativos. Do lado positivo estão as aplicações que a energia nuclear tem em termos energéticos, medicinais e na criação de uma segurança contra eventuais agressores externos. Do lado negativo estão as consequências que o uso de uma bomba nuclear pode ter, como a radiação e a capacidade de obliterar cidades e civilizações o resultará no redesenhar do mapa mundial. Este paradoxo entre os efeitos nefastos e benéficos da energia nuclear permitiu a criação de acordos que davam liberdade aos Estados de obter um programa nuclear desde que fosse para usos benéficos, estando qualquer tentativa de obter armamento nuclear proibida.

Em 1957 foi criada a IAEA⁴⁸, uma organização internacional supranacional focada em dar assistência a qualquer país que quisesse contruir um programa nuclear contando que o mesmo fosse utilizado exclusivamente para fins civis e não militares. Foi um grande passo no desenvolvimento de energia nuclear, mas existia uma falha na criação da IAEA. Embora fosse contra armamento nuclear, imiscuía-se de qualquer compromisso em relação ao desarmamento de países que já possuíam arsenais nucleares, como é o caso dos EUA e da Rússia. Isto deixava os países com armamento nuclear em posição privilegiada em relação aos Estados de não proliferação.

O contexto do Irão é fundamental para compreender o porquê do programa nuclear. O posicionamento geoestratégico e as riquezas naturais sempre fizeram do país um alvo para nações mais poderosas e a história de ingerência externa no Irão é vasta. Durante os finais da década de 1890 foram descobertos poços de petróleo e sucederam-se tentativas de explorar essas riquezas por parte dos britânicos. Antes disto, o Irão já tinha perdido uma parte substancial do território para a Rússia durante a guerra de 1826 – 1828, esse território corresponde atualmente à Arménia central e partes do Azerbaijão sem contar com outros territórios

⁴⁸ *International Atomic Energy Agency.*

anexados pelos russos durante o conflito. Este tipo de episódios constituem um embaraço para o Irão e são vistos como uma forma de menosprezar o potencial do país. São também estes e outros acontecimentos do género que ditaram a formulação e evolução do interesse nacional e política externa do Irão cujo objetivo passa por ganhar um estatuto de independência que permita preservar a integridade territorial e obter independência militar e energética para estar a salvo de eventuais agressões externas.

As decisões nucleares iranianas são formadas, em parte, com o que os iranianos consideram anos e anos de abuso pela integridade territorial, energética e governamental do país. A atual política nuclear visa dar o respeito ao Irão que o governo e povo pensam merecer e passar a mensagem para a comunidade internacional de que não será pressionado por influências externas.

O golpe de Estado de 1953 alterou a posição submissa do Irão e ditou o fim de Mohammad Mossadegh como Primeiro-ministro do país acabando por fortalecer a posição de Mohammad Reza Shah Pahlavi, aquele que foi o último rei do Irão sendo depois deposto em 1979 pela Revolução Islâmica que acabou com a monarquia no país. A vontade de romper com o passado iraniano era grande e para o Shah o programa nuclear iria ajudar o Irão em dois pontos importantes para a estabilidade: a falta de segurança e o atraso tecnológico. Estes aspetos iriam restaurar a glória e modernizar o país, o problema é que o Irão tinha problemas económicos que seriam um obstáculo.

A década de 1950 representou um período de mudança para o estatuto internacional do Irão com reformas políticas, económicas e tecnológicas impostas. Em 1957 o Irão dá o primeiro passo na construção do programa nuclear ao receber um centro de treino nuclear sobre o auspício da *Central Treaty Organization* (CENTO)⁴⁹. Assinou ainda um acordo bilateral com os EUA para cooperação na utilização de tecnologia nuclear para usos civis o que permitiu um princípio de acordo para a construção de um Reactor de Água Leve⁵⁰ de 5 Megawatts para fins científicos. Apesar do equipamento, o Irão não possuía pessoal com co-

⁴⁹ Conhecida por *Pacto de Bagdad* ou *Organização do Tratado do Médio Oriente*, foi uma aliança militar estabelecida em 1955, que durou até 1979, entre o Irão, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido. O objetivo desta organização era impedir o avanço do Império Soviético no Médio Oriente, especialmente em territórios com petróleo.

⁵⁰ É um Reator Térmico, pertencente à categoria dos Reactores Nucleares, responsável na assistência ao desenvolvimento de energia nuclear de forma eficaz, limpa e segura. É constituído por uma câmara de arrefecimento hermética, protegida da radiação, onde se faz o controlo das reações nucleares que produzem energia ou o plutónio necessário para armamento nuclear. Existem Reactores de Água Leve e Reactores de Água Pesada.

nhcimento científico capaz de trabalhar com o reator. Foi então que começou a procurar pessoal para construir uma base científica que permitisse obter o conhecimento para desenvolver o programa nuclear. Em 1965, Akbar Etemad⁵¹ começou a trabalhar na Universidade de Teerão. Com a nomeação de Etemad, o programa nuclear começou a desenvolver-se. Uma das primeiras iniciativas foi começar a formação de profissionais para trabalhar no programa nuclear e a criação de uma organização que se focasse exclusivamente na tecnologia e pesquisa nuclear e não estivesse limitada nem presa pela burocracia governamental.

A década de 1970 marcou o início da ascensão económica do Irão. O Shah, que tinha boas relações com os EUA, procurava estabelecer-se como um líder moderno para manter a proximidade do Irão com o Ocidente, muito embora o regime fosse autocrático. A mudança de 1953 para 1970 ficou a dever-se ao aumento das vendas de petróleo. O aumento orçamental resultante das vendas de petróleo permitiu a aplicação nos sectores energético, social, económico e militar. O *boom* económico permitiu desenvolver as infraestruturas mais deficitárias: segurança e defesa, saúde, economia, educação e o programa nuclear.

Embalado pelo crescimento económico, pelo apoio de Washington e pelo desespero do Shah em obter energia nuclear surgiu, em 1974, a *Atomic Energy Organization of Iran* uma organização, liderada na altura por Etemad, independente do governo cujo objetivo era aprimorar os conhecimentos científicos e o desenvolvimento de energia nuclear. A AEOI foi um grande passo para o programa nuclear e permitiu atrair iranianos qualificados que estavam no estrangeiro de volta ao país. Esta organização tinha o aval pessoal do Shah, recebia fundos ilimitados para o desenvolvimento e não tinha qualquer interferência do governo, todas as questões que necessitassem de decisão superior era abordadas diretamente pelo Shah.

As principais razões para obter um programa nuclear prendiam-se com questões económicas. A energia nuclear, uma fonte de energia barata, poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento do país tanto a nível económico como em termos de qualidade de vida. Este argumento era a justificação mais utilizada na altura por países em desenvolvimento com ambições nucleares, mas no caso do Irão tinha uma aplicabilidade genuína. Um dos maiores benefícios de obter energia nuclear é a capacidade de não estar tão dependente de outros recursos energéticos como, por exemplo, de petróleo. A energia nuclear cria uma fonte de energia alternativa o que, para um país produtor de petróleo como o Irão, é impor-

⁵¹ Considerado o pai do programa nuclear iraniano. Foi Presidente e ajudou na fundação da *Atomic Energy Organization of Iran* (AEOI) entre 1974 e 1979. Em 1979 fugiu do país devido à Revolução Islâmica.

tante pois o petróleo é também a fonte principal de rendimento. A energia nuclear permitiria ao Irão diminuir o consumo interno de petróleo e aumentar a quantidade de exportação do mesmo.

Contudo, embora o argumento energético fosse legítimo, havia outro motivo para a obtenção de energia nuclear. A vontade de impressionar o Ocidente com um Irão moderno e capaz de representar o Ocidente no Médio Oriente foram tidos em conta. O Shah procurou fortalecer ligações com o Ocidente, em especial com os EUA, tendo como objetivo a Ocidentalização do país rumo a modernidade. A Revolução Branca⁵² de 1963 foi um passo rumo à ocidentalização e uma estratégia de legitimação da dinastia Pahlavi, que ficaria como o responsável pelo nascimento de um novo Irão. Na base deste acontecimento estiveram reformas económicas e sociais com o intuito de impulsionar o estatuto internacional e o desenvolvimento industrial do Irão. Todas as evoluções de teor tecnológico, social, económico, energético e militar eram avaliadas tendo em conta a comparação com as evoluções Ocidentais. O programa nuclear representava a apoteose da visão modernista, e de ocidentalização, assim como o catalisador do crescimento económico e de um futuro promissor.

A partir da Revolução Branca, os esforços para desenvolver o programa nuclear aumentaram. O Irão começou a procurar parcerias para aumentar a base científica e ajuda externa para construir o primeiro reator nuclear nos arredores da cidade de Bushehr. Foi neste sentido que estabeleceu acordos com a União Soviética, a China, o Brasil, o Japão, a França e a Alemanha de forma a encontrar a melhor parceria para começar a construção do reator nuclear. Foram ainda criados acordos com empresas de construção de instalações nucleares como a Kraftwerk Union AG, da Alemanha Ocidental, que ficou responsável pela construção da primeira central nuclear, perto de Bushehr, para produção de energia cujo objetivo seria o fornecimento à cidade de Shiraz. A empresa nuclear francesa, Framatome, assinou um contrato com o Shah para a construção de outro reator na região de Darkhovin impedido pela Revolução Islâmica de 1979. Existiram conversas com outros países ocidentais como a Comissão de Energia Atómica do Reino Unido e os EUA. Durante o ano de 1974 os EUA e o Irão chegaram a acordo para fornecimento de dois reatores nucleares e combustível para os reatores. O problema foi que as preocupações dos EUA com a proliferação nuclear acabaram por deteriorar as relações entre os dois países durante a década de 1970.

⁵² Conjunto de reformas lançadas pelo Shah com vista a colocar o Irão no caminho para a modernidade.

1.2 Introdução sobre o Ciclo de Combustível Nuclear – A Etapa entre o Programa Nuclear do Irão e a Estabilidade Internacional

Para o desenvolvimento do programa nuclear iraniano seria necessário combustível nuclear para alimentar os reatores em construção, o que representava um problema pois o Irão não tinha nenhum. O ciclo de combustível nuclear é o resultado da passagem do combustível nuclear por diferentes etapas. Estas etapas são constituídas pela preparação do combustível, que transita para a etapa seguinte onde é usado para operar os reatores e, por fim, é cuidadosamente gerido e decidido entre ser descartado ou reprocessado.

Assim que um país consiga operar um ciclo completo diz-se que possui independência nuclear. O país que domine esta técnica terá a capacidade para desenvolver armamento nuclear.

O ciclo de combustível começa com o urânio, um mineral comum à aplicação civil e militar do programa nuclear. A primeira fase do ciclo de combustível nuclear é a obtenção do urânio através da sua mineração. O urânio nesta fase é maioritariamente composto pelo isótopo U-238, sendo que é o U-235, mais instável que o U-238, o isótopo necessário para a fissão⁵³ espontânea. A fissão irá produzir energia para uso num reator nuclear, onde será aplicada no aquecimento de água até atingir a evaporação que, por sua vez, fará trabalhar as turbinas do reator que estão ligadas a geradores que criam eletricidade. O objetivo é aumentar a percentagem de U-235 para manter a reação em cadeia. Caso esta reação não seja trabalhada de forma controlada poderá resultar numa explosão nuclear.

Depois de extraído, o urânio é moído até se tornar em pó é, em seguida, purificado através de um processo químico e reconstituído em forma sólida, conhecido por *Yellowcake*. Após esta etapa, o urânio é levado para uma central de conversão onde será convertido em Hexafluoreto de Urânio (UF₆), esta é a segunda fase do ciclo de combustível nuclear, conhecida por conversão. Após convertido, na terceira etapa o UF₆ é enriquecido para aumentar o nível do isótopo U-235. O enriquecimento de urânio para uso civil tem que conter 2% a 3% do isótopo U-235, já para uso militar deve ser enriquecido até atingir, no mínimo, 80% de U-235. A quarta etapa passa pelo fabrico do urânio para uso como combustível nuclear para que possa, na última etapa, ser utilizado para operar um reator nuclear.

⁵³ Processo em que o núcleo de um átomo se separa dando origem a dois átomos mais pequenos, esta reação faz com que os átomos instáveis realizem o mesmo processo de separação resultando numa reação em cadeia.

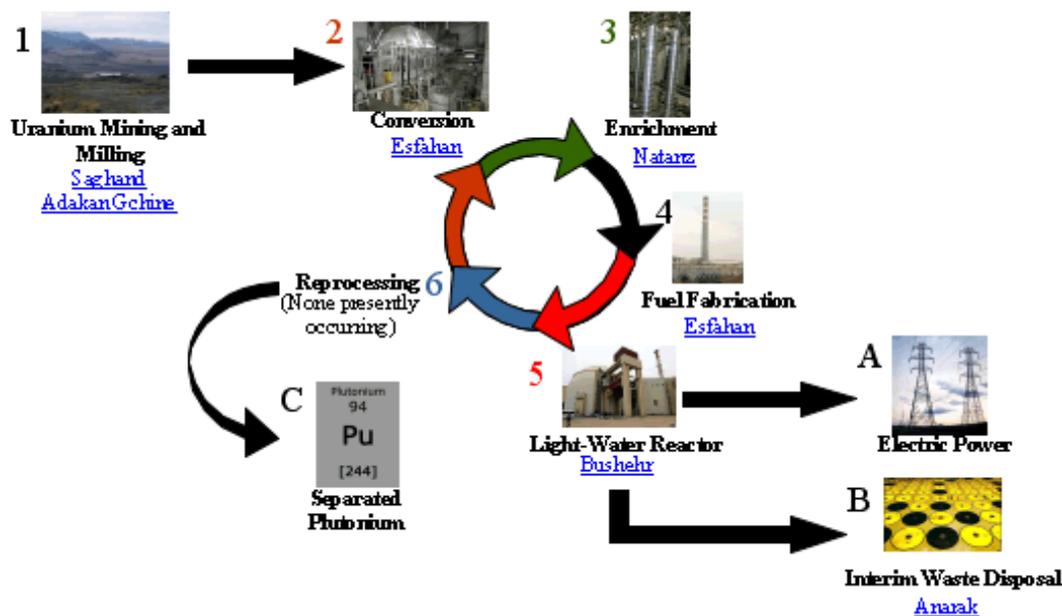


Fig. 3 – Ciclo de Combustível Nuclear do Irão

Fonte: <http://www.isisnucleariran.org/sites/power-fuel-cycle/> (consultado a 24.06.2015)

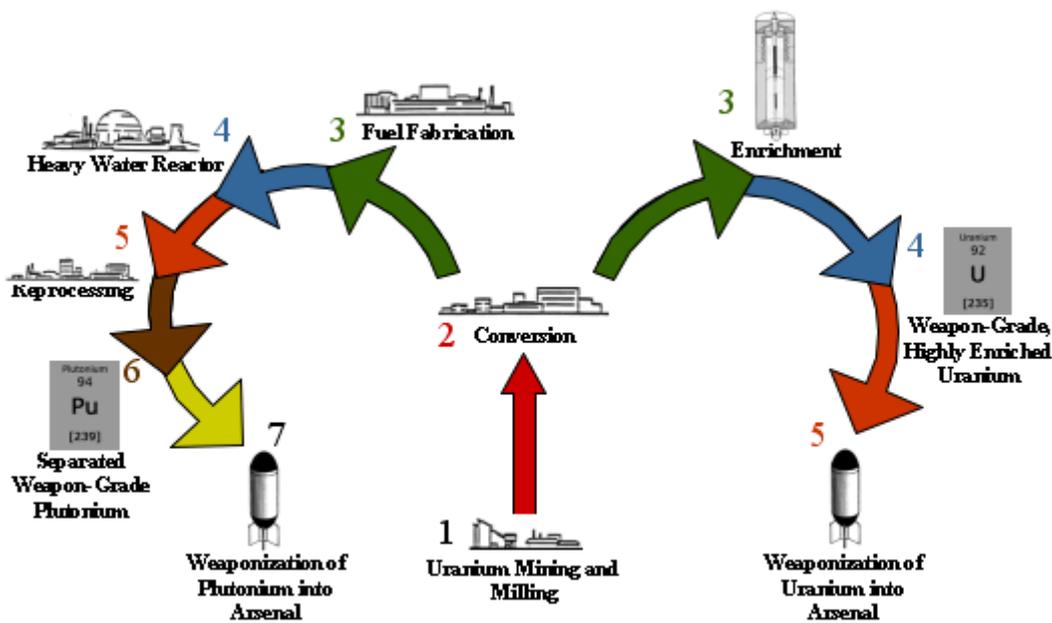


Fig. 4 – Ciclo de Combustível para produção de Armamento Nuclear

Fonte: <http://www.isisnucleariran.org/sites/weapons-fuel-cycle/> (consultado a 24.06.2015)

A AEOI começou a trabalhar na mineralização de urânio, a primeira etapa, porém no final da década de 1970 pouco se sabia sobre as reservas de urânio no Irão. Para prevenir

eventuais atrasos a AEOI estabeleceu acordos com as companhias da África do Sul, a Nufcor e a Rossing, para obter a quantidade de urânio necessária para operar os reatores. A segunda e terceira etapas estavam controladas, o problema foi a quarta etapa. Problema este que foi também o início da hostilização de relações entre o Ocidente e o Irão. A quarta etapa, que representa a conversão do urânio em combustível, pode tanto ser usada para fins civis como militares. Se o Irão dominasse este processo, nada o impediria de desenvolver a capacidade para construir uma bomba nuclear. Embora o Irão tivesse reafirmado em diversas ocasiões que o programa tinha fins civis o Ocidente não queria dar qualquer hipótese ao país de obter tecnologia que pudesse, mais tarde, vir a ser usada para fabrico de armamento nuclear.

Com este conhecimento em mente, os EUA propuseram ao Irão que qualquer processo de enriquecimento de urânio se realizasse fora do país, ou seja, a AEOI não poderia produzir combustível nuclear mas teria que importar de outros. O Irão acabou por aceder a este pedido, até porque ainda não tinha nem base científica nem tecnológica para dominar o processo, mas procurou alternativas para obter combustível nuclear: em 1975 negociou o projeto Eurodif com a França em que se ofereceu para financiar o projeto a troco de 10% da produção de urânio enriquecido. A AEOI começou a desenvolver trabalho científico para conseguir enriquecer urânio sem ter de importar.

Agora que o processo de produção de combustível e de construção dos reatores nucleares estava encaminhado, faltava a criação de uma base científica e apoio técnico capaz de operar os reatores. O Irão começou a investir na formação de pessoal criando cursos em parceria com universidades estrangeiras e enviando pessoal para formação em centros de pesquisa nuclear no estrangeiro. Procurou também apoio em centros de pesquisa nuclear no estrangeiro para conhecer melhor o processo de construção de um reator e ver como eram operados. A AEOI tentava criar um centro de pesquisa nuclear onde se produzisse conhecimento que permitisse o avanço do programa e foi então que, em conjunto com peritos franceses que avaliaram os melhores locais para a construção, nasceu o Centro de Tecnologia Nuclear de Isfahan.

No fim de 1978 o Irão tinha uma base civil sólida para o programa nuclear que, na altura, se focava nos dois reatores em Bushehr que, pensava-se, iriam estar operacionais e prontos para fornecer energia elétrica em poucos anos reduzindo a dependência do petróleo para consumo doméstico.

1.3 A progressão do Programa Nuclear Iraniano Ligada à Deterioração das Relações com o Ocidente

O Irão sempre rejeitou publicamente as armas nucleares e reforçou a sua convicção ao assinar o NPT⁵⁴ em 1968. Este tratado focava-se em três pilares considerados fundamentais para qualquer programa nuclear não ser considerado uma ameaça: a proliferação, o desarmamento e o direito ao uso de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Os Estados não nucleares comprometeram-se a nunca procurarem adquirir armamento nuclear em troca de os Estados nucleares partilharem os benefícios das tecnologias nucleares pacíficas e colaborarem no desarmamento nuclear de todos os arsenais existentes. Com este acordo os Estados nucleares comprometiam-se a desfazerem-se dos arsenais nucleares desde que os Estados não nucleares nunca tentassem obter armamento nuclear. São os artigos 4º e 6º que criaram maior controvérsia:

“Article IV

- 1. Nothing in this Treaty shall be interpreted as affecting the inalienable right of all the Parties to the Treaty to develop research, production and use of nuclear energy for peaceful purposes without discrimination and in conformity with Articles I and II of this Treaty.*
- 2. All the Parties to the Treaty undertake to facilitate, and have the right to participate in, the fullest possible exchange of equipment, materials and scientific and technological information for the peaceful uses of nuclear energy. Parties to the Treaty in a position to do so shall also cooperate in contributing alone or together with other States or international organizations to the further development of the applications of nuclear energy for peaceful purposes, especially in the territories of non-nuclear-weapon States Party to the Treaty, with due consideration for the needs of the developing areas of the world.”*

“Article VI

Each of the Parties to the Treaty undertakes to pursue negotiations in good faith on effective measures relating to cessation of the nuclear arms race at an early date and to nuclear disarmament, and on a treaty on general and complete disarmament under strict and effective international control.”

⁵⁴ Versão do NPT disponível na íntegra em: http://www.un.org/disarmament/WMD/Nuclear/pdf/NPTEnglish_Text.pdf (consultado a 25.06.2015).

O artigo 4º do NPT confere a todos os Estados o direito inegável de desenvolver pesquisa e utilizar tecnologia nuclear para fins pacíficos sem qualquer tipo de discriminação. Já o artigo 6º dita que todos os Estados devem, como prova de compromisso e boa-fé, encetar negociações para se proceder ao desarmamento de todos os arsenais nucleares através de um controlo rigoroso. Significa isto que os Estados nucleares se comprometem a destruir os arsenais contando que os Estados não nucleares não procurem adquirir armamento nuclear.

O problema está, no caso do artigo 6º, na ambiguidade de interpretar a sua aplicação. Naquela altura, alguns países viam este artigo como uma cláusula opcional introduzida para dar segurança aos Estados não nucleares. A opinião dos Estados não nucleares divergia pois entendiam o artigo 6º como uma parte integrante e obrigatória do NPT e apelavam ao fortalecimento das políticas de desarmamento fazendo o artigo parte do documento final assinado em 1968. Ainda assim alguns países, como os EUA, recusavam aceitar a legitimação do artigo 6º e preservaram os seus arsenais nucleares.

A assinatura do NPT pelo Irão representa um dos pontos mais importantes da história do programa nuclear cujas repercussões ainda se refletem contemporaneamente. Se o Irão não tivesse assinado o tratado, como Israel não o fez, o conflito diplomático atual poderia ter sido evitado ou teria um contexto diferente. Como o Shah procurava manter boas relações com o Ocidente, o Irão foi dos primeiros signatários do acordo. A assinatura mostrava que estava comprometido em honrar os compromissos com o Ocidente e estabelecia um exemplo que os restantes Estados não nucleares acabariam por seguir. Contudo a assinatura do NPT bloqueou quaisquer ambições sobre armamento nuclear, isto significava que qualquer tentativa de dar um uso militar ao programa nuclear teria que ser feito de forma secreta e sem o conhecimento da comunidade internacional. Para algumas pessoas envolvidas no programa nuclear iraniano, como Etemad, o NPT era uma ameaça à soberania do Irão. A assinatura do NPT foi um erro pois beneficiava os Estados nucleares, que continuavam a manter o monopólio nuclear, e prejudicava os países sem capacidade de obter armamento nuclear. No meio disto tudo o Irão perdia a capacidade de obter armamento nuclear e defender o território de ameaças externas, a posição continuaria a ser submissa em relação aos Estados nucleares.

Os países com capacidade de obter armamento nuclear, nomeadamente a Índia, Israel, o Brasil e o Paquistão não assinaram o acordo. O Irão foi o único país nestas condições que se comprometeu com um tratado que era visto como uma forma de contenção de países com ambições nucleares militares. A IAEA era encarada como uma organização que visava a restrição de Estados não nucleares de obter tecnologia para desenvolvimento do programa

nuclear, com a inclusão do NPT as restrições aumentaram para os Estados não nucleares enquanto os Estados nucleares afirmaram o monopólio.

“Iran’s signature of the NPT is arguably the single most important event in the political history of its nuclear programme; its repercussions are still felt today. Had Iran not signed, like India or Israel, the present-day crisis may not have occurred or, at any rate, would have taken a markedly different form. But it did sign, so while expediency meant a necessary public rejection of nuclear weapons (...).” (PATRIKARAKOS, 2012, p.53). O NPT divide o mundo nuclear em dois: os Estados nucleares e os seus aliados de um lado e os Estados não nucleares e em desenvolvimento do outro. Contudo o Irão poderia sempre optar por exercer uma política contrária ao NPT, tal como o fez a Coreia do Norte.

Isto debilitava o Irão se se tivessem em conta dois pontos. Do ponto de vista da segurança o Irão tinha que precaver-se contra ameaças nucleares externas, algo que era uma preocupação legítima com a União Soviética. O segundo motivo é que os países que proliferam energia nuclear e conseguem obter armamento nuclear ganham uma componente dissuasiva contra eventuais ameaças externas, ou seja, é um meio de defesa eficaz. Dentro deste contexto obter armamento nuclear ajudaria a manter a sua estabilidade e proteger-se de ameaças externas. O Irão tem uma vizinhança complicada, fazendo fronteira com o Afeganistão, o Paquistão e o Iraque. Caso o Irão conseguisse armas nucleares poderia obter um estatuto internacional mais preponderante e a independência de influência externa. Só o facto de deter uma bomba nuclear já é argumento dissuasivo para ameaças externas e dá a transparecer uma imagem de Estado moderno. Os testes nucleares são outro exemplo de dissuasão pois simbolizam o poder de um Estado. O que para um país como o Irão, que tinha dificuldades em desenvolver estabilidade nacional seria importante. Existem os benefícios políticos sendo que uma bomba nuclear altera o estatuto internacional de um Estado.

Caso o Irão tentasse militarizar o programa nuclear poderia ser ostracizado da comunidade internacional e perderia qualquer tipo de assistência externa ao programa. Desde que não existissem armas nucleares no Médio Oriente e no Golfo Pérsico o Irão continuaria a ter o monopólio militar na região. As relações com o Ocidente, especialmente com os EUA, eram vitais para a política externa do Shah. O papel dos EUA, durante o tempo do Shah, foi preponderante na definição do programa nuclear iraniano e os americanos eram o aliado principal de Teerão na manutenção da segurança do país desde 1959.

Os EUA tinham grandes preocupações com programas de proliferação nuclear no Médio Oriente devido à instabilidade da região. O Irão dependia dos EUA para a manuten-

ção da segurança pondo o país numa posição fragilizada e assimétrica em relação ao seu homólogo. Os iranianos viam o vasto território, a localização e reservas de energia como um aliciente para eventuais agressões externas e se fortificasse a sua posição criaria a estabilidade desejada.

Porém foi o artigo 4º do NPT que mais problemas causou ao Irão devido às diferentes interpretações a que poderia ser sujeito. Em teoria, se um país dominar o ciclo de combustível nuclear terá capacidade para construir uma bomba e ganhará independência nuclear. Aqui residia o cerne da questão, os Estados nucleares queriam evitar o enriquecimento de urânio não só no Irão mas também em outras áreas consideradas de risco localizadas nos países em desenvolvimento. Contudo o Artigo 4º do NPT permitia a qualquer país adquirir tecnologia nuclear indiscriminadamente contanto que seja para usos civis, algo que o Irão sempre afirmou publicamente. A intransigência dos Estados nucleares em permitirem os Estados não nucleares de desenvolverem o processo nuclear era vista como uma violação do Artigo 4º do NPT, agravado pela falta de colaboração no que toca ao desarmamento dos arsenais nucleares estipulado no Artigo 6º. O Irão entendia que tinha direito, ao abrigo do Artigo 4º, de enriquecer urânio para controlar o ciclo de combustível nuclear e viam as tentativas americanas de impedimento como uma ameaça à soberania do país.

Esta intransigência deteriorou as relações e os EUA endureceram a política nuclear pedindo que todos os movimentos da AEOI passassem a ser notificadas para obter aprovação em quaisquer assuntos relacionados com o uso de combustível nuclear. Os EUA começaram a interferir no programa nuclear o que aumentou a contestação dos iranianos. Enquanto as capacidades nucleares iranianas eram limitadas os EUA ofereceram a sua cooperação, assim que se aperceberam que poderia estar a caminho do desenvolvimento de capacidades que permitissem ter uma bomba os americanos começaram a colocar entraves ao programa, a colocar pressão sobre outros parceiros ocidentais para não estabelecerem acordos com o Irão e a fazer o possível para atrasar o programa. Foi durante a década de 1970 que os EUA começaram a encarar o programa nuclear iraniano com preocupação, não devido à capacidade que detinha naquela altura mas sim às capacidades futuras que iria acabar por dominar.

1.4 A Revolução Islâmica de 1979 – O Irão muda radicalmente a posição no Contexto Internacional

Em 1979 todo o contexto político do Irão mudou. Ruhollah Khomeini, líder da Revolução Islâmica de 1979, liderou o golpe de Estado que destituiu o Shah do trono e tornou-se no Primeiro Líder Supremo do Irão, cargo criado após a Revolução Islâmica. “*Khomeini had brought down the Shah (...) accusing the Shah of submission to America and Israel.*” (PATRIKARAKOS, 2012, p. 90).

Com Khomeini no poder as coisas iriam transformar-se desde a política doméstica à política externa e o programa nuclear não seria excluído. Khomeini aproveitou a instabilidade dos últimos anos do governo do Shah para o destituir, acusando-o de submissão aos EUA e a Israel em detrimento dos interesses do próprio país. O Líder Supremo contrastava com o Shah no que toca à aplicação da política externa.

A destituição do Shah ditava o fim da monarquia no Irão e o fim de um país autocrático pró-Occidental. O Irão que renasceu em 1979 seria um país isolado, uma República islâmica e popular antioccidental. Assim que Khomeini tomou posse a 4 de fevereiro de 1979 procurou distanciar-se das políticas do Shah e implementar um Estado baseado nas ideologias islâmicas e no interesse nacional. O poder decisivo repartiu-se, tornando-se mais difundido. A República Islâmica via o mundo como hostil e as organizações internacionais como meios de manipulação Occidentais e entendia que tinha o dever de ajudar os muçulmanos e os países oprimidos pelo Occidente.

“*The nuclear programme was now officially viewed as the continuation of colonialism by other means. The atom was not merely too expensive, it was ideologically unclean. (...) Khomeini had declared that he wanted “no Westoxification” in Iran.*” (PATRIKARAKOS, 2012, p. 99). O programa nuclear foi descontinuado. De acordo com a visão da República Islâmica, o programa nuclear era uma consequência da ocidentalização do Irão e era tido como a continuação do colonialismo que privava a independência. O programa nuclear era considerado, para além de caro, algo que ia contra os ideais religiosos. O Irão de Khomeini procurava adquirir a independência total do Occidente.

A Revolução Islâmica de 1979 acabou por ajudar, em parte, os EUA pois com Khomeini o Irão abrandou o programa nuclear e não o considerava uma prioridade para o interesse do país. Embora o Irão tenha restringido o programa nuclear a posição em relação ao Occidente também mudou. Khomeini apoiava a política doméstica e externa no Islão e, por

isso, começou a cortar relações e influências com o Ocidente. Os EUA venciam, por enquanto, o conflito diplomático sobre o programa nuclear mas acabou por perder um aliado de peso no Médio Oriente, o que dificultava a capacidade de ingerência na região. Com Khomeini a influência Ocidental deixou de existir.

Apesar de ver o programa nuclear como uma influência Ocidental, o Irão precisava do programa para ajudar na distribuição de energia elétrica pois tinha constantes falhas de energia e a eletricidade era cortada, por vezes, durante horas. Entretanto surgiu mais um problema: a 22 de setembro de 1980 o Iraque invadiu o Irão e deu início a um conflito que se arrastaria por oito anos e teria implicações. Durante este período o Irão tentou recorrer a antigos parceiros nucleares para construção de reatores e importação de tecnologia nuclear mas não conseguiu estabelecer nenhum acordo pois o Ocidente tinha uma percepção negativa de Khomeini. Para piorar a posição iraniana na comunidade internacional, a 4 de novembro de 1979 a embaixada americana em Teerão foi invadida e diplomatas feitos reféns durante 444 dias. O governo de Khomeini aprovou esta situação contribuindo para o isolamento do país. Este rapto violava as normas internacionais, enervou os EUA e deu força aqueles que eram contra a ocidentalização do Irão. A Crise dos Reféns, como ficou conhecido este episódio, foi uma mensagem clara para o Ocidente: qualquer esperança de relações saudáveis entre Teerão e Washington era impossível.

Como consequência os EUA impuseram as primeiras sanções militares e económicas, procurou isolar a República Islâmica, estendeu apoio a forças anti Khomeini, começou a fortalecer relações económicas e militar com a Arábia Saudita para contrabalançar o peso do Irão na região e toda a assistência ao programa nuclear fora interrompida. Sem assistência para desenvolver o programa nuclear o Irão arriscava-se a estagnar, os EUA listaram o país como um para os quais qualquer exportação de material nuclear teria que passar a ser meticolosamente analisada. O Irão viu-se incapaz de fazer acordos com os antigos parceiros europeus. Tinha-se tornado um Estado terrorista aos olhos ocidentais.

As coisas só pioraram, à medida que a década de 1980 progredia o Irão continuava envolvido num conflito com o Iraque e grande parte do orçamento era canalizado para a segurança e defesa. Este conflito estava a atrasar o país no desenvolvimento nuclear. Ainda assim estava determinado a relançar o programa, não como um meio de ocidentalização e modernização mas como um meio de mostrar que não seria influenciado por pressões externas.

O Irão desenvolveu um sentimento nacionalista em relação às questões nucleares, pois via agora o programa como necessário para a sobrevivência. Como a comunidade internacional se recusava a prestar assistência nuclear, o Irão começou a reconstruir a base científica para administrar todas as fases do programa autonomamente. O Irão via o resto do mundo como inimigo e, segundo Khomeini, podia confiar apenas nele próprio. O percurso nuclear passaria a ser baseado nos termos de Khomeini. Tornar o país independente e autónomo da comunidade internacional era o grande propósito. Se o programa nuclear se desenvolvesse com sucesso, o Ocidente seria obrigado a reconhecer a preponderância do país na balança de poder internacional. Agora que a ocidentalização já não era o objetivo só o facto de relançar o programa nuclear representava a rejeição de todas as políticas isolacionistas e de uma nação que se recusava a adotar uma posição submissa.

O isolamento iraniano forçou o país a procurar novos parceiros para assistência nuclear e os países em desenvolvimento passaram a figurar nas escolhas. O Irão procurava agora estreitar relações com países da África, América do Sul, Ásia e do Este da Europa. A rejeição ocidental de assistência nuclear e a ideologia de Khomeini tornaram estas as únicas escolhas disponíveis. O Irão procurou cooperação com países como a China, a Argentina, a Índia e o Paquistão.

Tal como o Shah, também Khomeini rejeitava armas nucleares e afirmava o uso civil do programa. Embora fosse negado publicamente o interesse em adquirir armamento nuclear, o Ocidente começou a ficar apreensivo em relação ao programa iraniano. O Irão procurava obter um papel protagonista no Médio Oriente e a bomba nuclear poderia conferir-lhe esse estatuto. Na verdade, tinha todas as razões para tentar militarizar o programa nuclear: estava isolado; em conflito diplomático com os EUA; disputava uma guerra com o Iraque e há ainda a ter em conta as tensões entre a Índia e o Paquistão que tinham influência na estabilidade. As preocupações de segurança eram legítimas e justificadas e já houvera Estados que se tornaram nucleares por menos. De acordo com Khamenei, que seria eleito Líder Supremo do Irão em 1989, um dissuasor nuclear seria a única forma de assegurar a verdadeira essência da República Islâmica e preservá-la de quaisquer intervenções externas, especialmente de Israel e dos EUA. A guerra com o Iraque contribuiu para o crescimento do pensamento sobre a finalidade dissuasora que as armas nucleares poderiam ter.

Em 1987 recomeçou o programa nuclear. A primeira fase seria realizar pesquisa e desenvolvimento para construção de centrífugas, necessárias para o enriquecimento de urânio, tendo como modelo a Pakistani P-1. O objetivo era compreender o processamento e

constituição de uma centrífugadora para que conseguissem produzir sem ajuda externa. Contudo as limitações eram evidentes e a AEOI estava longe de ter a capacidade de outrora devido à crise económica resultante da guerra com o Iraque e do isolamento com o Ocidente. O Irão passou de um país rico com a exportação de petróleo e onde a energia nuclear era a maior prioridade para um país politicamente difuso e fragmentado que rejeitou o programa nuclear e estava em conflito com o Iraque que estava a absorver a maioria dos recursos. A Crise dos Reféns de 1979 agudizou a degradação das relações com o Ocidente e ditou o fim das relações Irão-EUA. Os EUA, por sua vez, viam a Crise dos Reféns como a afirmação do Irão como um Estado antagonista que não podia ser confiado com qualquer tecnologia nuclear de duplo uso. Já o Irão adotou uma política de vitimização e de abandono para justificar a necessidade de desenvolver energia nuclear e para criar uma nova identidade que não estivesse sujeita a pressões ou agressões externas.

Acabaria por ser reforçado o regresso ao programa nuclear devido ao rápido crescimento populacional e há escassez de eletricidade no país. As questões nucleares tornaram-se no meio oficial de reestruturação e reconstrução. A República Islâmica, que na década de 1980 tinha parado o programa nuclear por questões ideológicas, tinha urgência de tornar a energia nuclear uma realidade.

Como os EUA tinham cortado relações diplomáticas com o Irão e aplicado pressões externas à Europa e outros países para suspensão de quaisquer acordos de exportação de energia nuclear, a República Islâmica começou a procurar novos parceiros. As características necessárias passariam pela capacidade de resistência a pressões americanas e suficiente *know-how* sobre questões nucleares. A União Soviética (USSR) e a China apareciam como principais escolhas para estabelecimento de relações. Nenhum dos dois tinha relações estáveis ou fortes com os EUA e ambos tinham um lugar no Conselho de Segurança da ONU, o que poderia ser bastante útil.

A China tornou-se um dos maiores parceiros nucleares do Irão e a Rússia chegou a acordo, em 1995, para retomar a construção do reator de Bushehr que estava parada há mais de 16 anos e iria facultar reatores de água leve, cerca de 2000kg de urânio e formar cerca de 15 cientistas iranianos todos os anos. O duplo uso da tecnologia nuclear significaria que todas as atividades poderiam levantar suspeitas de proliferação de armas nucleares.

Apesar da mudança de Líder Supremo, Ali Khamenei em junho de 1989, a política externa não mudou. Khamenei era, tal como Khomeini, contra a ocidentalização do Irão. Para além do Ocidente, Israel tinha também a sua atenção. Israel tinha armas nucleares, via o

Irão como uma ameaça à sua segurança e não era signatário do NPT. Além do mais contava ainda com os EUA como aliados. A posição israelita em relação ao programa nuclear iraniano era desfavorável sendo que se propunha mesmo a bombardear as instalações nucleares do Irão, tal como fizera no Iraque em 1981, caso o programa continuasse. O Irão preveniu-se contra este tipo de ameaças através da construção de instalações nucleares subterrâneas. Pensava ainda em abandonar o NPT devido à intransigência ocidental em facultar tecnologia nuclear apesar do artigo 4º estipular o direito de a obter indiscriminadamente.

Outra forma que encontrou para retaliar foi através do uso de *proxies*, como o Hamas ou o Hezbollah, para intervir e influenciar a região. Aos olhos ocidentais, o Irão era um Estado que financiava grupos terroristas, era irracional e agressivo. A década de 1990 ficou marcada pela dissolução da USSR, que poderia resultar no contrabando de urânio enriquecido nas antigas Repúblicas soviéticas, e pela posição norte coreana em relação ao programa nuclear que ameaçava a estabilidade do NPT.

Foi nos finais da década de 1990 e inícios de 2000 que a AEOI, sob a presidência de Gholam Reza Aghazadeh⁵⁵, intensificou os esforços para controlar o ciclo de combustível nuclear. Com Aghazadeh a AEOI tornou-se mais pragmática. Os objetivos que Aghazadeh tinha para o programa passavam por finalizar o reator de Bushehr; começar o enriquecimento de urânio; a construção das instalações de Arak que iriam incluir a utilização de reatores de água pesada pressurizada⁵⁶ e da construção de instalações para produção de combustível nuclear em Isfahan. O objetivo de construir instalações para uso energético parecia estar a perder força e o Irão procurava um caminho proibido tanto pelo NPT como pela IAEA e temido pelo Ocidente. Aghazadeh foi o responsável pelo primeiro passo oficial do programa nuclear rumo à sua capacidade militar ainda que continuasse a recusar armas nucleares e a reafirmar o uso civil do programa. Depois das mudanças introduzidas por Aghazadeh, obter ou não armas nucleares deixaria de ser devido a limitações e passaria a ser uma questão de vontade política. Foi esta mudança na política da AEOI, que o Irão deveria adquirir um estatuto autossuficiente na produção de combustível nuclear, que criou as preocupações contemporâneas. Enquanto Aghazadeh e Khamenei mudaram a AEOI, George W. Bush mudou a política de Washington com relação ao Irão. Os EUA procuravam mudar o regime e substituir Khamenei por alguém que fosse mais favorável, e obediente, às políticas ocidentais.

⁵⁵ Presidiu a AEOI entre 1997 e 2009.

⁵⁶ *Pressurized Heavy Water (PHW)*.

Retirando todos os contextos que definem a política externa e doméstica iraniana, tal como a cultura, legislação e governação, e incluindo a aplicação da política de segurança e defesa pode-se dizer que o Irão tem legitimidade em querer adquirir um programa nuclear militar. O problema é que todos os outros fatores, em especial o cultural, têm influência na condução das políticas iranianas e influenciam os propósitos do programa nuclear. Os EUA pararam de determinar o Irão como uma ameaça ou não consoante as capacidades e passaram a avaliar o nível de ameaça que representa através das questões ideológicas.

A 9 de setembro de 2001 sucederam-se os atentados terroristas em Nova Iorque o que levou os EUA a começar uma guerra contra o terrorismo no Iraque e no Afeganistão. O Irão contribuiu para a campanha dos EUA pois o conflito contra o Afeganistão era do seu interesse. Durante a invasão ao Afeganistão, o Irão ajudou a Aliança do Norte⁵⁷ na exportação de armamento para combate, participou na extradição de membros da Al-Qaeda para o Paquistão e Arábia Saudita e forneceu informação aos serviços de inteligência ocidentais sobre atividades da Al-Qaeda. Apesar da ajuda, em 2002 o Presidente George W. Bush reite-rou a posição em relação ao programa nuclear iraniano:

“Iran aggressively pursues these weapons and exports terror (...). States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists (...). They could attack our allies or attempt to blackmail the United States (...) the price of indifference would be catastrophic⁵⁸”. (George W. Bush, 29.01.2002, State of the Union address).

Este discurso provou ao Irão que, apesar da cooperação durante a invasão ao Afeganistão, a posição dos EUA não tinha mudado. Para os EUA, o mundo pós 11 de setembro passou a ser dividido entre bem, o Ocidente, e mal, o Médio Oriente e a Rússia. Os EUA tinham adquirido a mesma visão binária do mundo que o Irão a diferença era que o Irão via os EUA como uma ameaça e considerava-se um mártir.

⁵⁷ Conhecida por *Afghan Northern Alliance* ou *United Islamic Front for the Salvation of Afghanistan*. Foi uma organização criada com o intuito de unir grupos demográficos afegãos distintos. Contribuiu para a assistência aos EUA durante a invasão ao país.

⁵⁸ Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm> (consultado a 28.06.2015).

1.5 A Crise Nuclear e o Conflito Diplomático entre o Irão e o Ocidente

Em agosto de 2002 a situação iraniana piorou e deu-se início ao impasse diplomático existente. Alireza Jafarzadeh⁵⁹ expôs os desenvolvimentos nucleares do Irão, revelando o propósito das instalações de Natanz, para enriquecimento de urânio, e a construção de um reator de água pesada pressurizada em Arak que, assim que operacional, seria capaz de produzir plutónio. Nenhuma destas revelações constituía qualquer ilegalidade ao abrigo do NPT, cujo artigo 4º conferia o direito de produzir energia nuclear para fins pacíficos, nem ao abrigo das normas da IAEA, embora fosse obrigado a declarar todas as construções de novas instalações só era necessário fazê-lo seis meses antes de começar a usar combustível nuclear como estipulado num acordo de 1974 entre a IAEA e o Irão⁶⁰. O assessor tinha ainda as localizações de Natanz e Arak assim como as atividades a ser conduzidas nas mesmas. Com os planos do Irão expostos tinha começado a crise diplomática e nuclear. Gholam Aghazadeh, então presidente da AEIOI, confirmou o que fora exposto mas reiterou que não existia obrigação legal de declarar qualquer tipo de instalações nucleares sem estarem operacionais⁶¹.

As operações que tentou manter secretas foram descobertas. O Irão viu-se forçado a cooperar com a IAEA e, em 2003, disponibilizou informações sobre o programa de enriquecimento de urânio e admitiu estar a tentar dominar o ciclo de combustível nuclear. O problema é que o enriquecimento de urânio em Natanz e a produção de plutónio em Arak podiam representar dois caminhos para a aquisição de armas nucleares devido à dualidade que a tecnologia nuclear oferece.

⁵⁹ Na altura assessor de imprensa do grupo *People's Mojahedin of Iran*, também conhecido por *Mojahedin-e-Khalq* (MEK; PMOI; MKO). É um grupo político iraniano cujo intuito é destituir a República Islâmica e criar um novo governo. Os EUA listaram este grupo como terrorista.

⁶⁰ *The Text of the Agreement between Iran and the Agency for the Application of Safeguards in Connection with the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons* (13.12.1974). Disponível em <https://www.iaea.org/sites/default/files/publications/documents/infcircs/1974/infcirc214.pdf> (consultado a 30.06.2015).

⁶¹ Declaração de Gholam Aghazadeh à IAEA a 16 de setembro de 2002. Disponível em <https://www.iaea.org/About/Policy/GC/GC46/Statements/iran.pdf> (consultado a 30.06.2015).

No relatório realizado a junho de 2003⁶² a IAEA constatou que o Irão falhou com as suas obrigações:

“Iran has failed to meet its obligations under its Safeguards Agreement with respect to the reporting of nuclear material, the subsequent processing and use of that material and the declaration of facilities where the material was stored and processed”. (IAEA GOV/2003/40).

O Irão começava a receber pressão da IAEA, que era pressionada pelo Ocidente, para receber os inspetores nas instalações. A crise nuclear tornou-se numa preocupação internacional pois havia indícios que o programa nuclear civil era uma justificação para um programa militar.

A agosto de 2003 a IAEA divulgou outro relatório⁶³ através do qual sintetizou as descobertas feitas sobre o programa: as centrifugadoras iranianas eram do modelo Khan P-1; os planos de enriquecimento através de centrifugadoras começaram a ser desenvolvidos em 1985; o Irão importou UF₆ da China em 1991; vestígios de HEU⁶⁴ foram descobertos em equipamentos; os inspetores da IAEA tiveram dificuldades de acesso a instalações nucleares por parte dos iranianos e, quando obtiveram, era claro que se tinha procedido à eliminação de quaisquer provas incriminatórias; havia vestígios de que houvera enriquecimento de urânio não declarado. Este relatório agravou a situação iraniana e os EUA exerceram pressão para que este assunto fosse abordado pelo Conselho de Segurança da ONU (P5+1) com o intuito de passar uma resolução que conseguisse limitar as capacidades nucleares do Irão. Os americanos sabiam que a resolução seria rejeitada pois o Irão tinha ligações com a China e a Rússia, ambos com lugar no Conselho de Segurança e com poder de veto. Existia ainda o problema que o Artigo 4º do NPT representava, o que criou tensões entre países nucleares e não-nucleares. Os Estados não nucleares reiteraram que o programa nuclear iraniano estava em conformidade com o artigo 4º e que os Estados nucleares estavam a violar o NPT ao tentarem impedir o Irão de exercer o direito de adquirir tecnologia nuclear. Impedir o Irão de

⁶² *Implementation of the NPT Safeguards Agreement in the Islamic Republic of Iran* - GOV/2003/40 (06.06.2013). Disponível em <https://www.iaea.org/sites/default/files/gov2003-40.pdf> (consultado a 30.06.2015).

⁶³ *Implementation of the NPT Safeguards Agreement in the Islamic Republic of Iran* – GOV/2003/63 (26.08.2003). Disponível em <https://www.iaea.org/sites/default/files/gov2003-63.pdf> (consultado a 30.06.2015).

⁶⁴ *Highly Enriched Uranium*.

exercer os direitos nucleares estipulados no NPT abria um precedente que poderia por em causa o tratado: se os Estados nucleares querem impedir o Irão de exercer os direitos ao abrigo do artigo 4º que garantia terão os restantes Estados não nucleares que não serão alvo do mesmo? Esta situação criou instabilidade entre os Estados não nucleares e nucleares o que tornava difícil qualquer ação contra o Irão.

O Irão entendeu as manobras do Ocidente e IAEA como ameaça à soberania e segurança nacional. Contudo, se saísse do NPT poderia corroborar as alegações americanas sobre armamento nuclear e perderia a legitimidade de exercer os direitos nucleares. As guerras que os EUA estavam a levar a cabo no Iraque e Afeganistão contribuíram para a insegurança do Irão pois os americanos tinham forças militares em países vizinhos. A solução parecia ser o aumento do orçamento na segurança e defesa do país e desenvolver um dissuasor nuclear. Para tal, tinha que evitar que a situação fosse discutida pelo Conselho de Segurança da ONU. A Rússia tinha aqui um papel fundamental pois a relação de interdependência entre os países significava que os russos teriam que usar o poder de veto caso fosse votada uma resolução contra o programa nuclear iraniano. Para a Rússia o Irão representava um fluxo financeiro importante, já o Irão tinha na Rússia o único parceiro nuclear e não tinha alternativa a não ser estimar essa cooperação.

A Europa não queria que o programa iraniano continuasse a aproximar-se de capacidade militar. Para iniciar negociações sobre o programa a União Europeia criou o EU-3⁶⁵. Este grupo estava pressionado pelos EUA a não aceitar nenhum acordo que permitisse continuar o enriquecimento de urânio, os americanos queriam todas as centrifugadoras paradas. O Irão não dera o aval para desativar todas as centrifugadoras e interromper o enriquecimento de urânio, o EU-3 procurou então obter garantias de que o programa nuclear manteria a finalidade pacífica, porém a única garantia possível seria parar o enriquecimento. Rowhani⁶⁶ aceitou a suspender os processos de enriquecimento de urânio enquanto as negociações estavam a decorrer, mostrando vontade em chegar a um acordo o que provaria que estava a oferecer uma resolução. Se as negociações não tivessem sucesso poderia alegar que se mostrou sempre disponível para resolver o conflito ao passo que as intransigências do Ocidente tornaram o acordo impossível.

⁶⁵ Grupo constituído pela França, Alemanha e Grã-Bretanha com o intuito de expandir as políticas da União Europeia. Este grupo foi desenvolvido para encetar negociações com o Irão sobre o programa nuclear.

⁶⁶ Hassan Rowhani é o atual presidente do Irão, foi eleito em 2013.

O povo iraniano estava contra o acordo com o EU-3 e não queria a suspensão do enriquecimento de urânio. O acordo alcançado com o EU-3⁶⁷ estipula que o Irão, para além do enriquecimento de urânio, suspenda a produção de plutónio, permita o acesso às instalações por inspetores da IAEA, reduza as reservas de urânio enriquecido e não continue o desenvolvimento do reator de água pesada pressurizada em Arak. Em troca, a UE propõem-se a reconhecer os direitos nucleares do Irão e discutir formas para desenvolver o programa dentro dos limites. O EU-3 conseguiu o principal: suspender o enriquecimento de urânio. O Irão acreditava que este era o passo para restabelecer ligações diplomáticas com o Ocidente. A crise tinha sido contida e tudo parecia estar no caminho para uma resolução diplomática. Porém o EU-3 não resolveu os problemas entre o Irão e os EUA e as tensões mantinham-se inalteráveis.

Como já acontecera, sempre que o Irão se comprometia o Ocidente tentava alargar o acordado. Com o acordo estabelecido com o EU-3 não foi diferente. A UE tentou alargar o prazo de suspensão de enriquecimento de urânio oferecendo incentivos económicos e tecnológicos em troca de uma suspensão permanente mas o Irão rejeitou. Os EUA continuavam a exercer pressão para levar o assunto ao Conselho de Segurança e passar uma resolução que impedisse o Irão de infringir as restrições impostas.

A suspensão do enriquecimento de urânio não constituía um atraso significativo para o programa nuclear. O Irão acordou suspender a parte que já dominava e continuou a consolidar as restantes etapas e instalações nucleares. Ao aceitar a suspensão a pressão ocidental diminuiu permitindo aperfeiçoar partes do programa mais deficitárias. Para o Irão era inconcebível parar o progresso nuclear e a única solução seria um acordo mútuo que satisfizesse ambas as partes.

A 15 de novembro de 2004 foi assinado o Acordo de Paris⁶⁸. Neste acordo o Irão reafirmou que não iria adquirir armas nucleares, comprometeu-se com total colaboração e transparência com a IAEA e aceitou prolongar a suspensão de todas as atividades relativas ao enriquecimento de urânio. Em contrapartida, o EU-3 comprometeu-se em iniciar novas negociações com vista a um acordo de longo termo aceitável para ambas as partes. O Irão reiterava, mais uma vez, que o programa tinha usos pacíficos. Tal como acontecera em acordos anteriores, o Acordo de Paris iria acabar por provocar novos conflitos. Como o objetivo

⁶⁷ Disponível em http://eeas.europa.eu/statements/docs/2013/131219_02_en.pdf (consultado a 30.06.2015).

⁶⁸ *Paris Agreement*. Disponível em <http://www.isisnucleariran.org/assets/pdf/infcirc637.pdf> (consultado a 30.06.2015).

era a proibição de todas as ações relativas ao enriquecimento de urânio o acordo era um meio de manter a suspensão e dar tempo ao Ocidente para desenvolver uma forma de a tornar permanente. Sempre que o Irão se comprometia a intransigência da Europa e dos EUA levavam a conflitos. Isto resultou no aumento da insegurança e desconfiança em relação ao Ocidente. Para que a crise nuclear fosse resolvida era necessário solucionar os diferendos entre o Irão e o Ocidente. Só assim se chegaria a um entendimento sobre a crise nuclear.

Caso o Irão conseguisse adquirir armas nucleares a balança de poder internacional mudaria o que iria ter efeitos negativos na posição do Ocidente, e dos seus aliados no mundo árabe, na Ordem Mundial. O segundo mandato de Bush à frente da presidência dos EUA marcou o início de uma abordagem mais rígida: ou o Irão cooperava ou seria alvo de sanções económicas e intervenção militar se necessário. As negociações com o EU-3 não estavam a progredir devido à intransigência do Irão no direito de enriquecer urânio e à intransigência da Europa em deixar fazê-lo. Os europeus continuaram determinados em suspender definitivamente o programa de enriquecimento e os EUA estavam preparados para se juntarem à Europa nas negociações contando que o programa de enriquecimento cessasse.

Em 2005, Mahmoud Ahmadinejad⁶⁹ foi eleito presidente e a postura face ao Ocidente iria sofrer alterações. Cansado de ser enganado, o sentimento que imperava após os dois acordos com o EU-3, os iranianos ficavam cada vez mais desconfiados das intenções do Ocidente. Ahmadinejad iria refletir a postura internacional na defesa do programa nuclear. A posição do presidente era para o programa nuclear avançar. A suspensão de enriquecimento já durava há cerca de dois anos e ainda não se tinha chegado a acordo, era evidente que a Europa e os EUA estavam a dificultar um acordo para que a suspensão de enriquecimento continuasse. Com o Irão já saturado de todo este processo as negociações chegaram a um ponto de rutura quando foi anunciado que o processo de enriquecimento seria reativado. Com a nova presidência no controlo, o Irão não voltaria a assumir uma posição que comprometesse o programa nuclear. Com esta medida o Acordo de Paris ficava sem efeito. O Irão havia suspenso o programa de enriquecimento por dois anos e não havia recebido nada em troca ao contrário do que fora estipulado.

Nem tudo foi negativo durante a suspensão. Os iranianos aproveitaram para aprimorar outras componentes do programa que se encontravam em fases embrionárias ou limitadas e trabalharam para as desenvolver. Quando recomeçou o enriquecimento de urânio o pro-

⁶⁹ Sexto Presidente do Irão. Cumpriu o mandato entre 2005 e 2013.

grama desenvolveu-se rapidamente. A realidade nuclear obrigava, do ponto de vista de Ahmadinejad, o Ocidente a levar as suas capacidades em conta e tornava a decisão entre enriquecer urânio para fins civis, enriquecer a 3,5%, ou militares, enriquecer de 80% para cima, política pois existia conhecimento e tecnologia para tal e estava perto de dominar o ciclo de combustível nuclear.

O rumo à modernidade levaria agora um caminho diferente. O objetivo passava por compreender os valores ocidentais e apropriar-se das capacidades tecnológicas para uso próprio. Era assim que via o caminho rumo a modernidade, mas preservando a identidade islâmica e iraniana e forçando a comunidade internacional a aceitá-lo. A política externa iraniana seria suportada pela ideologia anti Ocidente de Khomeini e seria a base da postura nas negociações.

A intransigência do governo de Ahmadinejad levou a maior pressão da Europa e dos EUA para levar o caso ao Conselho de Segurança. O objetivo era aprovar uma resolução apoiada no capítulo 7⁷⁰ da Carta da ONU pois o Ocidente entendia que a intransigência e falta de cooperação do Irão representavam uma ameaça à paz e segurança internacional. Ainda ao abrigo do capítulo 7, a Resolução poderia justificar uma intervenção militar caso necessário algo que já aconteceu com a invasão do Iraque o que criava um precedente. Em janeiro de 2006, no âmbito das pressões da Europa e dos EUA, foi criado o P5+1⁷¹ com o intuito de impedir o Irão de se tornar num Estado nuclear.

Entretanto, ainda em 2006, o Irão anunciou ter conseguido enriquecer urânio a 3,5%, o nível necessário para o combustível alimentar os reatores. Este avanço representava maiores preocupações pois a energia necessária para enriquecer urânio de 0,7%, o nível natural, para 3,5% representa 80% da energia necessária para conseguir enriquecer urânio a 80% valor que corresponde à utilização em armas nucleares.

Como consequência começou um novo capítulo no conflito diplomático Ocidente-Irão: as sanções. O objetivo era introduzir sanções que resultassem no regresso à mesa de negociações para chegar a um acordo sobre o programa nuclear. Esta medida não tinha total

⁷⁰ Carta das Nações Unidas, Capítulo 7, Artigo 39º: *“The Security Council shall determine the existence of any threat to the peace, breach of the peace, or act of aggression and shall make recommendations, or decide what measures shall be taken in accordance with Articles 41 and 42, to maintain or restore international peace and security.”* Disponível em <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf> (consultado a 01.07.2015).

⁷¹ Incluía os cinco Estados permanentes Conselho de Segurança da ONU (EUA, Rússia, China, Grã-Bretanha e França) mais a Alemanha.

apoio da China nem da Rússia, parceiros económicos do Irão. O P5+1 começava a contribuir para conter o Irão. A 23 de dezembro de 2006 o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1737⁷² que estipulava que todos os membros da ONU tinham que parar o abastecimento, a venda ou transferência de todos os materiais, equipamentos bens e tecnologia de uso civil e militar para o Irão. A resolução impunha ainda restrições a viagens de determinados políticos do governo e ditava o início de sanções económicas. Caso o Irão não suspendesse as atividades relacionadas com o enriquecimento de urânio seriam consideradas sanções adicionais. Esta resolução criou surpresa ao Irão que percebeu que nem a Rússia nem a China seriam suficientes para continuar a manter o programa nuclear intocável. Ainda assim, as sanções impostas pelo P5+1 não foram suficientes para conter o programa e tiveram o efeito contrário.

O Irão continuou o desenvolvimento do enriquecimento de urânio. Como a primeira resolução não provocou efeitos, o Conselho de Segurança adotou, a 24 de março de 2007, a Resolução 1747⁷³ que impunha novas sanções aos programas nuclear e de mísseis balísticos. A 4 de março de 2008 o P5+1 aprovou, através da Resolução 1803⁷⁴, a terceira ronda de sanções. Esta resolução compreendia a extensão da proibição de viajar internacionalmente a empresas envolvidas no programa nuclear, baniu a venda de tecnologia nuclear que tivesse duplo uso, pediu aos restantes membros que cortassem o apoio financeiro a quaisquer empresas que fizessem negócios com o Irão e pôs dois bancos sobre vigilância.

Os EUA aprovaram sanções unilaterais fora do Conselho de Segurança e sem interferência da Rússia e da China que iriam ter impactos mais fortes na economia do Irão. As sanções americanas visavam as atividades comerciais da Guarda Revolucionária Iraniana⁷⁵ e os bancos. A UE também aplicou sanções unilaterais de ativos do *Bank Melli* e estendeu as restrições de vistos a pessoas relacionadas com o programa nuclear. As sanções começavam a afetar a economia do Irão. Os EUA continuaram a aplicar sanções unilaterais que agravaram o impacto negativo na economia, no crescimento e nas importações e exportações. Em-

⁷² Resolução 1737 - S/RES/1737 (2006). Disponível em https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1737-2006.pdf (consultado a 01.07.2015).

⁷³ Resolução 1747 – S/RES/1747 (2007). Disponível em https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1737-2006.pdf (consultado a 01.07.2015).

⁷⁴ Resolução 1803 – S/RES/1803 (2008). Disponível em <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/1803.pdf> (consultado a 01.07.2015).

⁷⁵ Formalmente conhecido por *Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica* é uma divisão das forças armadas iranianas criada após a Revolução Islâmica de 1979.

bora as sanções tivessem produzido o impacto económico desejado, o impacto político ficava aquém das expectativas. As sanções falharam em parar ou mesmo atrasar o programa nuclear e Ahmadinejad usou o sentimento de revolta da população com as sanções para reforçar a importância que o programa nuclear tinha para a independência e sobrevivência. O Irão entendia as sanções como a continuação da opressão ocidental.

“The nuclear crisis was, as ever, a battleground of competing narratives: on the one hand, of fanatical, rogue Iran determined to bring nuclear Armageddon; on the other, of the perfidious, imperialist West determined to hold back an Islamic nation and block its just advancement”. (PATRIKARAKOS, 2012, p.237). Era desta forma que o Irão via o Ocidente e vice-versa. Ao fim de anos de conflito diplomático tanto o Irão como o Ocidente continuavam com a mesma abordagem ideológica o que contribuiu para que a crise nuclear atingisse as proporções que atingiu.

O Irão tentou aliviar a pressão e o peso das sanções afirmando que estava disposto para cooperação. Em agosto de 2007 assinou um acordo com a IAEA⁷⁶ que visava abordar os problemas existentes no programa e resolver os aspetos que tinham sido alvo de discórdia internacional demonstrando que não tinha operações secretas para tentar acabar com as suspeitas.

Contudo este acordo não apaziguou a apreensão do Ocidente e dos seus aliados em relação ao programa nuclear. Era evidente que as sanções não estavam a surtir efeito no programa e começava-se a exercer pressão para se levarem a cabo ações militares contra instalações nucleares no Irão. Entre os Estados que mais pressão exerceram para que se tomasse uma ação militar estava Israel. O governo israelita entendia o programa nuclear iraniano como uma ameaça à sua estabilidade e existência, sendo que a eleição de Ahmadinejad só contribuiu para o aumento dessa insegurança. Israel queria que as sanções contra o Irão fossem mais severas de modo a isolar o país totalmente e que fossem tomadas ações militares contra instalações nucleares. Contudo o contexto logístico diferia daquele do Iraque em 1981 quando Israel bombardeou o reator nuclear de Osirak. O programa nuclear iraniano compreendia localizações dispersadas pelo país e algumas encontravam-se localizadas abaixo do solo o que dificultava o sucesso de uma ofensiva aérea.

⁷⁶ Intitulado *Understandings of The Islamic Republic of Iran and the IAEA on the Modalities of Resolution of the Outstanding Issues* – INFCIRC/711 – (27.08.2007). Disponível em <https://www.iaea.org/sites/default/files/publications/documents/infcircs/2007/infcirc711.pdf> (consultado a 01.07.2015).

Com a eleição de Barack Obama para a presidência dos EUA em 2009 o modo de ver o programa nuclear iraniano era semelhante a diferença seria a abordagem. Os EUA estavam preocupados que a capacidade de proliferação nuclear naquela região pudesse desencadear uma corrida às armas o que aumentaria a instabilidade. A opção militar era impossível pois os EUA já estavam em duas guerras, com custos económicos elevados, e não poderiam iniciar uma terceira.

Reestabelecer relações entre os EUA e o Irão iria ser uma tarefa árdua sem o apoio do governo iraniano. Para o Líder Supremo do Irão não havia qualquer motivo para reestabelecer relações diplomáticas com os EUA ou a Europa. O exemplo dos acordos com o EU-3 ainda estavam vivos na memória iraniana. Também em 2009 Ahmadinejad foi eleito para um segundo mandato embora os resultados das eleições tenham sido contestados pela população pois acreditavam que estavam viciados. A continuidade de Ahmadinejad, assim como a intransigência ideológica de Khamenei, significava que o Irão preservava a postura face ao Ocidente e ao programa nuclear. Já em Israel, Benjamin Netanyahu fora eleito, em abril de 2009, Primeiro-ministro de Israel e procurou aumentar a pressão junto dos EUA para que fossem tomadas as medidas necessárias.

Em outubro de 2009 tiveram início uma nova ronda de negociações entre o Irão e o P5+1 em Genebra. O Irão voltou a ceder e, apesar de não ter aceitado parar o enriquecimento de urânio em troca do cancelamento das sanções, comprometeu-se a enviar 75% do seu LEU⁷⁷ para a Rússia até ao final de 2009. Em troca receberia combustível nuclear. Como os iranianos desconfiavam da palavra do Ocidente foi sugerido que o Irão enviaria o seu LEU assim que o combustível fosse entregue. Caso o combustível não fosse entregue iria continuar a desenvolver o ciclo de combustível nuclear autonomamente. Em fevereiro de 2010 não existia qualquer acordo e o Irão continuou o programa de enriquecimento. Pouco tempo depois de anunciar a continuação o Irão comunicou à IAEA que tinha conseguido atingir níveis de enriquecimento de urânio a rondar os 20%:

“On 14 February 2010 (...) Iran had already begun to feed the low enriched UF₆ into one cascade at PFEP the previous evening. They were also told that it was expected that the facility would begin to produce up to 20% enriched UF₆ within a few days⁷⁸”. (IAEA GOV/2010/10, p.3).

⁷⁷ Low-Enriched Uranium.

⁷⁸ Implementation of the NPT Safeguards Agreement and relevant provisions of Security Council resolutions 1737 (2006), 1747 (2007), 1803 (2008) and 1835 (2008) in the Islamic Republic of Iran – GOV/2010/10

Os avanços nucleares só contribuía para o crescimento da insegurança do Ocidente. Enriquecer urânio a 20% compreendia 90% da capacidade requerida para poder enriquecer HEU até 93% valor correspondente ao ideal para produção de armas nucleares. Isto demonstrava que o Irão estava próximo de conseguir produzir bombas nucleares, ficava tudo dependente de decisões políticas e não de limitações tecnológicas. A estratégia passava por demonstrar quão poderosos e independentes eram ao mesmo tempo que mantinham em aberto disponibilidade para chegar a um acordo. Esta tomada de posição acontecia sempre que o Irão se sentia inseguro com as negociações com o Ocidente, era uma forma de colocar pressão nas negociações e mostrar que não aceitaria um acordo em que tivesse que abdicar do programa nuclear. O Irão estava determinado a continuar o programa e até mesmo a acelerar o processo de enriquecimento de urânio. A mensagem política era evidente: o Irão é um Estado soberano e independente e não será sujeito a pressões externas. Em abril de 2010 o Presidente Ahmadinejad anunciou a aquisição de centrifugadoras de terceira geração, mais modernas, com capacidade de enriquecer urânio muito mais rápido que as centrifugadoras de primeira geração, as P-1⁷⁹. Apesar de todos estes avanços, o Irão estava a passar por dificuldades económicas e políticas devido às sanções impostas pelo P5+1 e pelos EUA e UE.

A falta de acordo entre o P5+1 e o Irão, aliado ao desenvolvimento nuclear, levou à imposição de uma quarta ronda de sanções. Em junho de 2010 o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1929⁸⁰ que endurecia as restrições económicas impostas pelas resoluções anteriores e expandia o embargo de armas. A nível da comercialização de petróleo não existia a imposição de qualquer embargo ou restrição. Os EUA instituíram novas sanções unilaterais que visavam o corte nas importações de produtos derivados de petróleo, como a gasolina e combustível para a aviação, e limitava o acesso ao sistema internacional bancário. Com as sanções unilaterais os EUA podiam atacar os pontos mais débeis sem que a Rússia e a China condicionassem a sua aplicação como o faziam no P5+1.

(2010). Disponível em <http://www.iranfactfile.org/wp-content/uploads/2014/02/gov2010-10.pdf> (consultado a 01.07.2015).

⁷⁹ *Nuclear Head says Iran Build Third Generation Centrifuge*, BBC News (09.04.2010). Disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/8611864.stm (consultado a 01.07.2015).

⁸⁰ Resolução 1929 – S/RES/1929 (2010). Disponível em https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1929-2010.pdf (consultado a 01.07.2010).

1.6 O fim da diplomacia

Durante finais de 2009 e inícios de 2010 foi detetado um *malware* no sistema informático de Natanz que afetava as rotações das centrifugadoras provocando a sua destruição. O vírus, que mais tarde viria a ser conhecido por *Stuxnet*⁸¹, atuava sobre as centrifugadoras fazendo-as aumentar a velocidade de rotação até ficarem danificadas e conseguia dissimular os danos para que o sistema de segurança não lançasse qualquer alerta. Embora o vírus tenha falhado em destruir todas as centrifugadoras em Natanz, conseguiu provocar danos irreversíveis em cerca de 1000 centrifugadoras o que provocou um atraso no processo de enriquecimento. O Irão suspeitava que o vírus era da autoria dos EUA pois era o único país com capacidade para criar e implementar um ataque tão sofisticado. Ainda assim o programa continuou e a postura face ao Ocidente deteriorou-se.

Contudo, o Irão estava longe de ser um país estável. A dúbia reeleição de Ahmadinejad em 2009, as sanções do P5+1 e as aplicadas pelos EUA e UE afetaram as vendas de petróleo, as exportações, o sector económico e atividades relacionadas com o comércio internacional.

O *Stuxnet* demonstrou que o uso de meios alternativos era uma opção válida para gorar o progresso nuclear.

Quem optou pelo uso de alternativas foi Israel através de assassinatos de cientistas nucleares iranianos⁸². Israel procurava alternativas à realização de ataques aéreos, devido aos problemas logísticos que compreendiam. Através do assassinato de pessoas ligadas ao programa nuclear, demonstrava que uma maneira de conter o programa era atacar aqueles que estavam envolvidos nele.

Em novembro de 2011 ocorreu uma forte explosão na base de mísseis de Alghadir⁸³ que resultou na morte de membros da Guarda Revolucionária Iraniana. Este incidente acon-

⁸¹ *Iran's Natanz nuclear facility recovered quickly from Stuxnet cyberattack*, Washington Post Foreign Service (16.02.2011). Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2011/02/15/AR2011021505395.html?sid=ST2011021404206> (consultado a 02.07.2015).

⁸² *U.S. pushing Israel to stop assassinating Iranian nuclear scientists*, CBS News (01.03.2014). Disponível em <http://www.cbsnews.com/news/us-pushing-israel-to-stop-assassinating-iranian-nuclear-scientists/> (consultado a 02.07.2015).

⁸³ *Iranian missile architect dies in blast. But was explosion a Mossad mission?*, The Guardian (14.11.2011). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2011/nov/14/iran-missile-death-mossad-mission> (consultado a 02.07.2015).

teceu poucos dias após a IAEA relatar que o Irão tinha realizado operações nucleares de foro militar num dos seus mísseis. Apesar de tudo, o Irão continuava a progredir. O reator de Bushehr ficou concluído e operacional ainda em 2011, 37 anos após o início da sua construção em 1974, e começou a contribuir para a rede nacional elétrica no mesmo ano. Pouco tempo depois as instalações de Bushehr voltaram a ser fechadas para realização de testes.

A UE lançou um embargo ao petróleo iraniano, parou todas as importações⁸⁴ e congelou os bens do banco central iraniano. Em contrapartida, o Irão ameaçou fechar o Estreito de Hormuz através do qual 20% do comércio petrolífero mundial transita. A escalada de tensão continuava e o Irão procurava uma forma de retribuir as sanções e ataques.

Os EUA adotaram uma estratégia que visava o sector energético, que constituía cerca de 80% dos rendimentos, e o isolamento do sistema financeiro internacional. As sanções contra bancos tornavam difíceis as negociações em dólares. Os EUA exerceram influência sobre os parceiros asiáticos do Irão, como a Coreia do Sul e a Índia, para cortar as importações de petróleo ao mesmo tempo que persuadiram os Emirados Árabes e a Arábia Saudita a aumentar as suas produções. Foram impostas sanções contra a *Iran Air* e a *Tidewater Middle East Co* o que agudizou a situação económica e pôs a economia em perigo de estagnar.

O objetivo destas sanções era forçar um acordo que conseguisse estagnar o processo de enriquecimento de urânio e outras atividades que pudessem ter uso militar. O Irão voltou às negociações com o P5+1 pois, em caso de acordo, as sanções seriam eliminadas. A base legal para justificar os avanços do programa continuava a ser o artigo 4º do NPT e esse pretexto construía a defesa de quem acusava o país de ser uma ameaça à estabilidade e paz internacional. Contudo o contexto das negociações seria agora diferente das anteriores pois as sanções do P5+1, dos EUA e da Europa estavam a provocar danos na economia iraniana e não havia a necessidade de oferecer nada ao Irão. O Irão enfrentava um dilema, ou se comprometia em chegar a um acordo ou teria de continuar a suportar as sanções e futuras sanções seriam incrementadas. Em meados de 2012 o programa nuclear continuava nos mesmos trâmites e a apreensão no Ocidente e no Médio Oriente aumentava. O Irão continuava desafiador e recusava-se a assumir uma posição submissa face às ameaças externas, apesar de todas as sanções e das divisões internas crescentes o programa continuou. Isto demonstra que toda a pressão diplomática aplicada tinha sido insuficiente. Continuava a ser a componente política, e não tecnológica, que ditaria uma vertente militar do programa nuclear.

⁸⁴ *EU sanctions on Iran come into force*, Foreign & Commonwealth Office (02.07.2012). Disponível em <https://www.gov.uk/government/news/eu-sanctions-on-iran-come-into-force> (consultado a 02.07.2015).

É necessário compreender o enquadramento estratégico que o programa nuclear tem em termos energéticos, económicos, culturais e o contributo que dá para a sua estabilidade, autonomia e soberania. O programa nuclear representa o caminho rumo à modernidade e à obtenção de estatuto internacional. O Irão é um país cientificamente mais avançado com o programa nuclear do que sem ele. Ainda assim teve que suportar adversidades para se tornar mais autónomo: as sanções e o isolamento internacional revelaram-se fatais para o desenvolvimento do país. Passados mais de 30 anos desde o início do programa, o Irão ainda não conseguiu a independência. O país atual encontra-se isolado, a braços com uma crise económica derivada das sanções, corre o risco de ser alvo de um ataque de Israel e dos EUA e a confiança depositada na China e na Rússia para o manter integrado na comunidade internacional revelou-se ineficaz. O isolamento internacional fez com que a Rússia fosse o único parceiro disponível para negociar. Apesar de tudo continua o desenvolvimento pois adquirir energia nuclear é uma forma de atingir independência, estabilidade e autonomia.

“In the eyes of Iranians of whatever political persuasion, the country’s large size, its locations and its energy resources would always make it a target for others. This needed to be resisted; and if Iran was strong it would also be proud.” (PATRIKARAKOS, 2012, p. 68). O Irão tem motivos para construir bombas nucleares. A República Islâmica nasceu em conflito com a revolução de 1979 e a Crise de Reféns. A guerra contra o Iraque deu uma perspetiva única do efeito das armas de destruição maciça e provou a Khomeini que o caminho para um Irão estável era a autossuficiência. A rivalidade com os EUA representa outro motivo: a Crise de Reféns provocou cortes nas relações diplomáticas entre os dois países e os EUA não escondem o desejo de mudar o regime no Irão o que aumenta o sentimento de insegurança.

Caso o Irão chegue a obter armamento nuclear haverá consequências para a Ordem Mundial. Mesmo que tenha só a capacidade de as produzir sem materializar a sua aplicação já é motivo de preocupação. As repercussões afetarão os iranianos, a balança de poder do Médio Oriente, a Ordem Mundial e poderá resultar numa corrida à proliferação nuclear por parte de outros países na região. O Irão já tem a capacidade tecnológica para enriquecer urânio a 93% só ainda não o fez devido a questões políticas. A vontade política é fundamental tanto para o rumo do programa como para a resolução do conflito diplomático. Caso sejam adquiridas armas nucleares, irá ganhar um dissuasor contra ameaças externas, prestígio internacional na Ordem Mundial e vantagem política importante para manter o estatuto do país. O Irão entende os tratados internacionais, como o NPT, como uma forma de criar divi-

sões discriminatórias internacionalmente que reflete a ideologia Ocidental sobre limitar os Estados não nucleares para preservar o monopólio nuclear.

O programa representa a entrada na Ordem Mundial contemporânea e contribui para a atual desordem. No tempo do Shah o programa nuclear servia para imitar o Ocidente. A República Islâmica rejeitou o programa por questões ideológicas, mas acabou por o reiniciar quando se encontrou sob ameaça como uma forma de colocar o país no mundo moderno mas de acordo com a sua ideologia e não pelas linhas traçadas pelo Ocidente.

2. Uma Ordem Islâmica Centrada no Irão? O Irão como Força Crescente no Médio Oriente

“The nuclear programme is the ultimate expression of modern Iran (...) is the ultimate expression of its desire for acceptance (but on its own terms) that is pursued through the one means that will ensure it remains a pariah.” (PATRIKARAKOS, 2012, p. 289 – 291).

O Irão é um dos países que compõem a balança de poder no Médio Oriente e contribuiu para a sua estabilidade, embora seja uma região volátil. A Ordem Mundial é interpretada pelo Irão de forma binária: existem os Estados muçulmanos e não muçulmanos. O mundo islâmico permanece em confronto ideológico com a restante comunidade internacional. Os valores intrínsecos do Islão, pelos quais o Irão tece a abordagem política, vão contra os valores da Ordem Mundial contemporânea. Partindo de um ponto estritamente religioso o Estado não pode formar a base do sistema internacional pois os Estados são considerados ilegítimos, a política é vista como um afastamento da fé religiosa. Uma versão Islâmica da Ordem Mundial assentaria numa visão revolucionária e herética da religião, dado que o Irão se apresenta como um pilar fundamental do xiismo, e não no que é necessário para criar estabilidade internacional.

A crise nuclear, como o conflito diplomático, resulta de duas conceções diferentes da Ordem Mundial. Por um lado estão os Estados que constroem a Ordem Mundial com os princípios de soberania e independência adquiridos em Vestefália. Do outro lado estão Estados, como o Irão e a grande maioria dos países do Médio Oriente assim como os grupos radicais, que atribuem um valor secundário à Ordem Mundial por esta não representar as regras Islâmicas. O problema neste contexto é conseguir construir um sistema de coexistência entre dois conceitos distintos da Ordem Mundial.

A coesão do Médio Oriente é precária e volátil. A região sempre foi afetada por divisões étnicas e religiosas. Quando não existe estabilidade a balança de poder desequilibra-se e a Ordem Mundial desintegra-se. O papel do Irão no Médio Oriente é fundamental para esse equilíbrio. A questão de ter uma vizinhança hostil, em especial Israel e a Arábia Saudita, contribui para o sentimento de insegurança e para a necessidade de encontrar um método para dissuadir ameaças externas.

Até 1979 o Irão fora um país integrado na Ordem Mundial, mas a chegada ao poder de Khomeini alterou o equilíbrio regional e da Ordem Mundial. A doutrina implementada pela revolução de 1979 marcava o regresso a um período anterior à Paz de Vestefália, no tempo das guerras religiosas. A Ordem Mundial representava, para Khomeini, um método para homogeneizar um sistema imperialista disseminado pelo Ocidente com vontade de impor a democracia em todo o mundo. Todas as instituições políticas contemporâneas foram vistas como ilegítimas pois não tinham como fundamento o Islão. As relações entre Estados deveriam ser assentadas em laços culturais e não políticos. O objetivo de Khomeini era a substituição de todos os governos do mundo muçulmano por um único governo islâmico, de certa forma, semelhante ao que a Al-Qaeda e o Estado Islâmico ambicionam. A ideologia de Khomeini criou um Estado incompatível com a Ordem Mundial contemporânea. O governo iraniano adquiriu uma propensão divina, relegando a componente política para segundo plano, e a oposição passou a ser categorizada como blasfema.

O Irão desenvolveu a própria Ordem Mundial assentada na ideologia e rejeitando todos os sistemas de governação que não o próprio. Esta fragmentação contribuiu para a desordem atual pois o Irão procura construir a própria ordem e sobrepô-la à existente. O facto de se intitular por República Islâmica denota uma entidade cuja autoridade não está limitada por quaisquer fronteiras. Já a estrutura governativa, em especial o cargo de Líder Supremo, engloba um estatuto de autoridade global.

Apesar de continuar a ter relações diplomáticas com outros países, o Irão fornece apoio a grupos extremistas reivindicativos, como o Hezbollah e o Hamas, cujo intuito é estabelecer uma Ordem Mundial Islâmica no Médio Oriente. A cooperação entre o Ocidente e o Irão tem sido frágil o que demonstra que o país continua a querer ganhar preponderância através da criação de um modelo de Ordem Mundial alternativo. Tanto os EUA como as democracias europeias devem procurar estabelecer relações de cooperação com o Irão para impedir que o país se distancie da Ordem Mundial e para que chegue ao fim o conflito diplomático. A solução não passa por projetar os conceitos de Ordem Mundial Ocidental no Irão, mas sim

compreender a história iraniana e perceber a sua postura internacional atual para chegar a um acordo.

Neste momento, o Médio Oriente está a sofrer uma mudança no paradigma militar que vai redefinir o equilíbrio da região causada pelos progressos do programa nuclear. A nova balança de poder regional é pautada pelo avanço científico de um Estado. A proliferação nuclear no Irão vai afetar o equilíbrio regional assim como a Ordem Mundial e poderá resultar na escalada de tensões. O Irão representa o fator de maior influência para o futuro da região. Tendo em conta que uma das consequências poderá ser uma corrida às armas nucleares no Médio Oriente e os efeitos que uma guerra nuclear terá internacionalmente é evidente que o P5+1 procure obter um acordo.

À medida que a proliferação nuclear se vai dispersando, o equilíbrio vai-se perdendo e mais países obtêm um dissuasor contra influência externa. As resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, as sanções unilaterais por parte dos EUA e da Europa e os relatórios da IAEA demonstram que o programa iraniano é uma ameaça iminente à estabilidade internacional e tem que ser detido seja pela aplicação de vírus informáticos, como o *Stuxnet*, ou por outras vias como Israel optou. O Irão tem ignorado as resoluções da ONU e as sanções e continuado a construir centrifugadoras para enriquecimento de urânio e plutónio, as ações que levam à obtenção de armamento nuclear. A posição dos EUA tem mudado conforme o programa nuclear iraniano vai conquistando novas etapas: em 2004 os EUA exigiram que parasse todas as atividades relacionadas com o processo de enriquecimento; no ano seguinte admitiram que poderia enriquecer urânio mais a níveis baixos, LEU, inferiores a 20%; em 2009 propôs que exportasse a maioria do seu LEU para a Rússia e França; em 2013 outra proposta permitia preservar parte do urânio enriquecido a 20% para exercer pesquisa caso suspendesse a produção de urânio enriquecido nas instalações de Fordow. Apesar de as propostas se tornarem mais permissivas, o Irão continuou sempre o mesmo caminho e não foi dissuadido.

O impasse nas negociações deve-se à postura tanto do Ocidente como do Irão. O Ocidente acreditava que a ameaça de uma intervenção militar seria suficiente para evitar a proliferação nuclear iraniana. Por sua vez, o Irão entendia que tinha o direito de continuar o programa e não seria submetido a pressões externas para o parar pois o desenvolvimento significa o crescimento do país na Ordem Mundial e a sua independência do Ocidente. Enquanto o Ocidente estava indeciso entre a validade de uma ação militar ao invés de uma abordagem diplomática o Irão entendia a questão nuclear como um luta de preponderância regional e de

supremacia ideológica. O Irão nunca irá abdicar do programa nuclear, tendo em conta os avanços conseguidos nas últimas décadas. A sua posição poderá relaxar para aliviar as tensões o suficiente para que as sanções comecem a ser retiradas. O objetivo passará por preservar uma parte substancial da estrutura nuclear e a liberdade de dar ao programa o rumo que quiser. A consequência desta intransigência diplomática serviu mais ao Irão pois tem contribuído para a aceitação do programa. A resistência contra sanções conferiu-lhe prestígio, novas formas de intimidação e capacidade de atuar eficazmente contra ameaças externas.

A abordagem à Ordem Mundial tem variado. O país transitou de uma *jihad*, para um império que se colocava como o núcleo do mundo civilizado, para a República Islâmica de Khomeini. Todas estas transformações denotaram uma interpretação contrária à Ordem Mundial. Dado o contexto atual é difícil conjugar duas concepções tão divergentes da Ordem Mundial mas é necessário que se faça a bem do equilíbrio. Se se pusesse de parte essa postura seria um passo no restabelecimento de relações com o Ocidente. O papel do Ocidente será importante para determinar se o Irão continua com a postura revolucionária e antiocidental ou muda a posição. O facto de a ordem contemporânea estar desorganizada pode dificultar essa aproximação até porque o Irão não abdicará de um papel protagonista na balança de poder internacional e o registo cultural é demasiado forte para abdicar de tudo aquilo que constitui a herança civilizacional. A estabilidade do Médio Oriente tem sido pautada pelo progresso do programa nuclear iraniano. Para que se atinja um acordo o Ocidente necessita ter uma política mais ativa nas negociações, o Irão tem que mudar a visão unilateralista de Ordem Mundial e os líderes mundiais de todos os países envolvidos nas negociações, incluindo Khamenei, têm que procurar um entendimento que permita a estabilidade internacional e previna o desequilíbrio da Ordem Mundial contemporânea.

A proliferação nuclear no Irão representa uma componente da complexificação dos conflitos: o perigo de uma guerra nuclear; o conflito diplomático sob a forma de sanções e cortes institucionais; e a disseminação de influência através de *proxies*. Tem influência na Ordem Mundial pois o Irão apresenta-se como uma das maiores potências do Médio Oriente com capacidade de influenciar a estabilidade regional. Caso se torne um país nuclear a Ordem Mundial ficará perto de um conflito nuclear e a obtenção de um equilíbrio internacional será complicado.

3. O Nascimento de um Estado Nuclear – Consequências da Proliferação Nuclear Iraniana na Ordem Mundial e nos Conflitos

“Every age has its leitmotif, a set of beliefs that explains the universe (...). In the medieval period, it was religion; in the Enlightenment, it was Reason; in the nineteenth and twentieth centuries, it was nationalism combined with a view of history as a motivating force. Science and technology are the governing concepts of our age”. (KISSINGER, 2014, p.330).

A crise nuclear e diplomática entre o Irão e o Ocidente é um assunto que afeta toda a Ordem Mundial e a evolução dos conflitos. A Ordem Mundial contemporânea é definida por um conjunto de valores mais complexos do que no século XVII. Os conflitos também se modificaram, deixaram de ser meras batalhas territoriais e pautam-se agora por questões económicas, tecnológicas, científicas e identitárias. A evolução científica e tecnológica, aliada à globalização, teve um peso decisivo no percurso da Ordem Mundial e dos conflitos que transcende os limites territoriais e culturais. A tecnologia fez com que o mundo se tornasse numa aldeia global graças à possibilidade de comunicação instantânea. A capacidade de armazenamento de grandes quantidades de informação permitiu aos Estados prepararem-se contra ameaças e terem capacidade de resposta rápida e eficaz.

A proliferação nuclear trouxe um desequilíbrio nas capacidades tecnológicas e militares entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A tecnologia aplicada à criação de novas armas tornou-se parte da realidade contemporânea e tem influência na aplicação da política externa e doméstica. A criação de armas de destruição maciça poderá resultar na criação de uma Ordem Mundial sem equilíbrio e sem fronteiras. As implicações dos avanços tecnológicos estão a contribuir para a Desordem Mundial atual e o programa de proliferação nuclear iraniano é um exemplo de como o avanço tecnológico abriu uma oportunidade para o país assumir uma posição mais preponderante na comunidade internacional o que contribui para o desequilíbrio da balança de poder e para a desordem presente.

O desenvolvimento tecnológico permitiu a criação e progresso dos conflitos e acabou por os limitar. Este avanço é responsável pela apreensão em usar a via militar como forma de resolução de diferendos, pois criou formas mais devastadoras de destruição. Os efeitos

das guerras eram menos considerados que os objetivos. A era nuclear veio mudar a forma de avaliar um conflito, agora os efeitos de um conflito nuclear são tidos em consideração.

A estabilidade da Ordem Mundial depende do uso ou não de armas nucleares porque as consequências implicariam uma redefinição do mapa internacional. É por se ter em conta o efeito das armas nucleares que a maioria dos conflitos são resolvidos de forma diplomática. Esta apreensão acabou por ter um efeito positivo nas divergências internacionais: impediu alguns Estados de usarem os meios disponíveis e conterem a estratégia militar para evitar danos irreversíveis. As armas nucleares têm um propósito dissuasor não só para quem não as possui mas para quem as tem.

A era nuclear complexificou os cenários conflituais e as armas de destruição maciça assumiram um papel de dissuasão ao invés do de ação. É deste pensamento que advém a preocupação com o programa nuclear Norte-Coreano, que possui armas nucleares, e a mesma linha de raciocínio é a causa da crise nuclear entre o Ocidente e o Irão. Países como a Coreia do Norte e o Paquistão são o exemplo vivo das consequências que a proliferação nuclear pode ter pois estes Estados estarão mais propensos à utilização de armas de destruição maciça. O Irão, que ainda não dispõe de nenhuma arma nuclear mas já têm a capacidade teórica e tecnológica para a produção, enquadra-se na lista de Estados que constituem uma ameaça à paz e estabilidade internacional. Caso obtenha armas nucleares irá contribuir para que outros países as procurem.

Reconhecidas as consequências do uso de armas nucleares, tanto os EUA como a Rússia já reduziram o arsenal embora tenham mais que suficiente para causar impactos irreversíveis. O balanço que a proliferação nuclear trouxe à balança de poder da Ordem Mundial criou um paradoxo na ordem internacional. Os países em desenvolvimento, ao contrário de se submeterem à ameaça dos Estados nucleares, procuraram obter programas para equilibrar a balança de poder. A supremacia tecnológica dos Estados nucleares acabou por lhes conferir impotência geopolítica devido às consequências de usar armas nucleares. O Irão soube aproveitar essa incapacidade e usou-a para desenvolver o programa nuclear.

O fim da Guerra Fria ditou o fim da ameaça de um conflito nuclear. A disseminação tecnológica trouxe-a de volta. O uso da tecnologia nuclear para fins civis pode ter uso militar caso a estrutura política assim o queira o que facilitou o acesso à obtenção de armamento nuclear. A existência de divergências regionais na Ordem Mundial contemporânea levou ao aumento da vontade de obter armas nucleares seja para fins dissuasores ou para uso em caso de ameaça externa. A proliferação de armas nucleares assumiu um papel preocupante na

Ordem Mundial atual devido à propensão ou não que os novos Estados nucleares podem ter para utilizar armas de destruição maciça. Enquanto países como os EUA, a Grã-Bretanha e a França encaram o uso de armas nucleares como último recurso a hipótese de o Irão adquirir armas nucleares e de as utilizar pode não ser tão restrita. A vizinhança difícil do Irão confere um significado diferente de uso de armas nucleares. Países como Israel e a Arábia Saudita são vistos como ameaças à existência iraniana e, em caso de ataque, o Irão poderá utilizar armas nucleares para se defender.

Esta situação afeta o equilíbrio do Médio Oriente, e da Ordem Mundial, pois cria um dilema já existente durante a Guerra Fria: embora as armas nucleares funcionem como dissuasor contra eventuais ameaças externas, as mesmas aumentariam o impacto e as consequências em caso de uso.

A realidade atual acabará por influenciar a estratégia militar dos Estados nucleares devido à necessidade de se terem que preparar para um eventual ataque por parte de países em processo de proliferação nuclear. Uma eventual ameaça acabará por se refletir entre ter armamento para fins dissuasores e para utilização. À medida que a proliferação em países como o Irão continua a progredir o equilíbrio da Ordem Mundial irá sofrer reajustamentos tornando-se mais complicado de atingir um ponto de estabilidade. O resultado da crise nuclear é o aparecimento de um mundo nuclear multipolar cuja contínua proliferação nuclear aumenta o risco de conflito. Conforme o desenvolvimento do programa nuclear iraniano se vai aproximando da capacidade de produzir armas nucleares o incentivo para que outros países façam o mesmo irá aumentar. Embora as armas nucleares tenham diminuído a propensão para o aparecimento de conflitos o aumento de Estados a seguirem o caminho da proliferação nuclear poderá ter o efeito contrário. Um conflito nuclear irá causar alterações na Ordem Mundial criando uma ordem em que os países com capacidade nuclear impõem os interesses o que contribuirá para o desequilíbrio da balança de poder internacional.

A Ordem Mundial contemporânea é afetada pela incerteza e insegurança que a proliferação nuclear representa para o equilíbrio internacional. Em caso de conflito será redefinida. Os interesses do Irão como a manutenção do regime, a integridade do território e a expansão da influência regional, não irão sofrer transformações. A decisão para com o rumo do programa nuclear será avaliada com base na perceção de ameaças externas, como os EUA e Israel, e pelo valor que adquirir armas nucleares poderá ter na aplicação dos seus interesses nacionais e de segurança. A futura postura nuclear poderá ser ficar-se pela posse do *know-how* e das infraestruturas para desenvolvimento de armas nucleares sem dar esse passo deci-

sivo; pelo desenvolvimento de armas nucleares sem declarar a sua existência à comunidade internacional, o que constituiria um grave problema à estabilidade da Ordem Mundial; ou pela demonstração da capacidade nuclear através da realização de testes ou pela retirada do NPT, tal como a Coreia do Norte fez.

Um acordo entre o Irão e o P5+1 terá que ser devidamente estruturado. Chegar a um acordo poderá contribuir para atenuar a ameaça que o Irão poderia representar. Contudo um acordo poderá dar legitimidade à intransigência do Irão em parar o programa nuclear o que poderá resultar na disseminação de uma mensagem errada para outros potenciais proliferadores.

Em relação ao equilíbrio na região. Um Irão nuclear terá influências na política de segurança e defesa dos restantes Estados sendo que ficam sob influência direta os GCC⁸⁵ e Israel. Contudo a escalada de tensões na região ocorrerá caso adquira armas nucleares e mísseis balísticos intercontinentais. As melhores formas de reduzir o risco de adquirir e utilizar armas nucleares passa pelo aumento dos custos que o país terá de suportar caso continue com o atual programa, sob a forma de sanções e embargos, e pela redução das ameaças externas à soberania e integridade territorial. O P5+1 sabe que não pode exercer demasiada pressão nas negociações. Para evitar ações drásticas, a diplomacia é a melhor opção disponível.

O maior motivo de apreensão para a estabilidade iraniana passa pela salvaguarda da integridade territorial. O Irão encara os EUA como uma ameaça à estabilidade interna, mas não é o único país que representa uma ameaça. A preocupação também tem a ver com países vizinhos, como o Paquistão que possui armas nucleares, Israel, outro Estado nuclear, e a Arábia Saudita outro grande ator regional que disputa o protagonismo da região. O Irão vê-se na melhor posição para assumir a preponderância da região e usa aliados, o Hezbollah, o Hamas, a Síria e o Iraque, para construir um papel protagonista na balança de poder do Médio Oriente. Para o Irão, países como o Egipto, a Turquia e o Paquistão são, para além de Israel, os maiores rivais geopolíticos. As armas nucleares são consideradas como um meio para atingir protagonismo na região e expandir influência.

A política externa iraniana teve influência ideológica no período imediato que se seguiu à revolução de 1979. Durante os primeiros tempos da instauração da República Islâmica tentou-se exportar o modelo político para os vizinhos regionais. Contudo, o efeito da guerra

⁸⁵ O *Gulf Cooperation Council* é uma organização para integração económica compreendida por todos os Estados do Golfo Pérsico excetuando o Iraque: Bahrein, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos são os constituintes desta organização.

com o Iraque e o isolamento internacional levaram o Irão a adotar uma política externa pragmática e a melhorar relações com países vizinhos, ainda que tenha continuado a prestar apoio ao Hezbollah e Hamas. O apoio político, militar e popular dão força ao país para prosseguir mesmo indo contra o facto de que, quando a República Islâmica foi instituída, o programa e armas nucleares eram vistos como anti-islâmicas.

Caso o Irão adquira a capacidade teórica e tecnológica para construir armas nucleares e não materialize esse conhecimento poderá ser uma forma de evitar isolamento internacional e mais sanções. Embora não queira abdicar do programa tem noção que adquirir armas nucleares pode pôr um fim às parcerias económicas e comerciais que tem, com a Rússia e a China, e dar um pretexto para que outros Estados sigam o caminho da proliferação nuclear, com a Arábia Saudita a destacar-se neste âmbito. O Irão procura em organizações internacionais, como a ONU e a IAEA, e em acordos internacionais, como o NPT, proteger-se contra a aplicação de mais sanções ou mesmo contra medidas intrusivas ao mesmo tempo que desenvolve o programa nuclear e esconde os avanços realizados. De qualquer das formas, as decisões sobre o futuro do programa serão tomadas tendo em conta se existem ou não ameaças e a capacidade que têm de afetar a integridade. O programa nuclear confere um dissuasor importante contra ameaças externas e permite ganhar peso internacional.

Apesar de ainda não possuir, ou ter declarado, armas nucleares o Irão atual dispõe as competências materiais e tecnológicas para a sua criação. Os EUA conseguiu incluir a ONU, através do Conselho de Segurança, na crise nuclear o que permitiu uma aplicação de políticas impeditivas contra o programa nuclear. Apesar do apoio da ONU e das sanções unilaterais da Europa e dos EUA o Irão conseguiu continuar a desenvolver as capacidades nucleares. A isto deve-se o facto de as sanções administradas pelo P5+1 estarem limitadas pela China e Rússia, aliados do Irão. Além disso a política comercial iraniana optou por não ficar dependente do Ocidente e procurou outros parceiros, tal como a Rússia faz devido à crise na Ucrânia. O comércio iraniano mantém ligações, por exemplo, com os mercados da China, dos Emirados Árabes Unidos e da Malásia.

Em relação a uma demonstração de força militar por parte do Ocidente, através do aumento de soldados na região ou exercícios militares perto do Irão, esta medida poderá revelar-se contraproducente pois aumentará o sentido de ameaça e o sentido de vulnerabilidade assim como a vontade de acelerar o desenvolvimento nuclear.

Talvez a melhor abordagem à resolução deste conflito diplomático seja através de incentivos positivos. Como a motivação para dar ênfase militar ao programa nuclear advém do

sentido de vulnerabilidade o Ocidente poderia optar por oferecer apoio político ao governo; procurar integrar o Irão na defesa conjunta da região do Golfo Pérsico ou retirar aplicações que não estejam relacionadas com atividades nucleares. Estas medidas poderão ajudar a perder o sentido de vulnerabilidade contra ameaças externas e incluir o país na Ordem Mundial.

O facto é que o Irão está a competir com outros atores regionais e internacionais por um papel preponderante no Médio Oriente. Esta postura levou o país a ser considerado como um Estado expansionista devido à influência que exerce no Iraque e, através do uso de *proxies*, no Líbano e na Palestina. Nesta perspetiva, as armas nucleares não servem só o propósito de segurança e defesa mas adquirem uma componente que permite a afirmação dos interesses iranianos na região. *“Iranian acquisition of nuclear weapons is likely to serve its interests primarily in deterring the use of military force against the regime and expanding its influence in the region (...).”* (DAVIS et al. 2011, p. 39). Devido a este fator, dissuadir o Irão de adquirir armas nucleares poderá não ser simples. É complicado encontrar o balanço certo entre mostrar as consequências de dar uma componente militar ao programa nuclear e trabalhar para diminuir a sensação de ameaça. Se a pressão exercida para conter o Irão for em demasia, poderá resultar na hostilização da postura internacional e aumentar o sentido de ameaça levando-o a considerar a obtenção de armas nucleares.

A aquisição de armas nucleares servirá para a manutenção do papel preponderante na região e de dissuasor contra eventuais incursões militares por parte do Ocidente, de Israel ou da Arábia Saudita. Ao mesmo tempo, poderá expandir a influência na região sem ter que recorrer ao uso de força militar caso se torne um Estado nuclear. O uso de armas nucleares por parte do Irão ocorrerá em caso de ameaça extrema como um conflito militar por parte dos EUA ou de Israel. A realização de testes nucleares servirá como dissuasor, devido à publicidade internacional.

Caso o Irão se decida a tomar uma ação ofensiva contra a Arábia Saudita, Israel ou mesmo tropas ocidentais na região poderá sofrer num *volte-face* nas aspirações de se expandir no Médio Oriente. Os vizinhos regionais poderão passar a entender a República Islâmica como uma ameaça à integridade e estabilidade territorial e optar por elaborar uma estratégia de contenção. Um ponto importante para evitar a escalada de tensões e o aparecimento de conflitos é impedir que se chegue a essa situação através de mediação, daí a importância de o Ocidente e o Irão manterem uma linha de diálogo constante.

Caso o Irão faça ameaças de usar a via militar, o Ocidente poderá corresponder com o mesmo. A capacidade militar de alguns parceiros Ocidentais, como os EUA e a OTAN, re-

presentam superioridade numérica e tecnológica em relação ao Irão. Uma ameaça de retaliação poderá servir para impedir de realizar qualquer tipo de ação militar.

Outra opção passa por anular ao Irão os benefícios de adquirir armas nucleares através da sua localização e destruição. Esta opção pode revelar-se infrutífera pois o Irão desenvolveu algumas instalações nucleares no subsolo para ficar a salvo de eventuais ataques aéreos. Esta solução não garante uma eficácia absoluta e o risco de retaliação pode acontecer. O maior perigo recairia sobre os vizinhos regionais, como a Arábia Saudita e Israel se bem que, este último possui armamento nuclear o que pode limitar a ofensiva. A Arábia Saudita é um importante parceiro energético dos EUA, o país mais preponderante dos GCC e representa um contrapeso importante à expansão do Irão na região. Um ataque contra a Arábia Saudita desencadearia uma resposta à altura do Ocidente. O hostilizar de relações, e o uso de ameaças militares, seja por parte dos EUA, da Arábia Saudita, de Israel ou de qualquer outro ator poderá forçar o Irão a considerar a obtenção e uso de armas nucleares para salvaguardar a sobrevivência e manter a importância regional e na balança de poder internacional.

3.1 Assegurar a Estabilidade regional e da Ordem Mundial caso o Irão Obtenha Armamento Nuclear - A Ordem Mundial e os Conflitos com um Irão Nuclear

Caso o Irão adquira armas nucleares, será necessário assegurar a estabilidade da região assim como a balança de poder. Tanto os GCC como Israel serão os maiores ameaçados. O Ocidente irá adquirir um papel preponderante neste contexto devido às relações que possui na região. A presença ocidental ajudará na manutenção da segurança regional caso o Irão se torne numa ameaça crescente.

Os Estados constituintes do GCC operam no âmbito coletivo em assuntos como a defesa e relações comerciais. Caso um dos parceiros seja atacado existirá a possibilidade de resposta conjunta.

Se o Irão adquirir armas nucleares a balança de poder regional irá pender a favor dos iranianos. Os GCC, e Israel, poderão ser alvo de um ataque nuclear caso entenda ser necessário para manter a posição na balança de poder regional. Como consequência, os países do GCC têm melhorado as medidas de segurança e defesa através do aperfeiçoamento dos sistemas de defesa contra mísseis e da melhoria das capacidades militares tradicionais para poder dar uma resposta à altura. O GCC faz questão de reiterar que não iniciará qualquer

tipo de conflito militar contra pois reconhecem que o estatuto iraniano no Golfo Pérsico tem ganho importância.

Israel é outro ator regional que entende o crescimento nuclear do Irão como uma ameaça geoestratégica e ideológica à existência. *“Israel views Iran as a hegemonic regional power posing both an ideological and strategic challenge to the Jewish state. Iranian nuclear capabilities are perceived as an existential threat, ranging from actual Iranian use of nuclear weapons (...) to providing nuclear cover for more aggressive actions by Iranian proxies to triggering a regional nuclear arms race.”* (DAVIS et al. 2011, p. 54). O facto de ser um país judaico no meio de países muçulmanos torna a vizinhança bastante hostil. O Irão tem Israel como uma ameaça à integridade devido à cooperação com os EUA e à capacidade militar sendo um país que dispõe de arsenal nuclear. O governo israelita já expressou, em diversas ocasiões, preocupação com o programa nuclear iraniano reiterando que poderia ser forçado a intervir. Também tem exercido pressões para aumentar o efeito das sanções económicas. O objetivo passa por impedir o Irão de obter armas nucleares, mas Israel tem investido no desenvolvimento das tecnologias de segurança e defesa com o intuito de prevenir um eventual ataque nuclear e ter capacidade de retaliar. As relações Israel-EUA compreendem a cooperação no âmbito da segurança, pelo que existiria apoio militar americano caso o território israelita fosse alvo de um ataque.

O apoio que tanto Israel como os GCC necessitarão dependerá do avanço do programa nuclear. Antagonizar o Irão poderá servir para tornar os restantes países do Médio Oriente num alvo.

Caso o Irão adquira armas nucleares, outros atores regionais poderão procurar obter um programa nuclear militar para contrabalanço. Dentro deste cenário, a Arábia Saudita poderá procurar desenvolver o próprio programa nuclear e produzir armas nucleares para que se possa defender contra um ataque. Caso a Arábia Saudita inicie a proliferação de armas nucleares outros Estados do GCC poderão fazer o mesmo. Isto irá criar um aumento de tensões na região que contribuirá para o desequilíbrio e afetará o equilíbrio da Ordem Mundial podendo resultar num conflito nuclear à escala global. Se o Irão se declarasse um Estado nuclear e demonstrasse intenção de utilizar o armamento os restantes atores regionais assumiriam uma posição semelhante para conter a ameaça. Caso o Irão obtivesse armas nucleares mas não as declarasse a postura na região seria semelhante e existiria preparação para defesa e reposta. Um conflito nuclear resultaria na redefinição da Ordem Mundial e alteraria a balança de poder internacional, repartindo-a. Uma guerra nuclear traria um novo tipo de

conflito, tornado possível devido ao desenvolvimento tecnológico, com consequências na Ordem Mundial contemporânea. Um ataque nuclear por parte do Irão será respondido com outro ataque nuclear e iniciará um novo tipo de conflito cujas consequências mudarão a forma como entendemos a Ordem Mundial e irão redesenhar o mapa internacional. Devido às relações diplomáticas que os EUA têm na região, e ao facto de serem a única superpotência mundial com capacidade financeira, tecnológica e militar para conter o Irão a postura americana será fundamental no planeamento da segurança e defesa caso exista algum conflito. Por agora, os EUA vão fazendo um papel diplomático ativo com o intuito de evitar o recurso à alternativa militar.

Fosse o Irão adquirir armas nucleares, a balança de poder regional iria pender a seu favor. O Irão procura alcançar a hegemonia na região e criar uma nova Ordem Mundial regional consigo no seu centro. Os Estados do GCC vêem a posição ascendente do Irão como uma ameaça à estabilidade na região. Para além do Golfo Pérsico, o Irão procura exercer a influência na Península Arábica e na Ásia Central. As armas nucleares iriam conferir o estatuto de poder hegemónico regional e alterar o equilíbrio da Ordem Mundial contemporânea, passando a deter um papel importante na nova Ordem Mundial. Iria adquirir mais preponderância para interferir nos assuntos internos dos vizinhos como na Palestina e na Líbia através do uso de *proxies* ou no Iraque, no Bahrein e na Arábia Saudita através do uso da influência na população xiita aí residente e ainda na situação da Síria que, a par da Rússia, o regime de Bashar al-Assad tem no regime iraniano um importante aliado. O Irão visa a destabilização da legitimidade dos GCC com o intuito de fazer valer os interesses na região. O objetivo passa pela implementação do modelo político na região para criar uma alternativa credível à Ordem Mundial contemporânea. As armas nucleares poderão ser o impulsionador que falta para a ingerência no Médio Oriente. Como defesa contra um eventual ataque, os GCC estão a atualizar a defesa contra mísseis e a reforçar as forças militares.

Outra problemática passa pela posição de Israel. Israel vê o Irão como um concorrente à hegemonia regional e não quer ficar em segundo plano. As ambições hegemónicas iranianas assentam em competir pelo domínio regional e em questões ideológicas que ameaçam a existência do próprio país devido a ser um Estado judaico. Os israelitas entendem as ambições nucleares iranianas como um meio para atingir os objetivos o que poderá representar uma ameaça à integridade e sobrevivência de Israel. O Primeiro-Ministro Benjamin Netan-

yahu já demonstrou a apreensão para com o programa nuclear iraniano⁸⁶ e a forma como as negociações com o P5+1 estão a encaminhar-se para uma legitimação de um programa que é precedido como uma ameaça existencial a Israel. Caso o Irão adquirisse armas nucleares tornar-se-ia uma ameaça direta e iria fortalecer os *proxies* iranianos na luta contra a existência do Estado de Israel como, por exemplo, o Hamas. Outra preocupação por parte do governo israelita é que a obtenção de armas nucleares possa desencadear uma onda de proliferação na região o que irá dificultar a posição de Israel e aumentar o número de ameaças à integridade. Um Médio Oriente nuclear multipolar será um perigo à segurança, defesa e estabilidade o que afetará o estatuto israelita na região. O Irão representa o principal rival geoestratégico e o futuro na Ordem Mundial e na balança de poder internacional está conectado com o rumo do programa nuclear. Como forma de defesa, Israel procurou utilizar formas diplomáticas, através de exercer pressão para que as sanções fossem mais severas, mas considerou a via militar caso o Irão declarasse possuir armas nucleares. Embora a opção militar seja ponderada a mesma nunca será tomada unilateralmente pois Israel precisa do apoio do Ocidente. As negociações entre o Irão e o P5+1 têm preocupado Israel pois um acordo será a legitimação do programa nuclear por parte do Ocidente. Esta situação causou grande alarme no governo israelita e Benjamin Netanyahu chegou a fazer um discurso no Congresso dos EUA⁸⁷ onde reiterou a posição contrária ao programa nuclear no Irão e os perigos que representa para Israel:

“A better deal that won’t give Iran an easy path to the bomb. A better deal that Israel and its neighbours may not like, but with which we could live, literally. And no country has a greater stake than Israel in a good deal that peacefully removes this threat”. (*The complete transcript of Netanyahu’s address to Congress*). (The Washington Post - 03.03.2015).

A postura israelita é clara: se o Irão adquirir armas nucleares a existência do Estado judaico ficará em perigo. Israel tem armamento nuclear que poderá servir como dissuasor

⁸⁶ *Nuclear deal threatens Israel’s existence, Benjamin Netanyahu says.* The Telegraph (03.04.2015). Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/israel/11513971/Nuclear-deal-threatens-Israelis-existence-Benjamin-Netanyahu-says.html> (consultado a 08.07.2015).

⁸⁷ *The complete transcript of Netanyahu’s address to Congress.* The Washington Post (03.03.2015). Disponível em <http://www.washingtonpost.com/blogs/post-politics/wp/2015/03/03/full-text-netanyahus-address-to-congress/> (consultado a 08.07.2015).

contra um ataque, mas poderá não ser suficiente para conter outras ofensivas. Desde que Israel mantenha o armamento nuclear poderá refrear a vontade iraniana de atacar o país.

Os países do mundo árabe entendem que o programa nuclear iraniano pode criar um desequilíbrio na região que poderá resultar no aumento de conflitos: guerras entre Estados; conflitos que envolvam questões étnicas e territoriais ou conflitos que se relacionem com questões extremistas e religiosas. O Médio Oriente é uma das regiões mais instáveis da Ordem Mundial.

O GCC e Israel têm demonstrado reticências em relação ao crescimento do estatuto iraniano na região pois ameaça a própria estabilidade e existência. A realidade contemporânea do Médio Oriente demonstra que o papel de protagonista está a ser disputado entre a Arábia Saudita, Israel e Irão. Caso o Irão consiga atingir a hegemonia regional, a balança de poder ficará desequilibrada e a Ordem Mundial irá passar a contar com mais um ator preponderante.

4. O que Poderá Representar um Novo Acordo entre o P5+1 e o Irão para a Ordem Mundial e para a estabilidade no Médio Oriente?

Desenvolvimentos recentes entre o Irão e o P5+1 deram início ao que poderá ser um acordo nuclear que permita continuar o programa com as restrições que o impeçam de adquirir armas nucleares enquanto, em troca, o P5+1 propõe-se a retirar as sanções económicas. A possibilidade de se chegar a um acordo tem sido recebida com desconfiança e descontentamento por alguns Estados que entendem que poderá resultar na legitimação do Irão como um Estado nuclear. Isto poderá causar desequilíbrios na Ordem Mundial e afetar o equilíbrio do Médio Oriente.

A 2 de abril⁸⁸ foi anunciado o entendimento entre o P5+1 e o Irão para as diretrizes de um acordo que deveria ser finalizado e comunicado até 30 de junho. Importa saber em que parâmetros o acordo poderá ser alcançado, embora nem todas as alíneas sejam ainda conhe-

⁸⁸ *Iran Agrees to Detailed Nuclear Outline, First Step Toward a Wider Deal*. The New York Times (02.04.2015). Disponível em http://www.nytimes.com/2015/04/03/world/middleeast/iran-nuclear-talks.html?_r=0 (consultado a 09.07.2015).

cidas. Os parâmetros chave do JCPOA⁸⁹ relativos ao programa nuclear foram estipulados durante conversações em Lausanne, Suíça, e abordam as componentes mais polémicas do programa iraniano. Os elementos em discussão constituem os parâmetros sobre os quais o acordo final será assinado entre o P5+1, o Irão e a União Europeia: o enriquecimento de urânio; um novo uso para instalações nucleares; inspeções e transparência para com os inspetores da IAEA e acordos internacionais assinados; nova finalidade dos reatores e reprocessamento do combustível nuclear; e sanções económicas em vigor. Serão estes os pontos sobre os quais o acordo final será delineado. O Irão acordou fazer alterações no programa nuclear⁹⁰ no que toca ao enriquecimento de urânio:

- *“Iran has agreed to reduce by approximately two-thirds its installed centrifuges. Iran will go from having about 19,000 installed today to 6,104 installed under the deal, with only 5,060 of these enriching uranium for ten years. All 6,104 centrifuges will be IR-1s, Iran’s first generation centrifuge”.*
- *“Iran has agreed to not enrich uranium over 3.67 percent for at least 15 years”.* (Parameters for a Joint Comprehensive Plan of Action Regarding the Islamic Republic of Iran’s Nuclear Program, U.S Department of State, 02.04.2015).

Em relação às instalações relacionadas com o programa nuclear, o Irão compromete-se a:

- *“Iran has agreed to convert its Fordow facility so that it is used for peaceful purposes only – into a nuclear, physics, technology, research center”.*
- *“Iran will not use its IR-2, IR-4, IR-5, IR-6, or IR-8 models to produce enriched uranium for at least ten years. Iran will engage in limited research and development with its advanced centrifuges, according to a schedule and parameters which have been agreed to by the P5+1”.* (Parameters for a Joint Comprehensive Plan of Action Regarding the Islamic Republic of Iran’s Nuclear Program, U.S Department of State, 02.04.2015).

No que toca ao controlo do programa nuclear o Irão terá que ser transparente em relação ao desenvolvimento e revelar todos os procedimentos e avanços que vão ocorrendo:

⁸⁹ *Joint Comprehensive Plan of Action.*

⁹⁰ Todos os parâmetros relativos ao JCPOA podem ser vistos na íntegra em <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2015/04/240170.htm> (consultado a 09-07.2015).

- *“The IAEA will have regular access to all of Iran’s nuclear facilities, including Iran’s enrichment facility at Natanz and its former enrichment facility at Fordow, and including the use of the most up-to-date, modern monitoring technologies”.*
- *“Iran has agreed to implement the Additional Protocol of the IAEA, providing the IAEA much greater access and information regarding Iran’s nuclear program, including both declared and undeclared facilities”.* (Parameters for a Joint Comprehensive Plan of Action Regarding the Islamic Republic of Iran’s Nuclear Program, U.S Department of State, 02.04.2015).

No que toca ao uso de reatores e ao reprocessamento de combustível nuclear o Irão terá que seguir as seguintes diretrizes:

- *“Iran has agreed to redesign and rebuild a heavy water research reactor in Arak, based on a design that is agreed to by the P5+1, which will not produce weapons grade plutonium, and which will support peaceful nuclear research and radioisotope production”.*
- *“Iran has committed indefinitely to not conduct reprocessing or reprocessing research and development on spent nuclear fuel”.* (Parameters for a Joint Comprehensive Plan of Action Regarding the Islamic Republic of Iran’s Nuclear Program, U.S Department of State, 02.04.2015).

No que toca às sanções, o P5+1 e a União Europeia propõem-se a levantar aquelas que tenham sido aplicadas como resposta ao programa nuclear. As sanções relativas ao uso ambíguo de certas tecnologias nucleares com fins militares manter-se-ão assim como sanções aplicadas devido a questões ligadas ao terrorismo, desrespeito pelos direitos humanos e ao desenvolvimento de mísseis balísticos:

- *“U.S. and E.U. nuclear-related sanctions will be suspended after the IAEA has verified that Iran has taken all of its key nuclear-related steps. If at any time Iran fails to fulfil its commitments, these sanctions will snap back into place”.*
- *“However, core provisions in the UN Security Council resolutions – those that deal with transfers of sensitive technologies and activities – will be re-established by a new UN Security Council resolution that will endorse the JCPOA and urge its full implementation. (...) Important restrictions on conven-*

tional arms and ballistic missiles, as well as provisions that allow for related cargo inspections and asset freezes, will also be incorporated by this new resolution”.

- *“U.S. sanctions on Iran for terrorism, human rights abuses, and ballistic missiles will remain in place under the deal”.* (Parameters for a Joint Comprehensive Plan of Action Regarding the Islamic Republic of Iran’s Nuclear Program, U.S Department of State, 02.04.2015).

O último parâmetro do que é até agora conhecido para o acordo final refere-se à aplicação dos itens anteriores no futuro do programa nuclear do Irão:

- *“For ten years, Iran will limit domestic enrichment capacity and research and development – ensuring a breakout timeline of at least one year. Beyond that, Iran will be bound by its longer-term enrichment and enrichment research and development plan it shared with the P5+1”.*
- *“Important inspections and transparency measures will continue well beyond 15 years. Iran’s adherence to the Additional Protocol of the IAEA is permanent, including its significant access and transparency obligations. The robust inspections of Iran’s uranium supply chain will last for 25 years”.* (Parameters for a Joint Comprehensive Plan of Action Regarding the Islamic Republic of Iran’s Nuclear Program, U.S Department of State, 02.04.2015).

De acordo com os parâmetros preliminares deste acordo, o Irão comprometer-se-á durante um período de 10 a 25 anos, dependendo dos pontos em questão, a desenvolver o programa nuclear de acordo com os trâmites acordados pelo P5+1 e pela União Europeia. O que impedirá que sejam criadas armas nucleares tal como um dos pontos do acordo demonstra:

“Iran’s breakout timeline – the time that it would take for Iran to acquire enough fissile material for one weapon – is currently assessed to be 2 to 3 months. That timeline will be extended to at least one year, for a duration of at least ten years, under this framework”. (Parameters for a Joint Comprehensive Plan of Action Regarding the Islamic Republic of Iran’s Nuclear Program, U.S Department of State, 02.04.2015).

O objetivo passa por limitar as atuais capacidades nucleares para que o desenvolvimento alcançado não se materialize na produção de armamento nuclear, algo que o Irão tem capacidade de fazer. Este acordo era para ter sido finalizado até 30 de junho de 2015, mas

não foi. Primeiramente houve um acordo entre o P5+1 e o Irão para estender as conversações até 7 de julho⁹¹ que também não foi uma data final pois não houve acordo assinado e as negociações continuam para lá do prazo estabelecido⁹² desta vez sem data limite.

Ao que parece, as dificuldades advêm de o Irão querer ver levantadas todas as sanções existentes e o P5+1 só estar disposto a retirar sanções aplicadas dentro do âmbito do programa nuclear. As sanções relativas à importação e uso de tecnologia nuclear são para permanecer. O P5+1 quer ainda que o Irão se comprometa em relação ao programa nuclear. A abolição de sanções será feita após os inspetores da IAEA confirmarem que o Irão implementou com sucesso todos os aspetos relativos ao acordado, se violar o acordado todas as sanções voltarão a entrar em vigor.

Este acordo representa o avanço diplomático mais significativo nas negociações sobre o programa nuclear desde que o *Joint Plan of Action*⁹³ anterior fora acordado em novembro de 2013. Caso se chegue a um entendimento, o acordo terá impactos geopolíticos na Ordem Mundial e na balança de poder internacional não só para o equilíbrio regional mas para o mundo. Países como Israel, a Arábia Saudita e do GCC opõem-se a qualquer acordo que não um que faça o Irão parar todas as centrifugadoras, reatores nucleares, processos relativos ao enriquecimento de urânio e plutónio e uso de combustível nuclear. Já países como a China, a Rússia ou a Índia poderão entender este acordo como uma oportunidade para voltarem a realizar trocas comerciais com o Irão.

Certo é que o acordo tem criado controvérsia no Médio Oriente pois poderá ser entendido como a legitimação do programa nuclear iraniano e resultar na afirmação internacional do Irão como um Estado nuclear. Isto poderá dar alento a que outros países na região, como a Arábia Saudita, optem por desenvolver um programa nuclear para criarem um estatuto semelhante na região e na Ordem Mundial. Tantos programas de proliferação nuclear numa das regiões mais instáveis do mundo poderá resultar numa catástrofe caso a tecnologia caia em mão erradas.

⁹¹ *Iran, P5+1 world powers extend nuclear talks deadline by a week*, RT (30.06.2015). Disponível em <http://rt.com/news/270763-iran-vienna-nuclear-deal/> (consultado a 10.07.2015).

⁹² *Iran nuclear talks to continue past deadline*, BBC News Middle East (07.07.2015). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-33424502> (consultado a 10.07.2015).

⁹³ *Joint Plan of Action* (24.11.2013). Disponível em http://eeas.europa.eu/statements/docs/2013/131124_03_en.pdf (consultado a 10.07.2015).

O maior opositor a um eventual acordo tem sido Israel com o Primeiro-Ministro, Benjamin Netanyahu, a ser porta-voz das críticas:

“For those who believe that Iran threatens the Jewish state, but not the Jewish people, listen to Hassan Nasrallah, the leader of Hezbollah, Iran’s chief terrorist proxy. He said: If all the Jews gather in Israel, it will save us the trouble of chasing them around the world.

Iran’s regime poses a grave threat, not only to Israel, but also the peace of the entire world.

We must now choose between two paths. One path leads to a bad deal that will at best curtail Iran’s nuclear ambitions for a while, but it will inexorably lead to a nuclear-armed Iran whose unbridled aggression will inevitably lead to war. The second path, however difficult, could lead to a much better deal, that would prevent a nuclear-armed Iran, a nuclearized Middle East and the horrific consequences of both to all of humanity.” (The complete transcript of Netanyahu’s address to Congress). (The Washington Post - 03.03.2015).

Para o Irão, Israel é um opositor estratégico face à hegemonia regional no Médio Oriente. Israel é encarado como um país contrário à ideologia da República Islâmica, por ser o único Estado judaico na região, que representa os valores Ocidentais que são rejeitados pela realidade política iraniana. Em mais que uma ocasião, Benjamin Netanyahu expressou a preocupação⁹⁴ com a possibilidade de um acordo ser alcançado nos parâmetros atuais:

““This deal as far as we can see comes on almost daily concessions from the P5+1 to growing Iranian demands. Every day more concessions are made, and every day the deal becomes worse and worse” (...) *“This deal will pave Iran’s path to a nuclear arsenal”*”. (Netanyahu warns of ‘worse and worse’ deal with Iran. CNN Politics - 06.07.2015).

O problema de Israel tem a ver com o levantamento de sanções económicas que iriam dar outra vida à economia do Irão e ao facto de, de acordo com a visão de Benjamin Netanyahu, o P5+1 estar a dar demasiada liberdade para prosseguir com o programa nuclear. Com o levantamento de sanções o Irão poderá aumentar a fonte de financiamento dos *proxies*, como o Hamas que representa a ameaça mais próxima, o que conferirá maior capacidade de atuação. Já a suposta liberdade nuclear irá permitir obter armamento nuclear num futuro

⁹⁴ Netanyahu warns of ‘worse and worse’ deal with Iran. CNN Politics (06.07.2015). Disponível em <http://edition.cnn.com/2015/07/06/politics/iran-nuclear-deal-talks-benjamin-netanyahu/> (consultado a 10.07.2015).

próximo. Isto aumentará a noção de insegurança de Israel na região e contribuirá para o crescimento da hegemonia iraniana no Médio Oriente e o crescimento do estatuto na Ordem Mundial e na balança de poder internacional. O crescimento do Irão criará um desequilíbrio regional que só poderá ser nivelado com o aparecimento de outros programas de proliferação na região o que aumentará as tensões e o sentimento de insegurança e produzirá desequilíbrios que poderão resultar em conflitos.

Ainda não existe um acordo definitivo pelo P5+1 e Irão. Os termos tornados públicos a 2 de abril de 2015 são parâmetros sobre os quais o acordo final será delineado. Caso não se obtenha um acordo as conversações continuarão e o *Joint Plan of Action* acordado a novembro de 2013 entre o P5+1 e o Irão continuará em vigor até que se chegue a novo entendimento⁹⁵. Isto permitirá evitar o recurso a alternativas não-diplomáticas enquanto se tenta obter um acordo. No meio do impasse existente estão as exigências iranianas em relação a retirar do acordo alíneas impeditivas referentes ao programa de mísseis balísticos e à comercialização de armas enquanto o P5+1 opta pela sua manutenção. As recentes tensões⁹⁶ que emergiram entre o P5+1 e o Irão parecem referir-se à divisão sobre a inclusão ou não de restrições nos programas de mísseis balísticos e de comercialização de armas. A revelação da história do programa nuclear iraniano, como forma de confissão pública, e a forma como irão funcionar as inspeções a instalações nucleares são outros dos pontos que têm dificultado um entendimento.

Tal como a obtenção de armas nucleares, será a vontade política a ditar o sucesso ou insucesso das negociações. Tanto uma parte como a outra terão de se comprometer em certos parâmetros, mesmo que contra a vontade, e ceder em algumas questões, de outra forma será impossível chegar a um entendimento. Só com cedências de ambas as partes um acordo será viável. O acordo final deverá demonstrar isso pois nem o Irão nem o P5+1 conseguirão impor todas as suas vontades. Apesar de existirem vozes contra um acordo que limite as capacidades do Irão em obter armamento nuclear será melhor do que continuar a ter um país isolado que continue a proliferar sem supervisão. O resultado deste acordo irá colocar o Irão

⁹⁵ *U.S. Suggests Open-Ended Iran Talks*. The Wall Street Journal (07.07.2015). Disponível em <http://www.wsj.com/articles/iran-nuclear-talks-may-continue-for-next-couple-of-days-1436271631> (consultado a 10.07.2015).

⁹⁶ *New Tensions Emerge in Iran Nuclear Talks*. The Wall Street Journal (09.07.2015). Disponível em <http://www.wsj.com/articles/new-tensions-emerge-in-iran-nuclear-talks-1436403478> (consultado a 10.07.2015).

em posição protagonista tanto no Médio Oriente como na Ordem Mundial e na balança de poder internacional e regional. Mas, em vez de constituir uma ameaça à Ordem Mundial contemporânea, é necessário que este acordo seja o início de uma reaproximação com o Ocidente, qua a integração seja progressiva, respeitando o registo cultural e político iraniano ao contrário de tentar impor um modelo governativo no qual não se revê. Só assim o Irão deixará de ser uma ameaça à estabilidade do Médio Oriente e da Ordem Mundial e passará a ser uma parte construtiva e ativa.

4.1 O P5+1 e o Irão Chegam a Acordo

A 14 de julho de 2015⁹⁷ o Irão e o P5+1 conseguiram chegar a um entendimento⁹⁸ sobre as restrições a serem impostas ao programa nuclear em troca do levantamento das sanções económicas. O objetivo passa por gorar todos os caminhos que levam à criação de armamento nuclear. Estas negociações abrem um novo capítulo para o Irão a nível internacional já que o país deixa de ficar isolado e torna-se parte ativa e integrante da Ordem Mundial contemporânea. As negociações começaram em 2006 e só agora, mais de nove anos depois, é que foi possível obter um acordo. A pressão das sanções económicas ajudaram a levar o Irão para a mesa de negociações.

O objetivo do P5+1 passava por fazer o Irão comprometer-se com um programa nuclear pacífico e parar todas as atividades que pudessem conduzir a uma bomba nuclear. Apesar de sempre ter afirmado que o programa tinha apenas fins energéticos a verdade é que os avanços que foi fazendo deixaram a realidade de obter armas nucleares dependentes de uma decisão política. “(...) *all the major developments in the programme’s history (...) have been political. It is politics not physics that will dictate the resolution of this crisis (...).*” (PATRIKARAKOS, 2012, p. 279). A melhor forma de persuadir o Irão a aceder a tais exigências passaria por anular as sanções.

Apesar de se ter chegado a um entendimento existem algumas partes que estão inseguras com o mesmo. O Congresso dos EUA dispõe de 60 dias para avaliar o acordo alcançado e determinar se será uma alternativa válida ou não. Alguns políticos e países pensam que este acordo servirá para legitimar o programa nuclear iraniano e que o levantamento das

⁹⁷ *Iran nuclear talks: “Historic” agreement struck.* BBC News (14.07.2015). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-33518524> (consultado a 17.08.2015).

⁹⁸ O documento pode ser visto na íntegra em <http://www.documentcloud.org/documents/2165388-iran-deal-text.html> (consultado a 17.08.2015).

sanções acabará por fortalecer o Irão e dar-lhe-á maior capacidade de intervenção na região e maior capacidade de financiamento dos seus *proxies*. Este acordo falha ainda em parar o aparecimento de armamento nuclear na região e poderá resultar numa corrida às armas nucleares por outros países como a Arábia Saudita.

O maior opositor tem sido Israel⁹⁹ por razões óbvias: o Irão representa uma ameaça à existência; um rival estratégico e financia o Hamas na luta contra a ingerência israelita na Palestina. O Presidente Benjamin Netanyahu fez questão de vincar que não está restringido pelo acordo e tomará medidas defensivas caso sinta a integridade territorial ameaçada. Israel opõe-se ao acordo porque afirma que este não irá impedir o Irão de adquirir armas nuclear caso assim o decida e acredita que o levantamento das sanções económicas irá permitir aumentar a fonte de financiamento aos *proxies* sendo o Hamas um deles o que resultará no fortalecimento das ameaças na região. Israel irá proceder a *lobbies* para tentar que o Congresso dos EUA bloqueie a implementação do acordo o que será complicado pois o Presidente Obama tem o poder de vetar tal decisão.

Certo é que este acordo irá ter impacto no Médio Oriente, embora ainda não seja possível averiguar qual. Poderá resultar no aparecimento de outros programas nucleares ou aumentar o peso do Irão na região e conferir-lhe a hegemonia que irá afetar o balanço regional e poderá resultar no aparecimento de novos conflitos. Este acordo poderá aumentar a instabilidade na região, dado que o Irão não tem muitas alianças pois representa um adversário estratégico pela hegemonia.

Caso o Irão desrespeite o acordado todas as sanções levantadas voltarão a entrar em vigor. Ainda assim, caso o acordo seja implementado o embargo sobre as armas permanecerá válido durante os próximos cinco anos e o embargo referente a mísseis permanecerá ativo durante os próximos oito anos, nem todas as sanções serão levantadas só aquelas que envolvam a aquisição de armamento permanecerão em vigor. Este acordo não representa ainda o fim da relação tensa¹⁰⁰ entre o Irão e os EUA como o Líder Supremo do Irão, Ayatollah Khamenei, afirmou dizendo que não deixará de prestar apoio aos seus aliados na região e que continua contra as escolhas políticas dos EUA no Médio Oriente. Apesar de terem negociado o acordo nuclear, para servir interesses estratégicos, o Irão continua irredutível em

⁹⁹ “*Stunning historical mistake*”: Netanyahu says Israel is not bound by Iran nuclear deal. RT (14.07.2015). Disponível em <http://www.rt.com/news/273589-israel-blasts-iran-deal/> (consultado a 17.08.2015).

¹⁰⁰ *Iran’s opposition to “arrogant” US won’t change despite nuclear deal – Khamenei*. RT (18.07.2015). Disponível em <http://www.rt.com/news/310166-khamenei-nuclear-deal-arrogant/> (consultado a 17.08.2015).

negociar questões regionais que afetem o seu estatuto, que será fortalecido com o levantamento das sanções económicas que serão retiradas à medida que implemente aquilo que foi acordado.

O acordo alcançado reconhece o direito de o Irão desenvolver um programa nuclear para fins pacíficos como o pode fazer qualquer parte integrante do NPT. A IAEA ficará a cargo de inspecionar o programa e assegurar que tudo segue dentro do acordado. Durante os próximos 15 anos o Irão irá limitar o enriquecimento de urânio às instalações de Natanz e a percentagem de enriquecimento não poderá ultrapassar os 3,67%. Irá ainda implementar diversas medidas de segurança e permitir à IAEA a supervisão do programa cuja finalidade passa por monitorar as reservas de urânio e as centrifugadoras. Comprometeu-se ainda a não desenvolver qualquer tipo de pesquisa que possa levar ao desenvolvimento de armas nucleares. As sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU no âmbito do programa nuclear serão levantadas consoante a IAEA verifique e confirme que a implementação de determinados pontos do acordo foi feita com sucesso. As sanções unilaterais impostas pelos EUA e pela UE serão anuladas diante as mesmas medidas e após o Conselho de Segurança. Contudo, as sanções relativas à proliferação nuclear só serão levantadas pela UE e pelos EUA 8 anos mais tarde ou quando a IAEA entenda que é seguro fazê-lo. Não serão impostas quaisquer outras sanções relacionadas com o programa nuclear contando que o Irão siga o acordado.

O objetivo deste acordo passa por impedir, num futuro imediato, o Irão de adquirir armas nucleares. Foi com essa finalidade que o P5+1 reconheceu o direito de ter um programa nuclear, de permitir que enriquecesse urânio e de levantar as sanções económicas impostas, até porque dismantelar tudo não seria exequível. O P5+1 procurou implementar limites através da imposição de inspeções regulares para garantir que o Irão não está a desenvolver atividades paralelas às acordadas. Para o Irão este acordo significa o fim das sanções económicas. Com este acordo deixa de ter restrições nas exportações de gás e petróleo, passa a poder importar tecnologias para desenvolvimento do país e explorar os recursos energéticos e volta a integrar a estrutura económica internacional. Contudo, as sanções relacionadas com a violação dos direitos humanos, o apoio a grupos terroristas, a importação de armas, o programa de mísseis balísticos e as sanções que visem impedir a obtenção de tecnologia nuclear continuam em vigor.

O Irão irá reduzir o número de centrifugadoras de 19,500 para 6,100 das quais só 5000 estarão operacionais. Todas as centrifugadoras serão de primeira geração e o uso de

modelos mais avançados fica proibido durante os próximos 10 anos. As instalações de Fordow irão cessar o programa de enriquecimento, ficando Natanz como a única a fazê-lo. Será feita uma redução nas reservas de urânio enriquecido de 9000kg para 300kg durante os próximos 15 anos. O reator de água pesada pressurizada nas instalações de Arak, que iria ter capacidade de produzir grandes quantidades de plutônio, será removido e destruído e não será construído qualquer outro reator do gênero nos próximos 15 anos. Os inspetores da IAEA irão assegurar que as mudanças são impostas. Caso recuse o acesso a qualquer das instalações estará a violar o acordado e as sanções poderão ser repostas. Este mecanismo visa a implementação imediata das sanções caso o Irão desrespeite qualquer parte do acordo e funciona como um estímulo para que o programa se mantenha dentro do estipulado. Este acordo irá conferir a IAEA poderes superiores aos que tem no NPT pois terá acesso total ao programa nuclear.

Este acordo não interfere de qualquer forma com o estatuto do Irão na região, não aborda as alianças com grupos terroristas nem a disputa pela hegemonia regional. O Irão continua a representar uma ameaça à Ordem Mundial tradicional e à estabilidade do Médio Oriente. Continua a ter um vasto programa nuclear que pode adquirir uma vertente militar a qualquer momento. Contudo, este acordo é melhor do que a alternativa que seria um conflito militar o que iria prejudicar tanto o equilíbrio do Médio Oriente como da Ordem Mundial para não falar que se arriscava um conflito nuclear. Este acordo legitima o Irão como Estado nuclear o que confere um dissuasor importante contra ameaças externas. Embora o acordo sirva para impedir de obter armas nucleares não implica que o *know-how* e a capacidade para tal deixem de existir. A habilidade de enriquecer urânio, necessário para criar uma bomba nuclear, estará limitada durante os próximos 15 anos. Para os que se opõem ao acordo as alternativas passam por aguardar e esperar por um melhor ou entrar em conflito. Um acordo melhor dificilmente surgirá pois o Irão não irá abdicar de mais do que já abdicou e um conflito iria levar o Irão a construir mais instalações subterrâneas e poderia apressar a obtenção de uma bomba nuclear para se proteger, arriscar entrar em guerra poderá dar o impulso que falta para que o programa nuclear dê armas nucleares e legitimar o seu uso. O acordo irá dar maior liberdade financeira que poderá servir para maior intromissão no Iraque, na Síria, no Bahrein, no Iémen e no financiamento ao Hezbollah e Hamas alguns dos países e *proxies* onde o Irão procura defender interesses estratégicos e implementar a ideologia política. O levantamento das sanções irá enriquecer a economia iraniana o que lhe dará uma maior capacidade de expandir a influência na região e ganhar hegemonia regional. O

Médio Oriente encontra-se afetado por guerras no Iraque, na Síria, no Iémen, o próprio Irão é um alvo do Estado Islâmico e há ainda a guerra entre a Palestina e Israel. O dinheiro que vai entrar na economia iraniana ajudará o país a aumentar os esforços para exercer a influência nos países à sua volta e para estabelecer um regime que defenda os interesses em países da região com instabilidade política. Apesar de tudo o Irão poderá seguir o acordo nuclear até porque tem a consciência que mais vale voltar a integrar a Ordem Mundial sobre um conjunto de regras do que ficar isolado.

Um país com o tamanho do Irão assim como o *know-how* nuclear adquirido poderá obter armas nuclear caso seja essa a vontade política. Este acordo consegue conter essa possibilidade no imediato e poderá ajudar a mudar a postura externa do Irão caso todos os intervenientes trabalhem para uma integração que respeite e compreenda a realidade política iraniana e procurem ajudar o país a desenvolver-se ao contrário de impor um conjunto de valores políticos, económicos e sociais diferentes. Este acordo limita o programa nuclear por cerca de 15 anos, após o fim da validade o Irão terá liberdade para dar o seguimento que bem entender a não ser que seja negociado outro acordo. O Irão não irá destruir nenhuma das infraestruturas nucleares, irá apenas limitar o processo de desenvolvimento por um período temporário nem tão pouco renunciou ao programa de mísseis balísticos, ao apoio a grupos terroristas nem à procura pela hegemonia regional. Está apenas a limitar o programa nuclear. As inspeções da IAEA permitirão um controlo sobre o programa nuclear, contudo o Irão pode atrasar o acesso às mesmas por um período até 24 dias o que poderá ajudar a esconder certas atividades. O tamanho geográfico do Irão confere-lhe a oportunidade de construir instalações e escondê-las dos inspetores da IAEA e da comunidade internacional pelo que a cooperação entre todas as partes envolvidas depende da vontade do Irão. A validade sobre os embargos de armas e mísseis balísticos poderá representar outro ponto de preocupação que, daqui a cinco e oito anos respetivamente, deixarão de ter efeito e o Irão poderá investir na aquisição desenvolvendo as capacidades militares. Mesmo respeite o acordo na íntegra daqui a entre dez a quinze anos, dependendo dos parâmetros em questão, o acordo perderá a validade e o Irão terá a liberdade para tomar a posição que entender. É por isso que tudo o que se passar durante o período em que o acordo é válido determinará o futuro do programa nuclear. Com esta realidade presente torna-se importante perceber a postura que o Irão irá ter durante e após o acordo. Uma coisa é certa, o Irão procura uma posição de hegemonia no Médio Oriente e um estatuto de vanguarda na Ordem Mundial o que implica que a ingerência em países vizinhos continuará. Israel continuará a ser precedido como um inimi-

go. As relações com o Ocidente continuarão instáveis e o acordo irá permitir ao país fortalecer o estatuto regional e internacional.

Capítulo 5 – A Crise na Ucrânia

1. Enquadramento Cronológico dos Eventos que Culminaram na Crise da Ucrânia

“The main reason for all these ups and downs is that Ukraine has a predatory elite presiding over a deeply divided society. (...) The new Ukrainian state has always been weak and vulnerable to capture by regional clans and oligarchic and even mafia interests.” (WILSON, 2014, p. 39).

Em novembro de 2013 teve início na Ucrânia um período de protestos que viria a culminar numa guerra civil no este do país. Os protestos começaram quando, a 21 de novembro de 2013, o então Presidente da Ucrânia Viktor Yanukovich rejeitou assinar o acordo de associação com a UE devido a divergências em determinados aspetos e há pressão exercida pela Rússia junto do governo ucraniano para que o país continuasse apenas com aproximação diplomática, militar e comercial com a Rússia e não estabelecesse qualquer contacto que envolvesse o enfraquecimento da integridade territorial. A Ucrânia mergulhou numa espiral recessiva a nível económico, territorial e social com protestos a favor de uma aproximação com a UE a serem confrontados com protestos de apoio à manutenção na esfera de influência russa. Para melhor compreender como se chegou ao ponto de situação atual é necessário conhecer os eventos que resultaram num conflito que causou uma fragmentação territorial e social na Ucrânia. Esta crise representa muito mais que o futuro da Ucrânia, representa o futuro da UE e da Rússia.

Se a história recente demonstrou algo ao mundo é que as revoluções ucranianas não costumam dar azo a grandes mudanças. A Revolução Laranja de 2004 exemplificou isso. A Revolução Laranja, que teve o foco principal na praça de Maidan¹⁰¹ em Kiev, parecia ser um passo rumo à mudança do país. A revolução deu-se devido às alegações que a eleição presidencial de 2004, que resultou na vitória de Viktor Yanukovich, fora manipulada. A população reuniu-se nas ruas de Kiev contra o resultado e contra a corrupção no país. Existia um otimismo em relação à revolução, porém o resultado final não alterou nada em relação à realidade política e social ucraniana. Yanukovich acabou por ganhar as eleições em 2010

¹⁰¹ *Maidan Nezalezhnosti* – Praça da Liberdade. É a praça central de Kiev. Desde 1990, que a praça representa o principal ponto de manifestações como a Revolução Laranja de 2004 e a Euromaidan.

tornando-se Presidente da Ucrânia após a anulação da vitória nas eleições de 2004 e as relações, e influência, com a Rússia mantiveram-se.

As razões para a instabilidade na Ucrânia prendem-se com o facto de a elite política do país ter poder absoluto e da fragmentação da própria sociedade.

A propaganda russa tentou passar uma imagem da Ucrânia de Estado falhado e Putin chegou mesmo a questionar o estatuto da Ucrânia¹⁰²: “*In April 2008 (...) Putin described Ukraine to George Bush (...): “You don’t understand (...) that Ukraine is not even a state. What is Ukraine? Part of its territories is Eastern Europe, but the greater part is a gift from us”*”. (*Putin to the West: Hands off Ukraine*, TIME, 25.05.2009). O interesse russo em manter um estatuto inferior para a Ucrânia prende-se com a influência da Rússia sobre os antigos membros da União Soviética. A Ucrânia não é um Estado falhado, mas sempre foi um país mal governado desde que adquiriu a independência em 1991. Desde então que sempre foi vulnerável aos interesses russos defendidos por oligarcas ucranianos através da manutenção do monopólio político do país e do impedimento da formação de um governo estável que seja capaz de introduzir reformas que afastem o país da corrupção das oligarquias e dos interesses russos. Como consequência a economia sempre foi frágil e subdesenvolvida e a corrupção impera no quotidiano político.

“(…) *Ukraine cannot be defined by touchstone issues of region, ethnicity, language, history and religion which divide more than unite (...)*”. (WILSON, 2014, p. 40). A Ucrânia esteve sob controlo do Império Russo, entre 1721 e 1917, e pela União Soviética, entre 1922 e 1991. Só a partir do início da década de 1990 a Ucrânia obteve independência territorial, mas a influência russa manteve-se tanto na sociedade como na política. O oeste do território não foi incorporado na União Soviética até à década de 1940, o que pode ajudar a compreender a divisão atual.

As diferentes regiões da Ucrânia continuam divididas quanto ao que deve ser o seu destino. As eleições que ocorreram no país desde 1991 refletem a divisão identitária, linguística e a divergência na abordagem à política externa no país. Apesar de se ter tornado independente em 1991, não existiu uma revolução social que permitisse o início de uma nova Ucrânia. Ao invés a elite comunista existente durante a União Soviética continuou no poder. “*Ukraine was independent, but there was no social revolution. The old communist elite remained in charge.*” (WILSON, 2014, p. 41).

¹⁰² *Putin to the West: Hands off Ukraine*, TIME (25.05.2009). Disponível em <http://content.time.com/time/world/article/0,8599,1900838,00.html> (consultado a 12.07.2015).

Os primeiros Presidentes da Ucrânia, Leonid Kravchuk entre 1991 e 1994 e Leonid Kuchma entre 1994 e 2005, não contribuíram para a construção de uma nova Ucrânia. O governo de Leonid Kravchuk, que sofrera com a inflação na década de 1990, baseava-se na centralização de poder. As reformas políticas e económicas de Kravchuk foram insuficientes para inverter o estado do país e em 1994, após eleições forçadas, Leonid Kuchma foi eleito.

Apesar de um novo presidente, não mudou o rumo político ou económico. Kuchma expandiu o poder presidencial e não introduziu quaisquer reformas económicas. Em 1999 foi reeleito e tentou alargar os poderes. Em 2000 rebentou o escândalo com a morte de Gongadze¹⁰³ que colocou a presidência de Kuchma em escrutínio e reorientou as relações da Ucrânia para a Europa. Um ano antes, em 1999, a Ucrânia estava praticamente falida e Kuchma designou Viktor Yushchenko com o intuito de negociar um empréstimo com credores internacionais para salvar a economia. Yuliya Tymoshenko foi designada Ministra da Energia com o intuito de impulsionar o sector energético.

Assim que a pressão relacionada com o caso Gongadze esmoreceu e como as reformas instauradas por Tymoshenko e Yushchenko deram novo alento à economia a oligarquia ucraniana fez questão de voltar ao poder. Afastou Yushchenko e Tymoshenko dos cargos, tendo mesmo Tymoshenko sido encarcerada por um tempo. Ambos fundaram os seus partidos e obtiveram votos que conferiram lugares nas eleições parlamentares de 2002. A economia cresceu entre 2000 e 2004 deixando para trás a década de 1990, mas não significou a manutenção de Kuchma e novas mudanças produzir-se-iam.

O governo de Kuchma aguentou-se até 2005 altura em que Viktor Yushchenko se tornou no terceiro Presidente da Ucrânia desde 1991. A eleição de Yushchenko, que concorreu contra Viktor Yanukovich, esteve envolta em polémica¹⁰⁴ que resultou na primeira revolução na Ucrânia: a Revolução Laranja.

Viktor Yanukovich tinha o apoio económico e político da Rússia para construir a campanha contra Yushchenko. As eleições de 21 de novembro de 2004 viriam a ser viciadas

¹⁰³ Georgiy Ruslanovich Gongadze foi um jornalista ucraniano assassinado em 2000. Foi o fundador do primeiro *website* ucraniano dedicado à exposição de atos de corrupção política. Desapareceu em setembro de 2000 e o corpo foi encontrado em outubro. Em novembro foram tornadas públicas cassetes de áudio onde o presidente Kuchma exigia que se resolvessem os problemas que o jornalista representava para o governo por quaisquer meios necessários.

¹⁰⁴ 2004: *Yushchenko wins Ukraine election re-run*. BBC News (27.12.2004). Disponível em http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/december/27/newsid_4408000/4408386.stm (consultado a 12.07.2015).

a favor de Yanukovich o que gerou uma onda de protestos que resultou na criação de uma reeleição ordenada pelo Tribunal Supremo da Ucrânia para 26 de dezembro de 2004 desta vez sob o comando de observadores internacionais com o intuito de realizar eleições livres e transparentes. As primeiras eleições tinham sido influenciadas a favor de Yanukovich com o apoio da Rússia que ajudou à criação de uma campanha que primou por um ambiente político tenso que criou divisões entre o oeste e este, recurso à intimidação de eleitores e o candidato Yushchenko chegou mesmo a ser envenenado¹⁰⁵.

O resultado final das reeleições foi divulgado a 11 de janeiro de 2005 e atribuiu 51,99% dos votos a Yushchenko contra 44,2% para Yanukovich¹⁰⁶. A 23 de janeiro de 2005 Yushchenko tomou posse como terceiro Presidente da Ucrânia. Embora a Revolução Laranja tenha dado bons indícios de que a realidade iria mudar, tal não aconteceu e o espírito da revolução foi-se desvanecendo. Não existiu uma investigação profunda do assassinato do jornalista Gongadze nem sobre o envenenamento de Yushchenko que não se revelou um presidente eficiente e não acrescentou reformas inovadoras.

A política foi incapaz de acompanhar o crescimento económico do país e os dividendos desse desenvolvimento não foram colhidos, colocando mais um falhanço na Revolução Laranja. A população ucraniana manifestou-se por um presidente que, pensava-se então, iria dar novo rumo ao país mas a Ucrânia manteve o rumo que tivera com Kuchma.

O primeiro governo da presidência de Yushchenko foi liderado por Yuliya Tymoshenko, primeiramente entre janeiro de 2005 e setembro de 2005, acabando por cair devido a tensões com Yushchenko, obtendo um segundo mandato entre dezembro de 2007 e março de 2010. Em 2011 foi condenada a sete anos de prisão por abuso de poder relativo a um acordo de gás com a Rússia embora só tenha cumprido dois anos e meio da pena¹⁰⁷.

Viktor Yanukovich presidiu como Primeiro-Ministro entre agosto de 2006 e dezembro de 2007. Durante esse período Yanukovich procurou aumentar a influência de modo a preparar as eleições presidenciais de 2010 que viria a ganhar. Tentou retirar a base de apoio

¹⁰⁵ *Remember when a Ukrainian presidential candidate fell mysteriously ill?* The Washington Post (12.03.2014). Disponível em <https://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2014/03/12/remember-when-an-ukrainian-presidential-candidate-fell-mysteriously-ill/> (consultado a 12.07.2015).

¹⁰⁶ *Yushchenko named Ukraine winner.* BBC News (11.02.2005). Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4161379.stm> (consultado a 12.07.2015).

¹⁰⁷ *Yulia Tymoshenko walks out of prison, and back into Ukrainian politics.* CNN (23.02.2014). Disponível em <http://edition.cnn.com/2014/02/23/world/europe/ukraine-yulia-tymoshenko-profile/> (consultado a 12.07.2015).

a Yushchenko tanto no parlamento como constitucionalmente o que resultou numa crise política em 2007. Esta crise levou à saída de Yanukovych do cargo e à reentrada de Tymoshenko. Foi durante a sua presidência que a Ucrânia sofreu as consequências da crise económica mundial de 2008-2009. O PIB ucraniano caiu quase 13%¹⁰⁸ em 2009, com relação a 2008, e a Ucrânia mergulhou numa crise. O governo de Tymoshenko, sem ideias claras para enfrentar o período de austeridade e sem proceder a reformas, perdeu as eleições de 2010. Viktor Yanukovych foi eleito o quarto Presidente da Ucrânia com cerca de 48% dos votos ao passo que Tymoshenko ficou-se pelos 45%¹⁰⁹. O mapa que se segue ilustra como diferiram as intenções de voto: a região oeste da Ucrânia votou em Tymoshenko, cujas políticas optavam por um distanciamento da Rússia e uma aproximação á UE; a região este do país votou em Yanukovych que representava uma abordagem política fiel à manutenção de relações com a Rússia.

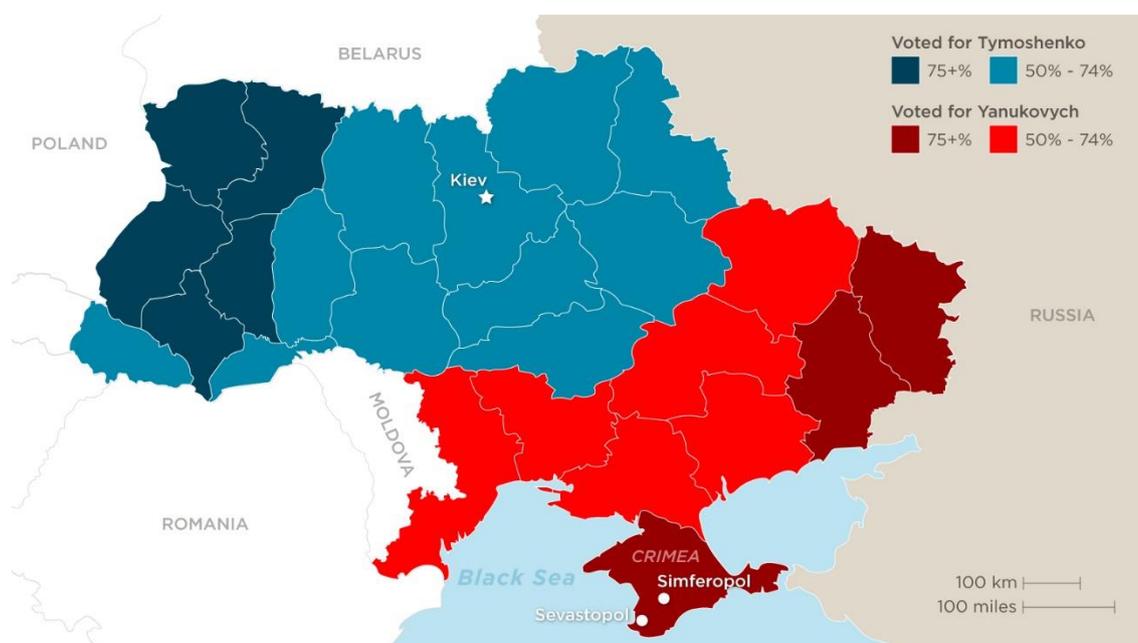


Fig. 5 – Eleições presidenciais de 2010.

Fonte: <http://edition.cnn.com/interactive/2014/02/world/ukraine-divided/> (consultado a 19.07.2015).

¹⁰⁸ Exatamente 12,5%: o PIB da Ucrânia era 2,3% em 2008 e em 2009 passou para – 14,8%. Dados retirados do World Bank – GDP growth (anual %). Disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG/countries/UA?display=graph> (consultado a 13.07.2015).

¹⁰⁹ *Pro-Moscow Yanukovych “to win Ukraine election”*. BBC News (08.02.2010). Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/world/europe/8503177.stm> (consultado a 13.07.2015).

Yanukovych fez reformas para aumentar o poder e começou a enfraquecer a oposição. Em maio de 2011 Tymoshenko foi indiciada por abuso de poder e condenada a sete anos de prisão e multada em \$188 milhões. Para além de Tymoshenko outros ministros ligados ao governo da antiga Primeira-Ministra foram indiciados em casos de corrupção¹¹⁰. Yanukovych aumentou o poder inconstitucionalmente e, com a oposição enfraquecida, viria a permanecer como Presidente da Ucrânia até ao começo da atual crise.

Durante o mandato de Yanukovych a corrupção ganhou proporcionalidades desmesuradas¹¹¹, o poder político estava centralizado e a corrupção era controlada pelo Presidente, pela sua família¹¹² e por um círculo restrito e próximo a Yanukovych. A economia do país foi afetada com a crescente corrupção como referiram algumas notícias:

“Ukraine is in the midst of a financial as well as a political crisis, one that is essentially caused by embezzlement from the Ukraine state by its rulers to the tune of \$8 billion to \$10 billion a year.” (ASLUND, Anders, *Payback Time for the “Yanukovych Family”*, Peterson Institute for International Economics, 11.12.2013)¹¹³.

O Primeiro-Ministro Arseniy Yatsenyuk¹¹⁴ acusou Yanukovych de defraudar os cofres do Estado:

“Ukraine’s new Prime Minister Arseny Yatseniuk (...) accused the government of ousted President Viktor Yanukovych of stripping state coffers bare and said 37 billion dollars of credit it had received had disappeared. (...) Yatseniuk said that in the past three years “the sum of 70 billion dollars was paid out of Ukraine’s financial system into off-

¹¹⁰ Steven Woehrel, *Ukraine: Current issues and U.S. Policy*, CRS Report for Congress, 10.05.2012. Disponível em <http://fpc.state.gov/documents/organization/191873.pdf> (consultado a 13.07.2015).

¹¹¹ *Profiting from Power? The Dubious Business of the Yanukovych Clan*. Spiegel Online International (16.05.2012). Disponível em <http://www.spiegel.de/international/world/the-dubious-business-of-ukraine-president-yanukovych-and-his-clan-a-833127.html> (consultado a 14.07.2015).

¹¹² O seu filho mais velho, Oleksandr Yanukovych era uma das figuras principais nos negócios da família.

¹¹³ Disponível em <http://blogs.piie.com/realtime/?p=4162> (consultado a 14.07.2015).

¹¹⁴ Primeiro-Ministro da Ucrânia que tomou posse a 27 de fevereiro de 2014 após a vitória dos protestos no país e Yanukovych ter abandonado a Ucrânia e fugido. Aplicou políticas que visavam um distanciamento da Rússia e uma aproximação à União Europeia, tendo mesmo assinado um acordo de associação política com a União Europeia.

shore accounts””. (Billions received by Yanukovich government have disappeared: PM Yatseniuk, Reuters, 27.02.2014)¹¹⁵.

O impacto sobre os danos que os atos de corrupção representaram para a economia ucraniana o PIB do país em 2013 era 183, 310, 146, 378.1¹¹⁶ bilhões de dólares americanos. O desaparecimento de \$70 bilhões representa quase 40% do PIB ucraniano em 2013. O resultado do governo cleptocrático de Yanukovich fora desastroso para a economia do país e a Ucrânia ficou perto da insustentabilidade.

As negociações com a UE para um acordo de associação foram iniciadas em 2008 e se Yanukovich tivesse assinado o acordo teria mais um ponto a favor caso concorresse à presidência em 2015. A encarceração do Tymoshenko em outubro de 2011 congelou o acordo. Em dezembro de 2012 a UE definiu um conjunto de pontos que a Ucrânia deveria implementar para que as negociações pudessem continuar. As mudanças exigidas pela UE incidiam sobre a aplicação de reformas a nível eleitoral, constitucional e jurídico e deveriam estar implementadas até à Cimeira de Vilnius de novembro de 2013. As reformas pedidas pela UE abordavam os pontos mais deficitários do governo ucraniano e o ponto que mais polémica trouxe foi o pedido de libertação de Tymoshenko¹¹⁷. O parlamento ucraniano rejeitou a hipótese de Tymoshenko ser libertada pois reconhecia o seu peso político e sabia que o reaparecimento resultaria no ressurgimento de uma oposição. Os pedidos da UE para que se chegasse a um acordo de associação eram uma ameaça direta ao controlo do sistema jurídico e político que Yanukovich tinha e levaria à dissolução da centralização do poder presidencial.

Como as exigências da UE iam contra os interesses ucranianos, as negociações foram-se arrastando. A Ucrânia começou a fazer mais exigências e a pedir mais garantias para assinar. Aliado a tudo isto, a Rússia começou a exercer pressão junto à Ucrânia para que não assinasse o acordo de associação com a UE. A dependência económica da Rússia colocava a Ucrânia em posição delicada. A Rússia é um dos principais importadores e exportadores de

¹¹⁵ Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/02/27/us-ukraine-crisis-money-idUSBREA1Q14Q20140227> (consultado a 14.07.2015).

¹¹⁶ Dados de acordo com o World Bank. Disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries/UA?display=graph> (consultado a 14.07.2015).

¹¹⁷ *Ukraine-EU trade deal deadlocked over Tymoshenko release*. France 24 (22.11.2013). Disponível em <http://www.france24.com/en/20131121-ukraine-halts-eu-trade-deal-tymoshenko-association-agreement> (consultado a 14.07.2015).

bens e serviços da Ucrânia¹¹⁸ o que limitava a liberdade política e deixava o país vulnerável a ameaças e interesses russos.

As opções para a Ucrânia, caso assinasse um acordo de associação com a UE, poderiam resultar na fragmentação do país, dividindo-o entre este e oeste; a não inclusão na União Económica Eurasiática¹¹⁹; ou o crescimento do movimento nacionalista, especialmente no este do país. A Rússia queria a inclusão da Ucrânia na União Económica Eurasiática e qualquer acordo que permitisse aproximação política e/ou comercial com a UE iria contra o que era desejável. Caso a Ucrânia assinasse um acordo com a UE a Rússia iria perder espaço de influência.

A 21 de novembro de 2013, durante a Cimeira em Vilnius, a Ucrânia rejeitou¹²⁰ assinar o acordo de associação com a UE como resultado da pressão exercida pela Rússia; da intransigência da Ucrânia em aceder às exigências da UE; e do acréscimo constante de exigências que a Ucrânia requeria para assinar. A recusa em assinar o acordo de associação resultou em protestos¹²¹ na cidade de Kiev a favor de um acordo com a UE, seria o início da crise na Ucrânia. Yanukovich pretendia que o acordo com a UE preenchesse o vácuo financeiro que poderia resultar caso a Rússia cortasse relações.

1.1 Os protestos de “Euromaidan” – o início da mudança

A 21 de novembro de 2013 o presidente Yanukovich tomou uma decisão que viria a ditar o fim do seu governo meses mais tarde e iria mudar a realidade política, social e económica da Ucrânia. Os protestos de Euromaidan¹²² foram a resposta contra a posição tomada. Para muitos ucranianos o acordo de associação representava a oportunidade de uma nova

¹¹⁸ Ver o *website* da World Trade Organization (setembro de 2014). Disponível em <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Country=UA> (consultado a 14.07.2015).

¹¹⁹ Resultado de um acordo de cooperação assinado a 29 de maio de 2014 entre a Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia e Arménia. Disponível em <http://www.eaeunion.org/?lang=en#about-history> (consultado a 14.07.2015).

¹²⁰ *Ukraine suspends talks on EU trade pact as Putin wins tug of war*. The Guardian (21.11.2013). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/nov/21/ukraine-suspends-preparations-eu-trade-pact> (consultado a 14.07.2015).

¹²¹ *Ukraine protests after Yanukovich EU deal rejection*. BBC News (30.11.2013). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-25162563> (consultado a 14.07.2015).

¹²² Literalmente “Europraça”. Foi o local do começo dos protestos contra o afastamento do país do acordo de associação com a UE. Os protestos tiveram origem na praça central de Kiev a *Maidan Nezalezhnosti* – Praça da Liberdade. Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Euromaidan> (consultado a 14.07.2015).

vida e desenvolvimento do país. O problema é que representava um corte severo na corrupção existente e a aproximação da Ucrânia ao Ocidente. Yanukovych contava com a vitória nas eleições de 2015. Caso ganhasse, a Ucrânia tornar-se-ia um país à imagem da Rússia ou da Bielorrússia e quaisquer hipóteses de aproximação à UE estariam perdidas.

O início dos protestos demonstrou fraca aderência, o controlo da polícia era desencorajador. A 24 de novembro¹²³ os protestos ganharam novo alento com milhares de pessoas a pedir uma Ucrânia europeia e exigir o fim da corrupção no país. A tentativa de repressão não resultou e os protestos continuaram, ganharam cada vez mais apoio e alastraram-se a todo o país. As tecnologias de informação tiveram um papel fundamental para o crescimento dos protestos. O uso das redes sociais, de notícias feitas ao vivo e outras formas de informação mantiveram a causa viva e acabaram por impulsionar o movimento. “(...) *most Maidan activists had a pretty accurate sense of what was wrong with their country: namely, obscene levels of corruption rooted in post-Soviet political and business culture.*” (WILSON, 2014, p. 70).

A tentativa de repressão dos protestos permitiu abrir uma nova vertente. A população não se manifestava só por uma associação com a UE, manifestava-se também contra o fim do regime repressivo e corrupto existente no país. Os manifestantes juntavam-se para exigir uma Ucrânia livre, limpa e europeia pediam sobretudo uma mudança política no país. No início de dezembro¹²⁴ o tribunal de Kiev proibiu todos os protestos na praça de Maidan. A proibição não surtiu qualquer efeito e centenas de milhares de pessoas acorreram ao centro da capital para continuarem os protestos. Estima-se que cerca de 300,000 pessoas saíram às ruas em Kiev, a 1 de dezembro de 2013, para protestarem e exigir a demissão de Yanukovych. Foram os maiores protestos no país desde a Revolução Laranja de 2004. O início da revolta mergulhou o país numa crise política e económica.

Os ativistas envolvidos tinham identificado um conjunto de situações que consideravam urgentes resolver. Os problemas prendiam-se com a corrupção maciça. O objectivo passava por acabar com o governo cleptocrático e com a centralização do poder político e jurídico.

¹²³ *Ukrainian protesters flood Kiev after president pulls out of EU deal.* The Guardian (24.11.2013). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/nov/24/ukraine-protesters-yanukovych-aborts-eu-deal-russia> (consultado a 15.07.2015).

¹²⁴ *Ukrainians call for Yanukovych to resign in protests sparked by EU u-turn.* The Guardian (02.12.2013). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/dec/01/ukraine-largest-street-protests-orange-revolution> (consultado a 15.07.2015).

Diferentes partidos juntaram-se às manifestações com finalidades divergentes e visões nem sempre semelhantes para o futuro da Ucrânia. Partidos como o *The Freedom Party*¹²⁵ ou o *Right Sector*¹²⁶, este último formado durante a revolta, foram alguns dos intervenientes nas manifestações e nos confrontos com a polícia. Após a fuga de Yanukovich o governo de emergência formado para lidar com a situação era constituído por políticos ligados ao *The Freedom Party*, alguns ativistas de Euromaidan e alguns radicais de extrema-direita¹²⁷. O facto de estes partidos serem compostos por ideologias extremistas desencadeou uma guerra de propaganda de informação levada a cabo pela Rússia. Notícias transmitidas, entre outros meios, pela RT¹²⁸ visaram difundir que a revolta de Maidan resultou na chegada ao poder de partidos com tendências fascistas e nazis. Apesar de existirem de facto partidos de extrema-direita no poder o cenário não era tão negro como a propaganda queria dar a entender. Para a Rússia era vital que a revolução não significasse uma mudança entre os dois países. A guerra informativa viria a desempenhar um papel fundamental na justificação da anexação da Crimeia e nos confrontos que se registraram no este do país.

O início de dezembro de 2013 representou um virar de página na revolução. A passividade e a letargia ficaram para trás e os protestos ganharam uma vertente mais violenta. A crescente tensão política e geográfica no país levou a medidas de maior impacto porque o progresso político tinha sido pouco e a situação do país estava longe de resolvida. Depois dos confrontos entre os manifestantes e as *Berkut*¹²⁹ na praça de Maidan foram criados grupos de resistência nacional e montadas barricadas tanto na praça de Maidan como em edifícios governamentais para contrabalançar o poderio e a violência exercida pelo governo. A disseminação de informação foi aproveitada pelos manifestantes através da criação de *web-*

¹²⁵ Partido nacionalista ucraniano, conhecido também por *All-Ukrainian Union Svoboda*.

¹²⁶ Partido nacionalista ucraniano de extrema-direita.

¹²⁷ Como Andriy Parubiy, eleito para o Concelho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia após os protestos terem derrubado o governo de Yanukovich.

¹²⁸ Da qual são exemplo os seguintes artigos: *Result of Maidan – revival of Nazism in Ukraine*. RT (10.04.2015). Disponível em <http://www.rt.com/op-edge/248497-ukraine-law-fascists-nazi-ww2/> (consultado a 16.07.2015). *Existential threat: Russians cannot allow Ukraine to be ruled by neo-fascists*. RT (02.03.2014). Disponível em <http://www.rt.com/op-edge/ukraine-existential-threat-russia-413/> (consultado 16.07.2015).

¹²⁹ Polícia Especial da Ucrânia. *Ukrainian police violently eject pro-EU protesters from Kiev square*. RT (30.11.2013). Disponível em <http://www.rt.com/news/ukraine-police-disperse-protest-509/> (consultado a 16.07.2015).

sites¹³⁰ para divulgar a corrupção do governo de Yanukovich. A repressão por parte do governo começou a aumentar¹³¹: procuravam-se realizar ações de intimidação longe do olhar das câmaras, ativistas e jornalistas¹³² foram raptados. Após a fuga de Yanukovich¹³³ foram divulgados documentos¹³⁴ relativos aos gastos e outros que revelam índices de corrupção.

A 17 de dezembro de 2013 a Rússia e a Ucrânia chegaram a entendimento sobre um plano de ação¹³⁵. Este acordo parecia reforçar a incapacidade da revolta em produzir mudanças pois afastava a opção de qualquer tipo de parceria com a UE e dava ao regime de Yanukovich os alicerces necessários à sobrevivência. O acordo focava-se na revisão das restrições comerciais entre os dois países, a Rússia prometeu ainda adquirir 15 bilhões de dólares¹³⁶ da dívida ucraniana e reduzir os custos do gás para metade. Em troca a Ucrânia tinha que não assinar qualquer acordo de associação com a UE. Este acordo tornava a Ucrânia mais dependente da Rússia.

No início de janeiro de 2014 a revolução começou a perder força. Os manifestantes não produziam efeitos no rumo dos acontecimentos políticos e Yanukovich mantinha o poder. Era evidente que a abordagem dos manifestantes teria que mudar, pois o que fora consegui-

¹³⁰ Como o *website* <<http://yanukovich.info/>> (consultado a 16.07.2015).

¹³¹ Através das *Berkut* ou do uso de *Titushki*. Estes últimos eram formados por variados tipos sociais: criminosos, policiais à paisana, membros de gangues, indivíduos pertencentes a claques de futebol, etc... Os *Titushki* foram responsáveis por alguns dos momentos mais violentos das manifestações. Ver: *Titushki – the Ukrainian president’s hired strongmen*. Deutsche Welle (19.02.2014). Disponível em <http://www.dw.com/en/titushki-the-ukrainian-presidents-hired-strongmen/a-17443078> (consultado a 16.07.2015).

¹³² Ver *Simon Ostrovsky on His Kidnapping, Detainment, and Release*. VICE NEWS (28.04.2014). Disponível em <https://news.vice.com/article/simon-ostrovsky-on-his-kidnapping-detainment-and-release> (consultado a 16.07.2015).

¹³³ *Ukraine crisis: Viktor Yanukovich denounces “coup” as he leaves Kiev*. The Telegraph (22.02.2014). Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/ukraine/10655398/Ukraine-crisis-Opposition-demands-Viktor-Yanukovich-resign.html> (consultado a 16.07.2015).

¹³⁴ *Yanukovich’s Wild Spending Revealed By Documents At \$70 Million Estate*. Business Insider (23.02.2014). Disponível em <http://www.businessinsider.com/yanukovychs-wild-spending-revealed-by-documents-at-70-million-estate-2014-2> (consultado a 16.07.2015).

¹³⁵ *Putin: Russian-Ukrainian action plan aimed at normalizing bilateral trade*. Kyiv Post (17.12.2013). Disponível em <http://www.kyivpost.com/content/ukraine/putin-russian-ukrainian-action-plan-aimed-at-normalizing-bilateral-trade-333846.html> (consultado a 16.07.2015).

¹³⁶ *Ukraine receives half price gas and \$15 billion to stick with Russia*. The Telegraph (17.12.2013). Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/ukraine/10523225/Ukraine-receives-half-price-gas-and-15-billion-to-stick-with-Russia.html> (consultado a 17.07.2015).

do ficava muito aquém do pretendido. A forma como Yanukovych respondia contra os protestos, através do uso excessivo de força, acabou por motivar os ativistas.

A 16 de janeiro de 2014 o parlamento ucraniano aprovou um conjunto de leis¹³⁷ que visava criminalizar todas as atividades que tanto os manifestantes como a oposição política tinham feito. A lei aprovada proibia a participação em protestos pacíficos a pessoas que usassem capacetes ou uniforme ou carregassem objetos pirotécnicos ou fogo. Ficaria ainda proibido montar tendas, palcos ou sistemas de som sem consentimento da polícia. Conduzir em grupos de mais de cinco carros estava proibido assim como bloquear o acesso a residências e recolher informações acerca de juizes. O governo iria ainda controlar o acesso à internet e poderia proibi-lo, o que evitaria a disseminação de informação. Quaisquer membros do parlamento poderiam perder a imunidade sem aviso prévio. Negar crimes ou ligações fascista foi criminalizado com vista a ilegalizar o partido *The Freedom Party*. Com estas medidas o governo tentava não só justificar o uso de força excessiva e as tentativas de repressão dos protestos mas providenciar uma justificação legal para que os protestos acabassem. Esta lei ao invés de esmorecer a revolução serviu de catalisador.

A 19 de janeiro de 2014 os protestos subiram de tom e ficaram marcados por confrontos, dando início a um cenário de guerra civil, entre manifestantes e forças da autoridade. A rua de Hrushevsky¹³⁸, em Kiev, foi palco de confrontos entre manifestantes e polícia que emergiram na noite de 19 de janeiro e duraram cerca de três dias. Estes confrontos resultaram na polarização da violência entre polícia e manifestantes. Os episódios que se seguiram envolveram a ocupação de edifícios governamentais¹³⁹ por ativistas que tomaram o Ministério da Energia, da Justiça e da Agricultura acabando por sair pouco depois devido a pressões russas, no que toca ao sector energético, e pressões do governo ucraniano.

O coração da revolução era a praça de Maidan, contudo Kiev não era o único sitio na Ucrânia que estava a ser alvo de manifestações e confrontos. A revolta espalhou-se um pou-

¹³⁷ *Ukraine parliament pushes through sweeping anti-protest law*. Reuters (16.01.2014). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/01/16/us-ukraine-law-idUSBREA0F12M20140116> (consultado a 17.07.2015).

¹³⁸ *A new and dark chapter*. The Economist (22.01.2014). Disponível em <http://www.economist.com/blogs/easternapproaches/2014/01/ukraine-1> (consultado a 17.07.2015).

¹³⁹ *Kiev protesters occupy government building amid uneasy truce*. The Guardian (24.01.2014). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/jan/24/kyiv-protesters-occupy-government-building-truce-ukraine> (consultado a 17.07.2015).

co por todo o país. As manifestações propagaram-se até às regiões mais a este¹⁴⁰, como Dnipropetrovsk, e começavam a chegar a regiões próximas das fronteiras com a Rússia. Em algumas regiões do este da Ucrânia, onde existia mais simpatia com a Rússia, as manifestações foram reprimidas com sucesso por milícias e pelos titushki. Com o alastrar das manifestações ao este do país emergiram grupos pró-russos¹⁴¹ em defesa da manutenção das relações com a Rússia e contra a aproximação à UE. Com a aproximação das manifestações às fronteiras russas, aumentava a pressão para que a Ucrânia contivesse a revolta.

A 28 de janeiro de 2014 o parlamento ucraniano chumbou¹⁴² a aplicação das leis que visavam ilegalizar os protestos. Uns dias mais tarde, o parlamento aprovou uma lei que visava dar amnistia¹⁴³ aos envolvidos nas manifestações. A amnistia seria aplicada somente caso os manifestantes se retirassem dos edifícios e restantes sítios ocupados, tendo ficado estabelecido um prazo de quinze dias para o efeito. A instabilidade do governo de Yanukovich, a pressão da Rússia para que se acabassem as manifestações e o alastramento dos protestos ao este do país punham pressão no governo ucraniano para segurar a situação. A tentativa de dar amnistia aos envolvidos na revolta funcionava como uma forma de tentar acabar com os protestos da forma mais rápida, para trás ficava a lei repressiva passada semanas antes. No final de janeiro as conversações entre o governo ucraniano e a oposição ficaram suspensas por alegada indisposição de Yanukovich¹⁴⁴ o que acrescentava mais indefinição ao futuro do país.

O mês de fevereiro revelou-se decisivo para o futuro do governo e agravou a situação com o aumento da violência e do sentimento de revolta. A população sentia-se isolada do governo, mesmo a oposição a Yanukovich não atuava consoante os interesses dos protestos

¹⁴⁰ *Ukraine Protests Spread as Overtures Is Spurned*. The New York Times (26.01.2014). Disponível em http://www.nytimes.com/2014/01/27/world/europe/ukraine-protests-spread-as-overture-is-spurned.html?_r=0 (consultado a 17.07.2015).

¹⁴¹ *Ukraine crisis: Pro-Russia protests take place*. BBC News (01.03.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26400276> (consultado a 17.07.2014).

¹⁴² *Ukraine crisis: Parliament abolishes anti-protest law*. BBC News (28.01.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-25923199> (consultado a 17.07.2015).

¹⁴³ *Ukraine parliament passes amnesty law*. Al Jazeera (30.01.2014). Disponível em <http://www.aljazeera.com/news/europe/2014/01/ukraine-parliament-passes-amnesty-law-201412922424687724.html> (consultado a 17.07.2015).

¹⁴⁴ *Talks Stall as President of Ukraine Calls in Sick*. The New York Times (30.01.2014). Disponível em http://www.nytimes.com/2014/01/31/world/europe/ukraine-unrest.html?_r=0 (consultado a 17.07.2015).

de Euromaidan. Cada vez que se chegava a acordo entre o governo e a oposição a população aumentava o tom dos protestos de modo a demonstrar o descontentamento por não terem sido incluídos nas negociações. À medida que a revolta se tornava mais militarizada o regime de Yanukovich tornava-se mais brutal.

Entre 14 e 16 de fevereiro de 2014 todos os 243 manifestantes presos desde dezembro foram libertados e os edifícios públicos de Kiev e de outras regiões da Ucrânia tinham sido desocupados¹⁴⁵.

A 18 de fevereiro de 2014 produziram-se confrontos, que resultam na morte de cerca de 17 pessoas¹⁴⁶ tendo ainda sido ateados fogos à sede do partido político *Party of Regions*¹⁴⁷. A polícia readquiriu o controlo da rua *Institutska* através do uso de armas, além disto existiam confrontos entre manifestantes e *titushki* no parque de *Mariinsky*. Durante este dia a Ucrânia viveu uma série de confrontos e chegou a ser emitido um ultimato para que as ruas fossem evacuadas ou o governo tomaria medidas para as desocupar. Como resposta o governo lançou a *Operation Boomerang* e a *Operation Surge* sobre o cerco feito pelos manifestantes na praça de Maidan, mas não conseguiu demover os que lá se encontravam.

Os manifestantes perderam território mas mantiveram-se firmes na luta por uma mudança. Poucos dias depois, a 20 de fevereiro, Kiev viveu um dos dias mais violentos desde o começo da crise. Produziram-se novos confrontos, desta vez com recurso a franco-atiradores¹⁴⁸ que não apresentavam qualquer tipo de indumentária oficial de modo a não poderem ser identificados. Os ataques conduzidos por franco-atiradores resultaram na morte

¹⁴⁵ *Ukraine frees all protesters detained during unrest*. BBC News (14.02.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26187299> (consultado a 17.07.2015).

¹⁴⁶ *At least 17 dead after renewed clashes in Kiev*. Euronews (18.02.2014). Disponível em <http://www.euronews.com/2014/02/18/live-updates-ukraine-protesters-clash-with-police-near-parliament/> (consultado a 17.07.2015).

¹⁴⁷ *Latest News From Ukrainian Protests 18.02.2014*. Euromaidan Press (18.02.2014). Disponível em <http://euromaidanpress.com/2014/02/18/latest-news-from-ukrainian-protests-18-02-2014/> (consultado a 17.07.2015).

¹⁴⁸ *Ukraine crisis: protesters targeted by snipers in Kiev*. The Telegraph (20.02.2014). Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/ukraine/10650995/Ukraine-protests-truce-broken-by-gunshots-in-Kiev-square-watch-live.html> (consultado a 17.07.2015).

de mais de 70 pessoas entre 18 e 20 de fevereiro¹⁴⁹ tendo alguns membros da Berkut sido identificados como responsáveis pelos ataques.

O governo de Yanukovych e a oposição chegaram a acordo¹⁵⁰ a 21 de fevereiro de 2014. As partes envolvidas acordaram a restauração da constituição existente durante a Revolução Laranja e que uma nova constituição seria delineada até setembro. Com este acordo, Yanukovych mantinha o cargo de presidente até às eleições que seriam realizadas em dezembro mas só se acabaram por se realizar em março de 2015. As eleições seriam supervisionadas e seriam criadas leis eleitorais para evitar a viciação dos resultados. Seriam conduzidas investigações sobre o uso de violência policial durante as manifestações. Todos os manifestantes presos desde 17 de dezembro teriam direito a amnistia. O acordo alcançado estipulava que não seria imposto o estado de emergência no país; que tanto as autoridades como a oposição não recorreriam mais ao uso de violência; que ambas as partes iriam encetar esforços rumo à normalização social e política; todas as armas ilegais deveriam ser entregues. O parlamento aprovou unanimemente o regresso da constituição de 2004 e as medidas que visavam mudanças no código penal e que permitiria a libertação de Tymoshenko. Ainda assim, a população continuava a exigir a demissão de Yanukovych.

O parlamento votou a favor da destituição do cargo de presidente a Yanukovych e marcou eleições para 25 de março. No mesmo dia, 22 de fevereiro, fugiu de Kiev rumo à Rússia. Olexander Turchynov foi votado pelo parlamento para atuar como presidente interino enquanto a situação não fosse regularizada e Arseniy Yatsenyuk foi nomeado primeiro-ministro. Tymoshenko foi libertada a 22 de fevereiro. Nas semanas que se seguiram Kiev começou a voltar à normalidade. Os manifestantes assassinados tornaram-se mártires, estátuas de Lenine foram destruídas e algumas ruas foram renomeadas. A maioria das mudanças aconteceu no oeste, onde os movimentos políticos e a população eram propícios a uma aproximação à UE. A história em algumas regiões no este da Ucrânia seria diferente.

Os manifestantes conseguiram sobreviver à repressão do governo de Yanukovych. A Ucrânia tinha estado à beira do colapso mas sobrevivia para mais uma mudança política e social. As coisas pareciam estar a encaminhar-se para a resolução esperada: o fim da corrup-

¹⁴⁹ *Special police shot Kiev protesters, inquiry says.* BBC News (03.04.2012). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26868119> (consultado a 17.07.2015).

¹⁵⁰ *Ukraine opposition leaders sign deal with government.* The Guardian (21.02.2014). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/feb/21/ukraine-president-says-deal-has-been-reached-opposition-bloodshed> (consultado a 17.07.2015).

ção do regime de Yanukovich e uma Ucrânia europeia. A revolução de Euromaidan representou um novo capítulo na história política da Ucrânia, um capítulo sobre o qual a Rússia não estava satisfeita. Como a Rússia não queria perder um espaço que considerava importante na aplicação dos seus interesses decidiu intervir criando maior instabilidade. A Rússia não facilitaria a perda de um ponto importante na aplicação da sua política externa.

1.2 A Anexação da Crimeia

A Ucrânia iria viver uma nova fase na crise que começara em finais de novembro de 2013. A Rússia não estava disposta a perder um dos satélites para a União Europeia. A possibilidade de a Ucrânia optar por uma aproximação à UE poderia abrir a porta à inclusão do país na OTAN.

“With its corruption and ethnic divisions, Crimea was always one of the worst-governed parts of Ukraine (...).” (WILSON, 2014, p. 107). A Crimeia foi oferecida por Nikita Khrushchev à Ucrânia em 1954 como forma de tornar o país menos ucraniano através do aumento da população russa na região. Contudo a história da Crimeia é extensa e tem sido uma região sempre em disputa. Embora seja reclamada como território russo são os tártaros da Crimeia quem estão em posição legítima de reclamar a região. A Crimeia foi anexada pelo Império Russo em 1783 mas só esteve sobre administração russa entre a Guerra da Crimeia, que aconteceu entre 1853 e 1856, até 1917 e entre 1945 e 1954 altura em que foi oferecida à Ucrânia. A Crimeia esteve sobre administração ucraniana cerca de sessenta anos, entre 1954 e 2014. Ainda antes de ser anexada pelo Império Russo, a Crimeia pertenceu ao povo Tártaro durante cerca de quatro séculos. Em 1944 os tártaros foram deportados da Crimeia após a reocupação da região pela União Soviética.



Fig. 6 – Mapa da Crimeia.

Fonte: <http://news.asiaone.com/news/world/ukraine-crisis-crimea-said-close-air-space-commercial-flights>

(consultado a 18.07.2015).

A população tártara constituía a maioria na Crimeia até à anexação pelo Império Russo em 1783 e à Guerra da Crimeia a região fora pouco russificada. Após a anexação de 1783 a população tártara começou a decrescer. As décadas de 1920 e 1930 ficaram marcadas pela fome na região que resultou na morte de milhares de tártaros. A década de 1930 ficou ainda marcada pela expurgação de tártaros pela União Soviética. Antes de acontecerem as exportações de 1944 já a Crimeia tinha perdido grandes partes da população. Em maio de 1994 os tártaros foram acusados pela União Soviética de terem colaborado com a Alemanha durante a ocupação da Crimeia e começaram a ser deportados para a Sibéria, partes da Ásia Central e Montes Urais. As condições que foram oferecidas aos tártaros eram precárias e houve bastantes mortes devido à falta de alimentação, à falta de condições e às adversidades atmosféricas. Com o êxodo da população tártara a União Soviética ganhava a oportunidade de russificar a região.

Em 1967 um decreto emitido pela União Soviética retirava as acusações de cooperação entre os tártaros e a Alemanha nazi mas foi só a partir de 1989 que a população tártara teve hipótese de regressar à Crimeia. O número de tártaros na Crimeia era muito inferior ao de

outrora. No último censo¹⁵¹ realizado na Ucrânia, em 2001, a população tártara na Crimeia, representante de 12,1% da população, estava longe do que fora em tempos anteriores. A maioria da população era russa, com 58,5%, e 24,4% ucraniana.

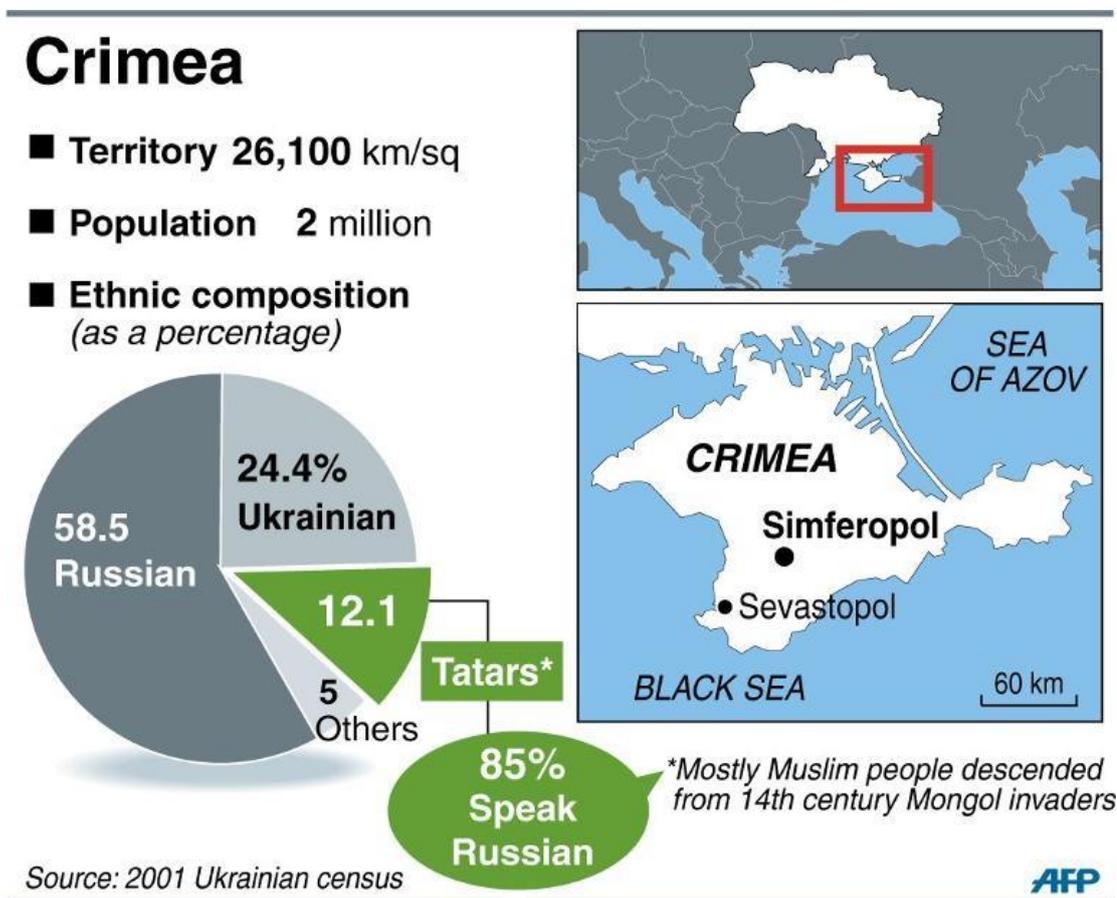


Fig. 7 – Constituição da população na Crimeia.

Fonte: http://citizen.co.za/afp_feed_article/ukraine-plans-patriotic-rallies-as-crimea-crisis-deepens/ (consultado a 18.07.2015).

Após a queda da União Soviética, em 1991, os principais grupos populacionais que compunham a Crimeia eram os russos que representavam a maioria da população os tártaros e os ucranianos. Em janeiro de 1991 a Crimeia foi a votos para decidir se voltaria, ou não, a readquirir o estatuto de região autónoma. Mais de 90% votaram a favor e a Crimeia voltou ao estatuto que perdera em 1945. Apesar de região autónoma continuou a fazer parte da Ucrânia.

¹⁵¹ Os próximos censos estão estimados para 2016. Ver <http://www.kyivpost.com/content/ukraine/ukrainian-population-census-postponed-until-2016-329592.html> (consultado a 18.07.2015).

Com o estatuto de região autónoma adquirido a Crimeia tentou tornar-se independente da Ucrânia. A primeira tentativa aconteceu em 1992 mas o parlamento ucraniano não reconheceu o referendo e a votação ficou sem efeito. Em 1994 voltou a tentar-se obter a independência, uma vez mais a população aprovou as medidas apresentadas mas a Crimeia manteve-se anexada à Ucrânia.

“Russia’s annexation of Crimea and its undermining of Ukrainian sovereignty were direct challenges to the whole post-Cold War security order, which Russia had previously stoutly defended.” (WILSON, 2014, P. VII).

O final de fevereiro de 2014 acrescentou um novo capítulo na crise. A Crimeia foi invadida por soldados armados e sem uniforme oficial¹⁵² a 27 de fevereiro de 2014. Cerca de meia centena de homens armados forçaram a secessão do governo e a criação de um referendo, todas as comunicações com o exterior foram cortadas. As tropas que começaram o golpe pareciam ser formadas por uma junção entre a extinta Berkut e unidades militares e de inteligência russas como o Departamento Central de Inteligência (GRU) e o FSB. Para além da destituição do sistema político, as forças militares tomaram conta de armazéns de armas no Ministério do Interior em Sebastopol e bloquearam as passagens que conectam a Crimeia com o resto da Ucrânia. Em seguida, os aeroportos de Sebastopol e Simferopol foram capturados. Os soldados responsáveis pelo golpe não tinham qualquer tipo de identificação que os permitisse ligar à Rússia ou a milícias pró-russas. Segundo algumas fontes¹⁵³ alguns dos soldados em questão pertenciam, entre outros, à frota do Mar Negro da marinha russa e ao GRU. Em abril, o presidente Putin confirmou¹⁵⁴ mesmo a existência de tropas russas na região com o intuito de defender os interesses e dar apoio militar às milícias pró-russas. As tropas ucranianas na Crimeia ofereceram o controlo sem resistência o que facilitou a eficácia do golpe e determinou o sucesso da invasão relâmpago.

¹⁵² *“Little green men” or “Russian invaders”?* BBC News (11.03.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26532154> (consultado a 18.07.2015).

¹⁵³ *The Crimean “Army”.* VASILIEV, Andrei. openDemocracy (14.03.2014). Disponível em <https://www.opendemocracy.net/od-russia/andrei-vasiliev/crimean-%E2%80%98army%E2%80%99> (consultado a 18.07.2015).

¹⁵⁴ *Putin admits Russian forces were deployed to Crimea.* Reuters (17.04.2014). Disponível em <http://uk.reuters.com/article/2014/04/17/russia-putin-crimea-idUKL6N0N921H20140417> (consultado a 18.07.2015).

A 16 de março de 2014 realizou-se o referendo¹⁵⁵ na Crimeia onde cerca de 95% votou a favor da anexação à Rússia. Analisando estes números dentro do contexto dos censos de 2001 na Ucrânia a população russa na Crimeia compreendia 58,5% da população total. Contudo o facto de cerca de 25 mil tropas russas se encontrarem na Crimeia na altura do referendo talvez possa ajudar a explicar os resultados obtidos. Com a vitória do “sim” a Rússia procedeu a um dos mais rápidos processos de anexação da história da Ordem Mundial contemporânea. A 21 de março de 2014 o presidente Putin assinou a anexação da Crimeia¹⁵⁶ e reconheceu ainda a Abkhazia e a Ossétia como Estados independentes. O objectivo da formalização do reconhecimento das regiões da Ossétia e Abkhazia tinha o intuito de legitimar o processo de anexação da Crimeia e acelerar a integração ao invés de esperar pelo reconhecimento da anexação por outros países, o que nunca iria acontecer pois a larga maioria considerava a anexação ilegal.

Assim que a euforia da vitória russa na Crimeia começou a assentar, foram tidos em conta os custos para suportar a região. A península da Crimeia é responsável pela produção de apenas um décimo da energia que consome, 90% do consumo de água, 80% do consumo de electricidade e cerca de 65% do consumo de gás são provenientes da Ucrânia¹⁵⁷. Seria agora a Rússia a suportar os gastos energéticos da região pois a Ucrânia cortou todas as exportações. Em termos energéticos a Rússia não teria problemas em suportar a Crimeia, contudo a região estava subdesenvolvida em termos infraestruturais o que significava a necessidade de financiamento. Cerca de 70% do orçamento da Crimeia provinha da Ucrânia. O governo russo anunciou que iria investir entre 5 a 6 biliões de dólares na Crimeia. A Rússia prometeu ainda investir na construção de infraestruturas¹⁵⁸ para reduzir a dependência entre a Crimeia e a Ucrânia. Os valores gastos poderão rondar os 2,8 biliões de dólares e serão aplicados na construção de estradas, pontes e ferrovias que facilitem a ligação entre a Crimeia e a Rússia.

¹⁵⁵ *Crimea referendum: Voters “back Russia Union”*. BBC News (16.03.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26606097> (consultado a 18.07.2015).

¹⁵⁶ *Ukraine: Putin signs Crimea annexation*. BBC News (21.03.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26686949> (consultado a 18.07.2015).

¹⁵⁷ *Why annexing Crimea may prove costly for Russia*. CNN (17.03.2014). Disponível em <http://edition.cnn.com/2014/03/14/business/russia-ukraine-crimea-economy/index.html> (consultado a 19.07.2015).

¹⁵⁸ *Factbox – Costs and benefits from Russia’s annexation of Crimea*. Reuters (08.04.2014). Disponível em <http://uk.reuters.com/article/2014/04/08/uk-ukraine-crisis-crimea-costs-factbox-idUKBREA370NY20140408> (consultado a 19.07.2015).

Será investido um montante semelhante na construção de centrais elétricas e será construído um gasoduto entre a Rússia e a Crimeia que poderá ter um custo entre os 200 milhões e 1 bilhão de dólares. Além dos gastos em infraestruturas energéticas e de acessibilidade a Rússia prometeu investir na reabilitação de infraestruturas públicas como escolas, hospitais, aeroportos, entre outros. O ministro das finanças russo estipulou que, durante 2014, a Rússia iria investir na Crimeia cerca de 6,8 bilhões de dólares.

Os custos que a Crimeia terá para a Rússia afetam ainda mais o desenvolvimento econômico, já abalado pela crise econômica de 2008 e que piorou com a intervenção na Ucrânia e a anexação da Crimeia. O impacto negativo na economia russa deve-se ao desinvestimento no país e às sanções impostas pelos EUA e UE. Ter que suportar o desenvolvimento da Crimeia poderá revelar-se contraproducente para a economia russa.

“Ukraine no longer has a navy. (...) For Russia, Crime is the eastern outpost of Eurasia. It can dominate Southern Ukraine as far as Odesa and even Moldova, which can be reached by Iskander missiles. Russia and Turkey will be the only naval major powers in the Black Sea.” (WILSON, 2014, p. 117). A anexação da Crimeia retirou à Ucrânia capacidade militar marítima, já que a frota naval estava situada em Sebastopol. Para a Rússia a anexação da Crimeia é um importante ponto geoestratégico. A anexação da Crimeia permite à Rússia ter capacidade de chegar ao sul Europa. A Rússia e a Turquia ficam ainda como os maiores poderes navais da região do Mar Negro. A Ucrânia perdeu o fator naval no planejamento político. A operação na Crimeia representou na aplicação, com sucesso, de uma guerra híbrida que criou um precedente que poderá ser perigoso para futuras anexações. Apesar de a anexação da Crimeia não ser reconhecida internacionalmente e ser considerada ilegal, a Rússia procedeu a uma invasão e anexação do território numa questão de dias. A Crimeia deu origem à crise no este do país onde algumas regiões manifestaram-se a favor da anexação à Rússia.

1.3 De Oeste para Este – A Ucrânia enfrenta um cenário de fragmentação territorial

O próximo capítulo da crise ocorreu no este do país e seria conduzido de forma bem diferente do que aconteceu na Crimeia. A região de *Donbas*¹⁵⁹ foi alvo do aparecimento de

¹⁵⁹ Representa a região do extremo este da Ucrânia, junto à fronteira com a Rússia. A região compreende três províncias: Dnipropetrovsk, Donetsk e Luhansk.

milícias e manifestações pró-russas que exigiam a realização de um referendo nas regiões de Donetsk e Luhansk para decidir a independência da Ucrânia e a integração em território russo. A anexação da Crimeia despoletou uma onda de nacionalismo russo por grande parte do este da Ucrânia até porque a realidade naquela parte do país difere dos territórios a oeste.

De acordo com o censo realizado em 2001 é no este do país que reside a maioria da população russa na Ucrânia, cerca de 38,5%, e a população que fala russo corresponde a cerca de 72%. É possível compreender a variação demográfica na Ucrânia através da variação linguística.

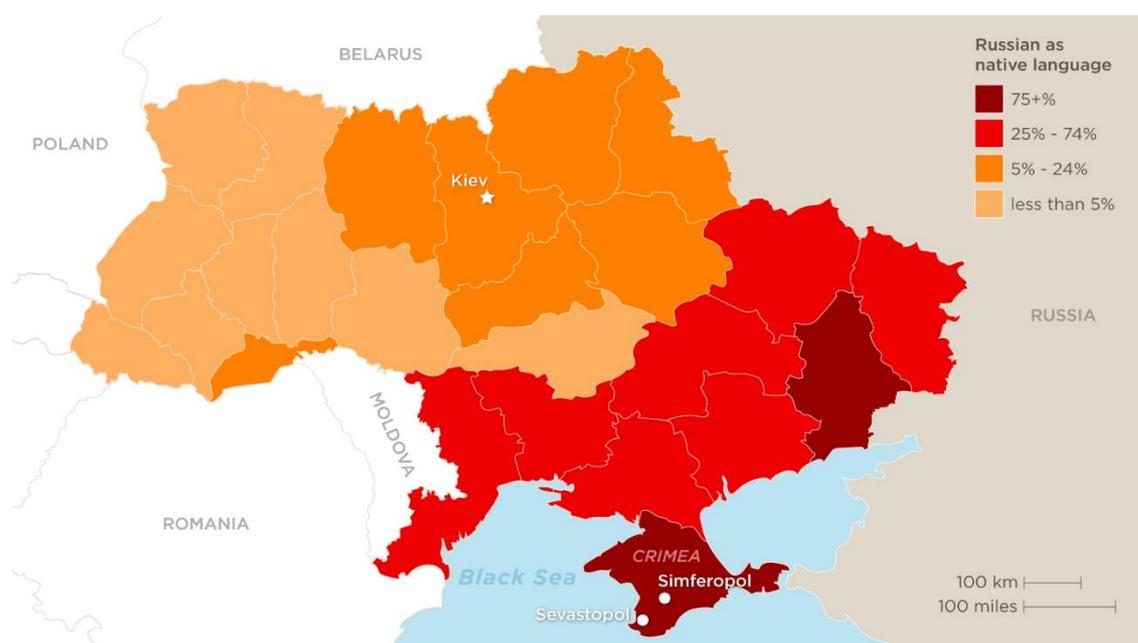


Fig. 8 – O russo como língua nativa na Ucrânia.

Fonte: <http://edition.cnn.com/interactive/2014/02/world/ukraine-divided/> (consultado a 19.07.2015).

É possível ver pelo mapa que o este da Ucrânia tem uma percentagem maior de falantes da língua russa que no oeste. Em certas regiões a diferença chega mesmo a ser superior a 70%. A região de Donetsk e a Crimeia compreendem a maioria de população que tem o russo como língua o que pode ajudar a explicar o porquê da instabilidade que ocorreu nessas regiões e a vontade da população em pertencer à Rússia.

O presidente Putin justificou a anexação da Crimeia com o dever da Rússia de proteger e defender os interesses dos falantes da língua russa espalhados pelo mundo¹⁶⁰. De acordo com a visão de Putin, qualquer região do mundo que tenha falantes da língua russa a serem oprimidos dará um pretexto para intervir. Dentro deste contexto as fronteiras perdem o significado sendo as barreiras linguísticas aquelas que definiriam uma invasão russa. Se esta visão fosse posta em prática a Rússia poderia intervir em qualquer dos antigos membros da União Soviética. A Nova Rússia¹⁶¹ de Putin compreendia a região de Donbas e a Crimeia. O que representava motivo de preocupação para a integridade territorial ucraniana pois se a legitimidade de uma intervenção russa poderia ser justificada pelo carácter linguístico então havia pretexto para invadir o este da Ucrânia.

A região de Donbas não é igual à Crimeia. Outrora foi uma região que gozava de alguma autonomia até à era dos Czares. Contudo é pautada por divergências internas sendo esta uma das razões pela qual os movimentos separatistas têm dificultado a estabilização. Além das divergências com o oeste da Ucrânia, a região de Donbas é dependente do gás russo.

Num inquérito¹⁶² conduzido no este e sul da Ucrânia em abril de 2014 a maioria dos inquiridos acredita que o país estaria melhor se estabelecesse uma relação económica com a UE, 44% são a favor, do que com a Rússia, cuja percentagem se fica pelos 21%. No este do país a maioria dos inquiridos prefere relações mais estreitas com a Rússia, 46%, do que com a UE, 16%. A maioria dos inquiridos no este do país não acredita que o governo ucraniano represente todas as regiões da Ucrânia, 64%, essa maioria vê o governo ucraniano como representante do oeste e centro da Ucrânia bem como dos oligarcas. A maioria dos ucranianos, incluindo no este e sul, não acredita que a língua russa seja discriminada no país, 82%, o que vai contra o que o presidente Putin tentava passar para a comunidade internacional. Estes dados demonstram as divergências existentes entre o este e oeste da Ucrânia no que toca ao estabelecimento das relações políticas e económicas. Ainda assim uma larga maioria

¹⁶⁰ *The world according to Putin*. The Economist (10.05.2014). Disponível em <http://www.economist.com/news/international/21601862-why-should-russian-presidents-innovative-attitude-towards-borders-be-restricted> (consultado a 19.07.2015).

¹⁶¹ Em inglês *Novorossiya*. “*Novorossiya*”, the latest historical concept to worry about in Ukraine. The Washington Post (18.04.2014). Disponível em <https://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2014/04/18/understanding-novorossiya-the-latest-historical-concept-to-get-worried-about-in-ukraine/> (consultado a 19.07.2015).

¹⁶² *April 2014 Ukraine Survey Results*. International Foundation for Electoral Systems (30.04.2014). Disponível em <https://www.ifes.org/surveys/april-2014-ukraine-survey-results> (consultado a 19.07.2015).

entende que a língua russa não é alvo de discriminação no país o que vai contra aquilo que Putin estabelecia, tentando legitimar uma invasão maior da Ucrânia, quando afirmava que a Rússia deve defender os russos, étnicos ou mesmo falantes, por todo o mundo e que tomará medidas caso os interesses dos russos residentes na Ucrânia sejam posto em causa¹⁶³.

O papel da Rússia no este da Ucrânia teve influência no seu rumo. A 26 de fevereiro o presidente Putin anunciou a realização de exercícios militares¹⁶⁴ junto à fronteira com a Ucrânia de modo a preparar o exército para lidar como a crise na região de Donbas e com as tensões crescentes entre o Ocidente e a Rússia pela intromissão nos assuntos ucranianos. A 1 de março o parlamento russo aprovou o uso de força militar¹⁶⁵ na Ucrânia até que a situação estivesse normalizada sob o pretexto que a vida de residentes russos na Ucrânia estaria em perigo. Uns dias mais tarde surgiram notícias que indicavam que forças militares russas começavam a acumular-se¹⁶⁶ junto à fronteira com a Ucrânia. O propósito das tropas russas no este da Ucrânia seria ajudar a equilibrar os níveis de poder entre os rebeldes pró-russos e as forças ucranianas. A Ucrânia não poderia iniciar uma ofensiva completa porque daria o pretexto pretendido pela Rússia para invadir o país. O Ocidente tomava uma posição de espectador limitando-se a especular o que faria a Rússia ao invés de intervir na crise a favor da integridade territorial ucraniana.

A tentativa de ganhar controlo da região de Donbas ganhou novo ímpeto com a tomada de edifícios administrativos por toda a região¹⁶⁷ ocorrida durante o início de abril sem qualquer reação do governo ucraniano. Como resultado da falta de iniciativa por parte do governo ucraniano a situação no este em meados de abril era preocupante. A maioria da região de Donbas estava controlada por separatistas pró-russos e o governo falhava em recuperar a

¹⁶³ *Russia leader Vladimir Putin says he'll protect Russians in Ukraine by any means, but hopes force not required.* CBS News (04.03.2014). Disponível em <http://www.cbsnews.com/news/putin-reportedly-orders-troops-near-ukraine-border-back-to-bases-after-military-exercises/> (consultado a 20.07.2015).

¹⁶⁴ *Putin puts troops in western Russia on alert in drill.* Reuters (26.02.2014). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/02/26/us-ukraine-crisis-russia-military-idUSBREA1P0RW20140226> (consultado a 20.07.2015).

¹⁶⁵ *Russian parliament approves troop deployment in Ukraine.* BBC News (01.03.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26400035> (consultado a 20.07.2015).

¹⁶⁶ *Russian Troops Mass at Border With Ukraine.* The New York Times (13.03.2014). Disponível em http://www.nytimes.com/2014/03/14/world/europe/ukraine.html?_r=0 (consultado a 20.07.2015).

¹⁶⁷ *Ukraine crisis: Another police building seized in the east.* BBC News (13.04.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-27005783> (consultado 20.07.2015).

região. As revoluções começaram a ter maior aderência e o número de nacionalistas russos e voluntários aumentou.

Os líderes de Donbas marcaram um referendo¹⁶⁸ para 11 de maio para decidir a independência da região. A autoproclamada República Popular de Donetsk realizou o referendo cujo resultado demonstrou que a maioria preferia a independência da região. O governo ucraniano rejeitou, através do parlamento, o referendo justificando-o como ilegal. A invalidade do referendo prende-se com o facto de a região de Donbas ser território em disputa entre separatistas pró-russos e o governo ucraniano, não existe o controlo total da região por um só ator. Esta instabilidade torna impossível obter um resultado fidedigno pois tendo sido realizado por separatistas pró-russos a tendência iria recair a favor da independência da região.

A verdade é que os grupos separatistas que intercediam a favor de uma anexação à Rússia não tinham um plano de longo prazo. A estratégia limitava-se a esperar que a Rússia intervisse na região e desse apoio à causa. Limitados financeiramente e em termos militares, os separatistas dependiam da contribuição da Rússia. O número de raptos e tortura aumentou sendo que entre abril e junho de 2014 tinham existido cerca de 500 casos de pessoas raptadas¹⁶⁹. Os alvos principais eram jornalistas, políticos fiéis ao governo ucraniano e mesmo forças de autoridade. O objetivo era lucrar com os raptos, através do pedido de resgates, para financiar a campanha contra o governo ucraniano.

Com o agudizar da situação o governo ucraniano acabou por intervir. Em meados de abril lançou uma operação antiterrorista¹⁷⁰. Apesar de correr o risco de dar a legitimidade que faltava à Rússia para uma intervenção na Ucrânia, o governo optou por reestabelecer a ordem num território que ainda estava sob a sua administração. A Ucrânia não iria cometer o mesmo erro que com a Crimeia onde a passividade e inatividade premiaram a estratégia dos separatistas. A região de Donbas, por mais instável que parecesse, continuava a pertencer ao território ucraniano e o governo deveria atuar de modo a demonstrar que tinha capacidade de exercer soberania no território.

¹⁶⁸ *Ukraine crisis: Will the Donetsk referendum matter?* BBC News (12.05.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-27344412> (consultado a 20.07.2015).

¹⁶⁹ *Ukraine: Mounting evidence of abduction and torture.* Amnesty International (11.07.2014). Disponível em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2014/07/ukraine-mounting-evidence-abduction-and-torture/> (consultado a 20.07.2015).

¹⁷⁰ *Ukraine starts "anti-terrorist operation".* Al-Jazeera (15.04.2014). Disponível em <http://www.aljazeera.com/news/europe/2014/04/slow-start-ukraine-separatists-crackdown-201441584934216576.html> (consultado a 20.07.2015).

Tal como acontecera na Crimeia, as forças ucranianas não deram uma resposta à altura dos acontecimentos demonstrando falta de preparação. O exército tinha uma liderança amadora, grandes lacunas capacitativas, pouco financiamento e estava com a moral em baixo após a derrota na Crimeia. As razões para a prestação do exército estar abaixo do esperado tem a ver com a falta de financiamento assim como a falta de apoio governamental.

Foi só a partir de 1 de maio que o conflito de Donbas escalou. O exército ucraniano começou por limpar áreas que os separatistas ainda estavam a disputar e tinham apenas controlo limitado, de áreas nos arredores de Donetsk e Luhansk. Cidades como Mariupol foram libertadas até junho. Contudo os conflitos entre o exército e separatistas intensificaram-se quanto mais para este o exército avançava. Entre 26 e 27 de maio decorreram combates entre separatistas e o exército no aeroporto de Donetsk que resultou na morte de dezenas de pessoas¹⁷¹.

Com um clima de guerra civil a instalar-se no este da Ucrânia e com um governo ainda não estabelecido e solidificado a situação parecia caminhar para um inevitável cenário de guerra total. O governo ucraniano deu início a conversações¹⁷² de modo a chegar a um entendimento que pudesse ditar o fim do conflito. O início das negociações acalmou algumas tensões entre os separatistas. A Rússia tinha preparado um esquema para que as negociações sobre o futuro da região de Donbas decorresse a seu favor. O presidente Putin iria sugerir Viktor Medvedchuk¹⁷³, que fez parte do governo de Kuchma e tem passado os anos subsequentes a servir os interesses da Rússia, para governar a região de Donetsk. Para a região de Luhansk a Rússia iria sugerir alguém semelhante. As duas regiões de Donbas iriam, de acordo com o teor inicial das conversações, adquirir autonomia de Kiev embora continuassem a pertencer à Ucrânia. Contudo, caso a Rússia conseguisse colocar pessoas do seu interesse em Donetsk e Luhansk as regiões ficariam sob controlo russo. O plano russo manteria a fragmentação territorial entre o oeste e Donbas.

¹⁷¹ *Ukraine says it controls Donetsk airport after fighting leaves dozens dead.* The Guardian (27.05.2014). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/may/27/ukraine-rebel-30-dead-donetsk-airport-air-strikes> (consultado a 20.07.2015).

¹⁷² *Ukraine crisis: Kiev talks open without rebels.* BBC News (14.05.2015). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-27403109> (consultado a 20.07.2015).

¹⁷³ *Putin says Medvedchuk as governor of Donetsk, sources say.* Euromaidan Press (29.06.2014). Disponível em <http://euromaidanpress.com/2014/06/29/putin-sees-medvedchuk-as-governor-of-donetsk-sources-say/> (consultado a 20.07.2015).

A Ucrânia aceitou então um cessar-fogo¹⁷⁴ entre 20 e 30 de junho de 2014, o problema é que essa decisão foi unilateral e os separatistas não se reviam na mesma. Durante o período de cessar-fogo continuaram a existir confrontos que resultaram em dezenas de mortes. Este período de menor ímpeto do exército ucraniano na luta contra os separatistas permitiu que os rebeldes se reagrupassem. A 2 de abril Moscovo e Kiev chegaram a um entendimento¹⁷⁵ para realização de conversas trilaterais entre o governo ucraniano, o governo russo e os separatistas. Contudo o acordo não foi, mais uma vez, respeitado e os conflitos continuaram. As condições para o estabelecimento de um acordo entre todas as partes, nomeadamente o controlo das fronteiras, a libertação de todos os reféns e a presença de investigadores da OSCE no local para averiguar que todas as diligências estavam a ser cumpridas, nunca foram respeitadas. Com o agudizar da situação começava a pairar no ar a hipótese de serem impostas sanções unilaterais, por parte da UE e dos EUA, à Rússia devido ao papel que estava a ter na crise ucraniana.

Este tipo de conflito praticado pela Rússia teve fins diferentes na Crimeia e Donbas. Enquanto na Crimeia foi um sucesso, em Donbas o governo ucraniano optou por uma resposta forte contra dissidentes e utilizou as capacidades militares para preservar a integridade da região. À medida que o conflito se arrastava o presidente Putin ficava numa posição cada vez mais delicada devido à incapacidade em atingir uma vitória em Donbas e à desordem que estava a provocar na região, tudo isto enquanto negava que a Rússia estava a ter qualquer papel no conflito¹⁷⁶. Durante um discurso de Putin após a anexação da Crimeia o presidente disse:

“(...) Crimea is historically Russian land and Sevastopol is a Russian city. (...) There was not a single armed confrontation in Crimea and no casualties. Why do you think this

¹⁷⁴ *Ukraine president ends ceasefire with rebels.* BBC News (30.06.2015). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-28101812> (consultado a 20.07.2015).

¹⁷⁵ *Berlin talks bring Russia and Ukraine closer to resuming ceasefire.* Reuters (02.07.2014). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/07/03/us-ukraine-crisis-idUSKBN0F70RR20140703> (consultado a 20.07.2015).

¹⁷⁶ *Putin denies Russian troops are in Ukraine, decrees certain deaths secret.* The Washington Post (28.05.2014). Disponível em https://www.washingtonpost.com/world/putin-denies-russian-troops-are-in-ukraine-decrees-certain-deaths-secret/2015/05/28/9bb15092-0543-11e5-93f4-f24d4af7f97d_story.html (consultado a 21.07.2015).

*was so? (...) because it is very difficult, practically impossible to fight against the will of the people*¹⁷⁷". (Vladimir Putin, 18.03.2014).

Se a anexação da Crimeia foi um sucesso diplomático e militar, dado que não se registaram conflitos de grande escala e o número de baixas foi reduzido, a tentativa de tomar a região de Donbas foi um fracasso. Embora a região de Donbas estivesse longe de estar sob controlo do exército ucraniano, a Rússia não detinha controlo da região. O presidente Putin não poderia colocar mais meios militares em Donbas devido às constantes negações públicas de que não existia qualquer intervenção russa na Ucrânia.

A 1 de julho a Ucrânia recomeçou a operação militar no este do país. Desta vez o exército estava a ter sucesso, recuperava território e avançava mais para este. A cidade de Slavyansk¹⁷⁸ foi recuperada pelo exército ucraniano forçando os separatistas a retirarem-se para Donetsk. O território controlado pelos separatistas ficou reduzido a uma parcela pequena, que incluía as cidades de Donetsk e Luhansk. O número de mortos nos confrontos ultrapassava as baixas de Euromaidan. Um relatório da ONU¹⁷⁹ estimou que um total de 356 pessoas foram mortas entre meados de abril e meados de junho.

O sucesso do exército ucraniano durante o mês de julho forçou os separatistas a reorganizarem-se e a pedir fornecimento de armamento à Rússia. A 13 de julho de 2014 cerca de uma centena de separatistas acompanhados de veículos blindados atravessaram a fronteira russa rumo à Ucrânia para fortalecer as posições separatistas na região de Donbas¹⁸⁰. Entre junho e julho cerca de uma dezena de aeronaves foram abatidas pelos separatistas. Um dia

¹⁷⁷ *Address by President of the Russian Federation*. President Vladimir Putin (18.03.2014). Disponível em <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603> (consultado a 21.07.2015).

¹⁷⁸ *Ukrainian troops retake key city of Slavyansk from rebels in east*. The Guardian (05.07.2014). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/05/ukraine-slavyansk-army-rebels-east> (consultado a 21.07.2015).

¹⁷⁹ *U.N. Report Details Casualties in Eastern Ukraine*. The New York Times (18.06.2014). Disponível em http://www.nytimes.com/2014/06/19/world/europe/un-report-details-casualties-in-eastern-ukraine.html?_r=0 (consultado a 21.07.2015).

¹⁸⁰ *Russia warns Ukraine after Shell crosses border*. Reuters (13.07.2014). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/07/13/us-ukraine-crisis-idUSKBN0FI09I20140713> (consultado a 21.07.2015).

antes do avião da Malásia Airlines MH17 ser abatido existiram combates entre o exército ucraniano e os separatistas¹⁸¹.

A 17 de julho de 2014 deu-se um dos episódios mais polémicos de toda a crise. O avião da Malásia Airlines MH17 que fazia a viagem entre Amesterdão e Kuala Lumpur foi abatido quando sobrevoava a zona de conflito no este da Ucrânia do qual resultaram 298 mortos¹⁸². Um relatório preliminar¹⁸³ realizado pela *Dutch Safety Board* determinou que o avião foi abatido por um míssil antiaéreo. Tanto o governo ucraniano como o Ocidente acusaram os separatistas de serem responsáveis pela destruição do MH17 e acusaram ainda a Rússia de fornecer tecnologia militar com capacidade para infligir esse tipo de danos.

Os separatistas continuaram a perder território para o exército durante agosto de 2014, era necessário que a Rússia interviesse ou a Ucrânia acabaria por retomar o controlo. Foi então que a Rússia anunciou que iria enviar ajuda humanitária constituída por mais 200 camiões¹⁸⁴. A Ucrânia estava desconfiada que a missão humanitária fosse um pretexto para fortalecer os separatistas. A missão humanitária poderia servir para qualquer tipo de ação secundária por parte da Rússia e fazer a inspeção a 200 camiões era uma tarefa morosa que nem a Ucrânia nem a OSCE¹⁸⁵ conseguiriam realizar:

“Point (BCP) control area towards the border between the Russian Federation and Ukraine. Out of the total number of vehicles, 37 had been inspected. In addition, out of the 227 vehicles, between 27 – 30 were support vehicles and rest of them trucks”. (OSCE Report Update, 22.08.2014).

¹⁸¹ *More Ukrainian soldiers killed as fighting rages in east, peace move flops.* Reuters (17.07.2014). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/07/17/us-ukraine-crisis-idUSKBN0FL0K020140717> (consultado a 21.07.2015).

¹⁸² *MH17 Malaysia plane crash: What we know.* BBC News (16.07.2015). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-28357880> (consultado a 21.07.2015).

¹⁸³ *Preliminary report – Crash involving Malaysia Airlines Boeing 777-200 flight MH17-* Dutch Safety Board (September 2014). Disponível em <http://www.onderzoeksraad.nl/uploads/phase-docs/701/b3923acad0cepreml-rapport-mh-17-en-interactief.pdf> (consultado a 21.07.2015).

¹⁸⁴ *Aid convoy stop short of border as Russian military vehicles enter Ukraine.* The Guardian (15.08.2014). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/aug/14/russian-military-vehicles-enter-ukraine-aid-convoy-stops-short-border> (consultado a 21.07.2015).

¹⁸⁵ *Spot report UPDATE: Russian trucks departed from Donetsk Border Crossing Point without ICRC's escort.* OSCE (22.08.2014). Disponível em <http://www.osce.org/om/122935> (consultado a 21.07.2015).

Em finais de agosto de 2014 a Rússia conseguiu enviar reforços para os separatistas. Tinha enviado meios suficientes para inverter o rumo dos acontecimentos e o Ocidente continuava como espectador e sem ter um papel decisivo na situação o que continuava a provar a ineficácia sobretudo da UE que partilhava responsabilidade pela crise na Ucrânia.

Os separatistas, reforçados, realizaram uma contraofensiva entre 23 e 24 de agosto que resultou na morte de cerca de 300¹⁸⁶ pessoas envolvidas nos combates no episódio mais sangrento da batalha de Ilovaisk. As forças pró-russas conseguiram ultrapassar o cerco que o exército ucraniano tinha imposto nas cidades de Donetsk e Luhansk e conquistaram território avançando pela costa de Azov até Mariupol o que ameaçava estabelecer ligação com a Crimeia. O exército russo já não escondia o envolvimento na crise ucraniana. Faziam-se notar para retirar quaisquer esperanças de vitória ao exército ucraniano e demonstrar ao resto da comunidade internacional que nada poderiam fazer face aos interesses russos na Ucrânia.

Ao contrário do conflito na Crimeia, o conflito em Donbas prolongou-se por meses e as opções para resolver o impasse estavam a esgotar-se. As ofensivas do exército ucraniano tinham como objetivo conter o avanço dos separatistas. A Rússia utilizava todos os meios possíveis para nivelar a disparidade de forças e meios mantendo o conflito vivo. No final de agosto de 2014 o cenário parecia indicar que a Rússia iria levar os interesses avante na região de Donbas que poderia adquirir um estatuto semelhante à Transnístria. A região de Donbas estava instável e mesmo que o exército ucraniano a reconquistasse poderia não ter o apoio da população local. Apesar de apenas uma minoria suportar a adesão à Rússia antes do início do conflito, a guerra acabou por influenciar uma mudança na decisão das pessoas.

2. Ultranacionalismo – Existirá uma só Ucrânia?

A fragmentação da Ucrânia colocou indefinição sob o futuro do país. O pensamento anti europeu que se desenvolveu na região de Donbas acabou por deixar a população local com sentimento de união com a Rússia fortalecido. Enquanto muitos ucranianos na região de Donbas preferem maior autonomia do governo ou mesmo a anexação à Rússia o oeste da Ucrânia prefere um afastamento da Rússia e a união com a UE. No meio da incompatibilidade existente, será que a Ucrânia vai conseguir restabelecer a integridade territorial ou irá

¹⁸⁶ *Over 300 Ukrainian troops killed in Ilovaisk tragedy.* Kyiv Post (20.10.2014). Disponível em <http://www.kyivpost.com/content/ukraine/over-300-ukrainian-troops-killed-in-ilovaisk-tragedy-368707.html> (consultado a 21.07.2015).

ter que conviver com regiões hostis? É necessário que se encontre uma forma de coexistência, caso contrário os conflitos que assolaram a região de Donbas durante o verão de 2014 não terão fim e o equilíbrio da Ucrânia dependerá da vontade política do este e do oeste do país.

A 25 de maio de 2014, Petro Poroshenko foi eleito Presidente da Ucrânia numa votação decorrida maioritariamente no oeste do país.

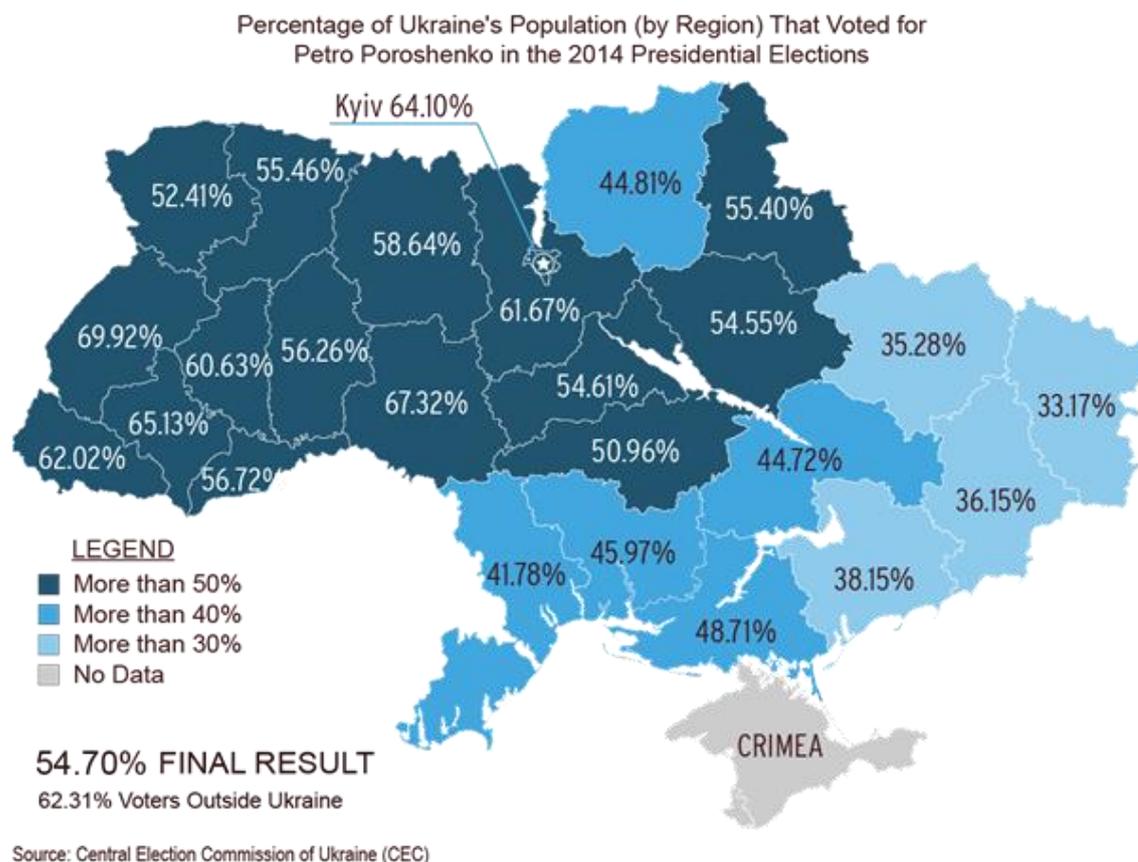


Fig. 9 – Percentagem da população ucraniana, por região, que votou em Poroshenko nas eleições.
Fonte: <http://www.brookings.edu/blogs/brookings-now/posts/2015/05/21-ukraine-maps> (consultado a 21.07.2015).

A relação entre o novo governo e os manifestantes que fizeram parte da revolta de Euromaidan não era clara pois Poroshenko, um oligarca cujos negócios incluíam a venda de chocolates à Rússia, era ainda uma incógnita. A Rússia tentou implementar um sentimento de desconfiança com o intuito de provocar divisões internas que pudessem resultar no colapso do governo eleito. A propaganda russa tentava dar a imagem que o governo era composto por aqueles que estiveram nos confrontos na praça de Maidan e dominado por políticos pertencentes a partidos de extrema-direita. A decisão de incluir o partido *The Freedom Party* no

governo ajudou a propaganda russa. Em finais de fevereiro de 2014 o governo ucraniano, através de votação no parlamento, aboliu a lei de 2012, implementada por Yanukovich, que tornava o russo como a segunda língua oficial do país¹⁸⁷. Esta decisão dava ímpeto à guerra propagandística sobre a ostracização da língua e população russa e fazia com que o sentimento anti Ucrânia aumentasse.

A estratégia da Rússia passava por aumentar a divergência interna. A guerra propagandística, os conflitos, a instabilidade em Donbas e a anexação relâmpago da Crimeia foram determinantes para a instabilidade na Ucrânia. Com a anexação da Crimeia, a Ucrânia ficava com um espaço marítimo reduzido o que lhe conferia uma posição geopoliticamente debilitada. As alternativas de consumo energético, ao invés da dependência da Rússia, ficavam limitadas. A Ucrânia sempre fora um país cujo papel era estabelecer uma ponte entre o ocidente e o oriente. A crise atual provou que essa ponte está longe de ser eficaz e precisa ser trabalhada.

As eleições de maio demonstraram que os partidos extremistas não tinham o apoio incondicional da população como a propaganda tentava dar a entender. Nem o este nem o sul do país ficaram representados nas eleições e na formação do governo demonstrando a fragmentação existente.

O governo de Poroshenko foi eleito sob a promessa de introduzir as reformas necessárias para dar um rumo benéfico ao país. Até ao momento continuam a faltar introduzir essas reformas crucias. Uma das promessas passava pela descentralização do poder, algo que Yanukovich tinha aumentado. Uma das exigências dos protestos de Maidan era por um fim à corrupção no governo de Yanukovich e que tinha colocado o país em recessão. Para tal os manifestantes de Maidan estabeleceram a criação de duas organizações contra a corrupção: o Comité de Lustração (*Lustration Committe*) e o Departamento Anti Corrupção (*Anti-Corruption Bureau*). Ambas as organizações começaram a operar como ONGs compostas por voluntários que operavam através de ações ativistas e pelas redes sociais. Para além de limitados financeiramente existiam divergências sempre que tentavam investigar alguém relacionado com o governo. Enquanto estas ONGs tentavam uma aproximação mais ativa no combate à corrupção o parlamento continuava a permitir a prática de atos ilícitos. Após a destituição de Yanukovich o parlamento tinha-se tornado o principal decisor político e continuavam a existir redes de influência internas controladas por oligarcas. A palavra “refor-

¹⁸⁷ *Cancelled language law in Ukraine sparks concern among Russian and EU diplomats*. RT (27.02.2014). Disponível em <http://www.rt.com/news/minority-language-law-ukraine-035/> (consultado a 21.07.2014).

ma” na Ucrânia significa o desmantelamento da corrupção e do sistema oligárquico existentes.

Com o desaparecimento do grupo de Yanukovich, outros oligarcas conseguiram ganhar preponderância e alguns financiaram mesmo os separatistas pró-russos durante os confrontos de Donbas. A volatilidade das instituições políticas não deixa outra alternativa a não ser a convivência com os oligarcas e a existência de corrupção. As instituições oficiais são demasiado frágeis e influenciadas para produzirem uma mudança significativa. *“Ukraine may have a new political nation, but it has yet to build an effective state. More traditional sinews of power clearly need to be strengthened and reformed: the armed forces suffered major neglect under Yanukovich; the security services were thoroughly infiltrated by Russians; and the tax and customs services were deeply corrupt”*. (WILSON, 2014, p. 158). A realidade é que existia ainda muito trabalho pela frente, eleger um novo presidente não seria suficiente pois era necessário uma política de reestruturação e reformulação profunda a todos os níveis. Enquanto não se produzirem reformas nos sítios certos e não se der prioridade ao crescimento económico do país a Ucrânia continuará a ser um Estado com capacidade limitada e instável. É devido à debilidade nacional e internacional da Ucrânia que a Rússia tem capacidade para influenciar o país. O facto de ser um Estado fraco significa que está sujeito a diversas formas de influência externa.

Por todas estas limitações as reformas que os Países Bálticos instauraram após a queda da União Soviética e que a Geórgia implementou após a Revolução Rosa de 2003 seriam impossíveis implementar na Ucrânia devido à vulnerabilidade política e instabilidade territorial. A maior mudança na Ucrânia foi a assinatura do acordo de associação com a UE a 27 de junho de 2014¹⁸⁸ que foi o catalisador de toda a crise. A esperança é que este acordo irá influenciar o desenvolvimento da Ucrânia na próxima década ainda assim é incerto o futuro até porque a região de Donbas continua instável.

Quem não quer uma aproximação à UE é a Rússia. A Rússia irá sempre impedir o desenvolvimento da Ucrânia. O desenvolvimento da Ucrânia está dependente da implementação de um governo reformista. A Ucrânia está a trabalhar por mudar a política de cooperação e reorientá-la para a UE. A UE é vista como o caminho para o crescimento económico e o equilíbrio político da região pondo fim à corrupção no país.

¹⁸⁸ *A look at the EU – Ukraine Association Agreement*. European Union External Action (27.04.2015). Disponível em http://eeas.europa.eu/top_stories/2012/140912_ukraine_en.htm (consultado a 21.07.20145)

As tensões entre o este e o oeste estão enraizadas na identidade ucraniana tanto a nível geográfico como psicológico. A noção de nacionalidade é algo recente, antes do século XX o sentimento nacionalista era quase inexistente. A Rússia Czarista construiu um império fundamentado na união dos povos eslavos do qual a Ucrânia fazia parte. A Ucrânia contemporânea começou a ser formada depois da destruição dos Impérios russo e austríaco durante a I Guerra Mundial contudo a nacionalidade ucraniana só começou a ser fortalecida depois de ter obtido a independência em 1991. A Ucrânia do século XIX não era o país de agora mas sim um conjunto de divisões geopolíticas com divisões a nível linguístico e religioso. A Ucrânia que emergiu após a queda da União Soviética continuava com divisões internas e falta de coesão política. A Ucrânia contemporânea divide-se entre aqueles que querem um país que siga os valores e os ideais europeus, composto por jovens do oeste e centro, e aqueles que dão prioridade aos ideais russos como as populações com maior idade e residentes no este industrial e na Crimeia.

O futuro não passará pelas ideologias defendidas nas regiões de Donbas ou na Crimeia. Embora o governo ucraniano saiba que não pode cortar relações com os russos sabe que a política ucraniana não pode continuar a ser reorientada consoante os interesses de outrem. A Rússia controla grande parte do consumo energético, é credora de grande parte da dívida ucraniana¹⁸⁹ e detém conexões fortes com o sector industrial. A melhor esperança para que a Ucrânia tenha as reformas políticas necessárias é a UE.

Convém vincar que um acordo de associação com a UE não representa, nem a longo nem a curto prazo, a adesão. A UE partilha a preocupação da Ucrânia na implementação de reformas. Dificilmente permitirá a abertura de fronteiras e a livre circulação de pessoas à Ucrânia nem lhe dará o estatuto de membro. A crise demonstra a fragilidade do país face a pressões externas e este tipo de vulnerabilidade e instabilidade não pode ter entrada na UE.

As divisões internas na Ucrânia tornam qualquer decisão mais complicada. Talvez um referendo acabasse com as divisões existentes e seria preferível essa solução à imposição de uma por parte de um ator externo como a Rússia. Contudo um referendo dificilmente obteria um resultado pacífico já que as divergências são consideráveis. O regime corrupto, violento e repressivo de Yanukovich resultou no aparecimento de uma crise política que escalou para um conflito militar e causou a fragmentação da Ucrânia. A incompatibilidade que existia

¹⁸⁹ *As Ukraine's debt tangle unwinds, Russia holds key thread.* Reuters (24.09.2014). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/09/24/us-ukraine-crisis-eurobonds-analysis-idUSKCN0HJ1E120140924> (consultado a 22.07.2015).

ficou acentuada com o desenrolar dos conflitos em Donbas. A diversidade regional, étnica e cultural dificultam uma solução. A diversidade existente não é de todo incomum na Ordem Mundial contemporânea veja-se o exemplo da Rússia, Índia, China, Turquia e Israel países com divisões internas tal como a Ucrânia. O problema é que o Estado predador que Yanukovich desenvolveu resultou numa crise que extrapolou todas os motivos de divergência que estavam latentes. Se a Ucrânia perdesse a região de Donbas iria ganhar a estabilidade necessária ao desenvolvimento político e económico que precisa para sair da crise. A Rússia ficaria com mais uma região onde teria que aplicar milhares de milhões para reestruturar, tal como a Crimeia. O que a Rússia quer é uma Ucrânia com um regime idêntico ao de Yanukovich que seja volátil de modo a poder exercer os seus interesses sem oposição.

2.1 A Opção Diplomática como uma Solução para a Crise – A Tentativa de Reunificar e Estabilizar a Ucrânia durante a Crise

A Europa, a Rússia, os separatistas pró-russos e a Ucrânia recorreram a opções diplomáticas para resolver a crise e por um fim aos conflitos. A primeira tentativa ocorreu com as negociações para um cessar-fogo em Minsk. A 5 de setembro de 2014 foi assinado um protocolo de cessar-fogo com o intuito de terminar os mais de quatro meses de conflito. O protocolo assinado¹⁹⁰ em Minsk entre a Ucrânia, a Rússia e os separatistas estipulava que o cessar-fogo entraria de imediato em vigor; o cessar-fogo seria controlado por investigadores da OSCE no local; a Ucrânia procederá a uma descentralização de poder; a fronteira entre a Rússia e a Ucrânia passaria a ser alvo de supervisão da OSCE e seriam criadas zonas de segurança adjacentes à fronteira para garantir a estabilidade; todos os reféns deveriam ser libertados; deveria ser delineada legislação para que os envolvidos nos acontecimentos de Donetsk e Luhansk não fossem alvo de perseguições ou ameaças; a Ucrânia deveria comprometer-se com uma política ativa na tentativa de estimular a inclusão de todas as regiões; a situação humanitária na região de Donbas necessitava de ser melhorada; deveriam ser realizadas eleições locais nas regiões de Donetsk e Luhansk de modo a acelerar o processo de

¹⁹⁰ *OSCE releases the 12 – point protocol agreements reached between Ukraine, Russia and separatists in Minsk.* Kyiv Post (08.09.2014). Disponível em <http://www.kyivpost.com/opinion/op-ed/osce-releases-the-12-point-protocol-agreements-reached-between-ukraine-russia-and-separatists-in-minsk-363816.html> (consultado a 22.07.2015).

estabilização; todas as unidades militares ilegais deveriam removidos; um programa de desenvolvimento económico e a reabilitação das infraestruturas na região de Donbas deveria ser implementado; deveria ser dada a garantia de segurança aos participantes nas negociações de paz.

Esta espécie de pré-acordo visava congelar de imediato os conflitos a decorrer no este da Ucrânia e procurar dar início a um processo de reestruturação e renovação da região de Donbas garantido tanto por investigadores da OSCE como pelo governo ucraniano. O acordo alcançado a setembro de 2014 não produziu os efeitos desejados e continuaram a produzir-se conflitos após a assinatura, embora a intensidade tenha diminuído.

A 12 de fevereiro de 2015¹⁹¹ a Ucrânia, a Rússia, a Alemanha e a França chegaram a acordo para por fim aos confrontos no este da Ucrânia após novas negociações em Minsk. Este acordo, que entrou em vigor a 15 de fevereiro, comporta os seguintes pontos: um cessar-fogo imediato e definitivo nas regiões de Donetsk e Luhansk; a retirada de todos os equipamentos militares de artilharia pesada por ambas as partes de modo a criar uma zona de segurança, a OSCE ajudará no processo de desmobilização; a OSCE ficará a cargo de monitorizar o cumprimento do cessar-fogo e a remoção de equipamento militar das zonas de conflito; após o começo da retirada de armamento e das forças militares da região serão iniciadas negociações com vista a promover eleições para as regiões de Donetsk e Luhansk; os envolvidos nos confrontos de Donbas deverão ser amnistiados; todos os reféns devem ser libertados; dever-se-á garantir meios para a distribuição de ajuda humanitária nas regiões necessitadas; terá que se definir uma forma de resumir os laços sociais e económicos entre todas as regiões na Ucrânia de modo a atingir coesão; fazer-se reintegração do controlo da Ucrânia sob as fronteiras nas regiões afetadas pelos conflitos; retirada de todos os grupos armados estrangeiros da Ucrânia assim como do respetivo equipamento militar, os mercenários e todos os demais grupos ilegais deverão também desmobilizar, este processo será assegurado pela OSCE; a Ucrânia deverá proceder a reformas constitucionais com o intuito de estabelecer uma nova constituição até ao final de 2015 que contenha um processo de descentralização do poder assim como o estatuto especial para as regiões de Donetsk e Luhansk; as questões relacionadas com a realização de eleições em Donetsk e Luhansk deverão incluir os representantes das regiões, o sufrágio será conduzido de acordo com os parâmetros da OSCE

¹⁹¹ *Factbox: Minsk agreement on Ukraine.* Reuters (12.02.2015). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2015/02/12/us-ukraine-crisis-minsk-agreement-factbo-idUSKBN0LG20Y20150212> (consultado a 22.07.2015)

e todo o processo será supervisionado pelo *Office for Democratic Institutions and Human Rights (ODIHR)* pertencente à OSCE; devem-se intensificar os trabalhos relativos ao grupo trilateral, composto pela Ucrânia, Rússia e OSCE, resultante do acordo assinado em Minsk com o intuito de implementar os pontos que constituem o acordo.

Após a celebração do acordo a intensidade dos conflitos diminuiu, apesar de alguns se terem sucedido. O segundo acordo alcançado em Minsk permitiu dar início ao fim do conflito e começar a trabalhar-se na formação de um futuro político e económico para o desenvolvimento do país.

Antes e durante as negociações os países ocidentais recorreram a outra forma para por fim ao conflito, uma medida já tinha usada contra o Irão. A Rússia continuava a interceder nos assuntos ucranianos e a anexação da Crimeia deu início à imposição de sanções por parte do Ocidente. Desde a anexação da Crimeia que a UE e os EUA impuseram sanções em diferentes ocasiões. Os acontecimentos de Donbas motivaram a imposição de sanções direcionadas contra pessoas ligadas à política russa, oficiais do exército russo e ucraniano, restrições nas viagens e sanções contra empresas e outros negócios.

As primeiras sanções seguiram-se após a anexação da Crimeia¹⁹². Os EUA e a UE coordenaram um conjunto de sanções para imporem. Foram impostos restrições nos vistos de indivíduos relacionados com a situação. As sanções representavam uma retaliação contra a violação da integridade territorial e da soberania da Ucrânia. Os EUA e a UE ameaçaram implementar mais sanções caso a Rússia não parasse de interferir. À restrição imposta sobre os vistos fica ainda a probabilidade da apreensão e congelamento de bens. Só caso se chegasse a um entendimento sobre a resolução da crise as sanções seriam levantadas.

Mais sanções¹⁹³ foram introduzidas contra a Rússia por apoiar os separatistas nos confrontos de Donbas. Dezenas de oficiais russos e separatistas ficaram impossibilitados de obter vistos para viajar e tiveram os bens congelados, algumas companhias energéticas russas foram alvo de sanções. As sanções da UE tinham como alvo o sector financeiro, energético e de armas. Além disto, os bancos nacionais russos ficaram proibidos de contrair empréstimos no espaço da UE, a exportação de material militar de uso ambíguo foi banida.

¹⁹² *US and EU impose sanctions and warn Russia to relent in Ukraine standoff*. The Guardian (06.03.2014). Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/mar/06/us-eu-sanctions-obama-russia-ukraine-crimea> (consultado a 22.07.2015).

¹⁹³ *How far do EU – US sanctions on Russia go?* BBC News (15.09.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-28400218> (consultado a 22.07.2015).

Três das maiores empresas energéticas foram alvo das sanções, a *Rosneft*, a *Transneft* e a *Gazprom Neft*. A UE impôs sanções contra o grupo de indivíduos e empresas mais próximas do presidente Putin. Foram postos numa espécie de lista negra membros do governo e dos serviços de inteligência russos. As sanções tomaram a forma de congelamento de bens bloqueando a compra ou venda de bens e serviços na UE. Outras sanções foram aplicadas através do impedimento de viagens para dentro do espaço da UE.

Quanto às sanções impostas pelos EUA os alvos eram os mesmos. Impuseram sanções nos homens mais prósperos da Rússia incluindo aqueles pertencentes ao ciclo íntimo do Presidente Putin. Incluíram nas sanções empresas russas como a *Rosneft*, a *Novatek* e a *Gazprombank*. O banco *Vnesheconombank* e o *Sberbank*, o maior banco russo, foram alvo de sanções. A empresa *Rostec* e a *Gazprom*, empresas com papéis preponderantes na economia russa, foram sancionadas de contrair empréstimos de longo prazo. Tal como a UE, os EUA sancionaram as exportações de serviços e tecnologia para empresas petrolíferas russas cujo território de exploração é o Ártico. As conhecidas Kalashnikov foram alvo de sanções.

A Rússia acabou por retaliar¹⁹⁴ e impor sanções. Proibiu a importação de produtos alimentares dos EUA e da UE em resposta às sanções impostas que resultaram no isolamento da economia. Os produtos sujeitos às sanções foram as carnes de vaca, porco, aves e peixe, frutas, vegetais, queijo, leite e demais produtos lácteos vindos dos EUA, da UE, do Canadá, da Austrália e da Noruega. Os voos ucranianos que passassem por território russo foram banidos e ameaçou ainda estender a proibição aos voos da UE e dos EUA. As sanções aplicadas aos produtos alimentares poderão forçar a Rússia a desenvolver o sector agrícola de modo a reduzir a dependência de produtos alimentares estrangeiros e adquirindo maior autossuficiência. A proibição de produtos alimentares poderá inflacionar o preço dos produtos o que na atual fragilidade económica poderá piorar a situação. A Rússia poderá procurar novos importadores fora da lista de sanções impostas com os países da América do Sul e da Ásia a serem os principais candidatos.

A guerra de sanções entre a Rússia e o Ocidente por causa da crise na Ucrânia demonstrou mais uma componente do conflito. Para além da instabilidade política e da guerra civil existiram conflitos diplomáticos sob a forma de sanções e negociações. A crise perdeu o ímpeto que tivera no início do verão de 2014 mas não significa que, apesar do acordo de

¹⁹⁴ *Russia Bans Food Imports in Retaliation for Western Sanctions*. The Wall Street Journal (07.08.2014). Disponível em <http://www.wsj.com/articles/russia-bans-food-imports-in-retaliation-to-western-sanctions-1407403035> (consultado a 22.07.2015).

Minsk e das sanções, esteja resolvido. Continuam a existir divisões na política interna ucraniana e a política externa continua volátil a interferências por parte da Rússia que continua intransigente em deixar que a Ucrânia se aproxime da UE.

3. O Hostilizar de Relações entre a Rússia e o Ocidente - Um Jogo Geoestratégico com duas Ordens Mundiais em Colisão

Para se entender a Rússia contemporânea é necessário entender o seu passado. A procura pela identidade pós-Soviética russa tem sido difícil. Após uma década de uma política capitalista sob o comando de Boris Yeltsin, Vladimir Putin estabeleceu um regime autoritário fundamentado no interesse nacional e na sua implementação através do recurso a *hard power*. Quando Mikhail Gorbachev se demitiu e dissolveu a União Soviética em 1991 foi Yeltsin quem ficou com a presidência da Federação Russa. Uma nova constituição foi implementada em dezembro de 1993, numa tentativa de pôr os anos da União Soviética para trás e relançar o país na comunidade internacional. Na década de 1990 o aparecimento de manipuladores políticos ajudou a definir parte da estratégia política russa. Estes manipuladores apareceram com o intuito de criar uma falsa democracia devido à incapacidade de Boris Yeltsin em desenvolver um sistema democrático legítimo e estabilizar o país. Cada vez que existia um problema como uma crise energética ou económica os manipuladores entravam em cena através da criação de polémicas que pudessem mudar o foco de atenção sobre os assuntos importantes da Rússia e redirecionar a contestação para outras coisas. No ano 2000, Vladimir Putin tornou-se presidente e o país adquiriu uma vertente nacional e externa diferente. Durante a presidência de Yeltsin os problemas económicos e a desordem continuaram, demonstrando a falta de eficácia em estabilizar o país. Depois de um segundo mandato, Vladimir Putin deixou a presidência em 2008 sendo substituído por Dmitry Medvedev. Em 2012, depois de estar como Primeiro-ministro do país desde 2008, regressou para um terceiro mandato como presidente. Desde o terceiro mandato que Vladimir Putin tem visado o Ocidente, em especial os EUA, como adversário estratégico e tem implementado políticas com o intuito de contrabalançar a influência ocidental. Com a chegada de Putin ao poder o governo estabeleceu um monopólio de manipulação propagandística. Os propagandistas davam ênfase aos anos maus da Rússia de Boris Yeltsin e como Vladimir Putin aparecera

para recolocar o país no rumo da prosperidade. Tudo o que acontecia de mau com a Rússia era culpa de outrem, especialmente das políticas do Ocidente.

“The crisis was also of Russia’s making and was about Russia’s future. (...) Russia’s historic fear of encirclement was replaying itself because of NATO expansion” (WILSON, 2014, p. VII).

Nos anos mais recentes os interesses russos têm ganho forma e a pressão intensificado. Desde que Vladimir Putin reassumiu o cargo em 2012 tem adquirido uma estratégia inversa aos valores ocidentais através da valorização da identidade russa e da adoção de políticas que visam reestabelecer a grandeza dos tempos soviéticos.

Um desses projetos é a União Económica Eurasiática formalizada a 29 de maio de 2014. A Ucrânia seria parte integrante da UEE não tivesse acontecido a crise. O plano passa criar uma união com um modelo semelhante ao da UE, mas com uma ideologia diferente, que atribua à Rússia um estatuto preponderante na Ordem Mundial contemporânea e na balança de poder internacional. Este projeto vai oferecer benefícios económicos a quem se juntasse à união. Contudo a UEE representa uma oportunidade para a Rússia reestabelecer um novo bloco político sob as antigas repúblicas soviéticas. A Rússia, líder desta união, faria valer os seus interesses acima de todos os restantes. O objetivo primário passa por criar um bloco político que pudesse oferecer resistência e servir de contrapeso à hegemonia ocidental. Os BRICS são outro exemplo do contrapeso à hegemonia Ocidental que outros países procuram estabelecer nomeadamente os países da América do Sul e da Ásia que procuram obter um papel mais importante na Ordem Mundial contemporânea.

A guerra de informação tem um papel importante na política externa russa. Alguns meios de comunicação como a RT têm o intuito de provocar divergências através da disseminação de informação que vise a destabilização de quaisquer países, indivíduos ou organizações internacionais que possam constituir uma ameaça para a estabilidade política.

A Rússia tem endurecido a abordagem política no que toca às relações com as antigas repúblicas soviéticas procurando o espaço de influência que tinha na União Soviética. O mapa que se segue ilustra a extensão que o território da União Soviética compreendia.



Fig. 10 – Antigo território da União Soviética na Europa.

Fonte: <http://www.brookings.edu/blogs/brookings-now/posts/2015/05/21-ukraine-maps> (consultado a 23.07.2015).

A anexação da Crimeia devolveu á Rússia motivação para recuperar a hegemonia territorial que detivera durante a União Soviética. Regiões como a Moldávia, especialmente a Transnístria, Geórgia, Arménia, Bielorrússia, Azerbaijão, os Estados Bálticos e mesmo a Grécia poderão ser alvos de uma maior ingerência. A maioria destas regiões foi parte integrante da União Soviética e, mesmo após 1991, a Rússia manteve os interesses na maioria destas regiões. Em relação à Grécia, a Rússia tem aproveitado a crise económica grega para estender a esfera de influência no território da UE podendo obter um importante ponto geoestratégico caso estreitem relações económicas e diplomáticas. O que aconteceu com o assinar de um acordo entre a Rússia e a Grécia para a construção de um gasoduto para abastecer o resto da Europa. Este projeto está estimado em 2 mil milhões de euros e o banco rus-

so VEB será detentor de 50% do gasoduto em território grego¹⁹⁵ ficando a Grécia com os restantes 50% do capital relativo ao desenvolvimento. O conflito na Ucrânia levou a Rússia a redirecionar os planos para um gasoduto na Turquia. A instabilidade na Grécia permitiu à Rússia estabelecer mais um ponto de passagem para fazer chegar o gás natural ao espaço europeu, assegurando-se que a UE continua dependente.

A anexação da Crimeia levou a UE a assinar acordos de associação económica com a Moldávia, a Ucrânia e a Geórgia acordos esses a que a Rússia se opôs¹⁹⁶. Estes acordos viam uma aproximação à UE e servem para demover a Rússia de outra intromissão igual à Crimeia.

Os países sob ameaça semelhante são a Moldávia e a Geórgia embora a Rússia não tenha as mesmas vantagens estratégicas que na Ucrânia. A corrupção política torna a integridade destes Estados vulnerável a pressões externas. A Moldávia tem a região da Transnístria que procura obter estatuto autónomo ou a independência. A Geórgia, por sua vez, procedeu a reformas em 2004, após a revolução, que se fundamentaram nos ideais da UE sendo que a Rússia quer evitar que o país possa estreitar laços com a Europa.

Os Estados Bálticos¹⁹⁷ estão sob constante pressão. Enquanto a Ucrânia e a Moldávia se depararam com dificuldades em instaurar as reformas necessárias ao desenvolvimento político e económico os Estados Bálticos conseguiram impor reformas após a queda da União Soviética e tornaram-se independentes. A Rússia provou que o interesse em todas as antigas repúblicas soviéticas continua vivo. Em junho deste ano anunciou que irá rever a legalidade do processo de independência dos países Bálticos¹⁹⁸. Esta tomada de posição demonstra que continua a deter interesses. Os Estados Bálticos são mais uma prova da aplicação da política externa em relação às antigas repúblicas. O procurador-geral da Rússia irá rever a legalidade da independência dos Estados Bálticos pois alguns encaram a sua independência ilegal. A

¹⁹⁵ *Rússia e Grécia assinam acordo para construção de gasoduto*. Jornal de Negócios (19.06.2015). Disponível em

http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/russia_e_grecia_assinam_acordo_para_construcao_de_gasoduto.html (consultado a 24.07.2015).

¹⁹⁶ *Guide to the EU deals with Georgia, Moldova and Ukraine*. BBC News (27.06.2014). Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-28038725> (consultado a 23.07.2015).

¹⁹⁷ A Lituânia, Letónia e Estónia.

¹⁹⁸ *Russia tries to soothe Baltic states over independence review*. Reuters (01.07.2015). Disponível em <http://www.reuters.com/article/2015/07/01/us-russia-baltics-idUSKCN0PB4M520150701> (consultado a 23.07.2015).

Lituânia insurgiu-se de imediato sobre a revisão afirmando que a independência lituana não pode ser posta em causa¹⁹⁹.

Colocar em causa a independência dos Estados Bálticos resulta dos interesses da Rússia em conter a expansão da UE e da OTAN. A nova doutrina militar russa²⁰⁰, que entrou em vigor a 26 de dezembro de 2014, denota as suas ambições geopolíticas. Da nova doutrina militar consta como ameaça externa à integridade territorial a expansão da OTAN para territórios vizinhos. A Rússia reconhece que o interesse estratégico passa pelo fortalecimento de relações com países não ocidentais como a Índia, China ou o Brasil e a necessidade de fortalecer a presença no Ártico. O documento reconhece a existência de conflitos regionais em regiões adjacentes à fronteira que necessitam ser resolvidos sem que ponham a integridade territorial em causa reservando-se o direito de utilizar quaisquer meios que considere necessários à defesa do território e dos interesses estratégicos.

A Rússia sempre teve uma relação tensa com os vizinhos. O que acontece na Ucrânia com as ameaças de invasão militar, cortes no fornecimento energético ou no financiamento é uma prática comum de intimidação. O objetivo passa por obrigar os países vizinhos a permanecerem sob o controlo da esfera de influência russa. Para a Rússia um bom vizinho é aquele que é submisso. A revisão da independência dos Estados Bálticos passa por colocar pressão sobre estes países, todos membros da OTAN, transpondo a mensagem que a Rússia não irá permitir que a esfera de influência da UE e OTAN continue a alargar-se.

Este endurecimento posicional em relação à expansão da UE e OTAN e em relação à aproximação da Ucrânia à UE resulta do declínio da posição russa na Europa de leste. Daí que a Rússia esteja a estabelecer ligações na Ásia Central e América do Sul pois precisa de estabelecer conexões políticas e económicas para evitar ficar isolada e procurar parceiros que permitam vantagens económicas. O crescimento da influência da China na Ordem Mundial é um fator que motiva o estabelecimento de relações. A Rússia não irá desistir de manipular os países vizinhos sendo que todos os exemplos realçados demonstram que a política externa passa pela preservação do estatuto preponderante que detém na Ordem Mundial. Caso não consiga manter a posição na Ordem Mundial contemporânea irá procurar criar

¹⁹⁹ *Rússia revê a legalidade da independência dos países do Báltico*. Diário de Notícias (30.06.2015). Disponível em http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4654121&page=-1 (consultado a 24.07.2015).

²⁰⁰ *Russia's New Military Doctrine Shows Putin's Geopolitical Ambitions*. Business Insider (12.01.2015). Disponível em <http://www.businessinsider.com/russia-has-a-new-military-doctrine-2015-1> (consultado a 24.07.2015).

uma ordem alternativa. As aproximações à Ásia Central, à América do Sul e à Grécia assim como a ingerência na Ucrânia, a tentativa de destabilizar os Estados Bálticos, a criação da UEE e dos BRICS demonstram que continua focada em desenvolver um modelo alternativo ao Ocidental que permita manter um estatuto preponderante na Ordem Mundial e na balança de poder.

3.1 A Rússia e a Guerra Fria do Século XXI Contra a Hegemonia do Ocidente

O endurecer da posição internacional da Rússia em relação às antigas repúblicas soviéticas, à UE, aos EUA e ao expansionismo da OTAN podem ser entendidos como uma guerra contra o Ocidente ou, pelo menos, os seus valores políticos. A crise tem um significado maior que o futuro da Ucrânia. A crise representa a resposta da Rússia face à proximidade dos EUA, da OTAN e da UE. A Rússia costuma ser mais perigosa quando se sente ameaçada pois em vez de assumir uma posição submissa costuma retaliar. *“The Russian elite, particularly under Putin after 2012, strongly believed that Russia had been constantly humiliated since 1991.”* (WILSON, 2014, p. 11).

Os protestos na Ucrânia visaram uma mudança na realidade política e económica e Vladimir Putin pretendia restaurar o prestígio da Rússia. A ingerência russa na Ucrânia teve como objetivo a fragmentação do país de modo a torna-lo em algo parecido à Bósnia que está dividida em três partes: o oeste, o centro e o este. A região este da Ucrânia, a dita *Novorossiia*, equivaleria à República de Srpska na Bósnia, ou seja, regiões satélites da Rússia e da Sérvia respetivamente. O plano passa pela fragmentação da Ucrânia de tal forma que torne a hipótese de atingir estabilidade impossível. Através da criação de um sistema político disfuncional o país enfraquecerá e perderá a hipótese de futuras aproximações à UE.

A Rússia é um Estado Federado e queria a Ucrânia no mesmo modelo embora se oponha a que algumas partes do seu território obtenham estatuto semelhante como, por exemplo, a Sibéria. Caso a Ucrânia se tornasse um Estado federado o este ganharia maior independência. A Ucrânia não aceita perder a soberania sobre o território tendo já perdido a Crimeia não quer perder também a região de Donbas.

Em relação à UEE a Rússia havia posto uma enorme pressão sobre Yanukovich para se juntar ao projeto só que a crise retirou essa possibilidade. A UEE enfrenta problemas estruturais resultantes de dificuldades anteriores. Nenhum dos membros é um Estado democrático

e nenhum confia em instituições supranacionais o que demonstra que a tentativa de ter um modelo semelhante à UE não passa de uma utopia. No início apenas a Rússia, a Bielorrússia e o Cazaquistão integraram a UEE aquando da oficialização a 1 de janeiro de 2015. A Arménia juntou-se um dia depois podendo o Quirguistão ser um possível membro. O Quirguistão tem um governo pró-russo desde 2010 e representa um importante ponto geoestratégico que serve de corredor entre a China e a Rússia. Dos outros países que poderão ainda juntar-se à UEE há o Tajiquistão que não irá acrescentar nada à união por ser um país pobre e dependente da Rússia. A Rússia, o maior país da UEE, encontra-se fragilizada devido à estagnação da economia. A Ucrânia entraria na UEE para contrabalançar o seu tamanho. A UEE servirá para restaurar a glória dos tempos soviéticos embora outras antigas repúblicas possam não ter a mesma vontade. Apesar de todas as limitações a UEE continuará mesmo que seja por questões políticas. Este projeto assim como a anexação da Crimeia representam o início de uma divisão geopolítica com a UE daí a importância da revisão da legalidade da independência dos Estados Bálticos e a aproximação à Grécia. Com a UEE a Rússia ganhará uma posição vantajosa nas relações com os países da Ásia e será capaz de equilibrar o balanço, reduzindo as disparidades, com os EUA e a China. A Rússia procura adquirir um estatuto preponderante na Ordem Mundial querendo assumir uma posição em que pode impor a visão política a outros países ao contrário de ter que receber ordens e adaptar-se às regras de terceiros, o que aconteceria se entrasse para a UE. A UEE, os BRICS e o alargamento da esfera de influência ao espaço da UE permite proteger-se.

Embora a Rússia esteja a desenvolver a criação de uma instituição supranacional um bom vizinho continua a ser aquele que é submisso, ou seja, um Estado vassalo é melhor que um Estado aliado. Os EUA, a UE e a OTAN representam os maiores concorrentes estratégicos na Ordem Mundial contemporânea e a emergência da Ásia e da América do Sul fazem com que a Rússia procure estreitar ligações com novos atores internacionais. Esse modelo de governação é definido pela primazia dos interesses estratégicos de um país sobre quaisquer alianças e sobre um conjunto de elites que deverá ser detentora do poder de um Estado e que possam ser corrompidas. A aproximação da Rússia a partidos extremistas em alguns Estados-Membros da UE, como a França e a Hungria, representa outro exemplo de como procura aliar-se a atores internacionais na Ordem Mundial e na balança de poder internacional e que representem um modelo alternativo aos EUA e à UE. Qualquer tentativa de colocar a Rússia ou os seus interesses numa posição submissa resultará naquilo que aconteceu com a Ucrânia. O resultado foi a fragmentação do país através do fomento da instabilidade política

e social que resultou na perda de parte do território, a Crimeia, e na vontade de outra parte, Donbas, adquirir um estatuto autónomo ou até mesmo ter um destino semelhante.

O aparecimento de uma Ordem Mundial alternativa criou duas esferas importantes: por um lado uma ordem constituída pelos EUA, a UE e a OTAN, por outro lado uma ordem composta pela Rússia, os BRICS, a UEE e qualquer outra organização ou instituição que sirva de contrapeso e fortaleça um modelo alternativo. Tanto a UEE como os BRICS primam pelo desenvolvimento de instituições políticas próprias num modelo semelhante ao da UE, uma união monetária que possa servir de alternativa ao Euro e ao Dólar²⁰¹ e o desenvolvimento de relações comerciais alternativas aos EUA e a UE daí a importância em estreitar relações com países em crescimento como a China. A Ucrânia seria parte integrante da UEE o que explica a intransigência da Rússia pela assinatura de um acordo de associação com a UE aliado ao facto ter um grande peso histórico e cultural e pelos interesses estratégicos existentes.

Enquanto a Rússia vai fortalecendo relações com atores internacionais alternativos vai procurando destabilizar a Ordem Mundial ocidental em prol do desenvolvimento do seu modelo. Os casos da Ucrânia, a aproximação á Grécia, a revisão da independência dos Estados Bálticos, a aproximação a partidos extremistas europeus com ideologia antieuropeia e a percepção da OTAN como uma ameaça à integridade territorial representam a postura contemporânea da Rússia face à Ordem Mundial tradicional.

O conflito entre a Rússia e o Ocidente²⁰² representa a vontade do Presidente Putin em readquirir a preponderância que o país detinha na Ordem Mundial durante a União Soviética. Para tal a identidade russa e tudo o que a comporta tem que ser defendida, sendo a Ucrânia uma parte dessa identidade. A defesa dos interesses russos só é possível se se conseguir destacar na Ordem Mundial. A procura por estabelecer um modelo alternativo à ordem tradicional explica a aproximação à Ásia e América do Sul assim como a criação de instabilidade no espaço europeu, o apoio a partidos extremistas, os Estados Bálticos e a Grécia. A Rússia procura desenvolver um modelo no qual tenha um papel de líder e não de submissão e se possa destacar. Para tal terá que conseguir ser parte integrante na emergência dos novos ato-

²⁰¹ *Brics countries launch new development bank in Shanghai.* BBC News (21.07.2015). Disponível em <http://www.bbc.com/news/33605230> (consultado a 25.07.2015).

²⁰² *Putin's war on the West.* The Economist (14.02.2015). Disponível em <http://www.economist.com/news/leaders/21643189-ukraine-suffers-it-time-recognise-gravity-russian-threat-and-counter> (consultado a 25.07.2015).

res internacionais e fortalecer um modelo alternativo sólido para adquirir um estatuto preponderante na balança internacional de poder e representar uma alternativa viável à Ordem Mundial tradicional.

4. A Questão Ucraniana na Ordem Mundial Contemporânea e na Evolução do Conflitos – O que está em Jogo?

As limitações da Rússia tornam difícil a sua representação como um modelo alternativo à Ordem Mundial tradicional. A aproximação da UE e da OTAN às suas fronteiras e a ingerência em algumas ex-repúblicas soviéticas levaram o Presidente Putin a procurar uma forma de adquirir essa preponderância. A crise na Ucrânia pode ser entendida como uma crise sobre o futuro da Rússia na Ordem Mundial contemporânea. O medo de ficar cercada pela OTAN levou-a a assumir uma posição agressiva. A anexação da Crimeia e a desvalorização da soberania ucraniana representam ameaças diretas à Ordem Mundial existente desde o fim da Guerra Fria. A mudança de atitude por parte da Rússia deriva da perda de protagonismo na presente balança de poder.

A crise na Ucrânia é, para além de uma crise russa, uma crise para a Europa e a sua estabilidade. A credibilidade do projeto da UE assim como o modo de funcionamento ficaram debilitadas com a incapacidade de interferir na mediação dos conflitos que fragmentaram a Ucrânia. A crise é um teste aos EUA e à capacidade de resposta face a uma Rússia que visa por em causa a Ordem Mundial tradicional a favor de um novo modelo.

Esta crise determinará o futuro da região este da Europa, sejam Estados-Membros da UE ou não, e o sucesso ou insucesso que a Rússia poderá obter em destabilizar e aplicar pressão sobre a região. A capacidade para determinar o futuro da Ucrânia irá conferir à Rússia a capacidade de ingerência em países pertencentes à UE como os Estados Bálticos, a Bulgária, a Roménia, a Moldávia e a Grécia. *“This crisis was also about the future prospects for the entire region, and about Russian pressure on other exposed states in Eastern Europe, the Caucasus and Central Asia – and on some badly-run EU countries, like Bulgaria, or even some well-run one, like the Baltic States.”* (WILSON, 2014, P. VIII).

Para a Ucrânia a crise passa por desafiar a ordem pós-Soviética, por acabar com a corrupção política no país e por reformas que permitam o seu desenvolvimento e independência da Rússia. Se a Ucrânia permanecesse um Estado volátil, continuasse sobre a esfera de influência russa e falhasse em assinar um acordo de associação com a UE não poderia servir

de motivação a outros países ou fortalecer a oposição ao governo de Putin. “(...) *within Ukraine, the crisis was about challenging the entire post-Soviet order, not just ending the corrupt regime of President Viktor Yanukovich.*” (WILSON, 2010, p. VIII).

O futuro da crise na Ucrânia irá ter influência sobre o futuro do espaço europeu e da UE assim como da Rússia. Tudo indica que a Ucrânia não irá reaver a Crimeia, embora não tenha reconhecido a anexação, e que a região de Donbas permanecerá com um estatuto especial que lhe conferirá a autonomia do governo de Poroshenko. A crise na Ucrânia contribuiu para a presente desordem com o aparecimento da multipolarização e a emergência de novos atores na região capazes de apresentar um modelo alternativo à Ordem Mundial tradicional que poderá ser seguido por outros países.

Tudo parecia indicar que a Ucrânia iria conseguir atingir o objetivo inicial: acabar com a corrupção no país e reaproximar-se da UE. A Rússia acabaria por intervir e anexar a Crimeia numa operação relâmpago e depois criar instabilidade na região de Donbas para tentar dar-lhe o mesmo destino. A destruição do voo da Malaysia Airlines MH17 aconteceu porque estava a aumentar o apoio aos separatistas pró-russos na região de Donbas devido ao avanço do exército. A Ucrânia aumentou a presença militar na região colocando o país num clima de guerra civil. O acordo de Minsk representou o primeiro passo rumo ao fim da crise contudo existiram confrontos após a sua assinatura. A região de Donbas não está nem estável nem sob o controlo total do governo de Poroshenko. Caso não consiga controlar Donbas, a Rússia ganhará ímpeto para continuar a destabilizar a soberania ucraniana e outros países. O exército ucraniano falhou na Crimeia e no início do conflito na região de Donbas parecia destinado ao mesmo mas conseguiu ganhar terreno e esteve perto de conseguir derrotá-los até a Rússia aumentar o apoio.

A Rússia procura limitar a aproximação da Ucrânia à UE para impedir uma associação à OTAN, o que resultará no destacamento de tropas para perto da fronteira. O Presidente Putin quer que a anexação da Crimeia seja reconhecida e que a região de Donbas adquira um estatuto de autonomia. A UE procura o fim da crise e a estabilização da região.

A Ordem Mundial que se estabeleceu após o fim da Guerra Fria tem limitações e não é um modelo que se possa propagar por toda a comunidade internacional. A Ordem Mundial que a Rússia quer estabelecer como alternativa não trará o equilíbrio pretendido. “(...) *modern Russia is on its way towards becoming an ethnic nation state (...) Russia has also travelled back to a very traditional view of defending its national sovereignty with hard power.*” (WILSON, 2014, p. 6).

A Rússia entende a anexação da Crimeia como uma vitória contra a ingerência do Ocidente. O ato de fundação da Ordem Mundial que quer estabelecer consistiu no redesenhar das fronteiras da Ucrânia através do uso de argumentos que podem causar instabilidade em outros Estados com divergências políticas, étnicas ou culturais.

Com a queda da União Soviética deu-se início a uma Ordem Mundial onde os EUA detinham a supremacia sobre a balança de poder internacional. Isto resultou na disseminação de valores políticos americanos a países com diferentes registos históricos. Esta Ordem Mundial unipolar começou a ficar debilitada com a guerra no Iraque. O mundo multipolarizou-se e os atores começaram a ganhar uma preponderância capaz de rivalizar com o papel dos Estados na balança de poder o que acabou por colocar o modelo em causa.

A Rússia aproveitou a instabilidade na Ucrânia para justificar a anexação da Crimeia reiterando que o acordo que garantia a integridade territorial da Ucrânia em 1994²⁰³, quando o governo ucraniano colocou um fim ao programa nuclear, não tem qualquer validade apesar de o artigo 2º do Memorando de Budapeste referir que a integridade territorial deve ser respeitada:

“The Russian Federation (...) reaffirm their obligation to refrain from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of Ukraine, and that none of their weapons will ever be used against Ukraine except in self-defence or otherwise in accordance with the Charter of the United Nations”. (Budapest Memorandums on Security Assurances, 1994, Council on Foreign Relations).

A Rússia justificou a ingerência na Ucrânia devido ao perigo que a população étnica e falante russa corria face ao crescimento do nacionalismo. Isto significa que pode intervir em qualquer parte do mundo que tenha população russa de acordo com o pretexto utilizado.

O precedente que o Kosovo criou com a independência, unilateral, da Sérvia em 2008²⁰⁴ foi utilizado para justificar a anexação da Crimeia. Contudo os dois casos não poderiam ser mais diferentes. Enquanto o Kosovo tomou medidas para se tornar um Estado independente após o genocídio de 1998 – 1999 a Crimeia não se tornou independente mas passou de ad-

²⁰³ *Budapest Memorandums on Security Assurances, 1994.* Council on Foreign Relations (05.12.1994). Disponível em <http://www.cfr.org/nonproliferation-arms-control-and-disarmament/budapest-memorandums-security-assurances-1994/p32484> (consultado a 26.07.2015).

²⁰⁴ *Why the Kosovo “precedent” does not justify Russia’s annexation of Crimea.* The Washington Post (24.03.2014). Disponível em <https://www.washingtonpost.com/news/volokh-conspiracy/wp/2014/03/24/crimea-kosovo-and-false-moral-equivalency/> (consultado a 26.07.2015).

ministrada pela Ucrânia para administração russa. O Kosovo representa, de facto, um precedente para outros Estados que queiram obter independência unilateralmente mas não representa nem justifica o caso da Crimeia pois não conferiu qualquer independência à região. A independência do Kosovo ocorreu nove anos depois. Já a Crimeia realizou um referendo a 16 de março de 2014 e dias depois o Presidente Putin oficializou a anexação. Ao contrário do Kosovo, a Crimeia não foi alvo de qualquer ato violento que justificasse uma intervenção tornando as justificações dadas pela Rússia incompreensíveis.

A Ordem Mundial que a Rússia pretende instaurar é fundamentada na distorção do direito internacional. Caso os acordos internacionais percam a validade então o que fez com a Crimeia poderá criar um precedente para que outros países com regiões em disputa tomem uma postura idêntica. Na Ordem Mundial encabeçada pela Rússia qualquer situação pode tornar-se um pretexto para intervenção.

A resposta à anexação da Crimeia deveria ter sido mais dura pois este episódio coloca em causa a integridade territorial dos Estados na Ordem Mundial tradicional causando instabilidade e fragmentando-a. As sanções deveriam ser mais pesadas face ao comportamento da Rússia na Ucrânia. Tal como no Irão, a aplicação de sanções que visem debilitar a economia e o isolamento internacional têm sempre maior efeito. A dependência energética da Europa em relação à Rússia deverá ser reduzida de modo a que exista uma resposta à crise ucraniana sem temer as repercussões. A OTAN deverá ser fortalecida e os seus membros ter assegurada a proteção contra eventuais ameaças.

A Ucrânia precisa de uma injeção financeira para evitar que a economia colapse e de reformas para se desenvolver. É necessário que se decida o tipo de Ordem Mundial melhor para o futuro da balança de poder internacional: uma ordem na qual os Estados respeitam a integridade territorial e os acordos internacionais ou uma ordem onde os acordos e as fronteiras estão sujeitos a segundas interpretações e podem ser desrespeitados.

O mundo após a queda da União Soviética dividiu-se entre as ex-repúblicas soviéticas e o Ocidente. Agora procura-se retirar a influência russa dessas repúblicas ao passo que a Rússia tenta fortalecer a posição. Apesar do fim da bipolaridade e de existir uma ordem unipolar a mesma revelou-se incapaz de trazer estabilidade e segurança à balança de poder internacional. A Rússia, a China, algumas ex-repúblicas soviéticas e outros países procuram estabelecer uma associação económica através do desenvolvimento de instituições supranacionais que contrabalancem os EUA e a UE.

Os EUA e a UE estão a tentar juntar a Ucrânia à Ordem Mundial enquanto a Rússia não está disposta a perdê-la. Para a maioria dos ucranianos uma associação com a UE representa o caminho para ultrapassar anos de estagnação económica e social. A população mais a este opta pela preservação das ligações com a Rússia. O governo de Putin, cuja sensação de ameaça tem vindo a aumentar, concluiu que uma aproximação da UE e dos EUA seria prejudicial para a integridade e optou por intervir na Ucrânia enquanto redirecionava atenções para relações com países da Ásia e da América do Sul. O plano de Putin passa pela criação de um grupo Eurasiático a UEE, do qual a Ucrânia faria parte. O problema é que a intenção do governo ucraniano em assinar um acordo de associação com a UE retirava o país do projeto sendo entendido como uma ameaça aos interesses eurasiáticos.

Caso a Rússia e o Ocidente não cheguem a um entendimento sobre o futuro do estatuto da Ucrânia no que toca às relações com a UE e a Rússia o país será fragmentado, para além da Crimeia, e poderá perder a região de Donbas. A Ordem Mundial unipolar foi substituída por uma policêntrica com centros de poder distintos. É impossível atingir um só modelo de ordem porque a multipolaridade atual diverge em vários aspetos. Apesar dos EUA permanecerem na vanguarda tecnológica, económica e militar o seu papel na Ordem Mundial está em declínio. A Rússia está a desenvolver uma ordem alternativa em conjunto com ex-repúblicas soviéticas contudo a capacidade militar, financeira e económica não tem o mesmo peso que os EUA e a UE, embora a aproximação à China possa melhorar essa realidade. A Ordem Mundial contemporânea está fragmentada em grupos que se opõem. Um mundo multipolar faz com que a Rússia e a China estreitem ligações e leva a que organizações internacionais como os BRICS desenvolvam mecanismos de cooperação económica e política que sirvam de alternativa aos EUA e à UE.

A crise na Ucrânia expôs as assimetrias existentes na Ordem Mundial atual devido às disparidades entre os atores. Caso a crise não seja solucionada o resultado poderá ser um corte de relações entre o Ocidente e a Rússia que acabará por prejudicar outras áreas de cooperação: o desenvolvimento energético no Ártico; reformas na ONU, no FMI e na OSCE; estabilização de tensões existentes nas antigas repúblicas soviéticas e cooperação no combate ao terrorismo, ao tráfico de droga e ao extremismo islâmico.

Caso a Rússia e o Ocidente cheguem a um compromisso sobre o futuro da Ucrânia, sendo o acordo de Minsk o início para tal estará dado o primeiro passo para a criação de um mundo multipolar funcional. Para que seja possível desenvolver uma Ordem Mundial multipolar eficiente é necessário que se tratem dos problemas existentes, que se perceba que ten-

tar impor os valores de uns Estados a outros não resultará sempre e que se desenvolvam políticas que não conduzam a rivalidades geopolíticas nem ao redesenhar de fronteiras. Só assim será possível desenvolver uma Ordem Mundial que comporte a multipolaridade e na qual a Rússia possa assumir um papel protagonista em conjunto com outros Estados.

Os conflitos que se sucederam na Crimeia e em Donbas representam novos tipos de conflitos. Estes conflitos podem ser entendidos como híbridos, não-lineares ou mesmo conflitos sem contacto militar, como foi o caso da Crimeia. A capacidade de exercer uma operação militar reduzida com o intuito de prevenir uma operação maior é uma das características resultantes da evolução dos conflitos. Deste novo tipo de conflito ressaltou o recurso à guerra de informação através do uso de meios de comunicação, como a RT. Além disso, a emergência de grupos irregulares deram origem ao estabelecimento de um conjunto de novas alianças. Não existiam apenas dois lados neste conflito, mas vários o que tornou a sua resolução complicado.

A Crimeia representa a aplicação da evolução dos conflitos. A anexação foi realizada com recurso a poucos meios militares o que levou a que se tenham produzido poucos conflitos embora a demonstração de força tenha servido como dissuasor para uma eventual escalada de agressão e para a anexação do território sem que tenham resultado baixas ou confrontos de maior intensidade.

Parecia que a fórmula encontrada pela Rússia para anexar a Crimeia tinha sido um sucesso: em poucos dias foram tomados pontos estratégicos importantes que permitiram a realização de um referendo onde a propaganda russa e a demonstração de força desempenharam um papel importante e levaram à formalização da anexação poucos dias depois. A intervenção relâmpago feita foi, do ponto de vista militar, um sucesso. Contudo a mesma estrutura não resultou na região de Donbas pois o governo ucraniano tomou uma posição agressiva face aos desenvolvimentos. O resultado foi um confronto entre o exército ucraniano e os separatistas pró-russos. Quanto mais o conflito em Donbas durava maiores eram as consequências e mais desacreditada ficava a metodologia aplicada na Crimeia. Enquanto o golpe na Crimeia terminou antes que lhe fosse dada muita atenção internacional na região de Donbas o conflito manteve-se durante meses e resultou na morte de milhares de pessoas e enquanto a Rússia negou o seu envolvimento na Crimeia a sua implicação na região de Donbas ficava difícil de negar.

A justificação passava pela defesa dos direitos dos falantes de russo e russos étnicos em perigo na Ucrânia devido ao aparecimento de partidos extremistas. Para suportar estas ale-

gações a Rússia desenvolveu uma guerra propagandística através do uso de meios de comunicação cujo intuito era subverter e exagerar os acontecimentos na Ucrânia. Neste tipo de conflito tiveram um papel importante o canal de informação RT, Sputnik e o Russia Beyond the Headlines. Os meios de comunicação chegaram a manipular notícias²⁰⁵ com o intuito de desacreditar a revolta e fundamentar uma futura intervenção. A crise na Ucrânia demonstrou o poder da propaganda russa que também se revelou fatal pois à medida que os acontecimentos evoluíam tornava-se possível distinguir os factos verdadeiros daqueles criados pela propaganda.

Outro fator que influenciou a intervenção da Rússia na Ucrânia prendeu-se com o alargamento da OTAN ao este da Europa. A OTAN é entendida como uma ameaça à integridade territorial de tal forma que a nova doutrina militar coloca-a como uma das maiores ameaças à integridade. O alargamento da OTAN à Europa central e este preocuparam pois significaria que iria ter um maior número de forças militares junto às fronteiras.

A Rússia havia violado tratados internacionais, entre eles o Memorando de Budapeste, a Carta das Nações Unidas, os compromissos estabelecidos com a OSCE e o *Friendship and Cooperation Treaty*²⁰⁶ celebrado com a Ucrânia em 1997, com a anexação da Crimeia e criado uma guerra na região de Donbas graças ao uso de *proxies*. A tentativa de utilizar o caso do Kosovo como justificação para os seus atos na Crimeia e em Donbas não fazia sentido porque se tratava do oposto do que estava a fazer. Contudo a anexação da Crimeia estabeleceu um precedente que violou todos os acordos internacionais estabelecidos, um precedente que pode ser perigoso caso existam futuras incursões em outros territórios em disputa.

A anexação da Crimeia exacerbou a incapacidade das organizações internacionais supranacionais em estabelecerem ordem. Com o poder de veto que a Rússia detém no Conselho de Segurança da ONU torna-se impossível tomar uma ação que condene os seus comportamentos. A Rússia foi excluída do G8, mas isso não abrandou o avanço na Ucrânia. Para contrapor o enfraquecimento da posição em organizações Ocidentais a Rússia fortaleceu a posição com os BRICS para continuar na vanguarda da Ordem Mundial contemporânea.

²⁰⁵ *Russia's manipulation of information on Ukraine and the EU's response*. European Parliament (maio 2015). Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/559471/EPRS_BRI\(2015\)559471_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/559471/EPRS_BRI(2015)559471_EN.pdf) (consultado a 27.07.2015).

²⁰⁶ Ver <http://cis-legislation.com/document.fwx?rgn=4181> (31.05.1997). Consultado a 27.07.2015.

A Rússia pôs a economia e estatuto internacional em risco com a crise na Ucrânia. A utilização de *hard power* pela Rússia na Crimeia e na região do Donbas teve consequências piores que a intervenção na Geórgia em 2008. A UE tem-se revelado incapaz de agir com eficácia durante a crise e os EUA optaram por cortar relações com a Rússia e impor sanções. O *soft power* do Ocidente não representou uma alternativa viável ao *hard power* utilizado pela Rússia. Os novos conflitos estão refletidos na Ucrânia. Podem ser caracterizados pelo recurso ao uso de *proxies* compreendidos por grupos separatistas com capacidade reivindicativa e pelo uso de manipulação política e informativa. A anexação da Crimeia representou uma intervenção relâmpago que resultou numa intervenção militar sem recurso a conflito e à realização de um referendo que serviu de legitimação para anexar o território. A mesma estratégia foi a utilizada em Donbas, mas o resultado não foi o mesmo pois o governo ucraniano não estava disposto a perder a região. Este conflito criou uma instabilidade que resultou na fragmentação do país e poderá resultar numa realidade política parecida à da Bósnia.

A crise na Ucrânia provocou um reboiço na Ordem Mundial tradicional onde os EUA e a UE ficaram em causa e a Rússia, apesar de ter ficado em posição debilitada, iniciou um modelo alternativo. Falhada a possibilidade de a Ucrânia se juntar à Ordem Mundial que a Rússia está a desenvolver, o Presidente Putin optou por causar instabilidade no país e fragmenta-lo para que não se torne uma opção viável para a UE ou a OTAN. O Ocidente respondeu à ingerência na Ucrânia com sanções económicas e o isolamento das relações ocidentais através da expulsão do G8. A Rússia não se submeteu à pressão dos EUA e da UE, começou a procurar alternativas para desenvolver um grupo forte, estabeleceu relações económicas com a China, procurou destabilizar o espaço europeu através da aproximação à Grécia e a questão da independência dos Estados Bálticos e fortaleceu a posição dos BRICS na balança de poder com a criação de um banco que possa ter uma moeda alternativa ao dólar e ao euro. Foi criada a UEE, da qual a Ucrânia seria um pilar, de modo a dar à Rússia um papel protagonista sobre o antigo espaço soviético.

As movimentações da Rússia na Ordem Mundial estão a colocar em causa a ordem tradicional e irão resultar na fragmentação e criação de dois grupos na balança de poder: de um lado a Ordem Mundial tradicional da qual faz parte o Ocidente e do outro a alternativa compreendida pela Rússia, pelos BRICS e por todos os novos atores internacionais que não se revejam na ordem ocidental. O conflito na Ucrânia criou um precedente que poderá resultar na destabilização de países instáveis e fragmenta-los. O recurso a *proxies*, demonstrações de força, estabelecimento de referendos sem validade legislativa e propaganda política repre-

sentam uma nova forma de realizar um conflito que prima pela destabilização de um território assim como a sua anexação ignorando o direito internacional, o valor das fronteiras e soberania estabelecida pela Paz de Vestefália. Uma Ordem Mundial fundamentada na visão russa não trará equilíbrio mas sim desordem. É necessário uma estabilização caso contrário a crise na Ucrânia poderá alastrar-se a outros países.

Conclusões

A Ordem Mundial é um conceito em constante reformulação desde que foi implementado em 1648. Começou por ser um mecanismo de defesa da soberania e integridade territorial dos Estados criado com a finalidade de parar as guerras e movimentos imperialistas. Foi adquirindo novas características à medida que as relações entre atores se complexificavam e obtinham novas dinâmicas.

A realidade que compreende a Ordem Mundial contemporânea é distinta daquela implementada no século XVII. Os Estados perderam autonomia em certos aspetos: político, económico, tecnológico, militar e de segurança e defesa. Isto deveu-se à emergência de novos atores, estatais e não-estatais, que vieram retirar a autonomia e protagonismo aos Estados, os tradicionais atores da Ordem Mundial. A multipolarização aliada à globalização criou um novo conjunto de importâncias.

Este trabalho de investigação teve como finalidade demonstrar como a Ordem Mundial evoluiu desde o século XVII até ao século XXI e como os conflitos acompanharam essa mudança tornando-se, tal como a Ordem Mundial, desordenados e caóticos. Para se perceber estas mudanças é necessário compreender o que mudou nas relações entre os intervenientes da balança de poder internacional, o porquê de a ordem contemporânea estar desordenada e como os conflitos foram afetados pela desordem mundial.

Para corroborar estes desenvolvimentos foram escolhidos dois casos de estudo que contêm exemplos tanto da mudança da Ordem Mundial como da evolução dos conflitos são eles: a proliferação nuclear no Irão e a crise na Ucrânia. O caso do Irão demonstra como a Ordem Mundial tradicional, um modelo que tem como principais difusores os sistemas políticos dos EUA e da UE, tem vindo a perder preponderância na comunidade internacional e não é visto como o modelo a seguir por países como o Irão que compreendem diferentes registos políticos e culturais. A dinamização do Irão enquanto principal ator do Médio Oriente e a procura por uma posição protagonista fizeram com que se isolasse do Ocidente e procurasse atingir um estatuto de relevância fora desse contexto. A criação de um programa nuclear, com fins energéticos, parecia ser a resposta para dar ao país a liderança no Médio Oriente e ser uma alternativa à Ordem Mundial tradicional. Os Estados ocidentais demonstraram alguma apreensão sobre o desenvolvimento de um programa nuclear no Irão após a Revolução de 1979 que ditou uma mudança política no país cuja ideologia centrava o Ocidente como principal inimigo.

Para tentar demover o Irão de desenvolver um programa nuclear foram aplicadas sanções económicas tanto pelo Conselho de Segurança da ONU como pelos EUA e pela UE. O Irão aceitou negociar com o P5+1 um acordo em que se comprometia a limitar determinados parâmetros do programa e em troca as sanções económicas impostas dentro desse contexto seriam levantadas. O exemplo do Irão demonstra uma das ameaças à estabilidade da Ordem Mundial tradicional pela tentativa de criar um modelo alternativo visto não ser rever no tradicional. A falta de flexibilidade da Ordem Mundial tradicional tem sido uma das causas para a desordem e para o aparecimento de novos atores que procuram estabelecer um modelo alternativo o que desvirtua e retira legitimidade à ordem tradicional.

No que toca aos conflitos, o caso do Irão demonstra a perda de liberdade dos Estados em tomarem decisões autonomamente. Isto deve-se a um conjunto de razões: ao aparecimento de organizações internacionais com capacidade supranacional; ao crescimento do fator económico nas decisões políticas, resultando no encarecimento dos conflitos tradicionais, e à crescente interdependência política, económica e militar entre Estados seja através de alianças internacionais ou de acordos. A via diplomática é agora a primeira escolha para resolver divergências, quando esta opção fracassa são impostas sanções. A opção militar é tida como última solução e raramente utilizada. O Irão representou essa mudança ao demonstrar as abordagens executadas pela comunidade internacional na tentativa de conter o progresso nuclear. O facto de não ser um aliado do Ocidente e procurar obter a hegemonia do Médio Oriente fez com que a finalidade do programa fosse posta em causa pois caso conseguisse armas nucleares obteria o dissuasor necessário à estabilidade territorial e política. Aliado a essa independência obteria ainda um estatuto de preponderância na região o que lhe poderia conferir o estatuto de hegemonia pretendido.

O caso da Ucrânia difere do Irão tanto naquilo que contribui para a Desordem Mundial como na demonstração da evolução dos conflitos. A crise na Ucrânia representa um conjunto de valores maiores que o futuro do país: é um braço-de-ferro entre a Ordem Mundial tradicional e uma Ordem Mundial emergente. A Rússia procura estabelecer um modelo alternativo à Ordem Mundial tradicional e criar ligações com países que não se revêm na ordem contemporânea tal como a China, algumas das antigas repúblicas soviéticas ou determinados países da América do Sul. Um desses exemplos foi a criação da UEE que representa o desenvolvimento de uma união monetária entre países num modelo que procura seguir-se pelo da UE na teoria mas que na prática diverge. A UEE, os BRICS e o estabelecimento de novos parceiros económicos como a China têm a finalidade de estabelecer um contrapeso à ordem

tradicional e desenvolver um modelo alternativo no qual a Rússia terá uma posição protagonista contrariando a posição ostracizada atual.

Na procura pelo estabelecimento de uma alternativa à Ordem Mundial contemporânea a Ucrânia representa um ponto estratégico importante para a Rússia. É na Ucrânia que fica uma importante base naval russa. A anexação da Crimeia permitiu assegurar um ponto de acesso ao Mar Negro, ao Mar Mediterrâneo e ao sul da Europa. A Ucrânia representa uma considerável fronteira entre a UE e a Rússia devido à extensão geográfica pelo que a perda da influência russa e a aproximação à UE deixam o território russo mais aberto ao Ocidente o que poderá piorar caso o governo ucraniano decida aderir à OTAN pois resultará no acumular de forças junto à fronteira. Além disto, a Ucrânia iria ser parte da UEE como era o desejo da Rússia o que significaria que continuaria sobre a influência do governo de Putin e os interesses na região permaneceriam assegurados. A intransigência da Rússia em deixar a Ucrânia aproximar-se da UE deve-se ao reconhecimento da importância que o país teria no desenvolvimento de um modelo alternativo à Ordem Mundial atual. Cada civilização tem um processo de desenvolvimento particular, não coincidem todos no espaço e no tempo. Os Estados não atingem todos a maturidade em simultâneo. Enquanto os EUA e a UE representam o exemplo de Estados já com maturidade política, social, cultural e económica. Países como a Rússia, o Irão e a Ucrânia estão atualmente a enfrentar o processo de maturação pelo qual o Ocidente já passou durante os períodos de conflitos que marcaram a Europa e contribuíram para a redefinição da Ordem Mundial tradicional.

Desta intransigência entre a Rússia e a UE nasceu uma crise política, económica e a fragmentação territorial sendo este último ponto que demonstra a evolução dos conflitos. A situação na Ucrânia começou em Kiev quando manifestantes se opuseram à decisão de Viktor Yanukovych em não assinar o acordo de associação com a UE depois de tudo acordado. As manifestações ganharam uma vertente violenta quando o governo utilizou forças de segurança para silenciar os protestos. Com a destituição do governo de Yanukovych e a marcação de eleições para eleger um novo governo a crise no país passou para a Crimeia.

Os acontecimentos na Crimeia ilustraram algumas das características dos novos conflitos. A rapidez com que se realizou tanto o referendo como a formalização da anexação só foi possível devido à eficácia da operação. O processo de tomada da Crimeia envolveu poucos recursos e não existiram combates de grande intensidade. O golpe foi conduzido por separatistas e tropas russas efetivas na região, foram assegurados pontos estratégicos como os aeroportos, edifícios governamentais e os meios de comunicação. Isto permitiu cortar as liga-

ções com a restante Ucrânia e isolar a região. Numa questão de dias foi realizado um referendo cujo resultado demonstrava o interesse da população local em tornar a Crimeia território russo o que foi oficializado dias depois. Este processo demonstrou que a Rússia não está disposta a perder os seus interesses estratégicos e agirá para os proteger mesmo que tenha que violar todas as normas internacionais que estipulam a integridade territorial e a soberania de um país. Neste caso, a integridade territorial e a soberania da Ucrânia foram postas em causa e deslegitimadas por uma anexação que, de acordo com os trâmites internacionais, foi ilegal e não é reconhecida. O Conselho de Segurança da ONU não pode tomar uma posição sobre a situação pois a Rússia é um dos membros permanentes do Conselho tendo a capacidade de vetar qualquer resolução.

O conflito na Ucrânia continuou a alastrar-se e passou para a região de Donbas. Ao contrário do que aconteceu na Crimeia, a mesma tática falhou em Donbas porque o governo ucraniano respondeu aos movimentos separatistas região e enviou o exército para combater. Começou um conflito entre o exército ucraniano e uma junção de exércitos irregulares compostos por separatistas e voluntários cuja finalidade passava por manter as relações com a Rússia. O conflito na Ucrânia pode ser caracterizado como disperso, irregular e caótico tudo aspetos que definem os novos conflitos. Disperso porque não existe concentração de forças numa só localização estando espalhadas por diversas áreas o que dificulta o fim do conflito pois não existe uma batalha decisiva. A irregularidade prende-se com o facto de o exército ucraniano estar a combater contra um exército irregular cujos métodos de ação não primam pelas técnicas tradicionais de guerra. O caos prende-se com a multipolaridade dos atores envolvidos nos conflitos o que faz com que seja difícil chegar a uma solução diplomática ou militar. Existe ainda a política identitária que está a ser utilizada por parte dos separatistas com o intuito de enaltecer os valores russos o que ajuda a fragmentar social e geograficamente o país e permite que o conflito perdure, outra característica comum nos novos conflitos. A vontade de criar regiões autónomas como demonstram as autoproclamações de independência em Donetsk, Luhansk e Kharkiv visam retirar a legitimidade de intervir ao governo e é outra das características destes conflitos. Tanto as políticas identitárias como as autoproclamações de independência visam criar maior instabilidade em países que estão a atravessar uma crise política, como é o caso da Ucrânia. É por isso que as medidas utilizadas pelos separatistas, ainda que desprovidas de qualquer legitimidade e reconhecimento do governo ucraniano, contribuíram para agudizar a situação e permitiram que a instabilidade perdurasse. Nem o acordo de Minsk conseguiu estabilizar a situação.

Os dois casos de estudo demonstram exemplos de ameaças à Ordem Mundial e como os conflitos evoluíram. As mutações nestes dois conceitos estão ainda interligadas pois os conflitos representam o mecanismo de defesa dos interesses da Ordem Mundial que, antes do fim da Guerra Fria, eram utilizados exclusivamente pelos Estados e é atualmente uma ferramenta utilizada por múltiplos atores. Os conflitos foram evoluindo à medida que a Ordem Mundial se foi complexificando. Os fenômenos que afetaram a Ordem Mundial como a multipolarização e a globalização tiveram também efeitos na evolução dos conflitos. Os conflitos caóticos, que são compostos por múltiplos atores, são um dos resultados da consequente multipolarização. O choque entre diferentes concepções da Ordem Mundial deriva da colisão entre distintas etapas de modernidade, neste caso, o choque é entre as diferentes ideologias da Rússia, do Irão e da Ucrânia contra o tradicionalismo do Ocidente. A soberania dos Estados, em especial dos ocidentais, teve uma evolução favorável a nível interno. Contudo, a projeção dessa evolução a nível internacional teve o resultado oposto contribuindo para a descaracterização e fragmentação da ordem contemporânea.

O objetivo deste trabalho passou por demonstrar que existe uma ligação entre a desordem mundial e a evolução dos conflitos através do recurso a casos de estudo que evidenciam como estes conceitos são influenciados. As conclusões obtidas demonstram que existe uma relação entre a evolução da Ordem Mundial e dos conflitos pois este último é uma ferramenta de defesa dos valores da ordem que se vão alterando consoante a evolução da complexificação das relações internacionais. Os mesmos fatores que determinaram a desordem mundial contemporânea deram origem a uma transformação nos conflitos o que resultou na perda das características clausewitzianas e deu-lhes toda uma nova configuração. Tanto o Irão como a Ucrânia ilustram distintas formas de conflitos e representam diferentes ameaças à estabilidade da ordem tradicional. Estes casos foram escolhidos para evidenciar que tanto a Ordem Mundial como os conflitos apresentam ameaças que põem em causa o modelo tradicional e uma evolução que criou uma dissociação das guerras tradicionais em que os Estados recorrem cada vez mais a métodos alternativos, como as sanções ou a diplomacia, aos conflitos armados e os novos atores resultantes da multipolarização têm capacidade de criar conflitos que fragmentam países.

Este trabalho ajuda a compreender o porquê da desordem mundial contemporânea e as razões pelas quais os conflitos evoluíram para algo fora do conceito clausewitziano. É importante perceber o porquê de a Ordem Mundial tradicional estar a ser posta em causa e como o sistema está a perder relevo em detrimento do surgimento de modelos que procuram

estabelecer uma alternativa e dar uma posição preponderante a atores que, na ordem tradicional, tinham uma posição secundária. A emergência de novos atores não estatais mas com capacidade de desenvolver e implementar um modelo político é o resultado de uma Ordem Mundial desatualizada que foi incapaz de se adaptar ao fim da Guerra Fria e consequente multipolarização. Importa salientar que o modelo de Ordem Mundial foi iniciado no século XVII e a sua redefinição deu-se através de momentos marcantes na história. Será que a ordem atual tem que ser atualizada de modo a poder obter uma forma de conjugação com a multipolaridade contemporânea? A Ordem Mundial está desatualizada em relação ao contexto internacional atual, mas permanece imutável. Representa um conceito que se tem revelado inabalável, mas poderá ter que se readaptar caso os modelos alternativos adquiram maior preponderância.

Durante o desenvolvimento deste estudo foram encontradas algumas limitações em descobrir investigações que demonstrem tanto a desordem mundial atual como a evolução dos conflitos. Não existe muita matéria disponível sobre uma ligação entre estes dois conceitos. Este ensaio é importante, no âmbito do estudo das Relações Internacionais, pois ajuda a evidenciar as mutações nas ligações entre os diferentes atores da ordem internacional e como os atores tradicionais, os Estados, se inserem e adaptam às mudanças que se processam na comunidade internacional contemporânea. Este trabalho ajuda a compreender a estrutura e funcionamento dos múltiplos atores da nova realidade internacional: sejam eles os Estados, as organizações internacionais, as empresas multinacionais, ou qualquer outro ator com capacidade de ingerência. A Ordem Mundial e os conflitos devem ser entendidos como conceitos que se complementam através da defesa do seu estatuto com recurso a guerras clausewitzianas ou caóticas. É necessário que se trabalhe esta ligação pois irá ajudar a compreender a realidade política, económica, social e militar atual e perceber os valores que influenciam estes aspetos e são determinantes para a constituição tanto da Ordem Mundial, e consequente desordem, como para a evolução dos conflitos.

Referências Bibliográficas

- (02.01.2015). Pout Poutine, l'armée ukrainienne est «une Légion étrangère de l'OTAN». *Libération*. Retirado de http://www.liberation.fr/monde/2015/01/26/ukraine-7-soldats-tues-les-autorites-preparent-l-evacuation-d-enfants_1188920, em 18-02-2015.
- (03.04.2015). Moscow, Kiev reach one-month gas deal but risks remain. *New Europe*. Retirado de <http://www.neurope.eu/article/moscow-kiev-reach-one-month-gas-deal-risks-remain/>, em 03-03-2015.
- (05.03.2015). The New Nuclear Age. *The Economist*. Retirado de <http://www.economist.com/news/leaders/21645729-quarter-century-after-end-cold-war-world-faces-growing-threat-nuclear>, em 09-03-2015.
- (08.05.2014). The World according to Putin. *The Economist*. Retirado de <http://www.economist.com/news/international/21601862-why-should-russian-presidents-innovative-attitude-towards-borders-be-restricted>, em 19-03-2015.
- (11.02.2015). What Russia is up to in Ukraine. *The Economist*. Retirado de <http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2015/02/economist-explains-10>, em 18-02-2015.
- (15.07.2015). What you need to know about Iran's landmark nuclear deal. *The Economist*. Retirado de <http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2015/07/economist-explains-11>, 17-08-2015.
- (18.07.2015). Hiyatollah! *The Economist*. Retirado de <http://www.economist.com/news/leaders/21657803-nuclear-deal-iran-better-alternativeswar-or-no-deal-all-hiyatollah?fsrc=scn/fb/te/pe/ed/Hiyatollah>, em 17-08-2015.
- (2014). The Revolution is Over – Special Report. *The Economist*. November 1ST-7TH 2014, p. 1 – 16.
- (2014). The Revolution is Over. *The Economist*. November 1ST-7TH 2014, p. 11.
- (26.02.2015). Les 5 conditions pour une paix durable avec la Russie. *L'Observatoire*. Retirado de <http://tempsreel.nouvelobs.com/ukraine-la-revolte/20150214.OBS2530/ukraine-les-5-conditions-pour-une-paix-durable-avec-la-russie.html>, em 02-03-2015.

(26.02.2015). Soaring hopes, dark fears. *The Economist*. Retirado de <http://www.economist.com/news/europe/21645234-building-decent-ukrainian-state-time-war-soaring-hopes-dark-fears>, em 02-03-2015.

ACHARYA, Amitav. (2014). *The End of American World Order*. Polity; First Edition.

Alan Turing. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Alan_Turing, em 29-07-2015.

Alcide De Gasperi. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Alcide_De_Gasperi, em 18-06-2015.

ALLISON, Graham. (2010). Nuclear Disorder. *Foreign Affairs*. Edição Janeiro/ Fevereiro de 2010. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/pakistan/2010-01-01/nuclear-disorder>, em 03-04-2015.

Andriy Parubiy. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Andriy_Parubiy, em 16-07-2015.

Arms Control Association. (2014). History of Official Proposals on the Iranian Nuclear Issue. Retirado de https://www.armscontrol.org/factsheets/Iran_Nuclear_Proposals, em 30-06-2015.

Army of the Guardians of the Islamic Revolution. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Army_of_the_Guardians_of_the_Islamic_Revolution, em 01-07-2015.

Atomic Energy Organization of Iran. (2015). A brief introduction to the Atomic Energy Organization of Iran. Retirado de <http://www.aeo.org.ir/portal/Home/Default.aspx?CategoryID=aad5c96d-ca19-4bee-9771-bc97b5feb2a3>, em 24-06-2015.

BARRETT, Clark. (12.03.2014). Future of War (16): War will become less likely, but those that happen will be total. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/03/12/future-of-war-16-war-will-become-less-likely-but-those-that-happen-will-be-total/>, em 27-07-2015.

BEGEN, Peter L., ROTHENBERG, Daniel, STERMAN, David & SCHNEIDER, Emily. (2015). Reflection From The First Annual Conference On The Future Of War. *New America & Arizona State University*. Retirado de <https://static.newamerica.org/attachments/3632-reflections-from-the-first-annual-conference-on-the-future-of-war->

[3/FoWConferenceReflections2015.6c00bdd5c4e3484595b11e6fb764f5e4.pdf](http://www.foreignpolicy.com/files/3/FoWConferenceReflections2015.6c00bdd5c4e3484595b11e6fb764f5e4.pdf), em 27-07-2015.

BLACK, Kevin. (17.03.2014). The Future of War essays (no.18): Who cares about “the future of war”? We should be thinking about the future of victory! *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/03/17/the-future-of-war-essays-no-18-who-cares-about-the-future-of-war-we-should-be-thinking-about-the-future-of-victory/>, em 05-03-2015.

BLACKWILL, Robert D. (2012). *Iran: The Nuclear Challenge*. Council on Foreign Relations Press.

BONENBERGER, Adrian. (07.03.2014). The Future of War (essay no. 15): We will lose it because we are an aging empire wedded to an outmoded style of war. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/03/07/the-future-of-war-essay-no-15-we-will-lose-it-because-we-are-an-aging-empire-wedded-to-an-outmoded-style-of-war/>, em 27-07-2015.

BOOT, Max. (12.07.2015). Why is the Iran deal bad? Think North Korea. *Los Angeles Times*. Retirado de <http://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-boot-is-iran-more-like-north-korea-or-libya-20150721-story.html>, em 17-08-2015.

BUSH, Jason. (08.04.2014). Factbox – Costs and benefits from Russia’s annexation of Crimea. Retirado de <http://uk.reuters.com/article/2014/04/08/uk-ukraine-crisis-crimea-costs-factbox-idUKBREA370NY20140408>, em 18-07-2015.

Carl von Clausewitz. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Carl_von_Clausewitz, em 27.07.2015.

Cassette Scandal. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Cassette_Scandal, em 12-07-2015.

CLAUSEWITZ, Carl von. (2008). *On War*. Oxford University Press; Abridged Edition.

Cold War. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Cold_War, em 18-06-2015.

Congress of Vienna. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Congress_of_Vienna, em 15-06-2015.

Council on Foreign Relations. (2015). Iran’s Nuclear Program. Retirado de http://www.cfr.org/interactives/CG_Iran/index.html%20-%20iran's-nuclear-program/, em 03-07-2015.

Crimean referêndum, 1994. *Wikipedia*. (2014). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Crimean_referendum,_1994, em 18-07-2015.

Crimean sovereignty referêndum, 1991. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Crimean_sovereignty_referendum,_1991, em 18-07-2015.

Crimean War. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Crimean_War, em 16-06-2015.

Cyberwarfare. *Wikipedia* (2015). Retirado de <https://en.wikipedia.org/wiki/Cyberwarfare>, em 29-07-2015.

DAALDER, Ivo, FLOURNOY, Michele, HERBST, John, LODAL, Jan, PIFER, Steven, STAVRIDIS, James, TALBOTT, Strobe & WALD, Charles. (2015). Preserving Ukraine's Independence, Resisting Russian Aggression: What the United States and NATO Must Do. *Atlantic Council. The Brookings Institution. The Chicago Council on Global Affairs*. Retirado de <http://www.atlanticcouncil.org/publications/reports/preserving-ukraine-s-independence-resisting-russian-aggression-what-the-united-states-and-nato-must-do>, em 04-04-2015.

DAVIS, Christopher. (25.02.2014) FoW essay (9): There won't be a next war, because the current one will never end. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/02/25/fow-essay-9-there-wont-be-a-next-war-because-the-current-one-will-never-end/>, em 27-07-2015.

DAVIS, Lynn E., MARTINI, Jeffrey, NADER, Alireza, KAYE, Dalia Dassa, QUINLIVAN, James T. & STEINBERG, Paul. (2011). *Irans' Nuclear Future: Critical U.S. Policy Choices*. RAND Corporation.

Encyclopedia Britannica. (2015). Central Treaty Organization (CENTO). Retirado de <http://www.britannica.com/topic/Central-Treaty-Organization>, em 24-06-2015.

Entente Cordiale. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Entente_Cordiale, em 17-06-2015.

ESCOBAR, Pepe. (2015). EUA acordam para Nova Ordem Mundial. *Carta Maior*. Retirado de <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-acordam-para-Nova-Ordem-Mundial/6/33530>, em 07-06-2015.

European Commission. (2015). About TTIP. Retirado de <http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/about-ttip/>, em 19-06-2015.

European Union External Action. (2014). E3/EU+3 nuclear negotiations with Iran: Terms of the agreement on a Joint Plan of Action, including measures to be undertaken by the European Union. Retirado de http://eeas.europa.eu/statements/docs/2013/131219_02_en.pdf, em 30-06-2015.

EVANS, Graham. (1999). *The Penguin Dictionary of International Relations*. Penguin Books.

FIGES, Orlando. (16.12.2013). Is There One Ukraine? *Foreign Affairs*. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2013-12-16/there-one-ukraine>, em 11-07-2015.

FUKUYAMA, Francis. (2014). *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*. Farrar, Straus and Giroux.

GARDNER, Andrew. (2015). EU views Ukraine deal cautiously. *Politico Magazine*. Retirado de <http://www.politico.eu/article/eu-views-ukraine-deal-cautiously/>, em 02-03-2015.

Grand Alliance (League of Augsburg). *Wikipedia*. (2015). Retirado de [https://en.wikipedia.org/wiki/Grand_Alliance_\(League_of_Augsburg\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Grand_Alliance_(League_of_Augsburg)), em 14-06-2015.

GROLL, Elias. (02.04.2015). The Top 5 Things to Know About the Iran Nukes Deal. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2015/04/02/a-dummies-guide-to-the-interim-nuclear-deal-with-iran/>, em 03-04-2015.

GWERTZMAN, Bernard. (19.07.2014). Can Iran's Nuclear Capacity Be Limited? *Council on Foreign Relations*. Retirado de <http://www.cfr.org/iran/can-irans-nuclear-capacity-limited/p33263>, em 21-02-2015.

HAASS, Richard N. (03.04.2015). The Future of the Iran Nuclear Deal. *Project Syndicate*. Retirado de <http://www.project-syndicate.org/commentary/iran-nuclear-deal-concerns-by-richard-n--haass-2015-04>, em 11-04-2015.

HAASS, Richard N. (2014). The Era of Disorder. *Council on Foreign Relations*. Retirado de <http://www.cfr.org/global/era-disorder/p33683>, em 18-02-2015.

HAASS, Richard N. (2014). The Unraveling. *Foreign Affairs*. Edição Novembro/Dezembro de 2014. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2014-10-20/unraveling>, em 03-04-2015.

Hassan Rouhani. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Hassan_Rouhani, em 30-06-2015.

- HERBERG-ROTHER, Andreas. (2007). *Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War*. Oxford University Press.
- HEYDARIAN, Richard Javad. (08.04.2015). Iran After Sanctions: An Emerging Economy Giant? *The Diplomat*. Retirado de <http://thediplomat.com/2015/04/iran-after-sanctions-an-emerging-economy-giant/>, em 11-04-2015.
- HUNTINGTON, Samuel P. (2011). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon & Schuster.
- International Atomic Energy Agency*. (2015). IAEA and Iran: Chronology of Key Events. Retirado de <https://www.iaea.org/newscenter/focus/iran/chronology-of-key-events>, em 30-06-2015.
- International Atomic Energy Agency*. (2015). Status on Iran's Nuclear Programme in relation to the Joint Plan of Action. Retirado de http://www.isisnucleariran.org/assets/pdf/IAEA_JPA_update_20Apr2015.pdf, em 24-06-2015.
- ISCHINGER, Wolfgang. (2015). The World According to Kissinger. *Foreign Affairs*. Edição Março/ Abril de 2015. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/reviews/2015-03-01/world-according-kissinger>, em 01-03-2015.
- JAUVERT, Vincent. (12.02.2015). La face occultée de l'accord de Minsk. *L'observatoire*. Retirado de <http://tempsreel.nouvelobs.com/ukraine-la-revolte/20150212.OBS2385/ukraine-la-face-occultee-de-l-accord-de-minsk.html>, em 02-03-2015.
- JOHNSON, Keith. (24.02.2015). Putin's Ukrainian Power Play. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2015/02/24/putins-ukrainian-power-play-natural-gas-gazprom-naftogaz/>, em 25-02-2015.
- JUDT, Tony. (2015). *When the Facts Change: Essays, 1995-2010*. Penguin Press; First Edition.
- KALDOR, Mary. (2012). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era, Third Edition*. Stanford University Press; Third Edition.
- KAYE, Josie Lianna. (2011). The Evolution of Conflict and its Implications for Peacekeeping. *Center for International Conflict Resolution at Columbia University*. Retirado de http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4211~v~The_Evolution_of_Co

[nflict and its Implications for Peacemaking Summary Spring 2011 Experts Retreat.pdf](#), em 29-07-2015.

KENNER, David. (02.04.2015). Iran Deal Threatens to Upend a Delicate Balance of Power in the Middle East. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2015/04/02/iran-deal-threatens-to-upend-a-delicate-balance-of-power-in-the-middle-east-saudi-arabia-nuclear-deal/>, em 03-04-2015.

KHAN, Saira. (2013). *Iran and Nuclear Weapons: Protracted Conflict and Proliferation*. Routledge Global Security Studies.

KILCULLEN, David. (05.02.2014). The Future of War?: Expect to see urban, connected, irregular “zombie” conflicts. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/02/05/the-future-of-war-expect-to-see-urban-connected-irregular-zombie-conflicts/>, em 27-07-2015.

KISSINGER, Henry. (02.12.2013). What a Final Iran Deal Must Do. Retirado de <http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304747004579228110944819396>, em 01-03-2015.

KISSINGER, Henry. (05.03.2014). To settle the Ukraine crisis, start at the end. *The Washington Post*. Retirado de https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html, em 01-03-2015.

KISSINGER, Henry. (12.01.2015). The Chance for a New World Order. *The New York Times*. Retirado de http://www.nytimes.com/2009/01/12/opinion/12iht-edkissinger.1.19281915.html?_r=0, em 01-03-2015.

KISSINGER, Henry. (2005). Iran: A Nuclear Test Case. *The Washington Post*. Retirado de <http://www.henryakissinger.com/articles/wp030805.html>, em 01-03-2015.

KISSINGER, Henry. (2006). A Nuclear Test for Diplomacy. *The Washington Post*. Retirado de <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/05/15/AR2006051501200.html>, em 01-03-2015.

KISSINGER, Henry. (2006). Deal with Tehran, Not its Crusade. *The Washington Post*. Retirado de <http://www.henryakissinger.com/articles/wp112406.html>, em 01-03-2015.

KISSINGER, Henry. (2007). Putin’s Missile Defense Proposal and the Emerging World Order. *Tribune Media Services*. Retirado de <http://www.henryakissinger.com/articles/tms080707.html>, em 01-03-2015.

KISSINGER, Henry. (2012). Job One Abroad: Iran. *The Washington Post*. Retirado de <http://www.henryakissinger.com/articles/wp111812.html>, em 01-03-2015.

KISSINGER, Henry. (2014). *World Order*. Penguin Press; First Edition.

KISSINGER, Henry. (31.07.2006). The Next Steps With Iran – Negotiations Must Go Beyond the Nuclear Threat to Broader Issues. *The Washington Post*. Retirado de http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/07/30/AR2006073000546_pf.html, em 01-03-2015.

KRAUSE, Joachim. (2011). *Iran's Nuclear Programme: Strategic Implications*. Routledge Global Security Studies.

KUCHNIS, Andrew C. (09.02.2015). Ukraine's Future Hanging in the Balance. *Center for Strategic & International Studies*. Retirado de <http://csis.org/publication/ukraines-future-hanging-balance>, em 01-03-2015.

L'Observatoire. (2015). L'invasion russe en Ukraine était planifiée dans une note du Kremlin. Retirado de <http://tempsreel.nouvelobs.com/ukraine-la-revolte/20150226.OBS3409/1-invasion-russe-en-ukraine-etait-planifiee-dans-une-note-du-kremlin.html>, em 02-03-2015.

League of Nations. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/League_of_Nations, em 17-06-2015.

LEWIS, Jeffrey. (02.04.2015). A Skeptic's Guide to the Iran Nuclear Deal. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2015/04/02/a-skeptics-guide-to-the-iran-nuclear-deal-2/>, em 03-04-2015.

LINCY, Valerie & MILHOLLIN, Gary. (2015). Iran's Nuclear Timetable. *Iran Watch*. Retirado de <http://www.iranwatch.org/our-publications/articles-reports/irans-nuclear-timetable>, em 21-06-2015.

LUSSATO, Céline. (13.02.2015). La Crimée, grande oubliée des accords de Minsk. *L'Observatoire*. Retirado de <http://tempsreel.nouvelobs.com/ukraine-la-revolte/20150213.OBS2483/ukraine-la-crimee-grande-oubliee-des-accords-de-minsk.html>, em 02-03-2015.

LYNCH, Colum & HUDSON, John. (02.04.2015). Iran, World Powers Strike Tentative Nuclear Accord. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2015/04/02/world-readies-for-breakthrough-on-iran-nuclear-talks/>, em 03-04-2015.

LYNCH, Justin. (04.03.2014). The Future of War: Adios, Clausewitz. *Foreign Policy*. Retirado de http://foreignpolicy.com/2015/03/04/the_future_of_war_adios_clausewitz/, em 05-03-2015.

MEARSHEIMER, John J. (2014). Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. *Foreign Affairs*. Edição Setembro/ Outubro de 2014. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>, em 04-04-2015.

Memo. (2014). Le Congrès de Vienne. Retirado de http://www.memo.fr/article.asp?ID=PAY_AUT_007, em 15-06-2015.

MOTYL, Alexander J. (14.02.2014). Should There Be One Ukraine? *World Affairs*. Retirado de <http://www.worldaffairsjournal.org/blog/alexander-j-motyl/should-there-be-one-ukraine>, em 11-07-2015.

MÜNKLER, Herfried. (2004). *The New Wars*. Polity; First Edition.

NORMAN, Laurence. (09.07.2015). New Tensions Emerge in Iran Nuclear Talks. *The Wall Street Journal*. Retirado de <http://www.wsj.com/articles/new-tensions-emerge-in-iran-nuclear-talks-1436403478>, em 10-07-2015.

Otto von Bismarck. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Otto_von_Bismarck, em 17-06-2015.

PANDA, Ankit. (03.04.2015). We Have the Framework for a Final Iran Deal. *The Diplomat*. Retirado de <http://thediplomat.com/2015/04/we-have-the-framework-for-a-final-iran-deal/>, em 03-04-2015.

PATRIKARAKOS, David. (2012). *Nuclear Iran: The Birth of an Atomic State*. I. B. Tauris.

Peace of Westphalia. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Peace_of_Westphalia, em 09-05-2015.

People's Mujahedin of Iran. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/People%27s_Mujahedin_of_Iran, em 30-06-2015.

POLLACK, Kenneth M. (2013). *Unthinkable: Iran, the Bomb, and American Strategy*. Simon & Schuster.

PRYER, Douglas A. (05.02.2014). The Future of War essays: It's back to the beginning, or, "The nearness of you". *Foreign Policy*. Retirado de

<http://foreignpolicy.com/2014/02/05/the-future-of-war-essays-its-back-to-the-beginning-or-the-nearness-of-you/>, em 27-07-2015.

RAMBERG, Bennett. (03.04.2015). Deal or No Deal? *Foreign Affairs*. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2015-04-03/deal-or-no-deal>, em 08-04-2015.

RAMSBOTHAM, Oliver, WOODHOUSE, Tom & MIALI, Hugh. (2011). *Contemporary Conflict Resolution*. Polity; Third Edition.

Revolutions of 1848. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Revolutions_of_1848, em 16-06-2015.

RICKS, Thomas E. (02.05.2014). The Future of War essay contest: Time to ante up and vote for your favourites. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/05/02/the-future-of-war-essay-contest-time-to-ante-up-and-vote-for-your-favorites/>, em 27-07-2015.

RICKS, Thomas E. (02.09.2014). Here are steps we should take in response to Putin's invasion of Ukraine. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/09/02/here-are-three-steps-we-should-take-in-response-to-putins-invasion-of-ukraine/>, em 05-03-2015.

Right Sector. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Right_Sector, em 16-07-2015.

Rise of nationalism in Europe. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Rise_of_nationalism_in_Europe, em 16-06-2015.

Robert Schuman. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_Schuman, em 18-06-2015).

ROBINSON, Eugene. (10.04.2014). Ukraine's ultra-nationalists present a need for U.S. caution. *The Washington Post*. Retirado de https://www.washingtonpost.com/opinions/eugene-robinson-ukraines-ultra-nationalists-present-a-need-for-us-caution/2014/03/10/2bdfd92a-a890-11e3-8d62-419db477a0e6_story.html, em 11-07-2015.

ROSE, Gideon & TEPPERMAN, Jonathan. (2012). *Iran and the Bomb: Solving the Persian Puzzle*. Council on Foreign Relations.

ROSE, Gideon. (2014). *Crisis in Ukraine*. Council on Foreign Relations.

ROSE, Gideon. (2014). *Iran and the Bomb 2: A New Hope*. Council on Foreign Relations.

ROSE, Gideon. (2015). *The New Global Context*. Council on Foreign Relations.

ROTHKOPF, David. (03.04.2015). A Time for Fist-Bumping. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2015/04/03/a-time-for-fist-bumping-iran-nuclear-deal-obama-administration/>, em 04-04-2015.

Russian Civil War. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Russian_Civil_War, em 17-06-2015.

Russian famine of 1921. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Russian_famine_of_1921, em 17-06-2015.

SAKWA, Richard. (2015). *Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands*. I. B. Tauris.

SATLOFF, Robert. (15.07.2015). Here's what's really wrong with the Iran deal. *Business Insider*. Retirado de http://www.businessinsider.com/heres-whats-really-wrong-with-the-iran-deal-2015-7?utm_content=buffer6c031&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer, em 17-08-2015.

Seven Years' War. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Seven_Years%27_War, em 15-06-2015.

SHULTZ, George P., PERRY, William J., KISSINGER, Henry & NUNN, Sam. (04.01.2007). A World Free of Nuclear Weapons. *The Wall Street Journal*. Retirado de <http://www.wsj.com/articles/SB116787515251566636>, em 01-03-2015.

SMITH, Hugh. (2005). *On Clausewitz: A Study of Military and Political Ideas*. Palgrave Macmillan.

SOARES, Isa. (14.03.2014). Why annexing Crimea may prove costly to Russia. *CNN*. Retirado de <http://edition.cnn.com/2014/03/14/business/russia-ukraine-crimea-economy/index.html>, em 18-07-2015.

SOLOMON, Jay, LEE, Carol E. & NORMAN, Laurence. (07.07.2015). U.S. Suggests Open-Ended Iran Talks. *The Wall Street Journal*. Retirado de <http://www.wsj.com/articles/iran-nuclear-talks-may-continue-for-next-couple-of-days-1436271631>, em 10-07-2015.

STRACHAN, Hew & HERBERG-ROTHER, Andreas. (2007). *Clausewitz in the Twenty-First Century*. Oxford University Press; First Edition.

STRACHAN, Hew. (2013). *The Direction of War: Contemporary Strategy in Historical Perspective*. Cambridge University Press.

STRONSKI, Paul. (17.03.2015). Broken Ukraine. *Foreign Affairs*. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/eastern-europe-caucasus/2015-03-17/broken-ukraine>, em 03-04-2015.

STUENKEL, Oliver. (09.07.2014). The New Decentralized World Order. *The Diplomat*. Retirado de <http://thediplomat.com/2014/07/the-new-decentralized-world-order/>, em 18-02-2015.

SUKMAN, Daniel. (28.02.2014). The Future of Warfare (12): It's coming to a neighbourhood near you – the homeland. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/02/28/the-future-of-warfare-12-its-coming-to-a-neighborhood-near-you-the-homeland/>, em 27-07-2015.

Svoboda (political party). *Wikipedia*. (2015). Retirado de [https://en.wikipedia.org/wiki/Svoboda_\(political_party\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Svoboda_(political_party)), em 16-07-2015.

TAKEYH, Ray. (03.04.2015). How Iran Can Game the Deal. *Politico Magazine*. Retirado de <http://www.politico.com/magazine/story/2015/04/iran-deal-flaws-116655>, em 06-04-2015.

TANTER, Raymond. (16.02.2015). Washington's Third Option Against a Nuclear Iran. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2015/02/16/washingtons-third-option-against-a-nuclear-iran/>, em 18-02-2015.

The Cooperation Council for the Arab States of the Gulf. (2012). The Charter. Retirado de <http://www.gcc-sg.org/eng/indexfc7a.html?action=Sec-Show&ID=1>, em 05-07-2015.

Time of Troubles. *Wikipedia*. (2015). Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Time_of_Troubles, em 15-06-2015.

U.S. Department of Energy. (2015). Light Water Reactor Sustainability (LWRS) Program. Retirado de <http://www.energy.gov/ne/nuclear-reactor-technologies/light-water-reactor-sustainability-lwrs-program>, em 24-06-2015.

U.S. Department of the Treasury. (2015). Iran Sanctions. Retirado de <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/pages/iran.aspx>, em 03-07-2015.

United Nations Office for Disarmament Affairs. (2015). Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. Retirado de <http://disarmament.un.org/treaties/t/npt/text>, em 21-06-2015.

- United Nations Office for Disarmament Affairs*. (2015). Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT). Retirado de <http://www.un.org/disarmament/WMD/Nuclear/NPT.shtml>, em 23-06-2015.
- VOLKER, Kurt. (18.02.2015). Let's Call the Ukrainian Cease-Fire What It Is. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2015/02/18/lets-call-the-ukrainian-cease-fire-what-it-is-russia-putin/>, em 21-02-2015.
- WELLS, H. G. (2007). *The New World Order*. Filiquarian Publishing.
- WILLIAMS, Jeff. (13.02.2014). The Future of War essays (entry no.6): Bet on surprises, and get ready to adapt. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/02/13/the-future-of-war-essays-entry-no-6-bet-on-surprises-and-get-ready-to-adapt/>, em 27-07-2015.
- WILSON, Andrew. (2014). *Ukraine Crisis: What it Means for the West*. Yale University Press.
- WILSON, Matt. (27.03.2014). An actuary looks at the Future of War (no. 22) – and sees a nuclear war looming there. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/03/27/an-actuary-looks-at-the-future-of-war-no-22-and-sees-a-nuclear-war-looming-there/>, em 27-07-2015.
- World Nuclear Association*. (2015). Nuclear Power Reactors. Retirado de <http://www.world-nuclear.org/info/Nuclear-Fuel-Cycle/Power-Reactors/Nuclear-Power-Reactors/>, em 24-06-2015.
- YEH, Puong Fei. (21.03.2014). The future of war (no. 20) scares me – and underscores the importance of resiliency. *Foreign Policy*. Retirado de <http://foreignpolicy.com/2014/03/21/the-future-of-war-no-20-scares-me-and-underscores-the-importance-of-resiliency/>, em 27-07-2015.
- ZARIF, Mohammad Javad. (2014). What Iran Really Wants. *Foreign Affairs*. Edição Maio/ Junho de 2014. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2014-04-17/what-iran-really-wants>, em 01-03-2015.